

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

ANDRÉA MORAIS

**A RELAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E FONTES
NA COBERTURA POLICIAL DE RÁDIO**

Ponta Grossa

2017

ANDRÉA MORAIS

**A RELAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E FONTES
NA COBERTURA POLICIAL DE RÁDIO**

Dissertação apresentada a Universidade Estadual de Ponta Grossa para obtenção do Título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Engel Bronosky.

Ponta Grossa

2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Morais, Andréa

M827 A relação entre jornalistas e fontes na
cobertura policial de rádio/ Andréa
Morais. Ponta Grossa, 2017.
272f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo -
Área de Concentração: Processos
Jornalísticos), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Engel
Bronosky.

1.Jornalismo policial. 2.Fontes de
informação. 3.Newsmaking. I.Bronosky,
Marcelo Engel. II. Universidade Estadual
de Ponta Grossa. Mestrado em Jornalismo.
III. T.

CDD: 070.4

ANDRÉA MORAIS

**A RELAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E FONTES
NA COBERTURA POLICIAL DE RÁDIO**

Dissertação apresentada a Universidade Estadual de Ponta Grossa para obtenção do Título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.

Aprovada em: 28/09/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Marcelo Engel Bronosky (UEPG)

Profª Drª Cintia Xavier (UEPG)

Prof. Dr. José Carlos Fernandes (UEPG)



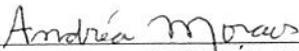
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, ANDRÉA MORAIS, CPF nº 820.335.529-34, RG nº 4178337-0, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado “**A relação entre jornalistas e fontes na cobertura policial de rádio**”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 28 de setembro de 2017.



ANDRÉA MORAIS
RA nº 3100115009018

Dedico esse trabalho aos meus pais, José e Irene (in memoriam), fonte ainda presente de estímulo e incentivo, e aos meus filhos, Pedro e Marina, inspiração para sempre buscar o melhor em tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Marcelo Engel Bronosky, pela disposição em me conduzir ao longo desta jornada.

Ao meu amigo José Carlos Fernandes, pelo estímulo durante todo o período do mestrado e sem quem provavelmente nem teria iniciado tal caminhada.

Aos profissionais das rádios Banda B AM e BandNews FM, ambas de Curitiba, que abriram as portas das emissoras e permitiram que eu acompanhasse suas rotinas diárias.

A todos os professores e colegas do mestrado, com os quais aprendi muito – gratidão especial às colegas Nayane Rodrigues de Brito e Luciane Justus, que me apoiaram em momentos distintos.

À minha família, que sempre me estimulou a levar em frente meus projetos, e aos colegas de trabalho, pela compreensão nos momentos em que precisei priorizar o mestrado.

E, é claro, a Deus, sem quem nada seria possível.

RESUMO

Esta pesquisa se destina a investigar como se relacionam as fontes de informações com os repórteres de rádio que cobrem a área policial, em Curitiba. Tal estudo foi feito sob o enfoque de uma problemática complexa, que considera a notícia como parte importante da relação fonte-jornalista. Explicando melhor: o que as pessoas ouvem no rádio (assim como leem em jornais e sites e veem nas emissoras de televisão) é o reflexo desse relacionamento, o qual é revestido de um contato de interdependência, na medida em que tanto jornalistas quanto fontes compartilham interesses de publicização, ainda que por vezes divergentes nos seus métodos e fins. A perspectiva teórica aplicada é a do *Newsmaking*, com a análise da questão das fontes considerando fatores como rotina produtiva, valores-notícias e profissionalismo. As técnicas de recolha de dados utilizadas são a observação participante – como método principal – e as entrevistas semiestruturadas – mecanismo complementar. Tal metodologia foi empregada para analisar a rotina produtiva de cinco profissionais de duas emissoras de rádio de Curitiba: Banda B e BandNews. Durante a coleta de dados, foram observadas questões como as pressões presentes na rotina do repórter e que impactam na escolha de fontes, a exemplo do apelo por produtividade e do tempo reduzido para o fechamento das pautas; o uso de fontes oficiais e a intermediação feita por assessores de imprensa; a atuação dos colegas como fontes de sugestões de pauta e de informações; a utilização de equipamentos e mídias eletrônicas (rádio HT, WhatsApp, redes sociais) para contato com as fontes; e as diferenças decorrentes de rotinas produtivas distintas.

Palavras-chave: Jornalismo Policial. Fontes de Informação. *Newsmaking*.

ABSTRACT

This research aims to investigate how sources of information relate to radio reporters who write about police related subjects in Curitiba, Brazil. This study was done under the focus of a complex problem, which considers the news as an important part of the source of information-journalist relationship. To explain this better: what people hear on the radio (such as what they read in newspapers and news websites, what they watch on television) is a reflection of this relationship, which is interdependent, as both journalists and sources share the interests in spreading their work, although sometimes divergent in their methods and purposes. The theoretical perspective applied is that of Newsmaking, with the analysis of the issue of sources of information considering factors such as productive routine, news values and professionalism. The techniques of data collection used are the participant observation – as the main method – and semi-structured interviews as complementary mechanism. This methodology was used to analyze the productive routine of five professionals from two radio stations in Curitiba: Band B and BandNews. During data collection, questions were observed, such as the pressures that are present in the reporter's routine and that impact on the choice of sources, such as the pressure for productivity and the reduced deadlines; the use of official sources and the mediation done by press officers; the performance of colleagues as sources of advice and information; the use of equipment and electronic media (HT radio, WhatsApp, social networks) to contact the sources; and the differences arising from different productive routines.

Keywords: Police Related Journalism. Information Sources. Newsmaking.

LISTA DE SIGLAS

Bope – Batalhão de Operações Policiais Especiais

BPTran – Batalhão de Polícia de Trânsito

Ciac-Sul – Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão – Região Sul

Ciac-Norte – Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão – Região Norte

Cope – Centro de Operações Policiais Especiais

Delcon – Delegacia de Crimes Contra a Economia e Proteção ao Consumidor

Demafe (Delegacia Móvel de Atendimento ao Futebol e Eventos)

Depen – Departamento Penitenciário

MMA – Mixed Martial Arts, do inglês

MPF – Ministério Público Federal

PC – Polícia Civil

PF – Polícia Federal

PM – Polícia Militar

PRF – Polícia Rodoviária Federal

Sesp – Secretaria de Estado da Segurança Pública

Siate – Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência

TRF-4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região

SUMÁRIO

	p.
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – NEWSMAKING E PRODUÇÃO JORNALÍSTICA	15
1.1 Rotinas produtivas, profissionalismo e valores-notícia	16
1.1.1 Valores-notícia.....	17
1.1.2 Profissionalismo.....	21
1.1.3 Rotinas produtivas.....	23
1.2 O ideal da objetividade	28
1.3 Subjetividade e construcionismo no jornalismo	32
1.4 Fontes noticiosas	35
1.4.1 Tipos de fontes.....	38
1.4.2 Relação conveniente.....	43
1.5 Apontamentos sobre a história do jornalismo policial	45
1.5.1 No mundo.....	45
1.5.2 No Brasil.....	48
1.5.3 Oposição ao sensacionalismo.....	54
1.5.4 Jornalismo investigativo.....	56
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA APLICADA E CONTATO COM O OBJETO ..	58
2.1 Construção da metodologia	61
2.2 Observação participante	64
2.2.1 Retrospecto histórico.....	65
2.2.2 Características.....	67
2.2.3 Modalidades.....	70
2.2.4 Vantagens e dilemas.....	72
2.3 Entrevista semiestruturada	76
2.3.1 Características.....	77
2.3.2 Limitações.....	78
CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	80
3.1 Descrição dos movimentos de busca de informações	81
3.1.1 Segunda etapa de observação.....	82
3.1.2 Primeira etapa de observação.....	94
3.2 Análise do mapa de fontes	103
3.2.1 Tipos de fontes acessadas.....	103
3.2.1.1 Fontes oficiais.....	103
3.2.1.2 A pessoalidade na definição da notícia.....	106
3.2.1.3 O WhatsApp e os grupos.....	107
3.2.1.4 Compartilhamento não consentido.....	108
3.2.1.5 Fontes populares.....	109
3.2.2 Modos de acesso às fontes.....	112
3.3 Análise das observações e entrevistas	114
3.3.1 Operação das assessorias de imprensa.....	114
3.3.2 O uso político das coletivas.....	120
3.3.3 A busca por relações diretas.....	121
3.3.4 Rondas policiais.....	122

3.3.5	Valores-notícia.....	123
3.3.6	Rotina cada vez mais alucinante.....	124
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
	REFERÊNCIAS.....	133
	APÊNDICES.....	137
	APÊNDICE A – Dados coletados.....	138
	APÊNDICE B – Radiodifusão em Curitiba.....	256
	ANEXO.....	260

INTRODUÇÃO

Todos os dias, quando sintonizamos noticiários de emissoras de rádio ou tevê, acessamos sites de notícias ou abrimos jornais e revistas impressas, inevitavelmente, deparamos com assuntos policiais, que podem ter menor ou maior destaque em função de vários fatores, como os acontecimentos do dia/semana e a linha editorial do veículo de comunicação. Não raro, algumas dessas notícias figuram nos rankings das matérias mais lidas dos sites de notícias. Os relatos sobre as violências do mundo, ou, nas palavras de Genro Filho (1987), o insólito, o sensacionalismo, o acredite se quiser – por motivos que a Psicologia pode explicar, ou porque, como cita Amaral (1969), têm todos os ingredientes que falam mais diretamente ao leitor, como dinheiro, sexo, crime e sangue – estão, portanto, no escopo dos interesses populares. Mas por que interessa à mídia a veiculação de tais notícias?

Na lógica comercial, a explicação mais simples é que esse é um tipo de notícia que vende, ou seja, garante audiência, acessos, assinaturas. Tal argumento ganha ainda mais força num cenário fortemente marcado pela concorrência entre os veículos de comunicação, em que notícias que captam a atenção do público, como os assuntos policiais, não podem ser ignoradas. Pode ser usada também a justificativa de que o Jornalismo Policial, ao divulgar, denunciar, falar das atrocidades da vida, tem o papel de alertar a sociedade para o perigo de alguns comportamentos, para a necessidade de se adotarem medidas preventivas, de buscar a punição aos culpados e, por fim, fazer com que essas situações não se repitam – ou, ao menos, não de forma tão frequente.

Tudo isso pode ser verdade, mas não se deve esquecer também de que a mídia, como destacam Moraes e Almendra (2012), é parte integrante e constituinte das elites, funcionando assim como mecanismo de dominação ideológica. Neste sentido, o Jornalismo Policial produz notícias na lógica do poder dominante. Noticiar fatos violentos, criar sensação de insegurança, cultivar o medo, tudo isso faz com que as pessoas sintam a necessidade de ter alguém ou algo para protegê-las e, desse modo, é legitimado o monopólio do uso da violência pelo estado, por meio das forças policiais (militar e civil). A sociedade passa, portanto, a entender a presença do estado, a intervenção da força policial, como algo imprescindível para que se possa atingir o chamado *estado de bem-estar social*.

Essa pesquisa considera tal contexto, quando estabelece como principal objetivo a investigação das relações entre fontes de informações e repórteres de rádio na cobertura policial, na capital paranaense. Com que tipos de fontes os jornalistas interagem para obter dados do setor de segurança? Como é este relacionamento: estritamente profissional, ou é

operado dentro de uma proximidade maior? De que forma o contato é feito – pessoal, por telefone ou utilizando outras ferramentas de comunicação interpessoal? Qual é o papel das assessorias de imprensa nessa relação? Como esse relacionamento é permeado pelo poder do estado? E quais são os fatores que impactam nesta relação? Enfim, esses são alguns dos questionamentos que se busca responder com o presente estudo, marcado por uma problemática complexa, que considera a notícia como parte importante da relação fonte-jornalista, na medida em que uma parcela de tudo o que as pessoas ouvem no rádio, leem em jornais e sites e veem nas emissoras de televisão resulta desse relacionamento. Tal relação não ocorre de forma desinteressada, já que tanto jornalistas quanto fontes têm interesses na publicização, ainda que diverjam em métodos e fins. Desvendar como fontes e jornalistas da área policial se relacionam é fundamental, portanto, para descobrir por que as notícias policiais são como são.

A motivação para o desenvolvimento de uma pesquisa na área de Jornalismo Policial está associada à experiência profissional da pesquisadora, que foi repórter policial na década de 1990, a partir de quando passou a entender esse ramo do Jornalismo como um campo fértil para estudos. Nessa perspectiva, uma das questões presentes é o fato de, nas redações, a editoria de Polícia ser apresentada como uma boa “escola” para jovens jornalistas – no sentido de permitir as primeiras experiências práticas com diferentes tipos de produções. Amaral (1969, p. 91) comenta que isso ocorre porque a reportagem policial obriga o repórter a realizar todos os tipos de atividades – entrevistas, notas, reportagens, comentários, “mesmo o humorismo, uma vez que, ao lado da tragédia, há sempre a comédia e o pitoresco nos corredores das delegacias policiais”. Apesar disso, essa área do jornalismo, em geral, é preterida, mesmo pelos profissionais em início de carreira.

Entende-se que a justificativa para estudar a relação entre fontes e jornalistas reside no fato de que ela, sob certo aspecto e ao lado de outros fatores, determina o modo de produção das notícias, na mesma medida em que também é determinada por ele. Neste processo, a seleção das fontes se reveste de grande valor, pois é a partir do que elas repassam aos jornalistas que é produzida boa parte do discurso jornalístico e, portanto, da versão dos fatos que é transmitida ao público. Assim, pretendemos entender como é feita a escolha dessas fontes, dentro de uma rotina marcada pelo tempo sempre limitado – algo que parece ser mais acentuado no rádio por sua característica de instantaneidade. Os slogans das duas emissoras escolhidas como campo para essa pesquisa dão bem a dimensão de como o fator tempo opera nestas relações. “Aconteceu, deu na Banda B” é o slogan da primeira emissora e “Em 20 minutos, tudo pode mudar” é o da BandNews. Neste contexto, uma reflexão possível é se o

repórter de fato tem tempo de fazer escolhas, ou se suas fontes são praticamente impostas por fatores ligados à rotina e exigência de produtividade.

Para concretizar tal investigação, escolheu-se a Teoria do *Newsmaking* como estratégia teórica, por se apresentar como a mais adequada ao estudo das rotinas produtivas, permitindo analisar aspectos diversos da produção jornalística, como os próprios modos de produção, os valores-notícia, os fatores relacionados ao profissionalismo e à pressão do tempo e, neste contexto, a relação entre repórteres e fontes noticiosas. O uso dessa teoria considera as premissas lançadas por pesquisadores como Guerra, Schudson (2010), Tuchman (1983, 1993), Arrueta (2010) e Vizeu (2007), que estudaram o *Newsmaking*. A fundamentação teórica inclui também a revisão de trabalhos relacionados a fontes (definições, tipificações, tensões), história do Jornalismo Policial (Brasil e mundo) e aspectos ligados à metodologia aplicada.

O principal instrumento de coleta de dados utilizado é a observação participante aplicada ao acompanhamento das rotinas de trabalho de profissionais de duas empresas de Curitiba: Rádio Banda B (AM) e Rádio BandNews (FM). A primeira é AM e se destaca na capital paranaense em cobertura de segurança, mantendo três programas diários com notícias policiais. A segunda é uma das duas emissoras FM da capital paranaense que se dedicam exclusivamente à produção de notícias e que inclui a cobertura policial de modo incorporado e disperso em seus noticiários. A escolha de tal técnica ocorreu basicamente pela possibilidade oferecida de se observarem os jornalistas em atuação e em contato direto com suas fontes. Ela foi aplicada durante o acompanhamento, nas ruas e nas redações, do cotidiano de repórteres das duas emissoras de rádio – cinco profissionais, no total, observados em 17 jornadas de trabalho.

Como técnica complementar de recolha de dados, foram empregadas entrevistas, no formato semiestruturado, com os repórteres observados, com o objetivo de identificar coincidências e divergências entre o discurso e a prática dos profissionais, permitindo assim uma análise também a partir de dados não observáveis. Foi incluída ainda entrevista com a jornalista que coordenou a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) do Paraná, entre 2004 e 2010, período em que, pelos levantamentos iniciais, ocorreram importantes mudanças na forma como os jornalistas da área policial se relacionam com as fontes oficiais. Completando a metodologia empregada, a análise dos dados foi feita a partir de várias leituras dos relatórios de campo e ainda a partir de uma espécie de “mapa de fontes”, por meio do qual foi possível estabelecer os percursos traçados pelos repórteres para obter informações.

Assim, no primeiro capítulo desta dissertação de mestrado, a proposta é apresentar pressupostos e discussões teóricas relacionados, inicialmente, à Teoria do Newsmaking, incluindo rotinas produtivas, valores-notícias, profissionalismo, subjetividade e construcionismo na produção jornalística e a busca do ideal da objetividade. Também são apresentadas e discutidas, sob o enfoque da literatura da área, questões relativas a fontes noticiosas (definições, tipos, tensões) e à história do Jornalismo Policial (no Brasil e exterior).

O segundo capítulo detalha a abordagem metodológica utilizada na pesquisa. Neste sentido, é descrito o caminho metodológico percorrido, da escolha das técnicas até a sua aplicação. São apresentados também aspectos históricos e práticos da observação participante e da pesquisa semiestruturada, bem como características, potencialidades e limitações das ferramentas metodológicas.

O terceiro capítulo apresenta, de modo resumido (o relatório de campo completo e as entrevistas são trazidas apenas nos apêndices), os dados coletados e uma espécie de “mapa de fontes”, em que estão estabelecidos, a partir dos movimentos dos jornalistas observados, os percursos percorridos pelos profissionais para obtenção de informações. Em seguida, é feita a análise dos dados. Apesar de serem utilizadas duas técnicas qualitativas de recolha – observação participante e entrevistas semiestruturadas –, a produção do mapa de fontes permitiu alguns dados quantitativos, que fundamentam a análise, assim como repetidas leituras dos relatórios de campo, sempre em sintonia com os pressupostos teóricos apresentados no primeiro capítulo.

Nas considerações finais, é feito um resumo das principais constatações possibilitadas pela pesquisa, esperando-se que possam servir de ponto de partida para novos estudos sobre Jornalismo Policial e a questão das fontes, com o intuito de melhorar a produção jornalística na área em favor do Jornalismo e, sobretudo, do público ouvinte/leitor/telespectador.

CAPÍTULO 1

NEWSMAKING E PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

Um morador de rua morre na calçada e, conforme indica a perícia preliminar, não teria sido vítima de crime, mas se engasgado com o próprio vômito. Normalmente, a história não apareceria entre as notas policiais. Porém, numa noite “tranquila”, sem outros “acontecimentos” para acompanhar, o caso vira notícia. A repórter grava a matéria com o mote “Homem é encontrado morto na Vila Hauer, em Curitiba. Confirmação da causa da morte dependerá de exames complementares” e garante, assim, sua primeira participação no noticiário noturno da rádio em que trabalha.

Em outro dia, por volta da meia-noite, no município de Fazenda Rio Grande, região metropolitana de Curitiba, repórteres observam o corpo de um jovem assassinado com um tiro. No local, tanto os policiais militares como o investigador da Polícia Civil fornecem poucas informações e dizem que não podem dar entrevistas – o policial civil conta, inclusive, que responde a uma sindicância por ter dado, anteriormente, entrevista sem autorização do delegado. Na falta de opções de fontes, o grupo grava com dois adolescentes, que têm no máximo 18 ou 19 anos e estavam com a vítima momentos antes da execução. Os repórteres procuram não os identificar, pois estão cientes de que isso poderia colocar os rapazes em perigo.

Um repórter de rádio encerra, às 19 horas, mais um dia de trabalho: fez uma nota e quatro matérias. Todas, porém, não tiveram sonoras gravadas pelo profissional. Mas duas delas tinham áudios extraídos de depoimentos da operação Lava Jato e indicados a ele por jornalista de um site, que ouviu os testemunhos e repassou texto e as marcações dos trechos mais interessantes da gravação. Além das matérias e da nota, o repórter fez, entre 14 e 19 horas, ao menos seis entradas no noticiário local (incluindo a exibição de suas matérias); quatro no noticiário nacional (inclusive participação na apresentação de um programa); duas para uma rádio parceira e atendeu ao pedido de uma emissora de tevê que integra o grupo jornalístico e solicitou uma matéria sobre a situação do processo contra o ex-presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha.

Os casos citados acima – matéria sobre algo que a rigor não é notícia, entrevista que pode colocar em risco as fontes de informações e produção de reportagens sem a gravação de sonoras pelo repórter – exemplificam situações corriqueiras na cobertura jornalística, em geral, e na policial, em particular, feita por emissoras de rádio de Curitiba. Tais práticas não

derivam exatamente de escolhas dos jornalistas, sendo quase imposições aos profissionais, em função das *rotinas produtivas*.

Assim, a repórter tem conhecimento de que, por não ter sido violenta, a morte do morador de rua não se encaixa nos *valores-notícia* usuais do jornalismo policial, mas é constrangida a fazer matéria sobre o assunto porque tem pouco tempo até o começo do noticiário noturno da emissora em que trabalha, momento em que precisará participar com “notícia fresca”, ou seja, produzida naquela noite. Da mesma forma, os repórteres não ignoram que, ao entrevistarem testemunhas de um crime, podem colocá-las em perigo, mas o fazem porque, sem informações consistentes da polícia, precisam apelar para as fontes de informações disponíveis. E também o jornalista que produziu quatro matérias sem entrevistas gravadas por ele sabe que isso não é o esperado, mas se conforma em fazer boletins sobre as suas pautas porque não conseguiu fontes dispostas a falar, na velocidade exigida pelo meio de comunicação, e porque, do contrário, suas produções não estariam prontas no horário do noticiário e ele não conseguiria fazer suas participações ao vivo para a emissora em que trabalha e para outros veículos parceiros.

Valores-notícia, pressão do tempo, escolha e dificuldades para conseguir fontes. Essas e outras questões são trabalhadas pela Teoria do *Newsmaking*, escolhida como estratégia teórica para esta pesquisa por se apresentar como a mais adequada ao estudo das rotinas produtivas, permitindo analisar aspectos diversos da produção jornalística e, neste contexto, da relação entre repórteres e fontes noticiosas, que é o objeto do trabalho.

1.1 Rotinas produtivas, profissionalismo e valores-notícia

O *Newsmaking* pode ser definido como uma corrente teórica que entende o fato como construção da notícia (GUERRA, 2008). Ou seja, o que é divulgado pela imprensa não é o fato em si, mas o resultado de um processo de objetivação humana da realidade, produzido historicamente. Neste sentido, ela se opõe a outras linhas teóricas, como a Teoria do Espelho, segundo a qual as notícias são reflexos da realidade, reproduzindo os fatos.

Para Wolf (1987), a abordagem do *Newsmaking* articula-se, principalmente, dentro de dois limites: a cultura profissional (profissionalismo) dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos (rotinas). Tal estruturação obedece a rotinas industriais que conformam os fatos, transformando-os em notícias, selecionadas segundo critérios de noticiabilidade e valores-notícias.

Diante do entendimento de que, para estudar os modos de produção do conteúdo jornalístico policial das emissoras de rádio de Curitiba, é essencial compreender como rotinas produtivas, valores-notícia e profissionalismo impactam no produto final que chega ao público, traremos a seguir aspectos teóricos relacionados a esses fatores.

1.1.1. Valores-notícia

A socióloga Gaye Tuchman (1983, p. 16) afirma que as notícias são “um produto dos jornalistas”, que “atuam dentro de processos institucionais e em conformidade com práticas institucionais”. Tais processos e práticas são analisados também pelo jornalista Alfredo Vizeu (2007), que pontua que, na produção da notícia, pesam tanto a cultura profissional, entendida como uma série de paradigmas e práticas profissionais dadas como naturais, como as restrições ligadas à organização do trabalho, que estabelecem critérios de relevância definidores da noticiabilidade de um fato. Noticiabilidade, no caso, é entendida por Vizeu (2007) como o conjunto de elementos com os quais as empresas jornalísticas controlam e produzem a quantidade e o tipo de fatos, entre os quais vão selecionar as notícias, tais como: novidade, imprevisibilidade, excepcionalidade, relevância, notoriedade dos envolvidos, raridade e conflito. Para o autor, a noticiabilidade é determinada, por sua vez, por valores-notícia, ou seja, por critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção e não apenas no momento da seleção e que podem mudar em função de aspectos culturais, sociológicos e tecnológicos.

Vizeu (2007) defende que os valores-notícia são praticamente infinitos, mas se agrupam em cinco grandes categorias que, por sua vez, dividem-se em outras tantas. Os critérios citados por Vizeu são os mesmos trabalhados pelo teórico Mauro Wolf (1987): substantivos, relativos ao produto, relacionados aos meios de informação, referentes ao público e alusivos à concorrência.

Com relação às categorias substantivas, defende Vizeu (2007) que são aquelas que se ligam ao fato em si e seus personagens; a seleção de notícias pode ser feita com base na importância e no interesse dos fatos. Quanto à importância, ela se processa em relação aos indivíduos envolvidos (políticos de destaque e celebridades); ao interesse nacional do fato; à quantidade de pessoas envolvidas e ao potencial para desdobramentos ou suítes. O autor (2007) explica que o interesse do fato está diretamente relacionado à visão que o jornalista tem do seu leitor, ouvinte, telespectador e de seus interesses, envolvendo histórias de gente

em situações insólitas; em que há a inversão de papéis (o homem que morde um cachorro e não o inverso); casos de interesse humano e histórias que relatam atos de heroísmo.

Com relação ao produto em si, Vizeu (2007) cita questões relacionadas ao formato. Impactam neste critério a brevidade (adequação aos limites de espaço e tempo do veículo); a atualidade (*deadline*); a atualidade interna (momento propício para sua divulgação, num veículo específico); a qualidade (na tevê, ter boas imagens é fundamental, assim como as sonoras para o rádio) e o equilíbrio (necessidade de ter notícias de diferentes áreas de interesse).

Sobre a categoria “meios de informação”, ela está relacionada à quantidade de tempo e espaço destinados à veiculação de uma informação. Neste sentido, Vizeu (2007) destaca aspectos como a qualidade e significância de imagens, que podem fazer com que um assunto ganhe mais ou menos espaço na tevê, e a frequência, ou seja, a possibilidade de dar continuidade à cobertura de um fato, de modo planejado.

A categoria relativa ao público leva em conta a imagem que os jornalistas têm dos leitores, telespectadores e ouvintes. O problema é que, na maioria das vezes, conforme Vizeu (2007), os jornalistas conhecem pouco sobre seu público e acabam fazendo escolhas com base em suposições. De modo geral, os profissionais da imprensa procuram se guiar em função da estrutura narrativa da notícia, que deve ser clara, permitindo a identificação dos personagens envolvidos; dar o serviço (para que o leitor possa usufruir de modo prático da informação) e aplicar o que o autor chama de protetividade, que é não expor o público a detalhes chocantes ou a notícias que possam estimular a repetição de fatos negativos, como a divulgação de suicídios e falsos atentados a bomba.

A respeito da última categoria destacada, a concorrência entre os veículos, Vizeu (2007) comenta que muitos assuntos são noticiados pensando apenas na possibilidade de furar a concorrência ou se aquilo pode ser explorado pelo concorrente.

Outro autor que trabalha os valores-notícia é Josenildo Guerra (2008), que os divide em duas categorias. A primeira é denominada “valores-notícia de referência”, sendo aqueles que a organização jornalística cristalizou internamente no chamado Programa de Cobertura (conjunto de determinações que regem o trabalho jornalístico, como divisão de tarefas, administração de prazos, etc.) e que são constantemente acionados no dia a dia do trabalho. “A abordagem do newsmaking quando trata dos valores-notícia e apresenta suas tipificações se concentra especificamente nesta categoria do conceito. Normalmente, são as tipificações que, ao longo do tempo, mostraram-se eficazes para 'prender a atenção' da audiência”. (GUERRA, 2008, p. 187). Tais tipificações, comenta o autor, são descobertas, normalmente,

por meio do método “tentativa e erro”, em que uma notícia que “venda jornal” tende a se constituir em referência para as coberturas posteriores. A segunda categoria pode ser definida como “valores-notícia potenciais”, que, segundo ele, trata-se de um conjunto de expectativas de uso ainda não exploradas junto à audiência:

Eles (valores-notícia) representam, por um lado, as características que os fatos devem ter e, por outro, a expectativa, o desejo, manifestado pelo público em relação àquilo que querem ver nos jornais. Os valores-notícia funcionam como guias para toda a organização jornalística no seu empenho destinado à captação e à apresentação dos fatos. (GUERRA, 2008, p. 80 - 81).

O pesquisador argentino César Arrueta (2010), por sua vez, destaca os valores-notícia relacionados ao peso dos interesses dos veículos de informação: fatos que não afetam os interesses econômicos e políticos da empresa; que são viáveis em função do tempo de funcionamento da redação e de fechamento do jornal (das rotinas de produção, portanto); que se referem a governantes ou pessoas ligadas ao governo; que são considerados relevantes em função da linha editorial do meio de comunicação; que apresentam potencial para suítes/desdobramentos; que estão alinhados ao interesse do público leitor preferencial; novidades; além de temas que envolvam grande quantidade de pessoas ou que guardem proximidade geográfica.

Bourdieu (apud TRAQUINA, 1997, p. 12), para quem os jornalistas têm “óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem”, diz que os profissionais de imprensa operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado. Tomando o pensamento do autor como ponto de partida, e com base nas classificações de noticiabilidade de vários autores, Nelson Traquina (2008) também apresenta um elenco de valores-notícia. Para Traquina (2008), eles podem ser de dois tipos: de seleção, subdividido em critérios substantivos (avaliação direta dos fatos) e contextuais (contexto do processo de produção); e de construção (seleção de elementos dentro dos acontecimentos dignos de citação na notícia).

No âmbito dos critérios de seleção “substantivos”, Traquina (2008) situa as notícias relacionadas a: morte; notoriedade; proximidade (em termos geográficos, mas também culturais); tempo (atualidade, “gancho”); notabilidade; inesperado; conflito ou controvérsia; e infração – incluídos os casos de escândalo. Entre os critérios de seleção “contextuais”, Traquina (2008) relaciona: disponibilidade (facilidade para a cobertura); equilíbrio (quantidade de notícias sobre este acontecimento que existe ou existiu); visualidade (disponibilidade de elementos visuais); concorrência (busca do “furo” e do que os outros

veículos de comunicação têm); dia noticioso (acontecimentos que disputam com outros o mesmo espaço, num dia).

Sobre os valores-notícia de construção, Traquina (2008) cita a simplificação (necessidade de ser entendido por qualquer um); amplificação (repercussão da notícia); relevância (muitas vezes ditada pelo próprio jornalista); personalização (valorização das pessoas); dramatização (fatos que apelam para o emocional) e consonância (inserir a notícia numa “narrativa já estabelecida”).

Por fim, Tuchman (1983), discorrendo sobre os critérios de seleção, o que inclui o debate sobre os valores-notícia, diz que, neste processo de escolha do que será ou não noticiado, vários fatores concorrem. Há, por exemplo, lugares estratégicos em que são mantidos repórteres, como o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais, os palácios de governos, as Nações Unidas, etc. Além disso, por procurar interessar ao maior número possível de pessoas, os veículos buscam mesclar notícias sobre diferentes áreas de interesse, como Política, Economia, Esportes, Cidades, Cultura, Segurança Pública. Segundo a socióloga (1983, p. 59 – 62), ainda se procura mesclar diferentes tipos de notícias: duras (factuais e perecíveis); leves (que não perdem atualidade); súbitas (que ocorrem subitamente e precisam ser divulgadas); em desenvolvimento (fatos que estão ocorrendo quando a notícia é veiculada) e suítes ou de sequência (pré-programados, noticiados em série).

O exame do tempo e das tipificações sugere que os jornalistas usam tipificações para transformar os acontecimentos únicos do mundo cotidiano em matérias-primas que podem ser submetidas a um processamento de rotina e a sua disseminação. (TUCHMAN, 1983, p. 71)

Analisando essas classificações para valores-notícia apresentadas pelos autores relacionados, é possível afirmar que, embora elas apresentem denominações diferentes e disparidades pontuais, na essência, são similares, apresentando, porém, menor ou maior detalhamento e subdivisões dos elementos utilizados pelos jornalistas e pela mídia para fazer a seleção noticiosa. Na cobertura jornalística policial feita por emissoras de rádio de Curitiba, foi possível observar, durante a pesquisa de campo, que alguns desses valores ganham mais destaque. Notícias envolvendo pessoas importantes em situação de possível crime, como exemplo, têm destaque diário em uma das emissoras objeto do estudo, que faz um acompanhamento muito próximo da operação Lava Jato, maior investigação já realizada no Brasil sobre corrupção e lavagem de dinheiro, com participação de políticos e grandes

empresários. Já a segunda emissora tem na ocorrência policial em andamento um dos principais fatores que impactam suas escolhas. Assim, mesmo quando o fato não apresenta alta relevância, pode ser noticiado se ocorrer durante a veiculação dos noticiários da emissora. Coletivas de imprensa convocadas pelos órgãos ligados à Secretaria Estadual de Segurança recebem atenção de ambas as emissoras.

1.1.2 Profissionalismo

O profissionalismo é definido por Josenildo Guerra (2008) como um conjunto de normas, padrões e procedimentos que configuram a atividade jornalística como um campo de saber e conhecimentos próprios, encontrando um paralelo no conceito de “cultura profissional”. Assim, ele destaca que, “quando sai para apurar uma notícia, o repórter vai munido de todo o conhecimento profissional que o faz ser reconhecido como jornalista” (GUERRA, 2008, p. 80).

John Soloski (1993, p. 92) analisa o profissionalismo como “um método eficiente e econômico através do qual as organizações jornalísticas controlam o comportamento dos repórteres e editores, na medida em que estes profissionais precisam atuar respeitando um conjunto específico de saberes”. Soloski acrescenta que, dentro de um veículo de comunicação, as decisões acerca da cobertura noticiosa devem ser tomadas rapidamente, com pouco tempo para discussão. Neste contexto, para que a produção noticiosa funcione, repórteres e editores precisam dispor de uma boa dose de autonomia para a seleção e o processamento da notícia. Tal autonomia pode representar um problema para a direção de uma organização jornalística, no que se refere ao comportamento dos profissionais da redação. Assim, o profissionalismo, ao estabelecer uma série de regras que precisam ser cumpridas pelos jornalistas, funciona como um mecanismo de constrangimento do comportamento dos profissionais da imprensa.

O profissionalismo jornalístico, segundo Soloski (1993), controla o comportamento dos jornalistas não apenas por estabelecer padrões e normas de comportamento, mas também porque determina o sistema de recompensa profissional. Além de método de controle, o autor enfatiza que o profissionalismo é condição para a sobrevivência do jornalismo como profissão. Isso porque uma base cognitiva é essencial para a existência da profissão, exigindo:

- 1) que o conjunto de conhecimentos esotéricos e suficientemente estáveis relativamente à tarefa profissional seja ministrado por todos os profissionais; e 2) que o público aceite os profissionais como sendo os únicos capazes de fornecer

serviços profissionais. Ao assegurar o controle sobre a base cognitiva da profissão, a profissão também estabelece um monopólio no mercado profissional. A concorrência entre membros da mesma profissão pode ocorrer, mas não existe qualquer concorrência entre profissões pelo direito de fornecer os mesmos serviços profissionais. Se fosse esse o caso, então a base cognitiva da profissão seria reclamada por mais do que uma ocupação e a legitimidade dos serviços fornecidos e os métodos empregues seriam ameaçados. (SOLOSKI, 1993, p. 93)

Tal base cognitiva, que determina o profissionalismo jornalístico, é partilhada, segundo o autor, por meio da formação oferecida pelas faculdades e também pelo estágio profissional. Dentre as normas repassadas neste processo, a objetividade ocupa papel central, segundo Soloski (1993, p. 96), já que é dela que “fluem aspectos mais específicos do profissionalismo jornalístico, como o news judgement (capacidade de julgar o que é notícia), a seleção das fontes e a estrutura dos news beats (espaços noticiosos)”. Ele observa que a objetividade não significa que os jornalistas são “observadores imparciais de acontecimentos – como acontece com os cientistas sociais –, mas que procuram e relatam os fatos de modo mais imparcial e equilibrado possível” (SOLOSKI, 1993, p. 96). Imparcialidade e neutralidade também integram esse conjunto de normas que precisam ser respeitadas.

Soloski (1993, p. 100) destaca que apenas o profissionalismo não seria suficiente para que as organizações jornalísticas mantivessem o controle sobre seus profissionais, uma vez que “o profissionalismo jornalístico fornece aos jornalistas uma base de poder independente que pode ser utilizada contra a direção”. Para minimizar essa ameaça, o autor diz que as empresas instituem políticas editoriais que limitam ainda mais o comportamento profissional dos seus jornalistas. “Desde que a política editorial não force os jornalistas a violar normas do profissionalismo jornalístico, não há qualquer razão para presumir que os jornalistas veem a política editorial como um constrangimento no seu trabalho, embora limite os tipos de histórias que podem ser relatadas” (SOLOSKI, 1993, p. 100). Neste contexto, ele afirma que, somados, política editorial e profissionalismo têm um papel primordial na estrutura das organizações jornalísticas:

Tanto o profissionalismo jornalístico como a política editorial são utilizados para minimizar o conflito dentro da organização jornalística. Isto é, as normas profissionais e as políticas editoriais das organizações jornalísticas são aceitos pelos jornalistas, e só em casos raros é que ou as normas profissionais ou as políticas editoriais são um ponto de desacordo entre o staff da organização jornalística. Como um jogo, as normas profissionais e as políticas editoriais são regras que toda a gente aprende; só raramente estas regras são explícitas, e só raramente se levantam objeções a essas regras. (SOLOSKI, 1993, p. 99).

Para o público, o autor comenta que uma das consequências do profissionalismo jornalístico é a oferta de uma cobertura noticiosa mais limitada, visto que não pode ameaçar

nem a posição econômica da organização jornalística individual nem o sistema político-econômico global, no qual a organização jornalística opera. “Além disso, o profissionalismo jornalístico produz 'estórias' que permitem que as organizações jornalísticas aumentem o seu público e mantenham um controle firme sobre o mercado. E última análise, o profissionalismo jornalístico distorce as notícias ao nível social” (SOLOSKI, 1993, p. 100).

1.1.3 Rotinas produtivas

Segundo a socióloga Gaye Tuchman (1983, p. 210), a notícia reproduz a si mesma como algo histórico dado: “Não somente define e redefine, constitui e reconstitui significados sociais; também define e redefine, constitui e reconstitui maneiras de fazer coisas: os processos existentes nas instituições”. Ajuda, deste modo, a construir a realidade, repassada à população por meio das notícias veiculadas pela mídia.

A pesquisadora sustenta ainda que a notícia é uma aliada das instituições legitimadas, na medida em que reproduz o que o poder dominante deseja ver divulgado. A seleção e a disseminação desse conteúdo, segundo Tuchman (1983), são feitas por profissionais que trabalham na imprensa, que atuam em conformidade com processos e práticas institucionais.

Josenildo Guerra (2008, p. 81 - 82) também comenta que o processo de captação e de apresentação dos fatos obedece a uma série de rotinas produtivas, que organizam o trabalho dos diversos setores de uma empresa jornalística, estabelecendo uma certa racionalidade, que considera questões como “para onde e para o que a cobertura estará voltada, até que momento do ciclo a captação é permitida, quando a forma final do produto começa a ser produzida e quando, finalmente, ela estará terminada”.

Neste sentido, segundo Guerra (2008, p. 143), a instituição jornalística representa a sistematização de valores e procedimentos técnicos, forjados ao longo da formação e legitimação social da prática jornalística: “Tal sistematização moldou determinados padrões do ser e fazer profissionais, os quais se consolidaram pela sua relativa eficiência e eficácia com o passar do tempo”. Ele comenta que a própria consolidação da instituição se dá com a consolidação desses padrões, ou seja, de um conjunto de conceitos, de orientações e de procedimentos de trabalho.

O autor observa ainda que, tradicionalmente, os estudos de rotinas produtivas são associados ao Newsmaking, envolvendo questões como o gerenciamento dos recursos humanos e materiais. “A rotina nada mais é que um arranjo organizacional no sentido de combinar os recursos humanos e os recursos materiais para a realização do trabalho, dentro

dos prazos exigidos de elaboração e finalização do produto” (GUERRA, 2008, p. 168). Ele prossegue dizendo que, normalmente, a rotina é pensada em função do fechamento de uma edição regular, mas também pode considerar outros aspectos, como o planejamento da organização a médio e a longo prazo. “Nele definem-se funções, prazos, técnicas e tudo mais que for necessário para racionalizar os custos e esforços da equipe na captação, preparação e difusão do material informativo” (GUERRA, 2008, p. 168). O autor diz ainda que o foco preciso da rotina é a eficiência do processo produtivo:

A rotina é um modo de administração dos recursos existentes, entre outros possíveis, implementado efetivamente pela organização. Ou seja, a organização articula e define um determinado modo de operação com o fim de otimizar a capacidade de trabalho instalada e definir, assim, uma sistematização do trabalho que se mostre eficiente para realizar o ciclo diário da produção. A organização jornalística, através da racionalização de suas atividades, tanto potencializa sua capacidade de trabalho quanto cria constrangimentos decorrentes dessa mesma racionalização. (GUERRA, 2008, p. 168)

Guerra (2008) lembra que, nas últimas décadas, em função do processo de modernização tecnológica e administrativa das organizações jornalísticas, houve um aumento da capacidade de cobertura dos veículos de comunicação e da eficiência de tal processo. Como consequência, na atualidade, as rotinas organizacionais permitem, por exemplo, uma regularidade na produção, já que conseguem articular uma série de atividades paralelas, de modo que convirjam para um mesmo ponto, num mesmo momento. “A eficiência desse processo não pode ser ignorada na garantia do fluxo de informações que circulam interna e externamente nas sociedades complexas hoje” (GUERRA, 2008. p. 169).

Por outro lado, as rotinas também resultam em limitações da ordem de eficácia. Um exemplo citado pelo autor é a cobertura política, em geral centrada no parlamento, onde os jornalistas conseguem produzir material noticioso para quase todas as editorias políticas das diversas organizações. Porém, como os esforços são concentrados no parlamento, os veículos deixam de cobrir outros assuntos relevantes, ocorridos fora desse espaço. “É que o procedimento de captura não dá conta porque, se fizesse, geraria um esforço de tempo e de recursos sem garantia de que as informações seriam obtidas no tempo que a organização precisa” (GUERRA, 2008. p. 169).

A partir de seus estudos sobre Newsmaking, Tuchman identificou que as práticas que conduzem todo o processo de fabricação da notícia estão relacionadas a três aspectos específicos: espaço, tempo e fonte.

A mídia impõe cuidadosamente uma estrutura ao tempo e ao espaço para tornar possível a si mesma a realização do trabalho em qualquer dia e o planejamento do trabalho ao longo dos dias [...] influi sobre a avaliação dos eventos como acontecimentos informativos. (TUCHMAN, 1983, p. 54)

Com relação ao “espaço”, Tuchman (1983) diz que ele atua como um limitador para o jornalismo. Há dias em que os jornalistas têm muitas notícias relevantes e interessantes para divulgar, mas, em função do espaço, têm que selecionar somente algumas. O contrário também acontece: períodos em que há poucas notícias, mas um espaço fixo a ser preenchido, de forma que os jornalistas precisam “criar notícias”, colocando em evidência assuntos que estavam fora do debate público, recuperando discussões adormecidas ou criando polêmicas onde elas aparentemente não existiriam. Neste contexto, a publicidade tem um papel importante, pois ela também ocupa o espaço dos veículos e estabelece a necessidade de se ter mais ou menos notícias, ao determinar, por exemplo, o número de páginas de uma edição de jornal.

Philip Schlesinger (1993), falando especificamente sobre televisão, também analisa a questão do espaço. Segundo ele, “cada dia noticioso é composto por uma série de time-slots, cada um dos quais claramente demarcado” (SCHLESINGER, 1993, p. 182). Ele explica que a existência dos chamados news slots (espaços noticiosos) é do conhecimento do público, que espera que os boletins noticiosos ocupem esses espaços:

Para os produtores jornalísticos, a existência desses slots coloca um problema: têm que ser preenchidos com notícias. [...] Por outro lado, em dias em que muita coisa acontece (em termos noticiosos), pode-se considerar que existem demasiadas notícias disponíveis. O slot é também, por isso, um constrangimento. Assim, os time-slots moldam o dia, apresentando um conjunto de alvos formais à equipe de produção. Para estar à altura dos time-slots os jornalistas têm de primeiro respeitar os seus deadlines. (SCHLESINGER, 1993, p. 182).

Ao falar sobre o “tempo”, outro fator que conforma as práticas jornalísticas, Tuchman (1983) diz que a cobertura dos assuntos leva em consideração o tempo em que há repórteres disponíveis para fazer esse trabalho. Ela explica que, se os fatos ocorrerem em determinado período do dia, quando a maioria dos jornalistas de uma empresa se encontra disponível, a probabilidade de cobertura é maior. Mas, se ocorrer à noite ou de madrugada, quando as redações estão quase ou completamente vazias, a relevância do fato terá que ser maior para que ele possa ter cobertura. Essa lógica leva em consideração não só a menor disponibilidade de profissionais nas redações, mas também os horários de fechamento, de modo que a notícia possa chegar às mãos do público no horário habitual. O mesmo ocorre em relação aos dias da semana. Se um fato ocorre num sábado ou domingo, tem menor chance de

divulgação do que se ocorrer em outro dia da semana. Sobre o aspecto tempo, pesa também a superoferta de assuntos. A pesquisadora comenta que um meio de comunicação ou uma rede não têm condições de publicar tudo o que é produzido. “Deve reduzir todos os fenômenos a classificações conhecidas. Deve encontrar um ponto de equilíbrio entre flexibilidade e rigidez” (TUCHMAN, 1983, p. 58).

Igualmente, Schlesinger (1993, p. 178), comentando sobre a questão do tempo, diz que os conceitos utilizados pelos jornalistas no curso da produção jornalística são de importância primordial na sua cultura profissional, “pondo a sua marca altamente distinta na sua abordagem à realidade social”. Ele diz também que a escassez de tempo na produção jornalística, por vezes, é usada como justificativa para o tratamento insuficiente nos boletins noticiosos para algumas histórias: “A escassez de tempo é uma defesa: os jornalistas defendem a sua própria prerrogativa de decidirem o valor das 'estórias'” (SCHLESINGER, 1993, p. 184).

Tuchman (1983) se refere ainda à conformação das notícias em relação às fontes selecionadas, já que, em geral, é a partir do que as fontes informam que o jornalista constrói sua versão da realidade. A autora diz que as fontes funcionam como uma espécie de “capital” para os jornalistas, já que ter muitas e boas fontes pode ser fator de status profissional:

Ao conhecer fontes suficientes, os jornalistas podem alcançar os resultados máximos de sua capacidade de acumular uma história por dia e demonstrar sua competência. Que ter uma história todos os dias é um sinal de competência é algo que se torna claro rapidamente. (TUCHMAN, 1983, p. 81).

Por isso, segundo a autora, jornalistas mais experientes costumam ser procurados pelos novatos ou pessoas de outras áreas para “passar fontes”. E, quanto mais influentes forem as fontes desses profissionais, maior será o seu prestígio no veículo e entre os colegas. E esse prestígio garante também as melhores pautas para esses repórteres, assuntos que terão mais destaque na edição. Forma-se, assim, de acordo com Tuchman (1983), um círculo em que profissionais com boas fontes recebem as melhores coberturas, ficam em evidência, conquistam mais fontes, ganham as melhores pautas e assim sucessivamente.

“É comum a troca de fontes e informações também entre os jornalistas, inclusive de empresas diferentes, mas que atuam na mesma área” (TUCHMAN, 1983, p. 89). Isso, segundo ela, contribui para que uma mesma versão da realidade seja transmitida ao público por diferentes veículos, já que as fontes e as visões de mundo são as mesmas. Há uma preferência dos jornalistas por fontes oficiais ou institucionalizadas e também pelos chamados

especialistas, com estudos e experiência em determinada área, em comparação com o cidadão comum, que pode estar vivendo uma situação específica. Como já citado, Tuchman (1983) diz que o uso de fontes graduadas, que podem ser elencadas como detentoras da verdade, é um recurso empregado pelos jornalistas para se distanciar dos fatos, passando uma visão de imparcialidade, e, ao mesmo tempo, proteger-se de eventuais erros de informação.

Além disso, Tuchman (1983) alerta que muitas fontes são selecionadas atendendo a interesses comerciais dos jornais e, nesse sentido, a mídia é usada (e se deixa usar) para a transmissão de fatos que lhe interessam:

La competición por los ingresos por publicidad alcanzados por la circulación condujo a los medios de información a desarrollar fuentes de información centralizadas, al modo de cordones umbilicales que conectan la redacción con sus fuentes de subsistencia. (TUCHMAN, 1983, p. 32)

Guerra também aborda a questão das fontes, destacando que o processo de seleção de fontes é um dos fatores que colocam em xeque a objetividade no jornalismo:

Ninguém melhor do que o próprio jornalista sabe que ao conhecer os fatos, cotidianamente, ele está tomando uma série de decisões sobre que aspectos devem ser preservados na notícia. Desde a escolha de quais fontes deverão ter sua voz ouvida sobre os acontecimentos até as informações que irão compor o lide, tudo isso passa pelo crivo do profissional que faz a cobertura. Diante dessa situação, como o repórter pode dizer-se objetivo, ater-se ao fato sem deixar que sua subjetividade influa no conhecimento produzido, se em todo o processo ele faz escolhas, avalia o que entra na reportagem e o que deve ficar de fora? (GUERRA, 2008, p. 83 - 84)

Do mesmo modo, César Arrueta (2010), analisando o papel das fontes de informação jornalística na construção da realidade, comenta que, nos diários observados por ele, foi identificada uma tendência à cobertura benéfica a quem está no poder. Assim, embora exista espaço para fontes de oposição, as fontes oficiais predominam e, no caso específico de um dos diários observados, formam o eixo estruturante do mapa de fontes. Tal escolha, segundo Arrueta (2010), está associada ao fato de os periódicos dependerem, em grande medida, da propaganda oficial, o que explica também porque as críticas à oposição não são tão contundentes, já que, a qualquer momento, oposição pode se tornar situação e vice-versa.

Além das fontes do governo e de oposição, num terceiro nível de atenção, Arrueta (2010) observa que os jornais ouvem as chamadas “fontes espontâneas”, que são aquelas que procuram os veículos em busca de divulgação de assuntos de seu interesse. A divulgação desses temas, porém, está sujeita à disponibilidade de espaço. Também há oportunidade de fala para os chamados especialistas. Por outro lado, há fontes que são vetadas – na maioria,

representantes de organizações sociais, notadamente ligados a movimentos agrários, entidades representativas de vendedores ambulantes e organizações de defesa do movimento LGBT.

Embora o relato de Arrueta (2010) se refira à realidade específica dos jornais observados por ele na Argentina, há similaridades com os tipos de fontes utilizados pela mídia brasileira, que priorizam o relato oficial, transmitindo, assim, uma versão oficial dos fatos, que interessa ao poder dominante. Do mesmo modo, no Brasil, há alguns tipos de fontes que encontram dificuldades para serem ouvidas, caso de movimentos sociais ou de pessoas comuns. Especificamente em relação às fontes no jornalismo policial, o predomínio, como veremos no tópico a seguir, também é das fontes oficiais.

1.2 O ideal da objetividade

A objetividade é a base que dá sustentação às teorias que se opõem aos ideais construcionistas, defendidos por perspectivas teóricas como a do Newsmaking. E, embora seja colocada em xeque pelas teorias que entendem o fato como uma construção da notícia, a objetividade ainda hoje é um ideal perseguido pelos jornalistas, o que, neste estudo em particular, fica claro em práticas como a busca por fontes. Por esse motivo, também trataremos nesta pesquisa sobre aspectos gerais relacionados à objetividade. Mas por que os jornalistas ainda se apegam à objetividade, mesmo cientes de que a subjetividade é inerente à produção da notícia? Para a socióloga Gaye Tuchman, a objetividade é usada como estratégia para os jornalistas e os veículos se protegerem de eventuais erros:

O uso de fontes graduadas que podem ser citadas com pretensão de verdade ocorre para converter-se em um recurso técnico, projetado para distanciar o repórter dos fenômenos identificados como fatos. As citações de opiniões de outros são apresentadas para criar uma trama de fatos que mutuamente se validam. (TUCHMAN, 1983, p. 108)

A pesquisadora comenta também que, com a argumentação de que seu trabalho é objetivo, os jornalistas acreditam que podem mitigar pressões contínuas, tais como os prazos, os possíveis processos de difamação e as repressões antecipadas dos superiores (1993, p. 74).

Para os jornalistas, como para os cientistas sociais, o termo objetividade funciona como um baluarte entre eles e os críticos. Atacados devido a uma controversa apresentação dos “fatos”, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês do mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar espíritos malignos. (TUCHMAN, 1993, p. 75)

A pesquisadora diz que três fatores influenciam a noção de objetividade dos jornalistas: a forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo. Por forma, ela entende os atributos das notícias e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos, como o uso das aspas. Já por conteúdo, ela cita as noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas. Tuchman (1993) diz que o conteúdo está ligado às relações interorganizacionais do jornalista, pois suas experiências com as organizações fazem com que eles tomem por certas algumas coisas acerca delas.

Josenildo Guerra (2008), em seu estudo sobre o percurso interpretativo na produção da notícia, defende que a objetividade é o fundamento do imperativo ético que dá vida à atividade jornalística, uma vez que os jornalistas e a sociedade reconhecem o “fato real” como o objeto da notícia. Em outras palavras, o autor diz que toda a notícia tem como base um fato concreto e que, por esse motivo, o que a imprensa veicula é tido como verdade. “... a notícia é *acolhida* como o discurso verdadeiro sobre fatos da realidade. Qualquer informação nela contida ganha *status* de verdade imediatamente” (GUERRA, 2008, p. 28). Tal confiança, segundo ele, é depositada porque o público confia que os “jornalistas prezam por buscar a verdade sobre os fatos que acontecem e podem ser de interesse para as pessoas” (GUERRA, 2008, p. 29).

Os jornalistas se comprometem a noticiar apenas fatos que sejam reais, em função disso, o público acredita que tais fatos noticiados sejam, efetivamente, realidade. [...]. O público não tem a possibilidade de verificar, a cada notícia, a sua veracidade. É portanto fundamental haver credibilidade na instituição jornalística, e de seu jornal preferido em particular, porque os fatos noticiados acontecem fora do raio de suas experiências diretamente vividas. (GUERRA, 2008, p. 31)

Segundo o autor, o conceito de objetividade comporta uma ambivalência, podendo ser considerado tanto do ponto de vista estilístico quanto do ponto de vista gnóstico. O primeiro uso é comum para recomendar ao jornalista ir direto ao assunto, por meio de redação que priorize frases curtas e enxutas e da utilização do formato “pirâmide invertida” (com os fatos essenciais no primeiro parágrafo e os detalhes no corpo do texto). O segundo uso, que é foco do trabalho de Guerra (2008), é o que se refere à propriedade que possibilita que o conhecimento e o discurso produzidos pelo jornalista sejam fiéis ao fato. Para cumprir tal finalidade, o autor cita que três requisitos devem ser cumpridos:

A objetividade, enquanto correspondência entre a notícia e o fato, exige o cumprimento de três prescrições metodológicas para que seja alcançada efetivamente: a intenção do repórter; o rigor na realização dos procedimentos de

investigação; e, finalmente, a redação da notícia. [...]. Os três estão inter-relacionados de modo indissociável um do outro. (GUERRA, 2008, p 42 - 43)

Além da objetividade, o autor cita a neutralidade e imparcialidade como requisitos para que o jornalista consiga traduzir em suas produções “a verdade dos fatos”. Quanto à neutralidade, Guerra diz que o jornalista precisa estar imune a pressões que o afastem da correta investigação dos fatos. Para isso, “não pode estar atrelado a quaisquer tipos de interesses – emotivos, financeiros, políticos, etc. – que orbitem em torno do fato que está cobrindo” (GUERRA, 2008, p. 45). Já para atingir a imparcialidade, o autor comenta que o jornalista não deve tomar partido entre os interessados que disputam ter conhecimento sobre os fatos. Segundo Guerra (2008), somente quando o jornalista e o jornal não são atrelados a nenhum interesse envolvido na discussão, podem ser reconhecidos como imparciais. O uso destes três fatores tem impacto também nos outros interlocutores do jornalismo:

A forma como os três princípios, objetividade, neutralidade e imparcialidade, complementam-se implica um determinado modo de compreensão da atividade jornalística, que gera expectativas e compromissos com seus outros interlocutores: fontes e público. (GUERRA, 2008, p. 51)

Outro autor que se debruça sobre a questão da objetividade é Michael Schudson (2010), quando analisa a história do jornalismo e da imprensa norte-americanos. Em boa parte do período examinado, o professor narra como o ideal do jornalismo objetivo foi construído e passou a prosperar nos Estados Unidos: “Quer os repórteres enxergassem a si mesmos como cientistas ou como artistas, eles sempre acreditavam que deveriam ser realistas. Seu ideal de literatura, como o de reportagem, acentuava a factualidade” (SCHUDSON, 2010, p. 90), comenta, referindo-se ao trabalho dos profissionais da imprensa na última década dos anos 1800.

Ao estabelecer a objetividade como um ideal a ser conquistado, Schudson (2010, p. 16) comenta que os jornalistas julgavam ser possível separar fatos e valores: “A crença na objetividade é apenas isto: a ideia de que se pode e se deve separar fatos de valores”. O autor diz que, nesta perspectiva, os fatos são vistos como declarações sobre o mundo, abertas a uma validação independente. “Eles se colocam além das influências distorcedoras de quaisquer preferências pessoais” (SCHUDSON, 2010, p. 16). Já os valores são entendidos como predisposições conscientes ou inconscientes de um indivíduo sobre o conceito de mundo. “Última análise, eles são vistos como subjetivos e, portanto, sem sustentação legítima sobre outras pessoas” (SCHUDSON, 2010, p. 16).

Schudson (2010) demonstra também, em sua obra, como, ao longo dos anos, preceitos, a exemplo das rotinas produtivas e valores-notícia, foram disseminados. Segundo o autor, tais práticas e valores, em geral, eram introduzidos por um veículo específico, ganhavam repercussão e acabavam sendo reproduzidos pelos demais e depois repassados, nas redações, a cada nova geração de jornalistas. Ele observa que esse conjunto de saberes não é estático e, assim, algo que por determinado tempo foi considerado um preceito fundamental poderia, com o tempo, ir perdendo seu valor.

Um exemplo deste processo, segundo Schudson (2010), é a transformação experimentada pelos jornais norte-americanos a partir de 1830, quando surgiu a imprensa de baixo custo – os chamados penny press (jornais populares vendidos por um centavo de dólar). Esse tipo de jornal nasceu em Nova York, na época já um centro nacional, e rapidamente se expandiu para outras grandes cidades, como Boston, Filadélfia e Baltimore. A nova imprensa, comenta o autor, era “bem definida economicamente – ao vender barato, ao distribuir suas edições por jornaleiros e ao depender da publicidade; politicamente – ao reivindicar a independência partidária; e substancialmente, ao focar sobre a notícia, um gênero que ela criou” (SCHUDSON, 2010, p. 42 - 43).

Tanto quanto alterações da forma, a nova mídia trouxe mudanças de conteúdo, impulsionadas, em parte, pelas veiculações publicitárias, visto que o baixo custo dos penny press puxou a circulação e, como consequência, atraiu propaganda, diminuindo a dependência econômica dos jornais a organismos políticos e sociais, com reflexos sobre os critérios de noticiabilidade dos veículos, que, até aquele momento, destinavam-se ao “leitor apenas enquanto homem de negócios interessado em navegação e leilões ou advogado atento às notas jurídicas”, passando a se dirigir cada vez mais “ao leitor de jornal como um ser humano com necessidades mortais” (SCHUDSON, 2010, p. 28).

Schudson narra ainda que, não somente as notícias mudaram mas também a forma como elas passaram a ser produzidas. “Os penny não dependiam do trivial gotejar de notícias frias: eles buscavam a notícia” (SCHUDSON, 2010, p. 35). E esse novo modo de produção impulsionou também o surgimento de repórteres remunerados – antes, a cobertura da política de Washington por Nova York, como exemplo, era feita basicamente por membros do Congresso que escreviam, ocasionalmente, para os jornais de sua cidade (SCHUDSON, 2010). Os jornalistas passaram também a seguir rotinas específicas para conseguir as informações que seriam publicadas nos jornais.

Esse processo serve para ilustrar a visão de desenvolvimento da imprensa de Robert Park, expressa no ensaio “*A história natural dos jornais*”, de 1925, e reproduzida por

Schudson em sua obra. Segundo Park, o jornal não é produto totalmente racional, visto que ninguém tentou fazer dele exatamente o que ele é: “Apesar de todos os esforços de cada indivíduo e de gerações de homens para controlá-lo e torná-lo algo em conformidade com a própria essência da sociedade, ele continuou a crescer e a mudar, de maneira própria e incalculável” (PARK, 1925, apud SCHUDSON, 2010, p. 54). Sobre tal afirmação, Schudson (2010, p. 54) comenta que a história do jornal é, então, uma história natural, a história do desdobramento da evolução de um modelo social: “O jornal moderno é 'o gênero que sobreviveu sob as condições da vida moderna', e assim a história natural da imprensa é a história dessas 'espécies sobreviventes’”.

1.3 Subjetividade e construcionismo no jornalismo

O aparecimento das novas práticas e valores no jornalismo norte-americano, narrado por Schudson (2010), ocorreu paralelamente ao domínio do ideal da objetividade. Aos poucos, porém, Schudson comenta que, nos Estados Unidos, surgiram críticas ao estilo redacional difundido, que, além de ser objetivo e de não misturar informação com opinião, propagava o uso da pirâmide invertida. O autor cita que, de 1920 em diante, a ideia de que o ser humano, individual e coletivamente, constrói a realidade com a qual ele se relaciona ocupou posição central no pensamento social, com impactos também no jornalismo.

Nas primeiras décadas do século passado, a oposição ao jornalismo objetivo aumentou também com a ascensão dos profissionais de relações públicas/assessoria de imprensa e como reflexo do uso do jornalismo para a fabricação de uma visão favorável aos EUA durante a 1.^a Guerra Mundial (1914-1918), evidenciando-se como a imprensa pode criar e difundir uma versão da realidade, que acaba sendo tomada como verdade pelo público. Nesse período, com a atuação dos profissionais de relações públicas, Schudson (2010, p. 162, grifo do autor) comenta que “A notícia parecia estar se tornando menos um relato dos acontecimentos mundiais do que a *reedição* daqueles fatos no universo de fatos que atraíam o interesse especial de quem poderia se dar ao luxo de contratar assessores de relações-públicas”.

Comentando o sucesso da propaganda de guerra e seu impacto no processo de ruína do ideal da objetividade jornalística, o autor destaca que isso abriu os olhos de alguns para o poder da publicidade e do jornalismo na arregimentação da opinião pública:

Muitos jornalistas estiveram diretamente envolvidos na propaganda da I Guerra Mundial. Por um lado, os jornalistas norte-americanos se descobriram vítimas da censura militar, como correspondentes de guerra. Por outro, eles próprios serviram como agentes da máquina de propaganda norte-americana, no país e no exterior. (SCHUDSON, 2010, p. 166)

Ao falar sobre a notícia como construção da realidade, Josenildo Guerra (2008) diz que as teorias construcionistas, ao afirmarem que o fato é uma construção da notícia – e não o seu parâmetro –, redefiniram o lugar da técnica, da ética e da função social do jornalismo. Para o construcionismo, o fato é resultado de uma objetivação humana, produzida historicamente. “Assim, a notícia jamais apreende o fato em si mesmo, mas a aparência de como foi objetivado por determinadas forças sociais” (GUERRA, 2008, p. 36).

Segundo Guerra, as teorias que pensam a notícia como construção da realidade se caracterizam basicamente por considerar que a realidade apresentada pela imprensa adquire tal condição pelo próprio trabalho jornalístico. Isso, explica ele, significa que não há uma realidade factual anterior à notícia, mas o fato noticiado se constitui e se torna realidade por meio de um processo ativo de atribuição de sentido ao mundo, que se dá em três momentos:

1) quando o sujeito, que exerce a função de repórter, volta-se para a realidade a fim de conhecê-la, ele acaba por dar um investimento subjetivo aos “fatos” que conhece; 2) a cultura e a sociedade nas quais o repórter vive também lhe oferecem as molduras pelas quais o mundo deve ser apreendido; e 3) a estrutura do trabalho (o profissionalismo e as rotinas produtivas) nas empresas jornalísticas acaba por dar um direcionamento à cobertura que, muito mais do que refletir os fatos, encaixa-se nos critérios ditados por suas próprias demandas institucionais e organizacionais. (GUERRA, 2008, p. 55 - 56)

Esses três momentos, comenta Guerra, estão presentes de forma imbricada no processo de transformação dos fatos em notícia, constituindo-se em pressupostos elementares que, quando desenvolvidos nos diversos trabalhos que fundamentaram, ganham formulações variadas. Mesmo com tal diversidade, pode-se identificar duas correntes básicas relacionadas a esse modo de entender a produção jornalística: o subjetivismo e o construcionismo (GUERRA, 2008).

No subjetivismo, “a notícia, apesar de sempre ser interpretada como *acontecimento*, a partir de injunções de ordem subjetiva na qual se encontra o repórter, parte necessariamente de uma ocorrência” (GUERRA, 2008, p. 36, grifo do autor). Já no construcionismo, “o relato 'objetivo' da notícia é sempre marcado por uma ordem social e histórica que objetivou tal fato” (GUERRA, 2008, p. 36). Essa correspondência *aparente* entre o relato e o fato resulta da apreensão que o jornalista faz de uma realidade reificada. “Nesse sentido, a sociedade, imersa no senso comum, aceitaria tal 'objetivação' da notícia” (GUERRA, 2008, p. 36).

Em síntese, diz Guerra (2008), a conclusão a que chegam subjetivistas e construcionistas é que o jornalismo constrói os fatos ao noticiá-los, sem que a sociedade se dê conta de tal processo. Ele acrescenta que a diferença básica dessas abordagens é de ordem ontológica, já que a primeira “se baseia num dualismo entre a coisa real e a subjetividade que se volta para essa coisa a fim de ordená-la no mundo” e a segunda “não considera tal dicotomia, a coisa real só se apresenta como tal porque já se dá sob uma forma humanizada” (GUERRA, 2008, p. 56).

Ainda estabelecendo distinções entre subjetivismo e construcionismo, Josenildo Guerra (2008) acrescenta que a primeira linha teórica se fundamenta numa distinção entre ocorrência e acontecimento, em que a ocorrência representa a materialização de um evento que teve lugar numa determinada situação e o acontecimento é a apropriação subjetiva desta ocorrência feita pelo repórter, consequência de suas experiências pessoais, culturais e também profissionais:

O termo subjetivismo, neste trabalho, quer caracterizar apenas variação de toda uma tradição teórica que toma a realidade como construção humana. Ou seja, o subjetivismo é também construcionismo, porém, tem a sua singularidade por representar um conjunto de trabalhos que se baseiam na dicotomia sujeito-objeto (em que há um real concreto, positivo e sensível que só ganha sentido ao ser apropriado pelo sujeito) para explicar como se dá o processo de conhecimento. (GUERRA, 2008, p. 56)

O construcionismo não faz tal distinção, conforme o autor. O fato objeto da cobertura jornalística representa uma realidade humanizada pelo processo de objetivação e, desse modo, não é notícia, mas um relato jornalístico, que, destaca Guerra (2008, p. 56), “investe subjetivamente uma ocorrência de sentido, mas o fato mesmo tem uma subjetividade que lhe é constitutiva”.

A notícia permanece apenas como um discurso, porém, ao invés de dar conta de uma realidade em si, reinveste de sentido uma realidade construída socialmente. O que aqui vai se chamar construcionismo, portanto, representa outra variação das teses construcionistas da realidade, nas quais aquela distinção já não faz mais sentido. O construcionismo, além disso, vai ser caracterizado também a partir de uma abordagem que tem na sociologia do conhecimento a sua base, isto é, nos processos sociais que de algum modo validam e legitimam o conhecimento produzido pelo homem. (GUERRA, 2008, p. 56).

Uma segunda subdivisão é feita pelo autor, quando declara que o termo construcionista pode ser apreendido em dois sentidos. O primeiro se refere aos aspectos da teoria, ou seja, aos pressupostos ontológicos e gnosiológicos chamados em causa para uma crítica à objetividade e ao realismo. O segundo é usado para explicar como, do ponto de vista

organizacional, a atividade jornalística opera um particular recorte na realidade que se apresenta com infinitas possibilidades de recortes, ao conhecer determinados fatos:

O primeiro uso é muito utilizado para explicar a relação entre o conhecimento produzido pelo jornalismo e suas implicações sociais e ético-políticas. O segundo uso é um desdobramento dessa primeira abordagem e tem por objetivo demonstrar como o trabalho jornalístico, a partir de valores profissionais e de rotinas da organização empresarial, produz a notícia. Essa ideia, especificamente, é bastante desenvolvida pela abordagem do *newsmaking* (GUERRA, 2008, p. 76, grifo do autor)

É esse segundo sentido do termo construcionista, no qual se insere o *Newsmaking*, que nos interessa nesta pesquisa. Ou seja, entender como, sobretudo a rotina organizacional, mas também os valores-notícia e o profissionalismo operam no cotidiano do jornalismo policial feito por emissoras de rádio de Curitiba, determinando a produção das notícias e, dentro desse processo, como esse conjunto de fatores impacta no relacionamento entre jornalistas e fontes noticiosas.

1.4 Fontes noticiosas

Televisão, internet, rádio, jornais impressos, revistas. É utilizando ao menos uma destas mídias que a maioria dos brasileiros, assim como ocorre no mundo todo, costuma se informar. Apenas para ilustrar: a tevê, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, é o meio de comunicação utilizado para se informar por 89% dos brasileiros; enquanto que a internet tem esse papel para 49%; o rádio é ouvido, em busca de informações, por 30% dos entrevistados; os jornais são lidos por 12% e as revistas, por 1% dos consultados. Os veículos de comunicação são, portanto, fontes de informação para a população em geral. Mas quem são as fontes utilizadas pela mídia para a produção das notícias?

O sociólogo Herbert Gans (1980) define fontes de notícias como as pessoas que os jornalistas observam ou entrevistam em busca de informações ou sugestões de pauta. Essas fontes representam um ou mais grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade.

O pesquisador Manuel López (1995, p. 29), comentando que, se o jornalista não inventa fatos, também não pode testemunhar todos os acontecimentos dignos de registros jornalísticos, afirma que há a necessidade de depoimentos para respaldar as notícias, o que é feito pelas fontes: “Há as interessadas e as desinteressadas. Que intoxicam e que mentem. Cuidado com as fontes selecionadas!”.

Para o autor, fonte informativa pode ser definida como “um canal – pessoa ou instituição – que proporciona dados substanciais ou complementares – ao ser testemunha direta ou indireta – para poder produzir notícias, reportagens, crônicas, notas” (LÓPEZ, 1995, p. 31 - 32). Ao fazer isso, as fontes podem estar defendendo interesses próprios:

A fonte informativa é uma pessoa, um grupo de pessoas, uma instituição, uma empresa, um governo, uma religião, uma seita, um clube esportivo... e quem sabe quantas variáveis mais que viu ou ouviu algo, ou que tenha documentos sobre esse algo e que estão dispostos a fornecer a algum meio de comunicação informação de interesse público ou porque é conveniente a seus próprios interesses. (LÓPEZ, 1995, p. 31 - 32)

Para Aldo Antônio Schmitz (2011), o conceito de fontes de notícias tem um caráter paradoxal, já que não apenas os repórteres vão atrás das fontes em busca de informações, mas também as fontes agem proativamente, oferecendo notícia pronta, geralmente com a ajuda de assessores de imprensa.

A maioria das informações jornalísticas advém de organizações ou personagens que testemunham ou participam de eventos e fatos de interesse da mídia. O mundo moderno obriga o jornalista a produzir notícias que não presencia nem entende. Isso provocou a difusão da assessoria de imprensa, que articula as informações entre a fonte e o jornalista. (SCHMITZ, 2011, p. 9)

Traquina também comenta a questão do uso das fontes oficiais pela imprensa. Segundo ele, uma parte significativa das notícias produzidas tem como base fontes que são profissionais no “negócio” de lidar com o campo jornalístico, ou seja, assessores de imprensa e relações de imprensa, conhecendo, portanto, a mecânica do trabalho jornalístico, especialmente no que se refere aos dois aspectos abaixo:

1) a necessidade da matéria fornecida (os press releases) assumir certas formas e seguir certas convenções; e 2) o reconhecimento que um timing cuidadoso da informação divulgada pode influenciar não só a cobertura, mas também o conteúdo da notícia. (TRAQUINA, 1993, p. 178)

Francisco Sant'Anna (2009) cita que as fontes desenvolveram uma forma mais evoluída de interferir no conteúdo da imprensa tradicional, a chamada Mídia das Fontes, também chamada corporativa, que criou veículos próprios de comunicação, como jornais, rádios e tevês (e sites) para difundirem, por si próprias, suas informações, mas também para influenciar no conteúdo da imprensa tradicional. “Deter uma visibilidade pública é o objetivo desses grupos, uma vez que para interferir na esfera pública, neste período de pós-modernidade, é necessário estar inserido na agenda midiática” (SANT'ANNA, 2009, p. 3).

Sant'Anna (2009) destaca também que, com tal estratégia, a Mídia das Fontes busca interferir no processo de construção da notícia (Newsmaking) e na formação do imaginário coletivo, principalmente naquele do setor formador de opinião.

No âmbito deste trabalho de pesquisa, um exemplo é a Agência Estadual de Notícias, mantida pelo governo do Paraná, para onde todas as secretarias e órgãos da estrutura estadual com assessores de imprensa, incluindo a Secretaria de Estado de Segurança Pública, enviam seus releases para serem editados e veiculados.

Conforme Sant'Anna (2009), os conteúdos produzidos pela Mídia das Fontes encontram excelente aceitação por parte da mídia tradicional – em geral, com uma equipe reduzida – ao oferecerem conteúdo gratuito e com conteúdo “satisfatório”. Contribui para essa aceitação o fato de a Mídia das Fontes ter, segundo Sant'Anna (2009), importado da imprensa tradicional os valores e técnicas jornalísticas para nortear seus textos, tais como a investigação, a denúncia, a pluralidade informativa, a informação conscientizadora, a relevância sociocomunitária; ignorando, parcialmente, os padrões tradicionais da comunicação institucional, vinculada ao marketing, à propaganda e às Relações Públicas.

Schmitz também identifica tal paradoxo e, diante dele, desenvolve um conceito próprio para fontes de notícias:

São pessoas interlocutoras de organizações e de si próprias ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (SCHMITZ, 2011, p. 9)

Agindo assim, conforme Schmitz (2011), as fontes acabam, por consequência, interferindo na esfera pública. Tal processo ocorre por meio do chamado *agendamento midiático*, ligado à teoria da *agenda setting* (LIPPMANN, 2008), ou seja, passa pela relação entre agenda da mídia e agenda pública.

Sobre os interesses que movem as fontes, Luiz Costa Pereira Júnior (2009) destaca que os fornecedores de informações (sejam pessoas ou instituições) defendem seus interesses acima de tudo e que raramente são movidos por desprendimento e altruísmo. Neste sentido, para tentar reduzir os efeitos dos interesses das fontes sobre o conteúdo noticiado, ele sugere que as fontes sejam consultadas em duas ordens específicas. A primeira é a de importância, começando pelas secundárias, documentais e técnicas, que são úteis para dar detalhes que poderão ajudar a confrontar a fonte principal. Na sequência, que as entrevistas sejam feitas partindo da fonte de menor para a de maior importância informativa, de modo a permitir o

preparo do repórter para a entrevista final. Na dúvida, ele recomenda que as fontes sejam sempre preparadas para a possibilidade de uma reconsulta. A outra ordem proposta é a “crítica”, começando pelas fontes desfavoráveis, seguindo para as técnicas e neutras e, por fim, para as favoráveis. Esse procedimento, segundo o autor, permite ter uma visão crítica e, ao mesmo tempo, técnica, que será útil para confrontar a fonte favorável.

No caso do jornalismo policial, não é incomum que as reportagens incluam apenas uma fonte, não permitindo, portanto, essa confrontação sugerida por Pereira Júnior. A fonte única muitas vezes é a oficial (secretário de Segurança, delegado, policial militar, socorrista do Siate) ou as disponíveis (familiares ou vizinhos de uma vítima que estejam no local da ocorrência, no momento em que o repórter coleta as informações).

Essa preferência por fontes oficiais pode estar relacionada às três generalizações que, segundo Tuchman (1993), os jornalistas costumam fazer. A primeira delas, diz a autora, é que a maioria das pessoas, como fontes, têm interesses pessoais a defender e, para ser considerada crível, precisa provar a sua fiabilidade. Isso é feito por meio do método de tentativa e erro. O segundo ponto de partida, que se aplica diretamente à escolha de fontes oficiais, é que algumas pessoas, pelo alto cargo que ocupam numa organização, tendem a saber mais do que está em posições inferiores. “Embora eles possam ter interesses pessoais a defender, a sua informação é, provavelmente, mais 'precisa' porque têm mais 'fatos' a sua disposição” (TUCHMAN, 1993, p. 85). A última generalização é de que as instituições têm procedimentos destinados a proteger a si próprias e às pessoas que estão em contato com ela. Assim, o “significado de uma afirmação ou de um 'sem comentários' tem de ser avaliado de acordo com o conhecimento que o jornalista possui dos procedimentos institucionais” (TUCHMAN, 1993, p. 85).

1.4.1 Tipos de fontes

Vários autores trabalham com a questão da taxionomia das fontes noticiosas. Considerando o trabalho de alguns deles, a exemplo de Gans (1980), Chaparro (2009) e Héctor Borrat (1981), Aldo Schmitz (2011) propõe uma classificação própria. Para Schmitz (2011), as fontes podem ser classificadas por categorias (primárias, que estão próximas da origem da informação, e secundárias, que analisam e comentam o que a fonte primária fala); por grupo (oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada e referencial); em referência à ação (proativa, ativa, passiva e reativa); quanto ao crédito (identificada e anônima); e em função da qualificação (confiável, fidedigna e duvidosa).

As fontes primárias, diz Schmitz (2011), fornecem a “essência da matéria”, como fatos, números e versões, por estarem perto da origem da informação, podendo também transmitir dados em primeira mão. Já as secundárias analisam tais fatos.

O autor afirma que nos grupos geralmente há alguém autorizado a passar informações, podendo ser um assessor de imprensa ou um porta-voz. Nenhum deles, porém, é propriamente fonte, sendo o assessor “uma ponte com a fonte” e o porta-voz alguém autorizado a falar em nome das fontes. Neste contexto, Schmitz (2011) diz que as fontes podem ser oficiais, ou seja, alguém que, em função do cargo público, pronuncia-se em nome do órgão público ou instituições agregadas e que, em geral, tem a preferência dos jornalistas por concentrar informações de interesse geral. Há as empresariais, que representam uma corporação empresarial, comercial ou de prestação de serviços e podem pressionar as empresas jornalísticas a publicar suas pautas, em função do poder econômico (anunciantes). As institucionais representam organizações sem fins lucrativos ou grupos sociais que, comumente, fazem a defesa intransigente de suas causas. As pessoas comuns, que falam em nome delas próprias (testemunhas, vítimas, alguém que faz reivindicações), são as fontes populares. Dentro da categoria grupos, há ainda, segundo Schmitz (2011), as fontes notáveis, que se destacam por seu talento (artistas, atletas e personalidades em geral); as testemunhais, quem viu ou ouviu algo; especializadas, que têm notório saber sobre determinada área e que são usadas para comentar matérias diversas; e de referência, que não é uma pessoa, mas a bibliografia, documento ou mídia consultada pelo jornalista.

Em relação à ação, ou seja, ao comportamento em função de seus interesses, Schmitz (2011) lista as fontes proativas, que têm ação estratégica, antecipando-se às demandas, oferecendo notícias prontas e se colocando sempre à disposição; ativas, que tendem à passividade, mas quando há temas de seu interesse, assumem postura ativa, oferecendo material pronto e convocando coletivas de imprensa; passivas, que não alteram essa natureza independentemente dos acontecimentos, como documentos e bibliografias; e fontes reativas, que procuram preservar sua privacidade a qualquer custo, pelo entendimento de que o jornalismo é sempre sensacionalista.

Sobre a classe “crédito”, o autor diz que as fontes podem ser identificadas, o que inclui nome completo, profissão, cargo, cessão de imagem, sendo esse o tipo preferencial da imprensa; e anônima, quando uma pessoa, de confiança do repórter, dispõe-se a prestar informações, mas não quer ter sua identidade revelada, sendo tal direito (o sigilo de fonte) assegurado, no Brasil, pela Constituição Federal.

Schmitz (2011) classifica também as fontes em relação à qualificação, que leva em conta o fator credibilidade. Há as fontes confiáveis, que são aquelas com as quais os jornalistas mantêm uma “relação estável, são acessíveis e articuladas, disponibilizam declarações ou dados de forma eficaz, isto é, a informação certa e verdadeira na hora esperada ou rapidamente. Assim, a fonte torna-se confiável, pois mantém uma relação estável com o jornalista, por interesses mútuos (SCHMITZ, 2011, p. 31).” Existem também as fidedignas, que se caracterizam pelos critérios de respeitabilidade, notoriedade e credibilidade. “Portanto, a fonte fidedigna, embora não mantenha um histórico de confiança mútua, exerce seu poder pela posição social, inserção ou proximidade ao fato” (SCHMITZ, 2011, p. 31). Há, por outro lado, as fontes duvidosas, cujas informações exigem postura de “reserva, dúvida, hipótese, e mesmo suspeita” (SCHMITZ, 2011, p. 32).

Já López (1995) categoriza as fontes em próprias, institucionais, espontâneas e confidenciais e anônimas. As fontes próprias são as disponíveis no próprio veículo, ou seja, seus profissionais que, além da experiência prévia, são enviados para observar os acontecimentos que serão transformados em notícias e também analisam as informações que chegam à redação (jornalismo de dados, como exemplo).

As fontes institucionais são aquelas procedentes de diferentes esferas de poder (financeiro, político, religioso, social). O autor comenta que alguns órgãos oferecem releases para abastecer a imprensa, mas não repassam informações sobre temas que considerem negativos, concentrando esforços para difundir informações que lhes sejam vantajosas. A lógica empregada é que “quanto mais material positivo consigam introduzir na programação informativa dos meios, menos espaço terão esses veículos para publicar fatos negativos sobre eles” (LÓPEZ, 1995, p. 39).

As fontes espontâneas são, segundo López, as mais interessantes porque representam setores da sociedade que geralmente entram em conflito com grandes corporações que constituem o poder, a exemplo de associações e grupos de cidadãos afetados por questões como a construção de uma estrada, a falta de escolas, a contaminação provocada por uma fábrica ou a adulteração de produtos alimentícios. Como, em geral, não têm assessores de imprensa não sabem, muitas vezes, como acessar os jornalistas. “O valor destas fontes é que se contrapõem aos poderosos e suas opiniões respondem aos interesses e preocupações da maioria dos cidadãos” (SCHMITZ, 1995, p. 40).

Por fim, quanto às fontes confidenciais ou anônimas, López diz que são raras, mas apreciáveis e, ao mesmo tempo, podem ser perigosas. Em geral, as fontes confidenciais estão relacionadas com o poder e por meio delas é possível obter documentos e informações de

grande valor jornalístico que não podem ser obtidos de modo convencional. As fontes anônimas são aquelas que repassam informações, mas não se identificam, podendo dar pistas de grande qualidade informativa.

Especificamente em referência às fontes de notícias policiais, Luiz Amaral (1969) diz que elas são os tribunais, as delegacias, os hospitais, os bairros, as ruas e as avenidas, a cidade inteira, ou seja, as fontes de notícias estão em todos os lugares. Segundo ele, também é normal que os jornais mantenham informantes em delegacias, hospitais e em outros locais considerados importantes, para que abasteçam a redação com informações de tudo de relevante que se passa. Tal descrição se refere à década de 1970, embora ainda possa retratar parte da realidade de alguns veículos do Brasil.

Em estudo que compara o tratamento dispensado pelos jornais “A Tarde”, “Correio da Bahia” e “Tribuna da Bahia” no que se refere ao conteúdo relacionado com os fatos violentos, construído de forma a reproduzir o diálogo das classes dominantes e perpetuar uma condição social desfavorável à maioria dominada, Suzana Varjão (2008) afirma que a cobertura policial de jornais é ancorada em três tipos prioritários de fontes: a policial (oficial), quando a informação é atribuída às polícias; não policial, quando vem de pessoas de fora do âmbito policial, como familiares e populares e ocultas, quando o jornalista não revela a fonte utilizada. Tal taxionomia, embora não cite fontes como especialistas em segurança pública (que poderiam, no entanto, ser incluídos entre os “não policiais”), parece-nos mais adequada aos propósitos deste trabalho, em que, de modo geral, observou-se um uso limitado de fontes.

O estudo de Varjão (2008) demonstra o predomínio das fontes policiais/oficiais na cobertura dos jornais pesquisados (129 das 238 fontes identificadas num conjunto específico de matérias analisadas), ainda que, segundo a pesquisadora, em boa parte dos textos isso não fique claro ao leitor, seja porque os jornalistas não citam as fontes – ou o fazem de forma imprecisa –, seja porque se apropriam das vozes oficiais como se fossem suas, no processo que ela define como “mediações apagadas”. Explicando melhor: a partir dos boletins de ocorrência, os B.O.s, entrevistas com policiais e até de inquéritos (com depoimentos de supostas testemunhas), os jornalistas relatam os fatos policiais como se eles próprios os tivessem presenciado, ou apurado as informações ouvindo testemunhas, familiares, enfim, qualquer pessoa que possa ajudar no esclarecimento de determinado fato.

Para ilustrar a diferença que isso representa para o relato jornalístico, Varjão (2008) cita o exemplo hipotético da frase “João testemunhou um crime”, que é diferente de “João disse que testemunhou um crime”, que também difere de “A Polícia diz que João testemunhou um crime”, que ainda é distinta de “A polícia diz que João diz que testemunhou um crime”.

Pela escrita jornalística, a última frase é traduzida como “João testemunhou um crime”. Com isso, ganha-se em objetividade e em atração do texto jornalístico, mas se reforça uma ideia, que pode não ser verdadeira, sem que o leitor tenha elementos para perceber isso.

O resultado, notado na pesquisa de Varjão (2008), não é apenas um amontoado de imprecisões, como nomes de vítimas que saem grafados de modos diferentes nos três jornais consultados, mas também (e principalmente) a transmissão ao leitor da impressão de que a narrativa equivale precisamente ao que ocorreu, não deixando margem para dúvidas, seja por falhas no trabalho da polícia ou pela intencionalidade de propagar uma versão equivocada das histórias.

O uso e abuso das fontes oficiais e institucionais não é prática corrente apenas no jornalismo policial. Segundo Nelson Traquina (1993), no campo jornalístico em geral opera a convenção da “credibilidade da autoridade”, ou seja, quanto mais alta é a posição do informador melhor é a fonte de informação. Essa convenção segue o raciocínio de que posição de autoridade confere credibilidade e que algumas pessoas, pela posição que ocupam, sabem mais que outras pessoas, devendo ter acesso a mais fatos e sendo, assim, merecedoras de maior credibilidade.

Baseada nessas considerações, a conclusão é que as pessoas com maior autoridade, essas que têm contatos regulares com os profissionais do campo jornalístico, permitindo assim provar a sua credibilidade, são favorecidas no processo de produção de notícias. [...] Por outro lado, outros agentes sociais não têm acesso regular aos meios de Comunicação Social. (TRAQUINA, 1993, p. 172)

O autor acrescenta que, por terem dificuldade de acesso à imprensa, alguns agentes sociais precisam incomodar para receberem atenção, o que seria o caso dos grupos que fazem protestos com impactos variados, que forcem os veículos de comunicação a dar-lhes atenção.

Ainda sobre o tema, John Soloski (1993, p. 97) sustenta que os jornalistas veem o atual sistema político-econômico como um estado natural de coisas e por isso entendem que o lugar natural para encontrar fontes com valor noticioso é na estrutura do poder da sociedade: “As fontes noticiosas surgem então da estrutura do poder existente, por isso, as notícias tendem a defender o status quo.” Mas, segundo ele, essa ação dos jornalistas para que o sistema político-econômico seja mantido não ocorre conscientemente, sendo tanto a seleção de acontecimentos como de fontes noticiosas decorrência natural do profissionalismo jornalístico.

1.4.2 Relação conveniente

A disposição das fontes, sejam oficiais ou não, para passar informações aos jornalistas que possam resultar em notícias, não atende apenas aos interesses das organizações que elas representam. Ela é necessária aos meios de comunicação, e mesmo aos jornalistas, que procuram se isentar da responsabilidade direta por aquilo que noticiam (até como reflexo da relativa insegurança jurídica a que estão sujeitos), como já pontuado por Tuchman (1983).

John Soloski (1993, p. 96) concorda com Tuchman e diz que “os jornalistas precisam ter fontes que lhes forneçam os fatos relativos aos acontecimentos, as fontes e não os jornalistas são responsáveis pela exatidão dos fatos”. O autor acrescenta que isso ajuda a isolar tanto os jornalistas como as organizações das acusações de parcialidade e reportagens imprecisas. “Ser enganado por uma fonte noticiosa é embaraçoso para a organização jornalística, mas, contanto que não aconteça muitas vezes, a integridade da organização não é ameaçada”. (SOLOSKI, 1993, p. 96 - 97)

Mais do que isso, para Luiz Costa Pereira Júnior (2009, p. 93), a liberação do repórter da tarefa de analisar as situações que cobre (ancorando suas reportagens nas falas das fontes), “ajudou a colocar no centro da apuração a fonte especializada, o assessor de imprensa, o técnico, a autoridade, tudo e todos com credencial, referência de pesquisa ou dado com casca científica”. Segundo o autor, ao usar do jornalismo declaratório, aquele que dá manchetes ou primeiro plano a declarações dos poderosos do mundo político, empresarial, artístico, esportivo, mesmo quando não o merecem, o jornalista se isenta de responsabilidades, pois “a proeminência do autor das aspas basta para notificar a mais irrelevante afirmação” (PEREIRA JÚNIOR, 2009, p. 94).

O mesmo acontece diante da tendência atual de lançar mão ao extremo das declarações dos especialistas, ou seja, pessoas com conhecimento em determinada área, pescadas pela imprensa para comentar tudo, de crise econômica a brigas de casal, e cujas falas são tomadas como verdades absolutas:

Nesses casos, o jornalista faz suas confirmações a partir de consulta a notórios, nem sempre obtendo informações necessariamente consistentes. Há mesmo as vezes em que obtém meras suspeitas, especulações, pontos de vista que, repassados ao público após tratamento de edição, conquistam a clareza cristalina das verdades testadas. Ao assumir o papel de mediador entre o real e o público, o jornalista busca intermediários para entender o mundo, e cada suspeita provisória de um especialista acaba por confirmar o horizonte de compreensão daquilo que é abordado numa reportagem. (PEREIRA JÚNIOR, 2009, p. 93)

Outra prática que se popularizou, segundo Pereira Júnior (2009), é o chamado “fala povo”, ou seja, o espaço institucionalizado pela imprensa para a “opinião” das pessoas comuns – em geral uma pesquisa empírica irrelevante, com personagens encontrados aleatoriamente na rua, numa enquete sobre questões que eles nem sempre dominam. Neste jogo de conveniências, quem perde é o público dos meios de comunicação:

O efeito de tais expedientes (a voz especializada, o “fala povo” e jornalismo declaratório) é um engodo para o público, com as agendas e pautas controladas pelas fontes oficiosas, com entrevistados manobrados ou com material jornalístico resultante de acerto entre pares. Todo cuidado é, portanto, pouco para não se flertar a indiferença, não fazer o jogo das fontes ou transformar assepsia instrumental em defeito ético. (PEREIRA JÚNIOR, 2009, p. 94 - 95)

O uso frequente das mesmas fontes, como ocorre com as oficiais, pode fazer com que jornalistas e fontes estabeleçam uma proximidade útil, mas também restritiva. Segundo Josenildo Guerra (2008), os jornalistas e as organizações formam uma rede de contatos com determinadas fontes, cujas relações constantes acabam por criar laços de confiabilidade e disponibilidade vantajosos para jornalistas e organizações e também para fontes:

Essa rede, uma vez constituída, seja pela convivência num mesmo espaço físico – como é o caso dos setoristas atuantes, principalmente, no parlamento e no executivo – ou através dos permanentes contatos telefônicos, torna-se recorrentemente acionada na realização do trabalho, pela familiaridade e desenvoltura com que o jornalista consegue as informações de que precisa, no ritmo e quantidade exigidos pela organização. E deixa de explorar, assim, outros espaços cujos laços não existam e que por isso podem tornar mais árduo o seu trabalho de garimpar as informações. (GUERRA, 2008, p. 220)

López (1995) também comenta esse aspecto da relação entre jornalistas e fontes. Para ele, as fontes informativas devem ser cultivadas e cuidadas, com o jornalista tendo contato periódico com elas, consultando-as, pedindo-lhes opiniões, mas, ao mesmo tempo, precisa manter um “trato equidistante e tendo sempre presente que os nossos interesses são diferentes” (LÓPEZ, 1995, p. 36 - 37). Quando as fontes e os jornalistas têm contato regular, eles estabelecem uma interdependência, conforme Traquina. “O jornalista entra inevitavelmente em contato pessoal com os líderes políticos e os homens de negócios, criando relações de confiança e de simpatia; é muitas vezes difícil e muito embaraçoso ignorá-los” (TRAQUINA, 1993, p. 197). A interdependência também facilita a “fuga” de informações, notadamente o lançamento de “balões de ensaio”. O autor acrescenta que o perigo de que a familiaridade seja excessiva comporta o risco de que as fontes considerem os jornalistas como seus empregados, condicionando o acesso a informações ao tratamento que elas receberão.

“Com as fontes informativas contínuas devemos estabelecer previamente um acordo tácito de que nosso profissionalismo estará sempre acima da amizade e do companheirismo” (LÓPEZ, 1995, p. 37).

Especificamente em relação à reportagem policial, um dos possíveis reflexos do uso abusivo de fontes oficiais é a reprodução de notícias que apenas contribuem para a manutenção de um estado de coisas e para a banalização da violência. Traquina (1993) diz que, dentro do processo de construção das notícias, os “media” ajudam a reproduzir e manter as definições da situação que favorecem os poderosos.

Uma análise histórica a partir da cobertura policial feita por jornais, mas que também inspirou o trabalho do rádio, ajudará a entender porque, em boa medida, as notícias são marcadas pelo sensacionalismo. É o que veremos a seguir.

1.5 Apontamentos sobre a história do jornalismo policial

1.5.1 No mundo

Registros históricos indicam que as ocorrências policiais são noticiadas antes mesmo do surgimento da imprensa como a conhecemos atualmente. *A Acta Diurna*, primeiro jornal de que se tem notícia, surgida em Roma, 59 anos antes de Cristo e escrita em grandes placas brancas que eram expostas em locais públicos, “procurava informar os cidadãos sobre escândalos no governo, campanhas militares, julgamentos e execuções” (ANJ, consulta em 26/06/2017).

Ao fazer um resgate histórico do conceito de esfera pública burguesa, o pensador alemão Jürgen Habermas (1984) fala do surgimento da imprensa impulsionado pela necessidade da troca de informações instituída pelo mercantilismo, de suas transformações e de como ela passou a influenciar o pensamento da sociedade. Em sentido estrito, o autor diz que os primeiros jornais da Europa com circulação periódica apareceram no século XVII, inicialmente semanais, mas, por volta da metade do século, diários. Segundo ele, a circulação era limitada a um grupo de poderosos da época, já que “os beneficiários das correspondências privadas não tinham interesse em que o conteúdo delas se tornasse público” (HABERMAS, 1984, p 34). Dentre os assuntos noticiados, preservados dos folhetins que antecederam os jornais, estavam as notícias policiais:

O filtro do controle extra-oficial de informações dos grandes comerciantes e da censura oficial de informações feito pelas administrações passa essencialmente informações do estrangeiro, informações da corte e as notícias menos importantes do comércio; do repertório dos folhetins preservam-se as tradicionais 'novidades: as curas miraculosas e os dilúvios, **os assassinatos**, epidemias e **incêndios**. (HABERMAS, 1984, p. 35, grifos nossos)

Em outros meios de comunicação que antecederam os jornais, como citado por Habermas, igualmente estavam presentes os “casos de polícia”. Em estudo que remonta as origens do sensacionalismo, Danilo Angrimani (1994) conta que, na França, entre 1560 e 1631, foram editados o *Nouvelles Ordinaires* e a *Gazette de France*, que se pareciam com os jornais sensacionalistas que são feitos atualmente, trazendo *fait divers* (rubrica sob a qual os jornais publicavam, com ilustrações, as notícias de gêneros diversos, como pequenos escândalos, desastres nacionais, informações policiais e fatos curiosos) e notícias sensacionais que “agradavam a todos”. Ele cita também que, no século XIX, faziam muito sucesso na França os “*canards*”, jornais populares de apenas uma página, impressos na parte frontal e que comportavam título, ilustração e texto:

Os 'canards' mais procurados, segundo Seguin, eram os que relatavam fait divers criminais: crianças martirizadas ou violadas, parricídios, cadáveres cortados em pedaços, queimados, enterrados. Assim como eclipses, cometas, grandes catástrofes, tremores de terra, inundações, desastres de trem, naufrágios. (ANGRIMANI, 1994, p. 20)

Ainda sobre os canards franceses, no século XIX, o autor diz que havia uma concorrência acirrada entre as gazetas populares e os “canards” e, para tornar seu produto mais atrativo, os “canardeiros” de Paris passaram a relatar, num mesmo exemplar, vários *fait divers*, ao invés de apenas um, incluindo acontecimentos ocorridos em outras cidades. Assim, destacaram-se na época manchetes como: “Tempestade dantesca; Crime horrível cometido em Marselha; Tentativa de roubo contra a guilhotina e O monstro de Elboeuf” (ANGRIMANI, 1994, p. 27 - 28).

A fórmula dá resultado e é imitada pelos jornais que passam a editar semanalmente cadernos ilustrados de fait divers, “cozinhando” os relatos que tinham sido publicados anteriormente pelos “canards”. Essa luta pelo mercado faz surgir os primeiros jornais especializados em “sang à la une” (sangue na primeira página), como *Fait Divers*, que apareceu em 1862, *Journal Illustré*, de 1863, e vários outros. (ANGRIMANI, 1994, p. 28)

Diante do que apontam esses relatos históricos, não seria incorreto afirmar que a origem do jornalismo policial guarda estreita relação com a origem do próprio jornalismo. E,

embora nem toda notícia policial seja sensacionalista e o *sensacionalismo* não se aplique apenas ao jornalismo policial, não há como deixar de observar que, ao longo da história, ambos tiveram trajetórias paralelas, talvez pela própria natureza da notícia policial.

Angrimani (1994, p. 19) descreve sensacionalismo como o ato de tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento: “Como o adjetivo indica, trata-se de 'sensacionalizar' aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso”. Ele pontua ainda que o termo é pejorativo e convoca a uma visão negativa do meio que o tenha adotado, remetendo à credibilidade discutível. Nem todos os autores, porém, pensam assim. Leonel Aguiar (2008, p. 20) olha a questão por outro ângulo e define o sensacionalismo como “uma das mais eficientes estratégias de comunicação para fascinar e seduzir o público, visto elevar a potencialidade de entretenimento do acontecimento”.

Embora o surgimento do sensacionalismo também remonte aos primórdios do jornalismo, com os *fait divers* e *canards*, Angrimani (1994) destaca que foi no final do século XIX que surgiram nos Estados Unidos dois jornais que moldaram o gênero sensacionalista, dando-lhe características que ainda hoje são utilizadas: *World* (editado por Joseph Pulitzer) e *Morning Journal* (de William Randolph Hearst). Márcia Franz Amaral descreve como eram esses jornais:

Ambos tinham preços baixos e publicavam dramas ilustrados com títulos chamativos. Os jornais utilizavam manchetes escandalosas com corpo tipográfico largo; publicavam notícias sem importância, informações distorcidas; provocavam fraudes de todos os tipos, como falsas entrevistas e histórias e também quadrinhos coloridos e artigos superficiais. Promoviam premiações e sorteios. Os repórteres estavam “a serviço” do consumidor e faziam campanhas contra os abusos sofridos pelas pessoas comuns, numa mistura de assistência social e produção de histórias interessantes. (AMARAL, 2006, p. 18)

A autora destaca que a efetivação do sensacionalismo na imprensa, no século XIX, foi viabilizada pelo aperfeiçoamento das técnicas de impressão, expansão de telégrafo e das redes de cabos submarinos, desenvolvimento do telefone e do surgimento dos anúncios: “Com o telégrafo passou a ser possível que o jornal publicasse notícias do dia. Muitos jornais, limitados à política, passam a tratar de temas 'de interesse humano', como o relato detalhado de feitos reais, crimes e dramas de família” (AMARAL, 2006, p. 17), pontua, acrescentando que o tédio dos jornais tradicionais foi substituído por notícias sobre assassinatos, incêndios, suicídios e distúrbios de rua.

1.5.2 No Brasil

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso no Brasil, começou a circular em setembro de 1808 (a publicação do *Correio Braziliense*, apontado por historiadores como o primeiro periódico brasileiro, é anterior, iniciando em julho de 1808, porém, ele era impresso na Inglaterra e de lá trazido para o Brasil). Segundo Romancini e Lago (2007), vários fatores contribuíram para que a imprensa demorasse a chegar ao país, com destaque para a censura exercida tanto pelo Estado como pela Igreja de Portugal, de modo que nenhuma publicação podia circular no Reino ou suas colônias sem autorização dos órgãos censórios, a não ser de modo clandestino.

Assim, do ponto de vista do jornalismo, a chegada da Família Real ao Brasil, com a posterior orientação para que fosse criada a Imprensa Régia, marcou o início do desenvolvimento da imprensa no país. Até 1821, a Imprensa Régia exerceu o monopólio e a censura prévia sobre todas as impressões em território nacional. No começo, os jornais focavam mais em publicações oficiosas ou oficiais e em muita notícia do exterior. Bahia (1990, p. 18) descreve a *Gazeta* como “um órgão criado para informar sobre a vida administrativa e a movimentação social do Reino e que, por ser o único aqui editado, absorve a história de forma documental: editais, pequenos anúncios, leilões, perdidos e achados, atos do governo”.

Já o *Correio*, segundo Romancini e Lago (2007), dividia-se nas seguintes seções: Política, na qual eram reproduzidos documentos oficiais; Comércio e Artes, com informações sobre negócios e cultura; Literatura e Ciências, que apresentava notícias e críticas sobre obras científicas; Miscelânea, com matérias diversas, notícias do Brasil e Portugal, polêmicas e comentários sobre acontecimentos brasileiros e portugueses e, por vezes, Correspondência e Apêndice. Nesta seção, muito provavelmente, figurariam também as notas policiais, embora deste período, em que a imprensa política predominava, não se tenha encontrado referências específicas sobre esse tipo de notícias.

Os primeiros registros encontrados sobre jornalismo policial no Brasil são do *Diário do Rio de Janeiro*, fundado em 1821 e apontado como o primeiro jornal informativo do país. Romancini e Lago (2007) relatam que o periódico publicava informações variadas e publicidade gratuita (notícias sobre crimes, espetáculos, anúncios de escravos fugidos, reclamações, leilões). De 1889 a 1930, o Brasil vive o chamado período republicano e a imprensa é marcada pela organização como um negócio (ROMANCINI E LAGO, 2007, p. 67). Nessa nova fase, os jornais começam a se modernizar. Paralelamente, o caráter opinativo

perde força e ganha espaço o teor informativo, assim como a dinâmica comercial e empresarial. Uma das figuras que marcaram o jornalismo brasileiro em parte deste período foi um jornalista (cronista e escritor) que, entre outras, também escreveu histórias policiais: João do Rio, que atuou na reportagem da *Gazeta de Notícias*. “Os artigos de fundo sobre economia são de autoria de João Lopes Chaves e João do Rio é, sem dúvida, o seu mais popular repórter” (BARBOSA, 2007, p. 28).

Marialva Barbosa, ao recuperar a história do jornalismo no Brasil entre 1900 e 2000, a partir dos jornais que se destacaram no Rio de Janeiro, registra que, no início do século XX, as notícias policiais tinham destaque também no *Jornal do Brasil*, descrito como o mais popular diário desde 1894, que publicava os palpites do jogo do bicho, as marchas dos cordões e blocos carnavalescos e os crimes, segundo os cronistas de época, “tão ao gosto de um público mais vasto” (BARBOSA, 2007, p. 33). Ainda sobre o *Jornal do Brasil*, a autora comenta que, a partir de 1901, torna-se comum o uso de ilustração nas matérias policiais, publicando-se ao lado dos textos desenhos a bico de pena que reproduzem a cena do crime. Havia casos também em que o ilustrador fazia o croqui a partir de uma fotografia tirada no local da tragédia ou mesmo com base na visão que pessoalmente presenciou. “A ilustração, mesmo antes da introdução do processo técnico de fototipia que permitiu a publicação de fotografias, passa a figurar ao lado do texto não mais com sentido crítico e opinativo, mas para dar a sensação de veracidade à informação” (BARBOSA, 2007, p. 36). Neste período, no *Jornal do Brasil*, as notícias policiais eram publicadas na página 2, ao lado de colunas fixas, como “Queixas do Povo” e “Palcos e Salões”.

Segundo Barbosa (2007), o processo de valorização das notícias policiais teve início em 1875, com a *Gazeta de Notícias*, que revolucionou ao destacar a informação em detrimento da opinião, privilegiando notícias policiais, o dia a dia dos grupos populares, as reportagens e as entrevistas. As transformações também são vivenciadas no *Correio da Manhã* que, a partir de 1905, é invadido pelas manchetes policiais, “inicialmente em corpo 18, mas, já nos anos seguintes, em até corpo 48” (BARBOSA, 2007, p. 43). Conforme a autora, bem ao estilo do *World* e do *Morning Journal*, embora com notável espaço de tempo em relação aos periódicos norte-americanos, a imprensa brasileira também inaugura, assim, o sensacionalismo, como sinônimo de imprecisão e distorção de informações, privilegiando a superexposição da violência por intermédio da cobertura policial e da publicação de fatos considerados chocantes:

Logo abaixo da manchete o resumo da notícia, em pequenos títulos entrecortados, anuncia o novo estilo do jornalismo sensacionalista. Desmoronamento. - Duas vítimas. - Quadro terrível. - Os mortos. - As providências. Encontrados corpos. - No necrotério. - Notas diversas. - Um dia aziago. - O prédio em que se deu o desastre. - Antes de demolida a parede principal. O estilo entrecortado do texto faz supor um leitor titubeante seguindo as letras impressas das notícias de crimes e tragédias do cotidiano que se espalham por todo o jornal. (BARBOSA, 2007, p. 43)

Como era de se esperar, o sensacionalismo faz com que a ilustração ganhe ainda mais destaque, passando a integrar a própria notícia, com a publicação de fotografias que reproduzem o momento da tragédia. Prática usual ainda hoje em alguns jornais, as matérias policiais vinham acompanhadas da imagem da cena do crime e do retrato do acusado e da vítima. Nesta fase da imprensa brasileira, além das notas policiais, ilustrações e fotografias eram usadas apenas em matérias sobre grandes homens e grandes feitos.

Nos anos 1920, bastante jovem e antes se tornar dramaturgo, Nelson Rodrigues também se tornou repórter policial. Começou a carreira trabalhando no jornal *A Manhã* (RJ), que pertencia a seu pai, Mário Rodrigues. A opção pelos casos de polícia foi dele próprio, conforme viria a relatar anos mais tarde:

Quando fui trabalhar no jornal do meu pai (*A Manhã*), o secretário de redação me perguntou: - Você quer ser o quê? Dei a resposta fulminante: Repórter de polícia. Porque preferi a reportagem policial, posso explicar. Um velho profissional costumava dizer, enfiando o cigarro na piteira: As grandes paixões são as dos seis, sete, oito anos. Segundo ele, só as crianças sabem amar, adulto não. Eu fui, sim, um menino à procura de amor. (RODRIGUES, 1977, p. 201)

Para Barbosa (2007), a razão que levava Nelson Rodrigues, na época ainda um adolescente, a optar pelo jornalismo policial, ainda que seja explicada em suas palavras pela emoção passional que passaria a ter ao apurar as chamadas “notícia de sensação”, indica também a importância que este tipo de noticiário ganhou na maioria dos jornais diários do Rio de Janeiro, sobretudo a partir dos anos 1920 e mesmo antes disso:

A rigor, desde os anos 1910, as notas sensacionais invadem as páginas das principais publicações. Abandonando as longas digressões políticas, os jornais passam a exibir em manchetes, em páginas que editam, em profusão, ilustrações e fotografias, os horrores cotidianos. (BARBOSA, 2007, p. 49)

O sucesso do gênero provocou o surgimento de jornais inteiramente dedicados a falar dos escândalos e tragédias, como é o caso da própria *A Manhã* (1925) e de *Crítica* (1928) – esse último foi o matutino mais popular do país nas primeiras décadas do século 20, atingindo tiragem diária de 120 mil exemplares. *Crítica*, também de propriedade da Família Rodrigues,

circulou por apenas dois anos, com seu fechamento sendo precipitado por um caso policial similar aos que eram relatados em suas páginas e que vitimou o irmão de Nelson Rodrigues, Roberto Rodrigues, morto na redação do jornal por Sylvia Serafim, após a publicação da notícia do desquite dela, o que, na época, era visto como motivo de desgraça para uma mulher da alta sociedade (BARBOSA, 2007).

Num período em que a taxa de analfabetos era altíssima no país, os jornais usavam e abusavam de recursos que facilitavam uma compreensão ao menos superficial dos fatos, com manchetes resumindo em poucas palavras o drama narrado em corpo 48 e por vezes 64 ou 72 (BARBOSA, 2007).

Ao lado do texto, a cena da tragédia em desenho ou fotografia. O estilo é entrecortado. Os títulos são seguidos por subtítulos que resumem o drama a ser reconstruído por um repórter autorizado a realizar esse papel. Tudo sugere uma leitura entrecortada, uma leitura titubeante, uma leitura de um leitor que ainda não está de todo familiarizado com as letras impressas. (BARBOSA, 2007, p. 54)

A supervalorização dos casos policiais na imprensa ocorreu também em outras cidades brasileiras, além do Rio de Janeiro. Neste período, em que as grandes histórias policiais eram incomuns, um caso poderia render manchetes por meses. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o “Crime do restaurante chinês”, uma chacina (com quatro vítimas) ocorrida em 1938, em São Paulo, e que ganhou grande repercussão, de modo que, ao longo das semanas que se seguiram às mortes, a aglomeração de curiosos em frente ao estabelecimento onde o crime ocorreu não fosse desfeita (FAUSTO, 2009).

A notícia da chacina do restaurante chinês correu a cidade de São Paulo, ganhando cada vez mais o interesse popular. O número 13 da rua Wenceslau Braz chamava a atenção de quem lá passava e alguns fatos davam motivo a novas aglomerações. Isso acontecia quando o número de policiais e peritos aumentava no local, ou quando um leiloeiro hasteou sua bandeira na frente do prédio, anunciando o leilão, pelo melhor preço, dos objetos que restavam no restaurante: uns poucos móveis, armações, pratos, talhares, valorizados por certos colecionadores ao se associar à cena da chacina. (FAUSTO, 2009, p. 35)

O interesse pelo caso foi tamanho que o crime, além de explodir nos programas de rádio e nos jornais da época, foi até tema de uma moda de viola, cantada pelos Irmãos Laureano, conforme descrito por Boris Fausto (2009). Até mesmo “jornais mais sóbrios”, segundo o autor, como *O Estado de S. Paulo*, acompanhavam diariamente o caso. Ele publicava matérias minuciosas sobre a chacina, mas procurava evitar “o sensacionalismo das manchetes, das pistas falsas, assim como o palavreado muito carregado de qualificativos:

crime horrendo, tenebroso, sinistro” (FAUSTO, 2009, p. 37). Desta forma, a chacina do restaurante chinês passou a integrar o rol dos grandes crimes ocorridos em São Paulo, em geral, caracterizados “por sua exuberância sangrenta, por envolver paixões amorosas, pela importância dos protagonistas, ou por tudo isso junto” (FAUSTO, 2009, p. 39).

No passado, dado o menor número, os grandes crimes – sobretudo os passionais – se fixavam na memória individual e coletiva, chegando a atravessar gerações. Naquele ano de 1938 (por exemplo), muitas pessoas, certamente, ainda se lembravam dos dois crimes da mala, ocorridos em 1908 e em 1928, ambos tendo como vítimas mulheres jovens. (FAUSTO, 2009, p. 40)

Um fator apontado por Barbosa (2007) para o sucesso do gênero é a proximidade com o leitor. Segundo ela, a sociedade da época parecia de tal forma contida naquelas narrativas que o leitor tinha a impressão de participar daquela realidade. Contribuía de forma decisiva para esse resultado o estilo com que as reportagens eram feitas, misturando realismo e romance, visto que a estrutura narrativa lembrava a dos romances folhetins, mesmo com personagens e fatos pinçados da realidade. Desse modo, eram criados elos de identificação com o público. Barbosa (2007) exemplifica esse estilo a partir de um relato de Nelson Rodrigues sobre uma cobertura policial: “Houve um momento em que me encostei num poste e tranquei os lábios em náuseas medonhas. Um colega achou graça: - Seja homem” (RODRIGUES apud BARBOSA, 2007).

Pela narrativa de Rodrigues, Barbosa (2007, p. 52) observa que é possível perceber que, naquele tempo, os repórteres, em bando, dirigiam-se apressados aos locais de crimes para poder transcrever as cenas visualizadas, em toda a sua intensidade: “Não havia tempo para a emoção, mesmo diante da dor e da agonia. Era preciso descrever a tragédia urbana e estampá-la com as cores da violência nos periódicos da cidade”.

Era deste modo que trabalhavam também os repórteres policiais de outros dois jornais que se tornaram ícones do jornalismo popular brasileiro: *Última Hora* e *Notícias Populares*. Além do viés popular, ambos tiveram propósitos políticos bem definidos, embora antagônicos. O *Última Hora*, ou *Ultima Hora* (sem acento) como era grafado, nasceu no Rio de Janeiro, em 1951, pelas mãos do jornalista russo-brasileiro Samuel Wainer, que contava com apoio irrestrito do então presidente Getúlio Vargas, a quem prestava amplo apoio. Como comenta Benício Medeiros (2009), tratava-se de publicação de tendência socialista, ou, mais propriamente, trabalhista, “que devia representar, na fase inicial, um canal aberto entre o segundo governo de Getúlio Vargas e um segmento social mais ou menos abstrato da população, a que se chamaria hoje de 'povão” (MEDEIROS, 2009, p.14).

Mas deixando de lado a parte política e atendo-se ao que interessa para esse trabalho, o *Última Hora* de Wainer trouxe algumas revoluções ao jornalismo impresso brasileiro ao se firmar como um jornal que abriu espaço às causas populares e optou por uma linguagem descontraída, destacando, como narra Medeiros (2009), as colunas, sendo a mais famosa de todas “A vida como ela é”, de Nelson Rodrigues, além, é claro, das reportagens policiais, tão apreciadas pelo “povão”. Inovou também na forma, com a profissionalização da diagramação, destaque para imagens, uso de cores para ilustrações e fotos. Tudo isso contribuiu para que, durante um período, o jornal fosse uma potência: “chegou a tirar, nos bons tempos” dez edições diárias. Foi quando se criou a Rede Nacional de Última Hora, com representações em sete estados (incluindo o Paraná)” (MEDEIROS, 2009, p. 18). A tiragem chegara, já no segundo ano de circulação, a 100 mil exemplares (sua maior edição, que noticiou a morte de Vargas, vendeu 700 mil exemplares). O jornal, que desde o fim do governo Getúlio Vargas, enfrentava problemas, deixou de pertencer a Wainer em 1971. Após a venda, conforme descreve Medeiros (2009), o UH tornou-se um jornal no velho estilo. Deixou de circular em 1991, quando teve sua falência decretada.

Outro mérito do UH foi ter inspirado o surgimento de *Notícias Populares*, em São Paulo. Embora, em sua primeira edição, o NP declarasse ser neutro em termos políticos, ele surgiu, segundo Campos Jr. et all (2011), para fazer oposição ao *Última Hora*, a partir da parceria entre Jean Mellé, um experiente jornalista romeno, que havia sofrido com o regime comunista na Europa e trabalhado no UH, e o empresário e então deputado federal Herbert Levy. “A ideia era contra-atacar Última Hora na mesma moeda – ou seja, criar um veículo com os mesmos alicerces jornalísticos (sexo, crime, esporte, sindicalismo), mas orientado pela visão conservadora.” (CAMPOS JR. ET ALL, 2011, p. 34).

Da mesma forma do que em relação ao UH, o que nos interessa para esse trabalho é a importância do NP para o Jornalismo Policial. Com vários profissionais saídos do *Última Hora*, graças à oferta de salários maiores, o jornal, sobretudo a partir de 1965, teve como carro-chefe reportagens policiais e esportivas, além de mulheres bonitas em poses sensuais e matérias que falavam dos grandes artistas, virando um sucesso de tiragem. Notabilizou-se pela linguagem simples: as manchetes, segundo relata Campos Jr. et all (2011), eram submetidas a contínuos do jornal, partindo-se do pressuposto de que se eles entendessem, achessem a manchete boa, também o público do jornal a acharia interessante. Nesta busca por satisfazer os interesses do público leitor, o jornal se notabilizou também por tiradas cômicas e por notícias fantasiosas, como na manchete “Loira Fantasma Aparece em Banheiro de Escola” e o caso bebê diabo, manchete do jornal durante 27 dias consecutivos, conforme levantamento

de Campos Jr. et all (2011). Tal estratégia garantia a vendagem do jornal, mas também feriu mortalmente sua credibilidade. Entre altos e baixos, o jornal circulou até 20 de janeiro de 2001, quando foi publicada sua última edição.

1.5.3 Oposição ao sensacionalismo

O tipo de cobertura sensacionalista feita por jornais populares da época não demorou a apresentar opositores. Desde a década de 1930, eram relativamente frequentes as discussões em torno do caráter pernicioso das notícias publicadas nesse estilo (BARBOSA, 2007), inicialmente em outras áreas, como o Direito e mesmo entre integrantes da Polícia. Tanto é assim que, em 1933, conforme a autora, o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Brasil organizou uma campanha contra o sensacionalismo e, em 1951, na 1ª Conferência Nacional da Polícia, também se debateram os efeitos maléficos do sensacionalismo sobre a infância e a juventude. Mas foi somente no final da década de 1960 que, conta Barbosa (2007), os “crimes de sensação” figurariam pela primeira vez em discussões em uma escola de jornalismo, com a realização, de 9 a 13 de junho de 1969, da I Semana de Estudos de Jornalismo, no Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo.

Barbosa reproduz em sua pesquisa uma crítica à ascensão do jornalismo policial e ao sensacionalismo presente já no início do século, feita pelo jornal *Paiz*, que tinha uma linha que pode ser descrita como mais sóbria:

Os acontecimentos policiais têm cada vez mais a preferência do público. As grandes massas desdenham a notícia se o “político x descobriu uma fórmula ou apresentou um projeto capaz de salvar a Pátria”. Mas se há uma tragédia na rua, com tiros, facadas, mortes, uma torrente de sangue e diversas outras circunstâncias dramáticas, as turbas se interessam, vibram, têm avidez de detalhes, querem ver os retratos das vítimas, dos criminosos, dos policiais empenhados na captura destes... Como pode o repórter de polícia deixar de fazer verdadeiros romances-folhetins? A culpa não é dele, é do gosto do público, cuja psicologia é, aliás, muito compreensível. (O Paiz, 26 de junho de 1914, p. 1 apud BARBOSA, 2007, p. 39).

Toda oposição a esse tipo de jornalismo não impede que, ainda hoje, as coberturas sejam feitas pela imprensa de modo sensacionalista, tanto por jornais como por emissoras de rádio e, principalmente, pela tevê. A diferença entre o passado e o presente, segundo Boris Fausto (2009, p. 39), encontra-se na atual banalização desses crimes, provocada pela multiplicação dos casos, o que reduz sua importância: “Duram pouco nas imagens da televisão, nas páginas dos jornais, em uma ou outra sessão dos tribunais do júri”.

Apesar disso, não se pode negar que ainda hoje há casos que marcam o imaginário popular, seja pela repercussão nacional, como é a morte da menina Isabela Nardoni, de 5 anos, jogada do sexto andar de um edifício, em 2008, supostamente pelo pai e pela madrasta, que foram condenados pelo crime, e o mistério sobre a morte da menina Raquel Genofre, de 9 anos, encontrada morta também em 2008, numa mala de viagem na rodoviária de Curitiba. Não há como discordar de Fausto (2009), por outro lado, quando ele diz que a maioria das mortes narradas diariamente pelos jornais brasileiros cai no esquecimento dos leitores em pouco tempo, até em função do grande volume de acontecimentos policiais, alguns merecedores apenas de uma pequena nota de jornal, ou menção rápida em programas de rádio e tevê.

Além do grande volume de crimes, o tratamento dado a eles pela imprensa contribui para que muitos sejam rapidamente esquecidos. Em Curitiba, como exemplo, nos últimos anos, de modo geral, o espaço dado ao jornalismo policial encolheu. Nos jornais, esse processo ocorreu, de forma mais intensa, também como reflexo da crise dos impressos. Somente para ilustrar, nos anos 1990, a Gazeta do Povo (GP), principal jornal da capital paranaense (naquele período e ainda hoje), dedicava duas páginas diárias para a cobertura policial e chegou a ter três repórteres setoristas para a área. O jornal deixou de ser impresso em junho de 2017, mas, nos últimos anos de circulação, não destinou mais espaço fixo para as notícias do setor, geralmente publicadas como notas espalhadas pelo primeiro caderno, à exceção de grandes crimes ou de matérias especiais sobre segurança pública – cada vez mais raras. A Tribuna do Paraná, jornal de Curitiba focado na cobertura de policial e de esporte e pertencente ao mesmo grupo da GP, também circula hoje com menor número de páginas dedicadas a esse tipo de assunto e equipe reduzida, em comparação, por exemplo, com a década de 1990 – só para exemplificar, ela não mantém mais o repórter madrugueiro, que acompanhava os casos policiais ocorridos na madrugada.

Em relação às emissoras de rádio, hoje a Banda B é a única emissora que mantém repórteres policiais nas ruas para fazer a busca ativa de notícias. Na década de 1990, a situação era diferente: os programas policiais eram os carros-chefes da programação das rádios Clube, Cidade, Independência e Difusora (também emissoras AM), todas com equipes de repórteres nas ruas para cobrir manhã, tarde, noite e, algumas, a madrugada também. Hoje, portanto, as equipes são mais enxutas, com as emissoras de rádio (incluindo a Banda B), assim como os jornais, não dispendo mais, por exemplo, de repórteres para acompanhar os assuntos registrados durante a madrugada e tendo apenas um repórter na rua para entrar com boletins ao vivo, quando os programas estão no ar.

1.5.4 Jornalismo investigativo

De acordo com Barbosa (2007), desde os tempos de *Crítica*, começou a se desenvolver um novo modo de fazer jornalismo no Brasil, em que os repórteres passaram a produzir reportagens para denunciar os desmandos públicos e privados, atuando como policiais, investigando e denunciando, confundindo-se sua ação com a da polícia. Era o princípio do jornalismo investigativo no país. Citando Castilho, Barbosa (2007, p. 227) ressalta que “esse tipo de jornalismo (num claro processo de autoconstrução referendado pelos próprios profissionais) foi enfatizado a partir dos anos 1970, quando os principais prêmios outorgados a jornalistas valorizam exatamente esse tipo de abordagem”.

Neste período, os repórteres policiais já não desfrutavam do mesmo prestígio. Pelo contrário, a missão de relatar crimes passou a ser repassada, em geral, para jornalistas principiantes. Conforme descreve Luiz Amaral (1969), a seção policial, assim como a de esporte, tem sido o “refúgio dos focas”, local onde os secretários de jornais preferem colocar o recém-chegado à redação para que desenvolva sua capacidade jornalística. Para ele, em certo sentido, a “escola” (como primeira experiência prática, fora da faculdade, dos jovens estudantes) é boa, pois obriga o jovem a realizar todos os tipos de atividades – “entrevistas, notas, reportagens, comentários, mesmo o humorismo, uma vez que, ao lado da tragédia, há sempre a comédia e o pitoresco nos corredores das delegacias policiais” (AMARAL, 1969, p. 93).

Barbosa, falando do repórter policial dos últimos anos, confirma que eles não gozam de grande prestígio na hierarquia das salas de redação, o que fez com que o jornalismo investigativo encontrasse na seção policial um campo fértil de desenvolvimento.

No sistema de divisão de poderes dentro do jornalismo, os repórteres policiais têm menos capital simbólico do que um repórter de economia ou política. Reivindicar para si o papel de investigador, dominador de um conhecimento inédito ou trazer o “furo” para o chefe de redação deve ser visto, nesse sentido, como estratégia capaz de conferir ao jornalista investigativo maior poder simbólico. (BARBOSA, 2007, p. 229)

Barbosa cita Tim Lopes (jornalista investigativo assassinado em 2002, durante uma reportagem para o Programa Fantástico, da Rede Globo) como herdeiro dessa tradição de repórteres, iniciada em *Crítica*, que emprega em seus métodos de apuração técnicas de investigação policial. “A morte de Tim naturaliza a prática do repórter policial como

investigador de polícia, pois atuaria como intermediário em favor da coletividade, apesar de outras instituições, que não o jornalismo, terem a atribuição de desvendarem crimes” (BARBOSA, 2007, p. 232).

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA APLICADA E CONTATO COM O OBJETO

A proposta deste trabalho é investigar como se dá a relação entre jornalistas e fontes na cobertura policial por emissoras de rádio de Curitiba e seus impactos na notícia. Para tanto, foram mobilizados instrumentos e técnicas de análise, como a observação participante, definida como sendo uma “técnica baseada na observação visual, que permite a captação dos comportamentos no momento em que eles se produzem, sem a mediação de um documento ou de um testemunho” (QUIVY E CAMPENHOUDT, 1995, p. 196). Esta técnica foi aplicada no acompanhamento das rotinas de trabalho de profissionais de duas empresas: Rádio Banda B (AM) e Rádio BandNews (FM), como forma de descrever e analisar procedimentos de repórteres no relacionamento com as fontes em situação de produção noticiosa.

A escolha por repórteres desses dois veículos se deu pelo fato de ambos terem departamento de jornalismo estruturado e produções noticiosas diárias, sendo neste sentido similares. Por outro lado, também pesou na decisão o pressuposto de que tais emissoras apresentavam modos aparentemente distintos de produção da notícia. Entendeu-se, portanto, que isso poderia contribuir para enriquecer a pesquisa, pois possibilitaria comparações entre as rotinas de um veículo que trata o jornalismo de acontecimentos policiais como destaque principal de seus noticiários, caso da emissora Banda B, e de outro que não oferece tratamento diferenciado para esse tipo de pauta, situação da Rádio BandNews.

A primeira emissora (Banda B) tem repórteres especializados na cobertura policial (setoristas) e, dentro de uma grade de programação que mescla notícias e músicas, possui programas com ênfase na reportagem policial. Já a segunda (BandNews) se dedica exclusivamente à produção e veiculação de notícias e, embora não tenha programas policiais e nem setoristas, mantém dois repórteres preferenciais (um de manhã e outro à tarde) para esse tipo de cobertura – explicando melhor: os dois repórteres, em geral, são escalados para as pautas policiais, o que só não ocorre em casos excepcionais, como quando há uma superoferta de assuntos do setor e mais integrantes da equipe precisam receber esse tipo de pauta ou quando os repórteres preferenciais precisam continuar acompanhando um assunto cuja cobertura já iniciaram.

Além do exame das rotinas produtivas por meio da observação participante, a pesquisa também se apoiou em entrevistas semiestruturadas – como mecanismo complementar. Ou seja, nesta pesquisa, optou-se por trabalhar com duas técnicas qualitativas,

diante do entendimento de que a apreensão do objeto deste estudo não poderia se dar com o uso de métodos quantitativos, que permitiriam apenas um retrato congelado do momento, ou, nas palavras do pesquisador franco-brasileiro Michel Thiollent (1987), uma fotografia instantânea, sendo necessárias a observação, a compreensão e a interpretação dos fenômenos humanos.

O passo a passo das técnicas aplicadas será exposto no corpo deste capítulo. Nesta fase introdutória, é necessário informar que se deliberou por fazer dois períodos de observação, com o acompanhamento de repórteres durante a produção de suas matérias, tanto na redação como na rua, em contato com as fontes das reportagens. O primeiro (três dias em cada emissora, realizado em abril de 2016) teria a função de orientar a pesquisa, demonstrando eventuais desvios, chamado de “observação-piloto). Entretanto, ele se mostrou mais útil do que o esperado, motivo pelo qual as observações dessa fase foram incorporadas ao trabalho final. Além disso, essa decisão (de incorporar à pesquisa) nos possibilitou adotar o contraste como estratégia de análise.

A segunda fase da observação foi realizada em maio de 2017 (seis dias na Banda B e cinco dias na BandNews), logo após a qualificação, de modo que puderam ser levadas em conta orientações da banca. Uma das observações seguidas foi a ampliação do número de repórteres observados. Na primeira fase, foi feito o acompanhamento de um repórter de cada emissora, durante três dias. Já na segunda fase, foram acompanhados um total de cinco profissionais, sendo três da Banda B e dois na BandNews. Na primeira emissora, a proposta foi acompanhar por dois dias cada um dos turnos de trabalho (manhã, tarde e noite), independentemente do profissional escalado para o período. Assim, foram observados três profissionais, sendo o primeiro por um dia (este já havia sido observado por três dias, durante a pesquisa exploratória), o segundo por três dias e o último por dois dias. Na BandNews, propôs-se acompanhar a rotina de trabalho dos repórteres por cinco dias. Deste modo, foram observados dois profissionais: o primeiro, do turno da manhã, foi acompanhado por três dias (este já havia sido observado, também por três dias, na fase-piloto), e o segundo, do turno da tarde, por dois dias.

Nas duas etapas, a observação da relação entre repórteres e fontes foi feita durante a cobertura de entrevistas coletivas e exclusivas, na redação e na rua. Foram observadas questões como quem agendou as entrevistas (repórter, equipe, fonte, assessor de imprensa, entre outros), se o agendamento da entrevista demorou, tipo de fonte envolvida (oficial ou popular, por exemplo), nível de relacionamento, relação com colegas de outros veículos, enfim todos os aspectos envolvidos e observáveis na rotina produtiva dos repórteres.

Como técnica complementar de coleta de dados, também foram feitas entrevistas semiestruturadas, que, segundo Triviños (1987), têm como característica questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa, ou seja, são entrevistas que pressupõem o uso de uma série de perguntas-guias abertas, a respeito das quais o investigador precisa receber informações dos entrevistados, de forma alinhada com as suas hipóteses de trabalho.

Inicialmente, a intenção era fazer entrevistas apenas com os repórteres observados. Mas, durante a fase exploratória, sentiu-se a necessidade de realizar entrevistas também com assessores de imprensa da área de Segurança Pública do governo do Paraná (Secretaria Estadual de Segurança Pública – Sesp), pois havia indícios de intermediação das assessorias de imprensa na relação entre fontes oficiais e jornalistas. Por esse motivo, foi entrevistada a jornalista que coordenava a Assessoria de Comunicação da Sesp no período em que, segundo levantamentos preliminares, teriam ocorrido mudanças substanciais no modo de trabalho da área, que levaram a essa interferência maior na relação entre jornalistas e fontes oficiais, com a marcação das entrevistas passando a ser monopolizada pelos assessores. As conversas com a profissional, que atualmente mora em outro estado, foram por meio digital e a intenção era fazer ao menos mais uma entrevista pessoalmente, para aprofundar a investigação. Também se planejava entrevistar jornalistas que a antecederam e a sucederam na tarefa de coordenar a Comunicação da Sesp. Mas, durante a qualificação, ficou evidenciado que tais entrevistas poderiam desviar a pesquisa de seu foco, dando-se excessivo destaque para o papel dos assessores de imprensa. Por esse motivo, o alvo das entrevistas voltou a ser os repórteres observados. As informações repassadas pela assessora de imprensa continuaram, porém, a ser consideradas neste trabalho.

Concluídas as observações e entrevistas, foi feita a análise dos dados, cotejando-os com o debate teórico conceitual, tanto sobre as questões relativas ao processo produtivo quanto às questões específicas de temas policiais. O modelo de análise utilizado se aproxima daquele sugerido por Guy Michelat (1984) para entrevistas não diretivas – embora esse não fosse o caso específico deste estudo, a ferramenta foi adaptada para tal finalidade. O modelo de Michelat (1984) sugere uma análise exaustiva, com várias leituras e releituras, de modo a promover uma espécie de impregnação do material pesquisado. Claro, a análise feita considerou também o tempo disponível para a conclusão do estudo, na tentativa de encontrar um modelo intermediário entre o ideal e o possível. Na sequência, será apresentado com mais detalhes o caminho percorrido para a formulação da metodologia de pesquisa empregada.

2.1 Construção da metodologia

Entre 1994 e 1997, esta pesquisadora trabalhou em jornal e/ou em rádio como repórter e editora da área policial, em veículos de comunicação de Curitiba. Neste período, teve a oportunidade de vivenciar as contradições e tensões na realização das múltiplas tarefas de jornalista. Tal experiência foi, de alguma forma, útil para esse trabalho na medida em que proporcionou certa facilidade para o entendimento das rotinas produtivas. Claro, procurou-se utilizar tais conhecimentos de modo a possibilitar, como descrito por Travancas (2005), o estranhamento dentro de sua própria cultura. Conta-se que a passagem de 20 anos desta experiência até o desenvolvimento da pesquisa tenha contribuído para isso. Aliás, o tempo decorrido também foi importante, no que se refere às mudanças que ocorreram no modo de produção das notícias policiais.

Nos anos 1990, basicamente, o relacionamento entre fontes policiais e jornalistas pode ser descrito como menos profissional, mais direto e informal, com coletivas sendo acionadas pelas próprias fontes, sobre os assuntos que julgassem apropriados e os repórteres tendo acesso aos gabinetes dos delegados de polícia e à sala imprensa da Polícia Militar (PM). Em alguns casos, esse contato não se restringia ao aspecto meramente profissional, de modo que fontes e jornalistas eram como parceiros, desfrutando até de certa intimidade.

A partir de inquietações surgidas no decorrer de sua experiência profissional, esta pesquisadora se propôs a investigar como se relacionam hoje as fontes de informações com os repórteres de rádio que cobrem a área policial, em Curitiba. Tal estudo foi feito na perspectiva de uma problemática complexa, que considera a notícia como parte importante da relação fonte-jornalista. Explicando melhor: o que as pessoas ouvem no rádio (assim como leem em jornais e sites e veem nas emissoras de televisão) é o reflexo desse relacionamento, que precisa ocorrer dentro de determinados limites. A questão do relacionamento entre fontes e jornalistas é complexa, pois se reveste de um contato de interdependência, na medida em que tanto jornalistas quanto fontes compartilham interesses de publicização comuns, ainda que por vezes divergentes nos seus métodos e em seus fins. Enfim, precisa ocorrer dentro de determinado equilíbrio, que não é tão simples de ser alcançado, ainda mais considerando que tal relação é marcada por aspectos ligados ao Newsmaking, notadamente pelo fator tempo, que muitas vezes opera como um determinante das fontes, que, deste modo, deixam de ser uma escolha do jornalista para se tornar uma determinação do deadline. Descobrir como fontes e jornalistas da área policial se relacionam, portanto, é crucial para desvendar, em certa medida, por que as notícias policiais são como são.

Desde o início, ficou claro que, para fazer tal investigação, seria necessário observar repórteres policiais em contato direto com as fontes – ou seja, acompanhá-los. Como a intenção era monitorar tanto a rotina de quem trabalha exclusivamente na cobertura policial (repórter setorista, que tem um contato mais constante com as fontes do setor policial) como quem, em sua rotina, faz reportagens policiais, mas também matérias de outras áreas (repórter generalista, que tem contato eventual com as fontes policiais), de modo a permitir comparações entre os modos produtivos e relacionamentos com as fontes, a opção que se mostrou mais viável foi a observação de repórteres de rádio. Em Curitiba, cidade que é foco da investigação, há emissoras de rádio com os dois perfis definidos e, nelas, acreditava-se, haveria maior abertura para aplicar a observação participante.

Em jornais, o estudo se mostrava menos interessante, visto que havia cinco diários em circulação na cidade quando a pesquisa foi iniciada (Gazeta do Povo, que circulou até 31 de maio de 2017, Bem Paraná, Indústria e Comércio, Tribuna do Paraná e Metro), sendo apenas um especializado na cobertura de assuntos policiais (Tribuna). Em dois, não havia equipes de reportagem que, diariamente, vão às ruas (Bem Paraná e Indústria e Comércio). O terceiro tinha uma cobertura tímida da área policial (Metro). Os últimos dois, com maior estrutura, pertenciam (e pertencem) ao mesmo grupo empresarial (Rede Paranaense de Comunicação) e em um deles (Gazeta do Povo) a pesquisadora trabalhou por 17 anos, até 2013, ainda tendo relações pessoais que poderiam comprometer o estudo. Em emissoras de televisão, por sua vez, os contatos preliminares com as redações indicaram maior dificuldade para se obter autorização para acompanhar equipes de reportagem, prejudicando a observação efetiva. Nas rádios, pelo contrário, nos contatos iniciais já foi manifestada disposição para autorizar o trabalho. A escolha, portanto, foi por aplicar a observação participante a emissoras de rádio. Cabe ressaltar que, independente do meio, as relações entre fontes e jornalistas na cobertura policial, ainda que revestidas por especificidades proporcionadas pelas características dos canais (rádio, impresso, internet, tevê), operam sobre a notícia e seus valores, de forma relativamente semelhante.

Antes, porém, da pesquisa de campo, foi realizado o levantamento do estado da arte da pesquisa. Essa parte da investigação teve início em 2015, ainda nos primeiros meses do mestrado, quando foram visitadas as bibliotecas das principais faculdades de Jornalismo de Curitiba, com o objetivo de descobrir o que havia sobre jornalismo policial e, mais especificamente, em emissoras de rádio da capital. Foram consultados os bancos de monografias (TCCs), dissertações, teses e artigos das seguintes instituições: Universidade

Federal do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Universidade Positivo, Universidade Tuiuti e Universidade Unibrasil.

Os resultados foram tanto frustrantes quanto animadores. Frustrantes diante do número relativamente baixo de trabalhos acadêmicos na área em Curitiba: foram localizados 22 estudos a partir das chaves de pesquisa “jornalismo policial”; “jornalismo popular”, “jornalismo segurança”, “jornalismo investigativo” (embora ciente de que essa modalidade não seja exclusiva da área policial, sendo comum em várias outras, como a de política), mas nenhum abordava a relação das fontes na cobertura policial e o conjunto não se mostrou útil a essa pesquisa. Mas também animadores pela possibilidade de se desenvolver um trabalho que pudesse ajudar a preencher um vazio em termos de estudos de Jornalismo na capital paranaense.

Na busca feita no banco de teses e dissertações da UFPR, foram localizados apenas dois trabalhos que citavam “jornalismo policial” e três sobre “comunicação e segurança”. Todos, porém, como já citado, não tinham relação com o objeto da presente pesquisa. O resultado foi similar nas outras bibliotecas visitadas (pessoal ou virtualmente), embora a busca não tenha sido de todo infrutífera. Alguns trabalhos, mesmo não sendo diretamente citados neste estudo, foram úteis por oferecer subsídios para a produção dessa pesquisa, como a dissertação “Um olhar sobre o radiojornalismo praticado em Curitiba no período recente”, do professor Luiz Witiuk, de 2007, da Universidade Tuiuti do Paraná, que analisa o radiojornalismo em Curitiba na fase atual, na tentativa de identificar um perfil curitibano no que diz respeito ao jornalismo de rádio. Neste caso, a chave de pesquisa utilizada foi “radiojornalismo Curitiba”, que também apresentou resultados limitados, e o trabalho foi útil na fase de levantamentos preliminares, por apresentar um panorama geral do radiojornalismo em Curitiba.

Ampliando a busca para os bancos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação) e da SBPJOR (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo), além do Google Acadêmico, foi possível localizar outros artigos e trabalhos sobre jornalismo policial. Detalhando: no momento da busca feita pelos termos “jornalismo policial”; “jornalismo popular”, “jornalismo segurança”, “jornalismo investigativo”, o quadro encontrado foi de 76 trabalhos. A maioria não guardava relação direta com o objeto da pesquisa, mas alguns, de pesquisadores como Josenildo Guerra, Alfredo Vizeu e Aldo Schmitz, permitiram o primeiro contato com as obras de autores que foram utilizados na fundamentação teórica desse estudo.

Após a pesquisa em bancos de teses e dissertações, partiu-se para procura de referências em livros, nos quais o retorno foi mais positivo, bem como em revistas científicas. Nestes casos, a investigação não se limitou a obras relacionadas ao jornalismo policial, mas também relativas a fontes jornalísticas e às perspectivas teóricas que permitissem a interação com os jornalistas e, mais especificamente, com os repórteres que fazem a cobertura policial, como a Teoria do Newsmaking. A socióloga americana Gaye Tuchman (1983) está entre os pesquisadores que se dispuseram a investigar o fazer jornalístico a partir de fatores como a rotina em si, a seleção de assuntos, a estrutura da empresa jornalística, o tempo, o enquadramento e, o mais importante para este estudo, a interação com as fontes.

A utilização de tais pressupostos teóricos exigiu, portanto, uma revisão bibliográfica sobre os estudos de Newsmaking e de conceitos fundamentais para essa pesquisa – como já dito anteriormente, os relacionados a fontes jornalísticas e jornalismo policial. O levantamento bibliográfico incluiu ainda aspectos relativos à história do jornalismo policial no mundo e no Brasil, além da apuração de dados atuais sobre o campo de estudo, no caso as emissoras de rádio (número de emissoras em atividade no Brasil, Paraná e Curitiba; programas policiais em rádios de Curitiba) e informações sobre as duas emissoras para as quais os profissionais observados trabalham, no caso a BandNews (FM) e Banda B (AM), ambas de Curitiba.

2.2 Observação participante

Antes mesmo da conclusão do levantamento bibliográfico, já havia consenso sobre o fato de que a observação participante se destacava como a técnica mais adequada para o acompanhamento de rotinas produtivas do jornalismo e, neste contexto, da relação dos repórteres com suas fontes. Diante da impossibilidade de se fazer uma observação ampliada, de todos os tipos de veículos de imprensa, a opção foi por acompanhar especificamente a relação entre jornalistas e fontes na cobertura radiojornalística do setor Policial, em Curitiba (pelas características do meio e facilidade de acesso e aplicação da técnica de observação). Ainda assim, não seria possível acompanhar todas as emissoras de rádio e, por isso, a decisão foi por analisar duas emissoras da capital paranaense com maior audiência, estrutura e produção jornalística diária, além de apresentarem condições de análise de suas rotinas produtivas por meio da observação: Banda B (AM) e BandNews (FM). A Banda B tem programas que destacam as notícias policiais em sua grade (um no período da manhã, outro à tarde e o último, à noite; sem incluir os programas especiais de fim de semana) e repórteres

(três, que se revezam no período da manhã, tarde e noite, além de um quarto que dá apoio na redação) dedicados quase que exclusivamente a esse tipo de cobertura (excepcionalmente, podem fazer matérias de outras áreas). Já a BandNews, embora seja uma rádio que só “toca notícia”, como ressalta seu slogan, não tem programa policial e jornalistas setoristas, mas possui repórteres que cobrem, preferencialmente, a área (ou seja, quando há pautas policiais, são quase sempre os mesmos repórteres que as recebem).

A escolha do rádio como meio analisado levou em conta a agilidade e a velocidade características do meio, o que contribui para uma amplitude maior das coberturas, ou seja, em função de suas particularidades, as emissoras de rádio, comparativamente, costumam acompanhar um volume maior de notícias do setor policial em relação às emissoras de televisão e ao único jornal da cidade que se dedica com mais ênfase à área policial, a Tribuna do Paraná (periódico em circulação em Curitiba desde 1956, que se destaca por seu jornalismo popular, centrado, sobretudo, nos casos de polícia e notícias de esportes). Na tevê, a maior seletividade de assuntos está conformada principalmente por questões estruturais, pois a natureza do veículo impõe, além da existência de uma equipe completa de trabalho (pauteiro, repórter, cinegrafista, motorista, editor), um tempo maior de produção.

2.2.1 Retrospecto histórico

A escolha da observação participante como técnica de estudo para essa pesquisa considera a experiência de vários autores, que, assim como Tuchman (1983), propuseram-se a estudar as rotinas jornalísticas e apontaram a observação participante como uma alternativa viável e, mais do que isso, permeada de vantagens para os pesquisadores que optaram pelas investigações qualitativas de pesquisa, entre elas a possibilidade de coleta de dados sem intermediários, ou seja, a partir do que o pesquisador observa e não pelo relato de terceiros.

Tais métodos se desenvolveram diante das limitações das técnicas quantitativas para responder a questões relacionadas à cultura e à vida social do homem, o que fez com que pesquisadores das Ciências Sociais, ainda no século XIX, buscassem ferramentas alternativas que permitissem não apenas um retrato congelado do momento, ou, nas palavras de Michel Thiollent, “uma fotografia instantânea” (1987, p. 16 - 17), mas também a observação, a compreensão e a interpretação dos fenômenos humanos, de modo a trazer contribuições à sociedade. Desta inquietação surgiu a abordagem qualitativa de pesquisa, com a proposta de captar os fenômenos em sua complexidade e profundidade, ou seja, em suas origens, partes constitutivas, significados e transformações. Para isso, a pesquisa qualitativa apresenta

características multimetodológicas, utilizando um número variado de instrumentos de coleta de dados, tais como análise dos conteúdos, observação participante e entrevistas, entre outros.

Caracterizada por Robert Burgess (1997) como método etnográfico, a observação participante começou a ser empregada nos estudos de grupos humanos no fim do século XIX e início do século XX por antropólogos que compartilhavam a convicção de que, somente em campo, o profissional poderia “encontrar verdadeiramente a experiência da vida humana vivida” (AGROSINO, 2009, p. 16). O trabalho do pesquisador Bronislaw Malinowski, desenvolvido nos anos 1920, nas Ilhas Trobriand (Pacífico Oeste), é citado por vários autores, entre eles Isabel Travancas (2005), como o grande marco no uso da observação participante. Malinowski permaneceu em campo por quatro anos convivendo com os trobriandeses. O resultado foi um estudo ímpar, que revelou particularidades culturais do grupo estudado, as quais dificilmente seriam captadas com o uso de outra técnica que não a observação participante. Mais do que isso, o estudo introduziu um novo “método de pesquisa” que privilegia a observação em primeira mão, invertendo, conforme descreve Robert Burgess (1997), uma lógica vigente na época, quando os pesquisadores, para desenvolverem suas pesquisas, dependiam das narrativas de terceiros (missionários, comerciantes, exploradores) ou de observações feitas das varandas das casas dos administradores governamentais de uma vila ou algo similar, para onde os investigados poderiam até ser levados para serem questionados, medidos e fotografados, mas sem que o pesquisador interagisse, de fato, com eles.

Até a década de 1920, a observação participante era usada apenas por antropólogos. Foi quando sociólogos adaptaram a técnica para uso nos estudos de grupos urbanos nas sociedades modernas. Um dos grandes responsáveis pela disseminação da técnica foi Robert Park, jornalista que se converteu à sociologia e à vida acadêmica aos 49 anos, liderando a Escola de Chicago entre 1920 e 1930 – “seu período de maior prestígio e influência” (CONDE, 2008, p. 15) –, a qual transformou em campo de estudo a cidade de Chicago. Um parêntese: segundo Conde (2008), a escolha da observação participante como método central das pesquisas de Park, conforme ele próprio revela em sua obra, foi influenciada pelo longo período de exercício do Jornalismo, já que, para produzir suas reportagens, ele empregava técnica similar, embora com menor rigor metodológico.

Com a difusão do “método etnográfico” pela Escola de Chicago, ele ganhou aplicação em várias ciências, como Educação, Saúde e Comunicação, dentre outras áreas do conhecimento que “têm como objeto de investigação as diferentes formas de sociabilidade, ritos, cultura, crenças e costumes de um determinado grupo social” (AGROSINO, 2009, p.

16). Neste contexto, merece destaque estudo que marcou época: o de William Foote-Whyte, que, após três anos de observação, período em que chegou a se mudar para o bairro de Boston (Cornerville), no qual desenvolvia sua pesquisa, escreveu o livro “Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada”, publicado originalmente em 1943. A obra foi descrita por Gilberto Velho (1978) como um exemplo magistral de como um trabalho de investigação científica pode ser um instrumento precioso para a crítica de estereótipos e preconceitos.

No Brasil, e especificamente em se tratando de estudos em comunicação, segundo Cicilia Peruzzo (2003), a pesquisa participante, que inclui a técnica da observação participante, foi bastante utilizada nos anos de 1980 e início da década de 1990, passando, na sequência, por um período de menor prestígio, mas voltando a ser empregada com maior frequência ainda no início dos anos 2000. O abandono temporário é atribuído pela autora às críticas encabeçadas por estudiosos que defendiam os métodos quantitativos como os únicos efetivamente científicos, argumentando que “as técnicas qualitativas de pesquisa, a exemplo da observação participante, careciam de variáveis verificáveis matematicamente e da neutralidade da ciência” (PERUZZO 2003, p. 4). Na outra ponta, os críticos aos métodos quantitativos, descritos como um tipo de investigação preocupada em atingir apenas a aparência dos fenômenos sociais, o que se apresenta à verificação e/ou a experimentação; e que “não reconhece que há domínios qualificáveis e não só domínios quantificáveis” (TRIVIÑOS, 1987, p. 129), garantiram a continuidade da aplicação da pesquisa participante por vários pesquisadores, entre eles a própria Peruzzo e Vizeu.

2.2.2 Características

Chizzotti (2008) diz que a observação direta ou participante consiste no contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para que desta forma possa recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vistas. A técnica requer, portanto, a inserção do pesquisador no ambiente de ocorrência do fenômeno e sua interação com a situação investigada.

De modo geral, Quivy e Campenhoudt (1995, p. 198) dizem que o método é “particularmente adequado à análise do não verbal e daquilo que ele revela, ou seja, as condutas instituídas e os códigos de comportamento, a relação com o corpo, os modos de vida e os traços culturais, a organização espacial dos grupos e da sociedade”. Entre as principais vantagens do uso da técnica, eles também apontam a apreensão de comportamentos e dos

acontecimentos no momento em que se produzem, a recolha de material de análise não suscitado pelo investigador e, portanto, relativamente espontâneo, além da autenticidade relativa dos acontecimentos em comparação com as palavras e com os escritos.

Foote-Whyte (2005, p. 303), por sua vez, enfatiza que a observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos: “É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa”.

Já Isabel Travancas (2005) destaca que a observação participante envolve a descrição densa, definida pelo antropólogo norte-americano Clifford Geertz como o processo de interpretação que pretende dar conta das estruturas significantes que estão por trás e dentro do menor gesto humano. Para tornar mais clara sua definição, Geertz cita o exemplo da piscadela, que pode ter vários significados, como identificar um tique, um código de comunicação entre duas pessoas, uma paquera.

Para a sua utilização como procedimento científico, Maria da Conceição Correia (2009, p. 31) destaca que tal observação deve reunir alguns critérios básicos, tais como responder a objetivos prévios, ser planejada de modo sistemático, sujeita à validação e verificação, precisão e controle:

De acordo com Spradley (1980), na abordagem por observação participante há que realçar que os objetivos vão muito além da mera descrição dos componentes de uma situação, permitindo a identificação do sentido, a orientação e a dinâmica de cada momento. Face à intersubjetividade presente em cada momento, a observação em situação permite e facilita a apreensão do real, uma vez que estejam reunidos aspectos essenciais em campo.

Vários autores concordam que o uso da técnica exige também um preparo anterior, que inclui levantamento bibliográfico dos clássicos e de estudos contemporâneos afins, para que o pesquisador tenha uma noção do que já foi escrito sobre o assunto. Na sequência, é importante fazer um planejamento de como será o processo, que, para apresentar consistência, não poderá ocorrer por um período muito curto. Algumas vezes se faz necessária uma fase preliminar de observação para definir o que e como observar: a chamada observação exploratória, que, neste caso específico, foi aplicada, conforme será detalhado mais abaixo. Embora tenha como propósito inicial orientar a observação de fato, a fase exploratória também pode ter seus resultados considerados, o que também se aplica a essa pesquisa em específico.

Para fazer a coleta de dados durante a observação participante, o autor tanto pode optar por utilizar o caderno de campo como o gravador. Os dois instrumentos possuem

vantagens e desvantagens. Ao utilizar um caderno, por exemplo, “o autor poderá não apenas registrar o que está sendo dito, mas também o que está sendo observado com olhos e que não pode ser captado por um gravador de áudio” (TRAVANCAS, 2005, p. 101 - 102). Também já terá um material pré-editado, não necessitando fazer a decupagem de gravações, trabalho que despense tempo. Por outro lado, quando faz uso do gravador, ele fica liberado para observar o ambiente e seus personagens. Tem também um registro mais fidedigno das falas de quem está sendo observado. Outra ferramenta possível é a câmera de vídeo (disponível em celulares, como exemplo), que permite a captação de imagem e som. Mas o seu uso pode aumentar a interferência do pesquisador sobre o ambiente, constringendo ainda mais as pessoas que estão sendo observadas.

No caso em particular desta pesquisa, considerando a experiência da pesquisadora no uso de cadernos e/ou blocos de notas para captação de informações, a opção foi pelo registro em caderno ou diário de campo, instrumento que se mostra eficaz para o registro de aspectos como a descrição do local, assim como dos detalhes das rotinas produtivas em si. Além disso, pesou na decisão a percepção de que o gravador e a câmera poderiam funcionar como fator inibidor, comprometendo a espontaneidade dos repórteres observados.

Aliás, mesmo com o uso do caderno de campo, foi possível observar certo constrangimento, pelo simples fato de as pessoas saberem que estavam sendo observadas. Neste sentido, esta pesquisadora ouviu comentários como: “Cuidado, estamos sendo observados”, dito por repórter de uma emissora de televisão, ou “Vou dirigir direitinho, porque você está comigo”, na fala de um dos repórteres que estavam sendo observados (na Banda B, repórteres também são motoristas). Tais comentários denotam que o pesquisador não consegue ficar invisível e que sua presença inevitavelmente conduzirá a um grau de alteração do ambiente e, provavelmente, até das rotinas de trabalho e, o que mais nos interessa, das relações com fontes. Conta-se, porém, que esse grau de interferência seja controlado para não comprometer os resultados do estudo.

Para orientar a observação, foram elaborados roteiros básicos de aspectos a se observar e de questionamentos que a pesquisadora pretendia responder durante a aplicação do procedimento (Apêndice), sempre considerando o problema da pesquisa. Na fase exploratória, parte do roteiro foi útil e outra foi abandonada. A propósito, é bom observar que, por mais planejada que seja a observação, há aspectos que só são efetivamente definidos no momento em que o pesquisador está em campo. Já o roteiro que fundamentou a segunda etapa de observação foi mais útil, já que estava mais bem estruturado e focado no objeto, até como resultado da experiência na fase da observação-piloto.

2.2.3 Modalidades

Não existe modelo de observação participante, como pontua Le Boterf (1984). Há algumas modalidades distintas que condicionam, entre outras coisas, um maior ou menor envolvimento e empenho do pesquisador. A escolha do tipo adequado depende de uma série de fatores, como características do objeto, objetivos do estudo e disponibilidade do estudioso.

Citando apenas uma das classificações possíveis, que considera o envolvimento do pesquisador no campo, podemos dizer que, segundo proposto por Gold (1958, p. 217 - 223), a observação pode ser: participante total (quando o pesquisador se propõe a participar em todas as atividades do grupo em estudo, atuando como se fosse um de seus membros; sua identidade não é conhecida); participante como observador (o pesquisador estabelece com o grupo relação que se limita ao trabalho de campo; a participação, porém, ocorre da forma mais profunda possível, por meio da observação informal das rotinas cotidianas e da vivência de situações consideradas importantes); observador como participante (ocorre através de relações breves e superficiais, nas quais a observação se desenvolve de maneira mais formal; é utilizada, muitas vezes, para complementar o uso de entrevistas); observador total (não há interação social entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, os quais não sabem que estão sendo observados; a observação é usada, geralmente, como complemento de outras técnicas de coleta de dados).

Na presente pesquisa, optou-se por utilizar o modelo do “observador como participante”. Tal escolha se justifica pelas limitações de tempo e de contato com o objeto por parte da pesquisadora. Neste sentido, ficou previamente acertado com as direções das duas emissoras que a observação seria feita em dois períodos. O inicial, denominado observação exploratória, ocorreu, primeiramente, na BandNews nos dias 15, 18 e 19 de abril de 2016, das 8 às 12 horas, e, na sequência, na Banda B, nos dias 20, 21 (um feriado) e 22 de abril de 2016, das 5h30 às 11h30. O segundo período – fase da observação participante de fato – ocorreu de 1º a 6 de maio de 2017, distribuído da seguinte forma: dia 1º (um feriado), nos períodos da manhã e tarde, na Banda B; dia 2, de tarde e à noite, também na Banda B; dia 3, de manhã e à noite, sendo de manhã na BandNews e à noite na Banda B; dias 4 e 5, de manhã e à tarde, na BandNews; e, por fim, na manhã dia 6, na Banda B. Os horários de permanência com os repórteres variaram de acordo com a rotina dos profissionais (o detalhamento pode ser conferido no relatório dos dias de observação – apêndice).

Na observação-piloto, os dias de observação foram definidos previamente e escolhidos aleatoriamente. Já os horários de acompanhamento foram determinados pelas emissoras. Também coube às empresas a definição dos profissionais que seriam acompanhados. Mesmo ciente de que tal interferência editorial poderia ter reflexos nos resultados da pesquisa, não foram apresentadas objeções a essas imposições, até para não dificultar a observação dos repórteres na rua – o que nem sempre é autorizado pelas organizações jornalísticas. Além disso, concluiu-se que as restrições não chegariam a comprometer a pesquisa, pois não inviabilizariam a observação de profissionais em contato com suas fontes. Na emissora BandNews, a pesquisadora acompanhou a rotina de um repórter graduado em Jornalismo em 2012, que, desde então, trabalha na emissora (antes disso, foram mais dois anos como estagiário no mesmo local) e que, embora não seja setorista da área policial, fica preferencialmente com as pautas do setor. Na Banda B, o repórter observado não cursou faculdade de Jornalismo nem tem outro curso superior, mas, há 30 anos, trabalha como repórter policial, prioritariamente em rádio, mas com passagem também por emissora de televisão.

Na segunda fase, os dias de observação foram definidos previamente e escolhidos a partir de calendário proposto pela pesquisadora. Da mesma forma, os turnos de acompanhamento foram sugeridos pela pesquisadora e acatados pelas direções das emissoras. As observações foram planejadas de modo a possibilitar o acompanhamento da rotina de dois repórteres da BandNews (um da manhã e outro da tarde) e de três repórteres da Banda B (um do período da manhã, outro da tarde e o último do turno da noite).

Na BandNews, além do repórter já observado no período da pesquisa exploratória, foi acompanhado outro profissional formado em Jornalismo e que trabalha na emissora desde 2012. Atualmente, além de atuar na rádio, é funcionário de um portal de notícias, onde cumpre jornada pela manhã, antes de ir para a rádio. É um profissional experiente, já tendo atuado em jornal impresso, emissora de televisão e assessoria de imprensa, além de rádio e portais de notícia.

Na Banda B, além do profissional já acompanhado na fase exploratória, foram observadas duas jornalistas. A primeira é procedente da Bahia, onde cursou Rádio e TV e Jornalismo. Antes de vir para Curitiba, morou em São Paulo e já havia trabalhado em outras emissoras de rádio e televisão. Está na Banda B há pouco mais de um ano. A outra repórter, procedente de São Paulo, também iniciou o curso de Rádio e TV e, depois, migrou para Jornalismo, no qual se graduou. É formada também em Direito e, além da Banda, onde está há cerca de um ano e meio, é estagiária de pós-graduação no Ministério Público do Paraná. Antes

da Banda B, já havia trabalhado em outra emissora de rádio como repórter da área policial e também atuou como assessora de imprensa.

2.2.4 Vantagens e dilemas

O relato das características da observação participante fornece indicativos de que o pesquisador que se dispõe a trabalhar com a técnica tem vantagens decorrentes deste contato direto e da proximidade com seu objeto de estudo, mas também precisará fazer escolhas e enfrentar dilemas e desafios teóricos e práticos. Aliás, essa situação é comum a qualquer técnica escolhida, como ressaltam Lima M., Alm e Lima C. (1999, p. 12): “Torna-se imprescindível que o pesquisador tenha consciência das limitações e possibilidades de cada técnica empregada, visto que alguns aspectos podem interferir nos resultados alcançados”.

Entre as limitações e os problemas do método, Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (1995) destacam as dificuldades de aceite do observador pelos grupos observados e do registro de tudo, até porque nem sempre isso pode ser feito no momento exato da observação. Há também problemas relacionados à interpretação da observação, que, dependendo da forma escolhida, como no caso da utilização de “grelhas” (grades) muito formalizadas, pode se tornar superficial e mecânica.

Em investigação social, a solução para esse dilema é, na maior parte dos casos, procurada na aplicação de um método de observação relativamente flexível, que é utilizado como complemento de outros métodos, com procedimentos técnicos mais precisos, ou ainda, quando é possível, na colaboração de vários investigadores, o que confere uma certa intersubjetividade às observações e à sua interpretação. (QUIVY E CAMPENHOUDT, 1995, p. 198 - 199)

Com relação à presente pesquisa, questões como acesso ao objeto, aceite no grupo e tempo necessário de observação foram superadas sem grandes impasses, já que, nas duas emissoras, em poucos dias, os chefes de reportagem *autorizaram os períodos de observação*. Houve, é claro, um período de negociação até que as direções das duas emissoras escolhidas autorizassem a observação, mas a liberação foi relativamente simples e rápida. Os períodos de observação foram definidos em função da disponibilidade de tempo da pesquisadora – talvez um período maior fosse o ideal, mas os pesquisadores, especialmente aqueles que não podem se dedicar exclusivamente ao trabalho de pesquisa, muitas vezes, têm que procurar fazer o melhor com o tempo possível.

Desafio maior constituiu a necessidade de manter certo distanciamento do objeto, visto que este já era “conhecido” desta pesquisadora. A proximidade não poderia, em hipótese alguma, comprometer a análise e dar espaço para pré-julgamentos. Também não havia como simplesmente ignorar tal vivência. A jornalista e cientista social Ada Kesea Guedes Bezerra (2010, p. 15) chama atenção para esse dilema:

Diferentes autores falam da preocupação constante com a necessidade de uma *distância mínima* do objeto investigado que garanta a objetividade, mas é certo que essa premissa não é compartilhada por toda a comunidade acadêmica onde prevalece ainda a noção de que é inevitável a existência de um envolvimento com o objeto de estudo e que este fato não constitui, na verdade, um empecilho ou que automaticamente relegue falhas ou tropeços ao trabalho.

Roberto DaMatta (1978) aponta que o trabalho de campo se dá através do deslocamento do pesquisador em relação a sua própria sociedade, acrescentando que, quando faz isso, o pesquisador precisa vivenciar o que o autor chama de *anthropological blues*. Segundo DaMatta (1978), este blues, essa tristeza, é resultado da tentativa de transformar o “exótico em familiar” e o “familiar em exótico”. O primeiro movimento se refere ao encontro do pesquisador com a sociedade do outro, do diferente; e o segundo, ao com a própria sociedade, mas vista agora de uma nova forma, experimentando o estranhamento dentro de sua própria cultura.

Ainda sobre o conhecimento anterior que o pesquisador tem de seu objeto, embora existam divergências acerca das vantagens e desvantagens, Bezerra (2010, p. 16), que alerta para a questão da distância social e psicológica da aplicação do método, também faz uma ponderação a esse respeito:

Gilberto Velho ao contemplar esta questão, afirma que “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto conhecido” e destaca a complexidade do fator “distância” diante do objeto de estudo. A realidade, seja familiar ou exótica, [...] é sempre filtrada sob algum ponto de vista do observador, ou seja, a investigação etnográfica é sempre interpretativa.

Portanto, devem ser consideradas também vantagens desta proximidade, como a possibilidade de esclarecer questões que não seriam desvendadas sem essa cumplicidade, já que, como destaca Lago (2007, p. 60), a “proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação não violenta ao não contrapor dois sujeitos (pesquisador e pesquisado) que falam de lugares hierarquicamente distintos”.

Burgess (1997) também pondera que, mesmo quando se pesquisam ambientes culturais familiares, o investigador pode encontrar vantagens, como a interação natural e a falta de resistência dos investigados de se expor, conseguindo, por vezes, obter informações privilegiadas. Nessa situação, o investigador deverá lançar mão de uma dose maior de cuidado para não tomar as coisas como garantidas ou ignorar o que, à primeira vista, parece-lhe demasiadamente familiar. Ele recomenda o uso de algumas estratégias por quem pesquisa contextos familiares, que incluem descrição detalhada do que é observado; revisões e cruzamentos que permitam o desenvolvimento de temas relacionados à perspectiva teórica adotada.

Ao falar especificamente da pesquisa em Comunicação, Lago (2007) diz que, nos casos em que o jornalista pesquisa o jornalismo, essa condição de duplicidade do pesquisador não se constitui um impeditivo, mas num dado que deve ser pesado nas escolhas teórico-metodológicas. Isso terá reflexos sobre vários aspectos práticos, como a definição sobre a redação que será observada, o enfoque da pesquisa, entre outros, geralmente determinados a partir da intuição do pesquisador. Neste caso, porém, a proximidade com o objeto se apresenta como um facilitador, pois permitirá escolhas embasadas no que Lago (2007) chama de mapa de relevâncias imediato.

Em síntese, o conhecimento prévio do objeto tanto pode se configurar em vantagem como em obstáculo. Particularmente falando do pesquisador em Jornalismo, se ele nunca tiver trabalhado numa redação, por exemplo, e esse for seu ambiente de observação, é provável que tenha dificuldades para compreender até processos e aspectos relativamente simples do universo pesquisado. Se, por outro lado, tiver experiência na área e contato próximo com a redação, poderá encontrar dificuldades para se despir de parte deste conhecimento, para recuperar a capacidade de estranhamento do que está estudando e, assim, fazer uma análise equilibrada do objeto.

Lago (2007) defende que essa necessidade de operar certo distanciamento das chamadas categorias nativas é possível somente a partir do momento em que o pesquisador, paradoxalmente, assume a subjetividade inerente à pesquisa – a ausência dessa subjetividade é o principal alvo das críticas da autora quanto à aplicação do método etnográfico nos estudos em Jornalismo. Para ela, quando essa condição é assumida, faz-se necessária a reflexão sobre a relação sujeito-objeto, que conduzirá à conclusão de que ambos fazem parte do mesmo universo e que, portanto, não há neutralidade nesse encontro permeado pelas subjetividades.

O problema passa a ser, portanto, como inserir essa subjetividade no contexto da pesquisa, como processá-la. Não que esse reconhecimento afaste a subjetividade e a coloque sob controle. Ao contrário, como exemplifica Bourdieu (1990), a percepção para o pesquisador de que ele investe em sua pesquisa suas pulsões, lhe dá uma pequena chance de conhecer os limites de sua visão. Ou, pelo menos, reconhecer que sua visão tem limites. (LAGO, 2007, p. 59)

A explicação para a ausência da subjetividade em estudos de Jornalismo com o uso da técnica etnográfica, apesar de esta condição ser algo inerente à técnica, é dada pela autora pelas próprias características da redação jornalística. Citando Fernando Resende, Lago (2007) diz que o discurso tradicional jornalístico é epistemologicamente reconhecido como envolto no real e na verdade como referentes, sendo marcado pela imparcialidade e objetividade. Apropriando-se desse discurso jornalístico em suas pesquisas, o pesquisador-jornalista costuma incorporar o pressuposto de neutralidade e objetividade também em seus estudos, deixando de incorporar a subjetividade inerente ao método (apagando o narrador da narrativa).

Quando isso acontece, Lago (2007) diz que é como se estivéssemos extirpando do método tudo aquilo que lhe dá força e razão de ser usado interdisciplinarmente. Uma das principais consequências seria a tendência a valorizar o comportamento dito em detrimento do observado – com a maior parte dos dados de pesquisa se originando no diálogo entre pesquisador e observados, em vez de sobre o observável, apesar do suposto uso da observação participante. Para tentar evitar essa armadilha, desde logo, é necessário pontuar que, neste estudo em particular, procurou-se dar maior ênfase aos resultados da observação participante, em relação à técnica da entrevista semiestruturada.

Em outras palavras, habituado a confiar no que suas fontes dizem, o jornalista-pesquisador que opta por utilizar a técnica etnográfica terá que, neste momento, confiar mais no que vê/observa, estando ciente de que nem sempre o que é relatado equivale à realidade observável. Como diria Lago (2007, p. 63), “a arte de pesquisar exige um suspeitar corriqueiro do que é dito e mostrado e, principalmente, do que passamos a dizer”.

Por fim, cabe pontuar, que, apesar dessas dificuldades, impera aqui a convicção de que a observação participante pode se constituir uma técnica particularmente apropriada para os estudos em Jornalismo feitos por jornalistas. Em primeiro lugar, porque o jornalista, além de estar familiarizado com entrevistas, costuma exercitar a observação no seu dia a dia. É com a associação do ouvir com o observar, como exemplo, que o jornalista percebe e descreve em suas matérias questões como o estado de ânimo do entrevistado, o que suas vestes e adereços denunciam (simplicidade, ostentação), o que o ambiente diz sobre aquela pessoa, enfim, uma

série de sutilezas fundamentais para compor o quadro completo da reportagem. Claro, o jornalista-observador deve considerar, assim como fez Robert Park, que existem diferenças entre a observação feita com o intuito de produzir uma reportagem e a utilizada como método de pesquisa. Apaixonado pela observação, Park, que em seus tempos de repórter utilizou a observação como técnica de captação de dados, chegou a definir o sociólogo como um tipo de super-repórter, na medida que “conta as coisas de uma forma um pouco mais precisa, e com um estilo um pouco mais imparcial que o homem médio” (CONDE, 2008, p. 19), sugerindo que a utilização da observação como técnica de pesquisa exige maior sistematização, planejamento e controle da objetividade.

2.3 Entrevista semiestruturada

Nesta pesquisa, como já pontuado, a observação direta foi precedida por um período de observação exploratória. Os principais propósitos foram os de testar o procedimento e oferecer uma experiência prévia à pesquisadora, que nunca havia utilizado tal recurso de investigação. Além disso, essa vivência era considerada importante pela possibilidade de permitir o eventual redirecionamento de hipóteses e até mesmo do problema de pesquisa, caso isso se mostrasse necessário.

De fato, a análise dos dados da fase exploratória provocou mudanças na pesquisa, na qual a aplicação da entrevista semiestruturada, prevista desde o início (com profissionais das redações), ganhou maior aplicabilidade. Isso porque, neste período, foi possível constatar alterações significativas na relação entre repórteres policiais e fontes de informações oficiais, a começar pelo modo como o contato entre ambos se dá atualmente, com maior intermediação dos assessores de imprensa.

Ficou claro, portanto, durante a fase exploratória, que as assessorias de imprensa se tornaram figuras centrais na relação entre fontes de notícias e repórteres que cobrem a área policial, intermediando, na maioria dos casos, qualquer contato entre eles. Mas quando e como essas novas práticas começaram? E quais os reflexos dessa transformação? Em busca de respostas para essas dúvidas, o uso de entrevistas semiestruturadas pareceu o melhor caminho.

Assim, além das entrevistas com os repórteres observados, também se julgou necessária, naquele estágio do estudo, a realização de entrevistas com assessores de imprensa. A intenção era identificar quando as mudanças nos modos produtivos da assessoria iniciaram; quais os motivos para a ruptura de um processo menos centralizado para um com maior intermediação dos assessores de imprensa e por que esse modelo foi mantido. Foi feita uma

primeira entrevista dentro dessa linha de investigação, mas, após a qualificação, essa decisão foi revista, pois se chegou à conclusão de que tal estratégia poderia desviar a pesquisa de seu foco principal, ou seja, a relação entre repórteres de rádio e fontes de informação da área policial.

2.3.1 Características

As entrevistas em profundidade ou semiestruturadas e a análise de conteúdo também têm se mostrado adequadas aos estudos de Jornalismo porque podem ser associadas a outras técnicas de recolha de dados, como a observação participante. Neste sentido, a experiência de alguns pesquisadores, com Vizeu e Arrueta, aponta que especificamente o uso da entrevista semiestruturada permite a captação de informações que escapam às potencialidades oferecidas pela observação participante, complementando-a. Permite também que o investigador possa comparar o resultado de sua observação com a visão que os próprios observados têm da realidade. Vizeu (2007) e Arrueta (2010), como exemplos, estão entre os pesquisadores que defendem esse casamento e utilizaram as duas técnicas associadas em seus estudos.

Segundo Raymond e Campenhoudt (1995), as entrevistas, em suas diferentes formas, permitem ao investigador captar informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. Caracterizam-se por um contato direto entre o investigador e os interlocutores e por fraca diretividade do pesquisador. Permitem, portanto, em princípio, verdadeira troca entre investigador e interlocutor, o que é facilitado quando as perguntas são abertas.

Os autores acrescentam que a entrevista semidiretiva ou semidirigida, como a semiestruturada também é chamada, é mais comum nas investigações sociais. Ela não é nem inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Em geral, o investigador possui apenas uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a respeito das quais precisa receber informações dos entrevistados. Ele faz as primeiras perguntas e deixa a conversa se desenvolver naturalmente, sem seguir uma ordem preestabelecida de questionamentos. O entrevistador só precisa ficar atento para a entrevista não fugir de seus objetivos. Os autores pontuam que as entrevistas são especialmente indicadas para a análise de sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos sobre os quais se pesquisa e também para o exame de um problema específico. As principais vantagens são o grau elevado de profundidade dos elementos de análise recolhidos, a flexibilidade e a fraca diretividade do dispositivo que permite recolher testemunhos, respeitando-se a linguagem e as referências mentais dos entrevistados. “O fato de ser flexível, porém, não pode ser justificativa para o

pesquisador conversar de qualquer maneira com os seus interlocutores” (RAYMOND E CAMPENHAUDT, 1995, p. 192 - 193).

Outra questão a se considerar é que os elementos não se apresentam imediatamente, exigindo uma análise particular. Sobre esse aspecto, Raymond e Campenhautd (1995) dizem que, neste caso, talvez mais do que noutros, os métodos de recolha e de análise das informações devem ser escolhidos e concebidos conjuntamente.

2.3.2 Limitações

Assim como acontece com a observação participante, o uso das entrevistas nos estudos em Jornalismo também exige cuidados, para que essa relativa familiaridade com a técnica não se torne um complicador para a pesquisa, na medida em que ela seja aplicada sem a necessária reflexão e sem o rigor inerente à pesquisa acadêmica.

De qualquer modo, autores como Travancas (2005) também citam que não é incomum que, associada à observação participante, o pesquisador aplique técnicas complementares de coleta de informações, como a entrevista (semiestruturada ou em profundidade), a análise documental e o estudo de dados secundários (informações disponibilizadas por órgãos públicos e privados ou instituições vinculadas ao próprio grupo pesquisado). Travancas (2005) sugere que a aplicação da observação participante seja associada a entrevistas abertas (em que novas questões podem surgir no decorrer do trabalho) e em profundidade (longas e com o propósito de ouvir, não inquirir ou questionar os entrevistados). As conversas casuais também têm valor neste processo de coleta de dados:

O ouvir, alcançado mediante entrevistas em profundidade abertas, mas também diálogos casuais, ajuda ao pesquisador perceber o sentido das ações que observa, bem como as significações específicas que o grupo observado atribui às suas próprias ações, rituais, etc. (LAGO, 2007, p. 52)

Como descreve Arlindo Costa (2006), a entrevista é uma técnica de observação direta intensiva, muito empregada na pesquisa das ciências sociais, sociologia, antropologia, política, serviço social e, é claro, jornalismo. Ele destaca que a técnica apresenta algumas vantagens pela possibilidade de ser utilizada com pessoas de todos os segmentos sociais, até mesmo com “analfabetos ou semianalfabetos”. Pondera, por outro lado, que essa não é a técnica mais fácil de ser aplicada porque exige preparação e habilidade do entrevistador. Neste sentido, o método parece especialmente apropriado para os estudos em Jornalismo, já

que o jornalista, por sua rotina de trabalho e por sua formação profissional, está acostumado a utilizá-lo e está, ao menos minimamente, familiarizado com a técnica. Claro, deve-se fazer a devida diferenciação entre o uso dessa ferramenta para a produção de reportagens e para a pesquisa científica, até porque a técnica será aplicada a profissionais de imprensa, que também dominam a ferramenta.

Como já dito, a escolha foi pelo formato semiestruturado, descrito por alguns autores como um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados em pesquisas qualitativas. Por entrevista semiestruturada entende-se, portanto:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146)

A opção por esse tipo de entrevista, e não pelos modelos de entrevista estruturada ou fechada, deve-se ao fato de esta valorizar a presença do investigador e, ao mesmo tempo, oferecer perspectivas para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias.

As entrevistas foram feitas com os repórteres observados. Inicialmente, pretendia-se entrevistar também outros profissionais que pudessem ter influência sobre a seleção e o relacionamento com as fontes, como chefes de reportagem, mas, após a coleta de dados, concluiu-se que tais entrevistas seriam desnecessárias, até considerando que o principal objetivo do uso da técnica era verificar como os jornalistas entendem sua relação com a fonte.

CAPÍTULO 3

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Para a realização desta pesquisa, a observação participante foi empregada em 17 jornadas de trabalho de cinco profissionais que fazem coberturas policiais em duas emissoras de rádio de Curitiba (incluindo a fase piloto e a observação de fato), no caso a Banda B e a BandNews. A intenção foi, ao longo do processo, identificar aspectos desconhecidos das relações entre fontes e jornalistas, no âmbito da produção noticiosa radiofônica. Neste sentido, na medida em que o acompanhamento era efetivado, algumas descobertas foram sendo realizadas.

Para que estas descobertas pudessem (ou não) ser confirmadas, além das várias leituras dos relatórios de campo, optou-se por traçar uma espécie de “mapa de fontes”, ou “lista de fontes”, estabelecendo-se os percursos traçados pelos repórteres para obter informações. Para isso, foi feita a descrição de cada movimento dos jornalistas observados no processo de obtenção de dados e, depois, um resumo destes movimentos por jornada de trabalho. Na sequência, foi feita a consolidação dos dados por repórter, por repórteres da mesma emissora e o cruzamento dos dados de todos os observados. O propósito foi precisar os movimentos individuais, bem como as práticas padrões e divergentes das empresas e também os comportamentos padrões dos profissionais do jornalismo policial de rádio de Curitiba, independentemente do veículo para o qual trabalham. Tudo foi feito se atendo à relação entre repórteres e fontes de informações como fio condutor, já que, a partir da observação participante, outros aspectos poderiam ser explorados, mas estes não são o foco direto da pesquisa.

Dentro desta estratégia de análise, foram observadas duas situações distintas: os meios utilizados pelos repórteres para estabelecer contato com as fontes e os tipos de fontes contatadas. Sete meios de contato com as fontes foram identificados: contato direto, WhatsApp, telefone, sites de notícias, rádio comunicador HT, arquivo da rádio e redes sociais, havendo ainda alguns casos em que não foi possível determinar a ferramenta usada, como quando os repórteres utilizaram releases para compor a notícia, mas, no processo de observação, não ficou claro se o texto havia sido transmitido via e-mail ou por WhatsApp, por exemplo.

Quatro tipos de fontes foram utilizadas pelos jornalistas para produzirem suas reportagens policiais durante o período observado: oficiais, colegas, populares, especialistas.

Houve também uma parcela em que não foi possível identificar de que fontes os repórteres obtiveram as informações, a exemplo de quando acessaram o WhatsApp e leram várias mensagens num momento específico. Na classificação utilizada, um grupo de fontes foi abarcado pelo termo “popular”, quais sejam: testemunhas, vítimas, vizinhos e representantes de movimentos sociais. Além das pessoas, foram consideradas também as fontes documentais. Assim, sites de notícias e mesmo o arquivo do próprio veículo de comunicação foram considerados como meios para acessar informações produzidas por colegas (sejam eles da mesma emissora ou não).

Embora sejam referências em cobertura policial nos veículos para os quais trabalham, os repórteres – em especial os dois da BandNews – fazem matérias de outras áreas, como Política. Assim, para não contaminar a análise, e considerando que o objetivo desta pesquisa é investigar a relação entre fontes e repórteres na cobertura policial radiofônica, não foram incluídos no mapa de fontes os percursos percorridos para a obtenção de informações para matérias não policiais.

Outra observação pertinente é que, no último dia de observação da rádio Banda B, a profissional observada teve um imprevisto e não passou na emissora no início de sua jornada, como é rotineiro, indo diretamente de casa para alguns locais de pauta. Assim, parte da jornada deste dia de trabalho foi feita sem que a pesquisadora pudesse observá-la. Também com o intuito de evitar desvios na análise da amostra por uma observação parcial da jornada da profissional, eliminaram-se das contagens relativas à Banda B e à totalização global os movimentos feitos pela repórter neste dia para contatar fontes. Tal escolha favoreceu uma comparação mais equilibrada entre os modos produtivos das duas emissoras, visto que haviam sido feitas observações em nove jornadas de trabalho da Banda B e em oito da BandNews. Com o corte estabelecido, o número de jornadas se igualou.

Uma última observação: o acompanhamento ao trabalho dos cinco repórteres se limitou mais à fase de captação de informações, que é quando ocorre o contato com as fontes. Assim, somente em algumas situações foi feita a observação da edição dos materiais produzidos, motivo pelo qual não são apresentados comentários sobre essa etapa do processo produtivo da notícia.

3.1 Descrição dos movimentos de busca de informações

Abaixo apresentaremos a descrição dos movimentos de cada repórter para a obtenção de informações, seguido de resumo por período de observação. Invertendo a ordem

cronológica, primeiramente, serão mostrados os dados relativos à “observação de fato”, quando foram acompanhados cinco repórteres – três da Banda B que fazem esse tipo de cobertura e os dois da BandNews que têm preferência para as pautas policiais. Na sequência, serão apresentados os dados relativos à fase de observação piloto, quando foram observados dois profissionais, um de cada emissora, por três dias cada. Os repórteres serão identificados por números (de 1 a 5), sendo de 1 a 3, os repórteres da Banda B e, 4 e 5, os da BandNews.

3.1.1 Segunda etapa de observação

Repórter 1* – 1º dia

1. Checagem de mensagens de WhatsApp;
2. Acesso a site do IML;
3. Ligação de telefone para oficial de plantão na Sala de Imprensa da PM;
4. Acesso a sites de notícias do interior;
5. Monitoramento das frequências policiais pelo rádio HT;
6. Contato direto com sargento de plantão no Ciac-Sul;
7. No Ciac-Norte, contato direto com policial civil, policial militar e três estudantes – vítimas de tentativa de assalto, com os quais gravou;
8. Ligação telefônica para oficial de plantão na Sala de Imprensa da PM;
9. Monitoramento das frequências policiais pelo rádio HT;
10. Contato direto com equipe de tevê (repórter e cinegrafista) que estava no Posto Pelanda;
11. Ligação telefônica para oficial de plantão na Sala de Imprensa da PM;
12. Entrevista com socorrista do Siate que levou vítima de esfaqueamento ao Hospital Cajuru;
13. Mensagem de whats de colega convidando o repórter para fazer possível matéria;
14. Mensagem de whats de colega avisando que entrevista com delegado fora marcada;
15. Troca de impressões sobre o assunto da pauta com o colega na delegacia;
16. Entrevista com o delegado da Demafe;
17. Informação pelo HT de ocorrência (não confirmada depois);
18. Monitoramento do HT;
19. Checagem de mensagens de whats;
20. Ligação para fonte popular de Almirante Tamandaré;
21. Entrevistas com oito moradores de rua esburacada;
22. Ligação telefônica para oficial de plantão na Sala de Imprensa da PM;

* Trata-se de profissional com 51 anos de idade e 28 de experiência em jornalismo policial, sem formação universitária.

23. Acesso ao site da própria rádio;
24. Recebimento de mensagens de whats com release e áudios enviados pela Guarda Municipal.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Contato direto	19
WhatsApp	5
Telefone	5
HT	4
Site	3

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	15
Populares	12
Colegas	7
Indeterminadas	1

Repórter 2** – 1º dia

1. Ligação para Corpo de Bombeiros;
2. Ligação para oficial da Sala de Imprensa da PM;
3. Na mesma ligação, conversa com colega da imprensa;
4. Troca de mensagens pelo whats com outro colega;
5. Monitoramento de ocorrências pelo rádio HT;
6. Monitoramento de mensagens de whats;
7. Alerta de colega por whats sobre acidente;
8. Ligação para a Sala de Imprensa da PM para confirmar endereço;
9. Entrevista com policial que estava no local;
10. Repasse de detalhes por colega que chegou antes no local;
11. Gravação com popular que chegou ao local pouco depois do acidente;
12. Mensagem de whats vindo do grupo da rádio alertando para outra ocorrência;
13. Compartilhamento da informação com colega que estava no local do acidente;
14. Repasse da informação para outro colega, por whats;
15. Envio de mensagem de whats de colega dizendo que PM não confirmou a ocorrência;
16. Envio de mensagem de whats de colega dizendo que estava no local e não tinha nada;
17. Aviso de acidente por colega via mensagem de whats;

** Trata-se de profissional com 36 anos de idade, formada em Rádio e Televisão e em Jornalismo, com dez anos de experiência profissional, dos quais um ano e nove meses na cobertura policial.

18. Ligação para a Sala de Imprensa da PM para pegar informações gerais sobre acidente;
19. Na redação, informação, por rádio HT, de uma mulher teria sido ferida com dez facadas;
20. Ligação para o 17º Batalhão da PM.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Contato direto	4
WhatsApp	8
Telefone	6
HT	2

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	8
Populares	1
Colegas	10
Indeterminadas	1

Repórter 2 – 2º dia

1. Acesso ao site da própria rádio;
2. Mensagem de voz por whats pedindo ajuda a colega, com informações e sonora;
3. Resposta por whats do colega, que passou informações e foto, mas não a sonora;
4. Por whats, reforço do pedido para que colega passasse também o áudio;
5. Chegada de mensagem de whats (grupos) alertando para troca de tiros com baleado;
6. Informações sobre o mesmo caso no rádio HT;
7. Contato direto com oficial do Corpo de Bombeiros, pedindo para falar com o médico que atendera ocorrência;
8. Conversa com o socorrista que foi ao local com o médico e que passou informações;
9. Mensagem para o WhatsApp do médico, reforçando o pedido de entrevista;
10. Médico visualizou, mas não respondeu;
11. Envio de nova mensagem, por whats, ao médico dizendo que não poderia mais esperar por ele;
12. Resposta do médico, via whats, dando a entender que preferia não falar;
13. Entrevista com secretário de Segurança, que estava falando quando chegou a repórter ao local de coletiva;
14. Gravação de coletiva com delegado;
15. Entrada ao vivo com delegado, via celular;
16. Gravação de coletiva com uma das vítimas do grupo apresentado;

17. Por whats, reforço ao pedido de sonora sobre caso do início da tarde para colega de tevê;
18. Consulta ao site da rádio para pegar dados de matéria feita por colega.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Contato direto	6
WhatsApp	9
HT	1
Site	2

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	10
Populares	1
Colegas	7
Indeterminadas	1

Repórter 2 – 3º dia

1. Por whats, informação de homicídio em Piraquara;
2. Em ligação à Sala de Imprensa da Polícia Militar, confirmação do fato não é obtida;
3. Por whats, colega de outro veículo reforça que o IML não confirmou a ocorrência;
4. No rádio HT, informação de acidente sem gravidade;
5. Pedido de sonora de coletiva, via whats, por colega de outra emissora;
6. Em mensagem de whats, repórter promete repassar sonora;
7. No caminho para a coletiva, ligação para a Sala de Imprensa da PM para verificar se havia alguma ocorrência;
8. Conversa na delegacia com colegas sobre assuntos diversos, inclusive o da coletiva;
9. O assessor de imprensa da Sesp chega, fala rápido e pede alguns minutos para iniciar coletiva;
10. Entrevista com o delegado;
11. “Falso vivo” exclusivo com o delegado;
12. Oferta de vídeo pelo assessor de imprensa, que mostraria o preso e os comparsas em ação;
13. Obtenção das imagens pela repórter, gravadas com celular a partir do computador usado pelo assessor;
14. Ligação para a Sala de Imprensa da PM para pegar informações complementares.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
-------------------------	-------------------

Contato direto	6
WhatsApp	4
Telefone	3
HT	1

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	9
Populares	1
Colegas	4

Repórter 3 * – 1º dia**

1. Pelo rádio HT, veio a informação de um achado de cadáver;
2. Troca de mensagens de whats com fotógrafo sobre a possível pauta;
3. Ligação de repórter de outro veículo sobre a mesma pauta;
4. Troca de mensagem de whats com colega que chegou antes ao local (provável morte natural);
5. Popular que conhecia vítima passa dados, mas se recusa a gravar entrevista;
6. Conversa com o motorista do carro da perícia, que passou algumas informações;
7. Entrevista gravada com soldado da Polícia Militar;
8. Ligação para a Sala de Imprensa da PM, que fala sobre um acidente;
9. Entrevista gravada com tenente do 6.º Grupamento dos Bombeiros;
10. Ligação para a Sala de Imprensa para confirmar hospital para onde foram levadas as vítimas de acidente;
11. Pelo HT, veio a informação de assalto, com baleados;
12. No local, fotógrafo conhecido passa as primeiras informações;
13. Policial passa alguns dados adicionais;
14. Entrevista ao vivo com vizinho da casa assaltada;
15. Entrevista gravada com outro morador, por sugestão de colega;
16. Repórteres trocam informações e divergem quanto a detalhes;
17. Repórter observada pede a soldado para falar com o tenente que está no local;
18. O tenente diz que dará entrevista depois;
19. Informação trazida por outro repórter de que outro assaltante estava ferido na rua ao lado;
20. Os colegas que já estavam neste segundo local repassam informações para a repórter;
21. Entrevista com o tenente;
22. Entrada ao vivo com o tenente;

*** *** Trata-se de profissional com 35 anos, formação universitária em Jornalismo (2006) e em Direito (área em que atualmente cursa sua segunda pós-graduação). Tem três anos de experiência em Jornalismo Policial, dos quais um ano e meio na atual emissora.

23. Fotógrafo repassa informação de tentativa de roubo a caixa eletrônico;
24. Pelo whats, repórter avisou colega que informação do assalto não procedia;
25. Consulta a textos publicados no site da rádio para ajudar na edição das matérias.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Contato direto	16
WhatsApp	3
Telefone	3
HT	2
Site	1

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	12
Populares	3
Colegas	10

Repórter 3 – 2º dia

1. Colega da emissora avisa que ouviu algo na frequência dos bombeiros;
2. Ligação, sem sucesso, para o Corpo de Bombeiros para confirmar a ocorrência;
3. Ligação para a Sala de Imprensa da PM para ver como estava o plantão;
4. Informação no HT sobre cadáver em município da região metropolitana;
5. Ligação para delegacia da cidade para confirmar a ocorrência;
6. WhatsApp, que não estava operando, volta a funcionar, permitindo troca de mensagens com colegas sobre a ocorrência;
7. Confirmação de colega, por whats, do local do crime;
8. Envio de whats para colega da rádio obter orientações de como chegar ao local do crime;
9. Envio de mensagem de whats para policial para obter orientação de como chegar ao local;
10. Troca de mensagens de whats com colega de outro veículo para combinarem de ir ao local;
11. Alerta sobre outro crime vindo por mensagem de whats de outro colega;
12. Policial responde a whats com orientações incompletas de como chegar ao local;
13. No local do segundo crime, contato direto com tenente;
14. Gravação de entrevista com tenente da PM;
15. Gravação de entrevista com delegado;
16. Alerta de colega que estava no local sobre outro homicídio na região metropolitana;
17. Ligação para a Sala de Imprensa da PM para confirmar o assassinato;

18. Repórteres que já estavam no local repassam informações preliminares do caso;
19. Repórter que só atua na região metropolitana liga para fonte, consegue detalhes e compartilha;
20. Repasse de informações por policiais que estavam no local;
21. Troca de informações entre colegas para tentar formatar uma versão consensual dos fatos;
22. Negativa de gravar entrevista dos policiais que estavam no local (civil e militares);
23. Repasse de detalhes do crime por três possíveis testemunhas;
24. Gravação com uma das testemunhas;
25. Envio de mensagem de WhatsApp para tentar conseguir com tenente outra sonora sobre o caso;
26. Negativa de sonora, mas oferta de informações, sonora e fotos sobre outro assunto;
27. Envio de mensagem agradecendo e aceitando a oferta do material que seria enviado por whats.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Contato direto	14
WhatsApp	10
Telefone	4
HT	1

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	15
Populares	4
Colegas	10

Repórter 4** – 1º dia**

1. Resgate de nota feita por colega da rádio, no dia anterior, sobre o tema da primeira pauta;
2. Leitura de outras notícias policiais em site de jornal;
3. Acesso ao site da Sesp para ver estatísticas sobre violência em Curitiba;
4. Monitoramento de mensagens de whats;
5. Ligação para o 1.º Distrito Policial para tentar falar com delegado;
6. Envio de mensagens, via whats, para delegado e assessores de imprensa da Polícia Civil, da Sesp e da prefeitura;
7. Tentativa de falar com delegado por telefone para a segunda pauta;

**** **** Profissional de 27 anos, formado em Jornalismo em 2011. Começou a trabalhar na emissora de rádio antes de se formar, como estagiário, e foi efetivado na função de repórter em 2012, quando começou a produzir reportagens policiais.

8. Tentativa de falar em telefone fixo com assessora de imprensa do Depen;
9. Monitoramento de mensagens em grupos de repórteres do WhatsApp;
10. Retorno da assessora da prefeitura, por whats, marcando entrevista com fonte;
11. Consulta ao relatório do IML para obter nome de morto no Complexo Médico Penal;
12. Por whats, pedido/retorno para colega de tevê do número do celular da assessora do Depen;
13. Por Facebook, troca de mensagens com assessora da Polícia Civil sobre entrevista;
14. Ligação para o delegado, que pediu dez minutos;
15. Ligação, por celular, para assessora do Depen, que ficou de dar um retorno em breve;
16. Monitoramento das mensagens trocadas em grupos de whats (Rede News, Galera do Boné);
17. Troca de mensagens de whats com assessor da Sesp sobre dados de violência;
18. Consulta ao site da prefeitura de dados sobre violência;
19. Gravação, por telefone, de entrevista com secretário municipal;
20. Gravação, por telefone, de entrevista com delegado;
21. Checagem de mensagens de whats durante a entrevista;
22. Consulta a site de notícias para ver o que falava sobre matéria que estava sendo finalizada;
23. Consulta e uso de informações de sites de notícias sobre a segunda pauta;
24. Ligação do assessor da Sesp avisando que passara, por e-mail, os dados solicitados;
25. Com a matéria fechada, repórter consulta rapidamente os dados repassados por e-mail;
26. Ligação da assessora do Depen avisando que ninguém falaria, mas que nota fora enviada por e-mail;
27. Ligação ao diretor do Depen, que disse que não poderia gravar porque estava viajando;
28. Leitura da nota enviada por e-mail pelo Depen para compor o texto;
29. Tentativa de consulta a dados de violência enviados por e-mail por assessora da prefeitura;
30. Aviso à assessora da prefeitura, por whats, de que anexo não veio;
31. Busca em vários sites de notícias por informações sobre a terceira pauta;
32. Busca no arquivo da rádio de reportagens já realizadas e relacionadas à terceira pauta;
33. Consulta à cotação do dólar, via site, para a produção da terceira pauta;
34. Consulta em sites oficiais e de notícias a informações de processos relacionados à terceira pauta;
35. Monitoramento de sites de notícias e redes sociais;
36. Consulta em site oficial sobre o número de presos de unidade prisional.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Site	12
WhatsApp	9
Telefone	10
Arquivo da rádio	2
E-mail	3
Redes sociais	1

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	26
Colegas	12
Indeterminadas	3

Repórter 4 – 2º dia

1. Consulta a release publicado em site institucional, relacionado à primeira pauta;
2. Acesso ao site da Sesp para ver estatísticas de violência;
3. Acesso a site de notícias para pegar informações sobre a segunda pauta;
4. Busca por mais informações sobre a segunda pauta no Facebook da Polícia Rodoviária e em sites de notícias, repassadas por face à diretora de jornalismo, que havia solicitado;
5. Troca de mensagem de whats com delegado agendando entrevista para 20 minutos mais tarde;
6. Impressão de planilhas, extraídas de site institucional, com dados de violência, para analisá-los;
7. Seleção de trecho de entrevista disponibilizada pela assessoria de imprensa no site institucional;
8. Leitura de mensagens em grupos de whats por onde foram enviados dados e fotos de acidente;
9. Gravação de entrevista, por telefone, com delegado para a primeira pauta;
10. Acesso a site de outra rádio para ler matéria sobre acidente;
11. Troca de mensagens de whats com colega de outra rádio para pedir sonora sobre o acidente;
12. Troca de mensagens de whats com delegado ouvido mais cedo que queria cópia da gravação;
13. Verificação de mensagens de whats e de redes sociais;
14. Troca de mensagens de whats com colegas de outros veículos sobre dados de assassinatos.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Site	6
WhatsApp	6
Telefone	1
Redes sociais	2

Tipos de fonte	Frequência
Oficiais	8
Colegas	5
Indeterminadas	1

Repórter 4 – 3º dia

1. Busca em sites de notícias por informações sobre uma das pautas;
2. Captura na internet de vídeo relacionado a essa pauta;
3. Por telefone, oferta de entrevista ao vivo pela assessoria de imprensa da PM sobre a outra pauta;
4. Recusa do ao vivo, mas gravação de entrevista com porta-voz da PM;
5. Recuperação no arquivo da rádio de matérias antigas relacionadas ao tema de uma das pautas;
6. Oferta por policial de um superior para falar com repórter;
7. Entrevista com vendedora/caixa de loja;
8. Entrevista com manifestante que estava no local;
9. Entrevista gravada com mulher que estava fazendo cadastramento;
10. Entrevista gravada com outra mulher que fez o cadastramento;
11. Conversa com conhecida que também passou informações;
12. Busca de informações adicionais em site de notícias;
13. Monitoramento de mensagens enviadas em grupos de whats;
14. Consulta a caixa de e-mails;
15. Leitura de notícias variadas em sites de notícias;
16. Checagem de mensagens recebidas por WhatsApp;
17. Acesso a redes sociais.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Site	4
WhatsApp	2

Telefone	2
Redes sociais	1
Arquivo da rádio	1
E-mail	1
Contato direto	6

Tipos de fonte	Frequência
Oficiais	3
Colegas	6
Populares	5
Indeterminadas	3

Repórter 5*** – 1º dia**

1. Leitura de release do TRF-4 no e-mail, a partir do qual fez primeira participação ao vivo;
2. Repasse das informações do release, por whats, para colega de portal de notícias parceiro;
3. Checagem de mensagens enviadas em grupos de repórteres no WhatsApp;
4. Por whats, pedido de envio de sonora bruta de coletiva à assessora da Polícia Civil;
5. Leitura e uso de informações de release, enviado por e-mail, relacionado à segunda pauta;
6. No arquivo da rádio, busca por matérias antigas relacionadas a essa mesma pauta;
7. Monitoramento de mensagens de WhatsApp e sites de notícias;
8. Leitura de texto produzido por colega da manhã relacionado à sua segunda pauta;
9. Busca na internet e leitura da Lei de Repatriação, que seria abordada em uma de suas matérias;
10. Troca de informações com colega da redação sobre uma de suas pautas;
11. Recebimento, via WhatsApp, da sonora solicitada à assessora da Polícia Civil;
12. Ligação para a assessora de imprensa do evento que é tema de sua segunda pauta, pedindo entrevista com um dos palestrantes;
13. Monitoramento de grupos de whats e resposta a mensagens variadas;
14. Gravação de entrevista com a fonte da segunda pauta, por telefone;
15. Leitura de outro texto produzido por colega relativo à sua segunda matéria.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Site	2
WhatsApp	6
Telefone	2
Arquivo da rádio	3

 Jornalista com 32 anos, formado em 2011. Já trabalhou em sites, jornais, emissoras de rádio e tevê e também assessoria de imprensa. Na BandNews, está desde 2012 e sempre produziu matérias policiais.

E-mail	2
Contato direto	1

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	7
Colegas	6
Indeterminadas	2

Repórter 5 – 2º dia

1. Encarregado de fazer a cobertura do dia da Operação Lava Jato, repórter fez o monitoramento de notícias em sites e conferiu informações enviadas por whats relacionadas ao tema;
2. Acréscimo de informações extraídas de processo judicial, consultado no site da Justiça Federal, à notícia tirada de site de notícias, que foi reescrita;
3. Na internet, consulta da movimentação de ações penais da Operação Lava Jato;
4. Alerta a colega de site parceiro, via whats, de erro em matéria identificado durante leitura de decisão judicial;
5. Ligação para integrante da Frente Brasil Popular para confirmar programação de evento;
6. Por whats, recebimento de sugestão de pauta, por fonte não identificada;
7. Por whats, pedido de ajuda a repórter de site parceiro para ouvir testemunhos e fazer textos;
8. Acesso a páginas do Facebook da Frente Brasil Popular e da Jornada de Democracia de Curitiba para verificar a programação do dia do depoimento de Lula;
9. Conferência de mensagem de whats, por celular;
10. Recebimento de mensagem de whats enviada por representante de movimento social;
11. Contato com colega do portal parceiro, por whats, para repassar a informação recebida da fonte;
12. Acesso a site da Justiça Federal em busca das informações para outra pauta;
13. Acesso a site de notícias para pegar informações que ajudaram na composição de boletim;
14. Tentativa de falar com advogado, por telefone, para obter informações para pauta;
15. Envio de mensagens pelo Facebook e pelo whats para organizadores de movimentos sociais;
16. Sem retorno imediato, ligação para fonte vinculada a movimento social;
17. Envio de material (texto e áudios), por e-mail, pelo colega do portal de notícias parceiro;
18. Envio por e-mail de marcações de trechos para serem usados na rádio, pelo repórter do site;
19. Contato com o colega do site por WhatsApp, trocando impressões sobre a matéria;

20. Leitura de e-mail com release do TRF-4, usado como base para boletim;
21. Busca de matéria que já tinha produzido, no arquivo da rádio, para complementar boletim.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Site	6
WhatsApp	7
Telefone	3
E-mail	3
Redes sociais	4
Arquivo da rádio	1

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	4
Colegas	8
Populares	7
Indeterminadas	3
Especialistas	1

3.1.2. Primeira etapa de observação

Repórter 1 – 1º dia

1. Primeira entrada ao vivo feita com texto impresso de site de notícias do interior;
2. A partir de uma informação recebida no dia anterior, de fonte não revelada, deslocamento à área de ocupação onde a PM estava fazendo reintegração de posse;
3. Abordagem a um grupo de policiais, à procura de quem estava comandando a operação;
4. Conversa com ocupantes da área para pegar informações;
5. Entrevista ao vivo com uma das ocupantes da área;
6. Assessora de imprensa da PM aborda o repórter e diz que ele terá que esperar por entrevista;
7. Após alguns minutos de espera, entrevista ao vivo com comandante da operação;
8. Repórter foi abordado por outros moradores, que pediram ajuda;
9. Chegada de mensagem de whats alertando para uma coletiva;
10. Ligação para a central da PM para checar se havia alguma ocorrência relevante em andamento;
11. Mensagem pelo HT, sintonizado em frequências policiais, sobre atendimento a homicídio;
12. Abordagem a vizinhos para pegar informações sobre a vítima e o ocorrido;
13. Entrevista ao vivo com uma das vizinhas da vítima;

14. Repasse de informações adicionais por policiais militares, que não quiseram gravar entrevista;
15. Pedido de imagens para vizinho que tinha câmeras e gravou o atirador;
16. Checagem de mensagens enviadas por WhatsApp e e-mail;
17. Ligação para a PM para verificar se houve prisão ou confusão na ocupação;
18. Gravação de entrevista com delegado, que já estava falando quando o repórter chegou à coletiva;
19. Assessora de imprensa da Polícia Civil se ofereceu para passar a sonora completa por whats;
20. Ao fim da entrevista, envio da sonora pela assessora de imprensa;
21. Entrevista exclusiva com delegado;
22. Conversa com repórteres de outros veículos sobre matérias feitas daquele dia.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Site	1
WhatsApp	2
Telefone	2
E-mail	1
HT	1
Indeterminados	1
Contato direto	15

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	12
Colegas	2
Populares	6
Indeterminadas	3

Repórter 1 – 2º dia

1. Acesso a site de notícias do interior para pegar nota que fundamentou primeiro boletim do dia;
2. Pelo HT, mensagem dos bombeiros sobre ocorrência com ferido em terminal;
3. Entrevista ao vivo com segurança que trabalha no terminal e presenciou parte da confusão;
4. Entrevista com guarda municipal que atendeu a ocorrência;
5. No Ciac-Sul, conversa rápida com policial civil sobre ocorrências da madrugada;
6. Entrevista com delegada de plantão no Ciac-Sul;
7. Informação vinda por HT sobre pessoa baleada;

8. Monitoramento de mensagens enviadas por HT e whats;
9. Ligação para a sala de imprensa da PM;
10. Conversa com antigos servidores no IML;
11. Monitoramento de mensagens enviadas por HT e whats;
12. Conversa rápida no semáforo com moradora na rua e sobre a qual pretendia fazer matéria;
13. Informação vinda por HT sobre achado de corpo de vítima de homicídio;
14. Ligação para a Polícia Rodoviária Federal para pegar informações sobre congestionamento em rodovia;
15. Entrevista com tenente do 17º Batalhão sobre o caso de homicídio;
16. Entrevista com “socorrista voluntário” sobre acidente com ferido grave na rodovia;
17. Repasse de detalhes e indicação de fonte por colega de tevê, que chegou antes no local;
18. Entrevista com um dos envolvidos na batida;
19. Entrevista com policial rodoviário;
20. Monitoramento de mensagens enviadas por whats;
21. Por whats, envio de mensagens de voz orientando colega sobre local de achado de cadáver.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Site	1
WhatsApp	4
Telefone	2
HT	5
Contato direto	11

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	14
Colegas	3
Populares	3
Indeterminadas	3

Repórter 1 – 3º dia

1. Primeiro boletim do dia feito a partir de notícia do interior do estado extraída de site de notícias;
2. Pedido de colega que estava na redação, por whats, sobre caso atendido no Hospital Cajuru;
3. Pelo HT, acionamento do Siate para socorrer vítima de acidente ocorrido em rodovia;
4. Entrevista com policial rodoviária sobre o acidente;

5. Conversa com funcionárias do Hospital Cajuru para tentar mais dados sobre mulher agredida;
6. Ligação para a Sala de Imprensa da PM para verificar se havia alguma ocorrência;
7. Da redação, colega passa outra pauta, por whats, agora no BPTran;
8. Entrevista com oficial do BPTran;
9. Pelo HT, chamado para os bombeiros para conter um incêndio;
10. No local, entrevista com bombeiro;
11. Conversa com pessoas retiradas de ocupação, que acamparam ao lado da área, atendendo a ligações de moradores e pedido de colega;
12. Pelo HT, chamado do Siate para um acidente;
13. Entrevista com a dona de uma casa que teve muro atingido por veículo;
14. Conversa com a esposa de dono de padaria assaltada várias vezes;
15. Mensagem de HT sobre caso de homicídio;
16. Conversa com moradores sobre o assassinato;
17. Tentativa de conseguir informações sobre o caso com policiais militares;
18. Entrevista com vizinho que viu parte da ação dos bandidos;
19. Pedido de entrevista a investigador da Polícia Civil, que disse ainda não ter informações;
20. Pedido de entrevista a delegado da Polícia Civil, que disse ainda não ter informações;
21. Monitoramento de mensagens enviadas via whats e HT.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Site	1
WhatsApp	3
Telefone	1
HT	5
Contato direto	10

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	13
Colegas	3
Populares	5
Indeterminadas	1

Repórter 4 – 1º dia

1. Resgate de sonora feita por colega relacionada à primeira pauta (protesto em estrada);
2. Busca na internet de nome, cargo e telefone de liderança dos manifestantes;

3. Entrevista com a fonte da primeira pauta;
4. Leitura de release vindo, por whats, da Polícia Civil, usado na produção da segunda pauta;
5. Busca no arquivo da rádio de informações adicionais, originárias de reportagens antigas;
7. Monitoramento de mensagens de WhatsApp (individuais e de grupos);
8. Em delegacia onde seria realizada coletiva, pedido para falar antes com o delegado;
9. Conversa com a assessora de imprensa da Polícia Civil sobre assuntos variados;
10. Oferta e repasse por whats de sonora, fotos e release de coletiva anterior, pela assessora;
11. Bate-papo com jornalistas presentes à coletiva sobre a pauta e assuntos variados;
12. Bate-papo com policiais da unidade policial sobre matéria já feita (coletes vencidos);
13. Entrevista exclusiva, ao vivo, com delegado sobre o tema da coletiva;
14. Gravação da coletiva do delegado;
15. Na saída, repórter coloca áudio de entrevista para colega esclarecer dúvidas sobre a matéria;
16. Monitoramento de mensagens de whats.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Site	1
WhatsApp	4
Telefone	1
Arquivo	2
Contato direto	7

Tipos de fonte	Frequência
Oficiais	7
Colegas	5
Populares	1
Indeterminadas	2

Repórter 4 – 2º dia

1. Monitoramento de grupos de repórteres no WhatsApp para ver notícias da área policial;
2. Leitura de release enviado por whats, de texto no arquivo da rádio e de notícia em site de notícias, para a produção de um boletim;
3. No local de coletiva, conversa sobre a pauta e temas gerais com repórteres e assessores de imprensa;
4. Repórter pega detalhes com o assessor de imprensa da Sesp sobre a matéria;
5. Assessor oferece aos jornalistas release e gravações em vídeo da operação policial;

6. Na coletiva, gravação com três fontes oficiais indicadas pela assessoria de imprensa;
7. Após a coletiva, o repórter observado faz entrevista ao vivo com uma das fontes da coletiva;
8. Finalizado o trabalho, os repórteres ficam um tempo conversando sobre a pauta e outros assuntos.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Site	1
WhatsApp	2
Arquivo	1
Contato direto	9

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	9
Colegas	5

Repórter 4 – 3º dia

1. Na internet, em site oficial, repórter buscou por fontes para a primeira pauta (operação em Foz);
2. Colega de redação traz informação (prefeito é alvo de operação da Polícia Federal, em Foz);
3. Ligação para assessoria de imprensa da PF para tentar confirmar informação da colega;
4. Busca, sem sucesso, pelas informações repassadas pela colega em sites de notícias;
5. Leitura de release, que baseou boletim;
6. Ligação para a assessoria da PF pedindo mais informações e sonora;
7. Captura em site de notícias de informações para outra pauta;
8. Pesquisa na internet do número de telefone de delegacia;
9. Ligações para o telefone de delegacia, que estava sempre ocupado;
10. Pedido de ajuda a outros repórteres, por WhatsApp, solicitando outro contato do delegado;
11. Acesso a releases, textos de arquivo da rádio e notícias de sites para apoiar redação de matérias;
12. Colega da emissora passa mais informações sobre operação policial em Foz;
13. Busca em sites e redes sociais por nomes e cargos de pessoas citadas pela colega;
14. Novas tentativas de falar com delegado, mas o telefone estava sempre ocupado;
15. Pedido de intermediação pela assessora de imprensa de contato com delegado;

16. Redação de texto de uma de suas pautas a partir de informações de site de outra rádio;
17. Assessora liga e pede para ele telefonar para o mesmo número que ele já tentara várias vezes;
18. Novas tentativas de ligar para o delegado, mas telefone continua ocupado;
19. Ligação para a prefeitura de Foz para tentar sonora sobre a operação da PF, mas não conseguiu;
20. Novo contato com a assessoria de imprensa da Polícia Civil avisando que o telefone continua não atendendo;
21. Monitoramento de mensagens profissionais e pessoais no WhatsApp e Facebook;
22. Produção de boletim sobre a última pauta com base em informações de sites de notícias;
23. Assessora de imprensa retornou informando que também não conseguiu mais falar na delegacia;
24. Nova tentativa de ligar para a delegacia; desta vez atenderam, mas o delegado tinha saído;
25. Tentativa de falar com o delegado da PF em Foz do Iguaçu, via ligação para assessoria;
26. Colega da redação faz a ponte com policial de Foz para ele fazer a entrevista, por celular;
27. Gravação de entrevista com delegado da PF, com a ajuda da colega.

Resumo dos movimentos do dia

Meios utilizados	Frequência
Site	8
WhatsApp	2
Redes sociais	2
Telefone	13
Arquivo da rádio	1
Indeterminados	2
Direto	3

Tipo de fontes	Frequência
Oficiais	16
Colegas	12
Indeterminadas	3

Consolidação dos movimentos por repórteres

Repórter 1	
Meios utilizados	Frequência
Contato direto	55
HT	15
WhatsApp	14

Telefone	10
Site	6

Repórter 1	
Tipos de fontes	Frequência
Oficiais	54
Populares	26
Colegas	15
Indeterminadas	8

Repórter 2	
Meios utilizados	Frequência
Contato direto	16
HT	4
WhatsApp	21
Telefone	9
Site	2

Repórter 2	
Tipos de fontes	Frequência
Oficiais	27
Populares	3
Colegas	21
Indeterminadas	2

Repórter 2/Sem 3º dia	
Meios utilizados	Frequência
Contato direto	10
HT	3
WhatsApp	17
Telefone	6
Site	2

Repórter 2/Sem 3º dia	
Tipos de fontes	Frequência
Oficiais	18
Populares	2
Colegas	17
Indeterminadas	2

Repórter 3	
Meios utilizados	Frequência
Contato direto	30

HT	3
WhatsApp	13
Telefone	7
Site	1

Repórter 3	
Tipos de fontes	Frequência
Oficiais	27
Populares	7
Colegas	20

Repórter 4	
Meios utilizados	Frequência
Contato direto	25
Arquivo	7
WhatsApp	25
Telefone	27
Site	32
Redes sociais	6
E-mail	4
Indeterminados	2

Repórter 4	
Tipos de fontes	Frequência
Oficiais	69
Populares	6
Colegas	45
Indeterminadas	12

Repórter 5	
Meios utilizados	Frequência
Contato direto	1
Arquivo	4
WhatsApp	13
Telefone	5
Site	8
Redes sociais	4
E-mail	5

Repórter 5	
Tipos de fontes	Frequência
Oficiais	11
Populares	7
Colegas	14

Indeterminadas	5
Especialistas	1

Consolidação dos movimentos por emissoras e totalização

Modos de acesso	Banda B	BandNews	Total
Contato direto	95	26	121
WhatsApp	44	38	82
Telefone	23	32	55
Site	9	40	49
HT	21		21
Arquivo		11	11
Redes sociais		10	10
E-mail		9	9
Indeterminados		2	2
Total	192	168	360

Tipos de fontes	Banda B	BandNews	Total
Oficiais	99	80	179
Colegas	52	59	111
Populares	35	13	48
Indeterminadas	10	17	27
Especialista		1	1
Total	196	170	366

3. 2 Análise do mapa de fontes

3.2.1 Tipos de fontes acessadas

3.2.1.1 Fontes oficiais

Várias constatações da fase de observação participante foram confirmadas pela análise do percurso percorrido pelos jornalistas para obter informações para suas matérias. A primeira é o predomínio do uso de fontes oficiais: das 339 fontes de informações utilizadas pelos cinco repórteres no período de observação (excluindo-se 27 situações em que não foi possível determinar o tipo de fonte), 179, ou 52,8% eram oficiais. A prática foi observada nas duas emissoras, sendo que, na Banda B, 53,2% das fontes utilizadas eram oficiais e, na BandNews, 52,3%.

O protagonismo das fontes oficiais já era aguardado, não apenas pelo que apontava a pesquisa de campo, mas também por meio da literatura sobre o assunto. Suzana Varjão (2008), por exemplo, que fez um estudo comparativo entre os tipos de fontes em três jornais

da Bahia, identificou que 54% das fontes utilizadas para a produção das matérias jornalísticas policiais nestes três impressos, no período analisado, eram oficiais. Note-se que o percentual é bem próximo do apurado na presente pesquisa.

A prevalência no uso de fontes oficiais, segundo o que pode ser extraído do discurso dos repórteres, durante as entrevistas semiestruturadas, está associada à questão da credibilidade. De modo geral, os repórteres tendem a confiar mais nos dados repassados diretamente por autoridades ou mesmo assessorias de imprensa. “Você tem que confiar, porque é a fonte oficial. [...] É a fonte que eu tenho oficial, então vai sair dessa fonte. É claro, se a gente tiver outra pessoa que diga outra coisa, a gente vai colocar os dois lados da história”, comentou uma das jornalistas entrevistadas. O simples fato de serem oficiais já é suficiente, portanto, para tornar as fontes merecedoras de crédito, de modo que a versão da realidade construída no noticiário policial sempre atende aos interesses das autoridades. Os jornalistas até admitem apresentar o contraditório, mas apenas depois de trazer a versão oficial dos fatos.

A lógica é a mesma exposta por autores como Gay Tuchman (1983), Josenildo Guerra (2008) e Nelson Traquina (1993), para quem, no jornalismo de modo geral (independente da área), opera a convenção da “credibilidade da autoridade”, segundo a qual as fontes oficiais, pela posição que ocupam, sabem mais do que outras pessoas, sendo neste sentido mais confiáveis.

Em certa medida, essa opção também é resultado do profissionalismo, conforme pontua John Soloski (1993), para quem os jornalistas entendem que o lugar natural para encontrar fontes com valor noticioso é na estrutura do poder da sociedade. Tuchman (1983) também destaca o uso de fontes graduadas como recurso de proteção, usado pelos jornalistas para se distanciar dos fatos, passar uma visão de imparcialidade e, deste modo, proteger-se de eventuais erros de informação. Isso explica também o valor dado pelos jornalistas de rádio às sonoras. Alguns dos profissionais entrevistados chegam a considerar a sonora indispensável, mesmo que não tenha qualidade informativa. Um dos repórteres contou que são raríssimos os casos em que ele não inclui sonoras em suas produções. “Só quando não consigo mesmo. Mas em geral sempre tem alguém que pode ilustrar. Porque você tem toda a informação do fato e pode narrar tudo, mas se você tiver uma sonora de um vizinho que diga 'mas o rapaz tava caído aqui no asfalto e tinha um cachorrinho do lado dele', pronto, isso já ilustrou tua reportagem.” Mesmo os profissionais que não consideram a sonora fundamental destacam sua importância: “Ela não é fundamental, mas traz credibilidade. Primeiro porque mostra que a fonte foi consultada. É a fonte falando, então o que ela diz é inquestionável”, opinou outro

profissional. Seja diferencial da matéria de rádio ou fator de credibilidade, as sonoras também podem ser vistas como instrumentos que facilitam o trabalho da reportagem, na medida em que elas ajudam a compor as matérias de modo mais simples, exigindo menos trabalho de interpretação dos repórteres.

O casamento entre tempo curto e facilidade de acesso também é outro fator que contribui para a preferência pelas fontes oficiais. Em Curitiba, pelo que foi possível constatar durante a observação e também por meio de entrevistas, as forças de segurança contam com amplas estruturas de assessoramento. Há uma equipe de assessores de imprensa dentro da Secretaria de Segurança Pública do Estado e núcleos estruturados também nas duas polícias: Militar e Civil. Assim, se um repórter precisa falar com alguma autoridade, pode telefonar, mandar mensagem de whats ou por alguma rede social para um assessor de imprensa e esperar que ele consiga marcar a entrevista com uma fonte oficial. Enquanto isso, pode empregar seu tempo na apuração de outras informações sobre o tema ou mesmo dedicar-se a outras pautas.

E o tempo é fundamental, até porque a rotina de um repórter de rádio não inclui apenas a produção de matérias, mas também muitas participações ao vivo. O ritmo pode se tornar intenso ao ponto de inviabilizar, por exemplo, a gravação de sonoras, como numa tarde em que um dos repórteres observados fez cerca de dez boletins ao vivo para sua emissora, a rede nacional e uma rádio parceira. Além de suas pautas, teve que apurar outra a pedido da emissora de televisão do mesmo grupo da rádio. Também apresentou parte de um noticiário nacional. Ao final, fechou quatro matérias, mas todas sem sonoras.

Além disso, não é somente a pressão do tempo que opera. Há também a pressão das chefias, sejam elas imediatas ou superiores. Essa pressão pode ser indireta: o repórter sabe que produtividade é um fator de sobrevivência, que, quanto mais produtivo for, maior a probabilidade de seu trabalho ser reconhecido e seu emprego estar garantido. Pode ser também direta, como notado no período de observação, quando um repórter, visivelmente sobrecarregado, pediu para não pegar uma pauta de última hora, mas a chefia imediata fez um apelo para ele cumpri-la também. Deste momento, dedicando menos tempo às suas outras pautas, com possíveis impactos no resultado final do seu trabalho, ele cedeu ao apelo e cumpriu a pauta.

Em resumo: numa rotina industrial de produção de notícias, em que o tempo é sempre limitado e a pressão sempre presente, as fontes mais acessíveis (ou que se encaixam na urgência jornalística) têm maior probabilidade de ganhar espaço. E assessorias de imprensa, cientes disso, podem se favorecer, sendo vistas como “facilitadoras da vida do

repórter” ao intermediar o contato rápido com as fontes – nem sempre as melhores, porém as mais acessíveis, escolhidas pela própria assessoria e em melhores condições de transmitir as mensagens que se têm interesse em divulgar, ou, como destacado por Schudson (2010, p. 216), que permitem a construção de “uma imagem da realidade que reforça o ponto de vista oficial”.

A opção pelas fontes mais acessíveis foi verificada durante todo o período de observação exploratória. Um dos repórteres observados, como exemplo, optou por utilizar uma sonora que não tinha o conteúdo ideal porque ela já estava disponível e agilizaria o processo produtivo. Em outro episódio, o mesmo repórter preferiu usar uma sonora extraída do Facebook. Neste caso, o conteúdo foi analisado como suficiente para a produção da matéria, além de já estar pronto.

3.2.1.2 A pessoalidade na definição da notícia

O papel dos colegas (da própria emissora, mas principalmente de outros veículos, que também atuam na cobertura policial) como fontes de informação foi algo que ficou evidente durante os períodos de observação participante. Apesar disso, surpreendeu o fato de os colegas serem a segunda fonte de informação mais comum, representando um terço (32,7%) das interações para obter informações. Esse resultado considerou não apenas o pedido direto de ajuda a outro jornalista, mas também o uso de dados constantes em sites de notícias – produzidas, portanto, por outros profissionais da imprensa – e mesmo no arquivo da própria emissora de rádio. Na BandNews, essa prática apareceu de modo mais acentuado, representando 38,5% dos movimentos para se obter informações, enquanto que, na Banda B, correspondeu a 28% das interações.

Na opinião dos repórteres entrevistados para essa pesquisa, as novas tecnologias contribuem para que exista esse intenso compartilhamento de informações. Um deles comentou que, antes da internet, se alguém tinha uma informação exclusiva, os outros repórteres de rádio só ficavam sabendo depois que ela fosse veiculada. “Hoje, não tem porque esconder informação. Logo tudo estará nos sites e, de um jeito ou de outro, todos ficarão sabendo. Então, pra quê dificultar a vida do colega? Além disso, quem compartilha hoje, pode ser ajudado no dia seguinte”, explicou o profissional. Tal prática favorece o protagonismo das assessorias de imprensa, que têm interesse em que um assunto seja divulgado no maior número possível de veículos de comunicação. Além disso, relega a um segundo plano o interesse público por uma informação nova, inédita e bem trabalhada.

Tuchman (1993) também observou em suas pesquisas que é comum a troca de fontes e informações entre jornalistas, inclusive de empresas diferentes, mas que atuam na mesma área, no caso os setoristas (Policial, Política, Esportes, Cultura). O motivo apontado por ela, porém, não é a possibilidade de receber de volta um favor, como apontado pelos profissionais acompanhados para este estudo. Segundo ela, o compartilhamento de fontes, pautas e informações contribui para que uma mesma versão da realidade seja transmitida ao público por diferentes veículos, já que as fontes e as visões de mundo são as mesmas. Com isso, os jornalistas se protegem de eventuais contestações relacionadas ao seu trabalho.

Os repórteres observados e entrevistas para essa pesquisa dizem não compartilhar apenas pautas exclusivas. Na prática, porém, até esse tipo de informação pode ser dividido com os colegas, dependendo da situação. Durante a pesquisa, observou-se uma, em que a repórter compartilhou com um colega informação repassada por integrante da sua equipe e que seria exclusiva. Como, anteriormente, ela já havia comentado com a pesquisadora que não compartilhava pauta transmitida pela chefia da rádio, tentou se justificar, dizendo que o colega estava junto com ela cobrindo outra matéria e não teria como esconder dele o fato de estar indo para outra cobertura. Além disso, momentos antes, o colega havia repassado para ela outra pauta – ou seja, prevalece na área a concepção de que toda ajuda deve ser “paga”. Além do colega que estava com ela, a informação também foi repassada para outro, por WhatsApp. A justificativa neste caso foi que “ele sempre me ajuda”.

A “cultura do coleguismo” pode estar associada à raridade dos furos jornalísticos no setor policial de Curitiba, relatado pelos repórteres observados. Claro, já havia um certo ressentimento pela raridade de notícias inéditas, mas, com a internet, as informações passaram a chegar ao público – o que inclui outros repórteres – mais rapidamente. Já o uso do whats e das redes sociais fez com que as pautas pudessem ser compartilhadas de modo mais ágil – na maioria das vezes, antes mesmo de terem sido veiculadas por qualquer meio de comunicação. E, mesmo quando um veículo sai com um assunto em primeira mão, rapidamente ele é reproduzido em outros meios e, às vezes, a maioria dos leitores nem percebe quem foi o primeiro a noticiar determinado acontecimento.

3.2.1.3 O WhatsApp e os grupos

A formação de grupos no WhatsApp trouxe um ingrediente novo à troca de pautas entre jornalistas setoristas: ela permite que as informações sejam compartilhadas não apenas com um colega específico, mas com todos os profissionais que os integram, no mesmo

momento. Tais grupos não têm somente jornalistas como membros, mas também delegados, bombeiros, policiais militares, investigadores, policiais rodoviários e mesmo pessoas que, a princípio, não têm relação com a produção de notícias, como motoristas de ônibus e taxistas, mas que também podem atuar como fontes, alertando, por exemplo, para um acidente que viram em seu trajeto de trabalho.

Um dos grupos mais acessados pelos repórteres observados, o Rede News, inclusive não foi criado por jornalista, nem por fonte oficial da área policial, mas por um motorista de ônibus (agora ex-motorista de ônibus). Para uma das repórteres acompanhadas, este é o melhor grupo do setor, porque repassa muitas informações, sendo a maior parte confiável – na época da conversa com a jornalista, ele contava com 125 membros. Ela comentou também que o criador do grupo deixou de ser motorista de ônibus (foi demitido) e tenta agora ser repórter da área policial. “Ele vai de carona com outros repórteres aos locais de crimes, pega informação, faz fotos e repassa no grupo. Com isso, já virou informante remunerado de um site de notícias de Curitiba e conseguiu até registro profissional como jornalista na Delegacia Regional de Trabalho”, narrou a repórter. Ela informou que há outros grupos para a troca de notícias, como o Giro de Notícias CWB, um dissidente do primeiro, que tem 194 membros, mas que ela considera menos confiável do que o Rede News no que se refere às informações transmitidas. Há também, segundo outro repórter entrevistado, grupos mais seletivos quanto a seus membros, como o “Galera do Boné”, na época integrado por oito pessoas, todas repórteres com atuação na área policial.

3.2.1.4 Compartilhamento não consentido

Mas, segundo se constatou durante a observação participante, o compartilhamento de informações não ocorre apenas de modo direto, ou seja, quando um repórter repassa a outro um dado ou uma dica. Alguns profissionais acompanhados têm por prática reproduzir notícias feitas por colegas e retiradas de sites de notícias, ou mesmo do arquivo da própria emissora em que trabalham. Na maioria dos casos, há a tentativa de se obter a informação de outro modo ou, ao menos, checá-la. Mas, quando não é possível, os repórteres acabam confiando no que foi noticiado pelos colegas e, a partir das informações extraídas dos sites, acabam levando ao ar as informações, na maioria das vezes sem crédito – o que só ocorre nos casos de informação sabidamente exclusiva, como de uma reportagem especial.

Na BandNews, a busca de informações em sites ocorreu de modo mais frequente, até pela dinâmica de trabalho da emissora, visto que os repórteres vão menos às ruas e estão mais

conectados à internet, sendo possível, assim, ver mais nitidamente como o uso das tecnologias opera transformações nas relações entre fontes e jornalistas, no âmbito da apuração de temas de segurança. Integra o grupo da emissora de rádio um site de notícias – o Paraná Portal – que, segundo os repórteres da emissora, foi criado para ser alimentado pelos veículos da rede (emissoras de rádio e tevê). Na prática, o que se observou, entretanto, foi uma via de mão dupla, em que muitas notícias são repassadas aos profissionais que trabalham no site pela equipe da rádio, mas também são copiadas notícias do portal. No episódio mais representativo, um dos repórteres observados, pressionado pela falta de tempo para cumprir todas as suas pautas e fazer inúmeras participações ao vivo na emissora, na rede nacional e até em veículos parceiros, chegou a repassar a apuração de uma pauta sua para um colega do site. Claro, o assunto também era de interesse do portal. Mas o fato é que o repórter do site ouviu depoimentos da Lava Jato, produziu um texto sobre eles e inclusive repassou ao colega da rádio as marcações dos trechos dos depoimentos que ele poderia editar e utilizar em sua matéria. O repórter observado procurou checar as informações, ouvindo trechos dos depoimentos. Ao perceber que as informações repassadas pelo colega batiam com o que ele ouviu, utilizou o texto do outro repórter como base para o seu e editou os áudios do modo indicado pelo colega. Esse não foi o único caso em que a pressão do tempo determinou comportamentos ou mesmo a escolha de fontes pelos repórteres. Houve situações em que, na pressa para fazer um boletim, os profissionais levaram ao ar informações com base em release ou informações extraídas de sites de notícias.

Um dos riscos de simplesmente reproduzir informações apuradas por outras pessoas é a reprodução de erros. Se um repórter cometeu uma falha de apuração, por exemplo, a informação incorreta pode ser reproduzida. Como os repórteres buscam nos arquivos informações para fazer as suítes de determinados assuntos, podem continuar reprisando as informações erradas, por tempo indeterminado. Já o uso de releases como base para boletins informativos favorece a replicação da versão oficial dos fatos.

3.2.1.5 Fontes populares

As fontes populares representaram 14% do total de interações dos cinco jornalistas observados para obter informações para suas matérias. Por “populares”, foram classificadas todas as fontes que não fossem oficiais; nem colegas, ou seja, outros profissionais de imprensa, acessados de modo direto, como por uma mensagem de WhatsApp; ou indiretas, como quando um texto produzido para um site é utilizado para a produção de um boletim de

rádio; e nem ao menos especialistas, alguém com notório saber em uma área, que é convidado a comentar um assunto relacionado a sua área de conhecimento. São, portanto, como define Schmitz (2011), pessoas comuns, que falam em nome delas próprias. Além destas, tomando a liberdade de adaptar a classificação de Schmitz, incluímos no mesmo grupo as fontes testemunhais. Elas seriam, portanto, o que Varjão chama de fontes não policiais (a autora usa na sua pesquisa apenas a divisão entre fontes policiais/oficiais, não policiais e ocultas, quando o jornalista não revela a fonte utilizada).

Assim, vítimas e testemunhas de crimes, vizinhos, lideranças sociais, pessoas impactadas por uma situação específica, manifestantes são exemplos de fontes classificadas nesta pesquisa como populares e acessadas pelos repórteres acompanhados, durante o período de observação. O acesso a esse tipo de fonte apresentou quadros bastante distintos nas duas emissoras. Na Banda B, as fontes populares representaram 18,8% das interações, enquanto que, na BandNews, corresponderam a apenas 8% das fontes. Acredita-se que resida neste ponto talvez o maior reflexo dos modos produtivos distintos adotados pelas duas emissoras, visto que as equipes da Banda B ficam a maior do tempo nas ruas e com isso têm contato direto com vítimas, testemunhas, vizinhos, enfim, com pessoas comuns que caracterizam as fontes populares. Já a BandNews tem uma produção mais centrada em sua redação, com seus repórteres indo para a rua com pautas marcadas, como coletivas e outros eventos agendados, sendo mais difícil, por telefone, estabelecer contato com esse tipo de fonte. O percentual da emissora só não foi menor porque adotamos uma classificação mais ampla para o termo “popular” e lideranças de movimentos sociais, contatadas por telefone, também foram classificadas como fontes populares. Isso, em certo sentido, torna a emissora mais dependente das assessorias de imprensa, já que mesmo movimentos sociais dispõem de assessores de imprensa.

Além disso, a questão está relacionada ao tipo de cobertura do setor de segurança que as duas emissoras fazem. A Banda B cobre, prioritariamente, o factual do policial, os locais de crime, as ocorrências em desenvolvimento, além de coletivas. A BandNews, por sua vez, conforme o relato de seus repórteres, procura fazer a cobertura apenas de casos com maior impacto social, como os ocorridos em zonas nobres ou de grande movimentação da cidade, como em parques, além das coletivas de imprensa.

Os casos em que não foi possível determinar o tipo de fonte que contribuiu para a obtenção das informações (fontes ocultas, segundo a classificação de Varjão) representaram quase 8% do total. A situação foi mais frequente na BandNews, também pela característica do trabalho, feito por telefone e meios eletrônicos, o que dificultou a observação pela

pesquisadora do contato com algumas fontes. Na BandNews, as situações em que não foi possível determinar a fonte superaram o uso de fontes populares, representando 10,5% do total, enquanto que, na Banda B, equivaleram a 5,4% do total. É possível que essas fossem fontes que os repórteres pudessem ter interesse em manter em sigilo, em função do maior cuidado para não deixar a pesquisadora perceber quem eram.

Já a busca por especialistas só não foi nula porque ocorreu uma tentativa de um repórter em entrevistar uma fonte especializada. Uma provável explicação para isso, segundo o próprio jornalista, que foi entrevistado após o período de observação, é o uso dos especialistas mais para entrevistas de estúdio, quando há mais espaço para comentários. Claro, em termos de rádio, o espaço destinado a uma notícia também conta, mas o que nos parece mais provável é que o uso quase nulo de especialistas está associado a outros fatores, como a falta de tempo para buscar fontes adicionais para uma análise; a ausência de conhecimento de fontes com esse perfil – até pelo hábito de acessá-las com pouca frequência; e mesmo pela existência de um número limitado de especialistas dispostos a dar entrevistas para a imprensa – em Curitiba, é comum ver o nome de um mesmo sociólogo ser citado em matérias de vários veículos com análise de estatísticas de segurança e o motivo alegado é que ele é um dos poucos profissionais na cidade que fazem pesquisas nessa área. Há ainda o fato de, num processo de rotina industrial, os repórteres estarem mais preocupados em cumprir suas pautas e não em fazer matérias mais profundas. Parece estar mais presente neste contexto o valor quantidade, colocando-se em segundo plano a qualidade.

Ainda sobre a questão das fontes, também chamou a atenção o fato de não terem sido entrevistados os suspeitos apresentados pela polícia, durante as coletivas de imprensa. Indagados, repórteres das duas emissoras de rádio informaram que essa é a orientação das chefias. Na Banda B, um dos repórteres contou que chegou a ser feita uma pesquisa com os ouvintes e que o resultado foi que o público concordava com a opção de não entrevistar suspeitos. Os repórteres também parecem concordar com essa orientação, sendo que, durante as entrevistas, profissionais das duas emissoras comentaram que, em geral, ouvir os suspeitos não é algo que acrescenta na matéria, pois eles sempre juram inocência. Em alguns casos específicos, porém, os jornalistas sentem a necessidade de ouvir os suspeitos, pois são situações em que a motivação da pessoa que cometeu o crime pode ser fonte para amplos debates, como em casos de aborto. Nestas situações, não há oposição das chefias para que se entreviste os presos apresentados. Durante os períodos de observação, foi possível verificar que não são apenas essas duas emissoras que evitam entrevistar os presos. Apenas alguns veículos, em geral emissoras de tevê, têm por regra tentar ouvir os suspeitos apresentados.

3.2.2 Modos de acesso às fontes

Outro diferencial observado nas duas emissoras se refere às formas de contato com suas fontes. De modo geral, o contato direto, ou seja, pessoal, presencial, foi o mais frequente, representando 33,6% das interações (excetuando-se duas situações em que não foi possível determinar qual foi o meio utilizado). Porém, quando comparado o panorama nas duas emissoras, observam-se situações bem distintas: na Banda B, quase metade das fontes (49,5%) foi acessada pessoalmente, sendo esse o meio mais comumente utilizado na emissora para contatá-las; já na BandNews, essas interações representaram apenas 15,5% do total, sendo o quarto meio de acesso mais comum, atrás do contato via site, por WhatsApp e por telefone. Também se atribui o resultado aos modos produtivos adotados pelas duas emissoras, visto que a Banda B mantém suas equipes em tempo maior nas ruas, fazendo busca ativa por fatos policiais, enquanto a BandNews só desloca seus repórteres para entrevistas e acontecimentos agendados previamente, sendo que o tempo em que ficam na redação, os jornalistas, além de fazerem matérias policiais, também produzem notícias de outras áreas.

De modo geral, o aplicativo de celular WhatsApp desponta como o segundo modo mais comumente utilizado para o acesso às fontes, representando 22,8% das interações. As duas emissoras apresentaram proporções similares de utilização da ferramenta: na Banda B, o uso deste mecanismo representou 22,9% dos modos de contato com as fontes, enquanto que, na BandNews, representou 22,6% do total. As mensagens de WhatsApp também são usadas pelos ouvintes, sobretudo na BandNews, onde foi possível ficar mais tempo na redação e observar essa situação. Os ouvintes usam o aplicativo quando querem enviar pautas e comentários, em boa parte relacionados ao trânsito. Já na Banda B, que é AM, as ligações telefônicas ainda são bastante usadas pelos ouvintes que desejam acionar a reportagem policial, tanto que, no período da manhã, quando são transmitidos os programas com maior audiência, há três telefonistas para atender às ligações de ouvintes.

No consolidado das duas emissoras, 15,3% dos contatos se deram por telefone. Provavelmente, ainda como reflexo de suas práticas produtivas, a BandNews fez um uso maior do telefone para acessar suas fontes: 19% dos acessos ocorreram via telefone. Já na Banda B, a proporção de uso desta ferramenta foi de 11,9%.

Nos números globais, o acesso de fontes via sites de notícias foi o quarto modo mais comum, representando 13,6% das interações. Analisando-se, porém, o desempenho de cada emissora isoladamente, percebe-se que o uso de tal recurso foi muito maior na BandNews: enquanto na Banda B representou apenas 4,8% das interações, na BandNews foi responsável

por um quarto do total (23,8%), representando sua forma mais comum de acesso às fontes para a obtenção de informações.

Ainda sobre a questão dos modos de acesso às fontes, além do uso mais frequente de uma ou outra ferramenta, observou-se também que há meios utilizados especificamente por uma emissora e por outra não. O rádio comunicador HT*****, por exemplo, é bastante utilizado pela Banda B, mas não está entre as ferramentas de trabalho da BandNews. Embora, durante a fase de observação, ele tenha sido apontado como mecanismo de acesso a fontes em 21 situações observadas (10,9%), é importante dizer que os repórteres da Banda B fazem uso direto do aparelho, aliás, dos aparelhos, já que cada repórter sai com dois HTs: um fica sintonizado na frequência do Corpo de Bombeiros e outro fica rastreando as demais frequências policiais. O equipamento é tão valorizado pela equipe que uma das repórteres, durante a fase de entrevistas, chegou a elencar o HT como sua principal ferramenta de trabalho.

A afirmação foi feita em entrevista, apesar de, durante o período de observação, a repórter ter demonstrando alto grau de dependência ao WhatsApp: no segundo dia de observação ao seu trabalho, o aplicativo não estava funcionando quando a jornalista chegou para trabalhar e ela só conseguiu efetivamente começar suas atividades após o retorno do funcionamento do aplicativo. Além de meio de comunicação com colegas e fontes, o WhatsApp é usado na Banda B como canal para gravação (eles não usam gravadores) e transmissão de entrevistas e informações para o site. Sem o aplicativo, a edição das matérias também fica comprometida. No dia em que o WhatsApp ficou por um período sem funcionar, observou-se que a repórter da tarde não conseguia passar seus áudios para a ilha de edição. Tentou por e-mail, mas não deu certo. Como última alternativa, ela se preparava para rodar o áudio no Whats e regravá-lo na ilha de edição, com consequente perda da qualidade das gravações. A solução só não foi adotada porque o WhatsApp voltou a funcionar no exato momento em que ela começaria a operação.

Por outro lado, durante o período de observação, não foram registrados casos em que os repórteres da Banda B fizessem uso de redes sociais para contatar fontes. Já na BandNews, a ferramenta foi empregada em 5,9% das interações com fontes. Do mesmo modo, o uso do arquivo da rádio para obter informações foi uma prática observada também somente na BandNews (6,5% das interações). Na emissora, todas as matérias produzidas são salvas num arquivo chamado “Manchetão”, onde os repórteres podem consultar todas as matérias

Aparelho de comunicação usado para que os policiais enviem mensagens de voz da viatura para a central e para outras viaturas também.

produzidas por eles e seus colegas. Embora não utilizem o arquivo da própria rádio para auxiliar na produção de suas matérias, os repórteres da Banda B acessam as matérias do site da emissora – que tem notícias produzidas com informações repassadas por eles à equipe do portal –, sendo assim, em certa medida, uma espécie de arquivo da rádio. Neste caso, porém, os repórteres acessam as matérias para ver como foram publicadas e usam os textos como base para suas produções, para acelerar o processo de edição. Por fim, o e-mail apareceu entre as ferramentas usadas apenas pela BandNews, representando 5,3% das interações.

3.3. Análise das observações e entrevistas

3.3.1 Operação das assessorias de imprensa

Durante a primeira fase de observação, um aspecto em especial chamou a atenção: a forte intermediação das assessorias de imprensa no contato dos jornalistas com as fontes oficiais. Em uma das situações acompanhadas, foi possível ver essa intermediação em uma operação de desocupação feita pela Polícia Militar. O fato chamou atenção porque os repórteres observados (e posteriormente entrevistados) relataram dificuldades no contato com a assessoria de imprensa da Polícia Militar, que atende apenas em horário comercial – fora deste período, o atendimento é feito somente pelos oficiais que ficam na Sala de Imprensa da PM, mas que não têm informações do comando. Neste dia, porém, eram seis da manhã quando a desocupação começou e uma equipe da assessoria de imprensa da corporação (repórter e fotógrafo) já estava trabalhando. Em uma situação corriqueira de atuação da PM, como num local de crime, assessores de imprensa nunca são vistos, independentemente do horário. Neste caso, porém, provavelmente por se tratar de atividade programada, a rotina foi alterada. A cobertura da ação também pode ter sido motivada pelo fato de uma desocupação ocorrer sem que a imprensa seja avisada. Assim, o registro seria útil caso algum veículo solicitasse informações e imagens e caso houvesse denúncias de excessos da polícia – neste caso, a assessoria funcionaria como uma testemunha que, com fotos e vídeos, poderia reforçar a versão oficial dos fatos.

Deste modo, ainda era madrugada quando um repórter da Banda B se aproximou do oficial que comandava a ação. Antes que arriscasse uma abordagem direta à fonte, a assessora de imprensa pediu para que ele aguardasse alguns minutos para entrevistar o comandante. Nesta relação, parecia haver uma espécie de acordo prévio, já que o repórter, mesmo tendo oportunidade, não optou por uma abordagem pessoal à fonte e a assessora, por sua vez,

aparentou esperar por esse comportamento. Parece ter sido estabelecida aí, portanto, uma cultura de dependência dos repórteres às assessorias da área de segurança e, em particular, da PM. Pelas entrevistas realizadas com profissionais das duas emissoras de rádio e mesmo com uma ex-coordenadora da assessoria de comunicação da Sesp, conclui-se que tal cultura é resultado de um processo longo, pelo qual as fontes primárias foram sendo, no decorrer de anos, orientadas e pressionadas a não falar diretamente com os jornalistas, deixando que os assessores de imprensa, profissionais capacitados para avaliar quando e o que falar, fizessem a ponte com a imprensa e intermediassem as entrevistas. Os profissionais da imprensa também teriam sido treinados a recorrer primeiro às assessorias, passando inclusive suas demandas por e-mail (esse é um procedimento padrão da assessoria da PM), para que seu pedido pudesse ser avaliado e atendido.

Na fase de entrevistas, outro profissional observado, este da BandNews, confirmou que existe uma espécie de “pacto velado de sempre, de preferência, consultar as assessorias”: “A gente tenta isso. Quando não dá, a demanda é urgente e a gente precisa de um posicionamento oficial da autoridade, a gente vai atrás”, comentou. A fala do repórter denota que ele utiliza a assessoria de imprensa mais como um facilitador do acesso às fontes, útil para que ele possa ficar liberado da tarefa de tentar contatar as fontes oficiais e focar sua atenção em outras fontes ou mesmo outras pautas. Quando, porém, o caso é urgente, ele diz recorrer aos contatos diretos com as fontes, com o intuito de conseguir a informação o mais rápido possível. Claro, nem sempre isso é possível, já que ele, assim como os demais colegas, comentaram ter o número de celular de apenas algumas fontes da área policial – sobretudo os delegados mais velhos. Apesar do suposto pacto, foi possível observar que o colega de emissora deste repórter, em geral, faz justamente o inverso: recorre primeiro à abordagem direta à fonte primária, tendo a assessoria de imprensa como plano B, quando não consegue contatar, sozinho, a fonte. A partir disso, pode-se supor que, embora exista um comportamento esperado, ele não precisa ser necessariamente seguido.

Essa intermediação da assessoria também chamou atenção porque, segundo relato de um dos repórteres, que faz jornalismo policial há mais de 30 anos, nem sempre foi assim. Ele conta que antes a relação com delegados e policiais militares era mais próxima e direta. Eram os próprios delegados – fossem eles de delegacias especializadas ou de distritos policiais –, por exemplo, quem convocavam as coletivas de imprensa. A Polícia Militar tinha uma Sala de Imprensa no quartel central de Curitiba, para onde eram levados suspeitos e realizadas “apresentações” para a imprensa. Os chamados eram feitos por oficiais que trabalhavam na P5 (Quinta Seção do Estado Maior do Batalhão de Polícia Militar, responsável pela Assessoria de

Imprensa) e faziam o papel de assessores de imprensa (embora não tivessem formação em Jornalismo). Ainda o Instituto Médico-Legal (IML) costumava acionar a imprensa antes de se deslocar para um local onde resgataria um corpo de vítima de morte violenta.

As convocações eram feitas via pager (bipe) – aparelho usado para enviar mensagens de textos. Cada veículo de imprensa ou profissional tinha um pager, que era acionado pelas fontes por meio de uma central. Sempre que uma fonte ligava para a central, o aparelho enviava mensagens de texto, num mesmo momento, a um grupo determinado de equipamentos cadastrados (ou a um dispositivo específico), todos pertencentes a veículos de comunicação. O bipe era, desta forma, o principal meio empregado pelos órgãos ligados à Secretaria Estadual de Segurança Pública para convocar a imprensa para coberturas policiais.

O *pager* como mecanismo para a convocação de coletivas foi abolido há mais de uma década. De modo geral, segundo o relato dos repórteres e o que foi possível observar, atualmente a relação entre jornalistas e fontes policiais é mais indireta do que há alguns anos e o marco de início destas mudanças, ao que tudo indica, foi justamente o fim do bipe. Uma das entrevistadas para essa pesquisa, a jornalista Melissa Bergonsi, que coordenou a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Segurança Pública entre 2004 e 2010, gerenciando a transição de um modelo mais direto de relacionamento das fontes oficiais com a imprensa para outro “mais profissional” e com maior controle das fontes primárias pelos assessores de imprensa, conta que o momento foi de ruptura: “Sem o bipe, precisávamos descobrir como avisar a todos em um mesmo momento, sem priorizar um e desmerecer outro. Nossa saída imediata foi o twitter que também ainda era uma grande novidade na época. [...] Ainda assim, tínhamos que ligar para todos os veículos, um por um, para não correremos o risco de deixar alguém de fora do aviso de pauta”, relata. Mais do que a alteração do equipamento de convocação da imprensa, o que se vê aqui é a troca do controle das convocações. Antes, as coletivas poderiam ser convocadas diretamente pelas fontes. Com a mudança, as convocações passaram a ser controladas pelos assessores de imprensa, que estão diretamente subordinados ao secretário de Segurança Pública, que, por sua vez, está sob as ordens diretas do governador.

Segundo a entrevistada, a orientação para “profissionalizar o contato com a imprensa e tentar aproximar o governo (Secretaria da Segurança) dos repórteres” foi feita pelo próprio secretário de Segurança Pública da época (Luiz Fernando Delazari) e pelo coordenador da área de Comunicação no governo do Estado no período (Benedito Pires). Dentro desta perspectiva, a transformação que talvez tenha tido mais impacto na relação entre fontes de segurança e jornalistas seja a forma como as entrevistas (coletivas e individuais) passaram a ser feitas e como, em última análise, o controle sobre o que a imprensa noticia foi ampliado,

passando a atender aos interesses de quem está no topo da cadeia de autoridade. Segundo a entrevistada, antes eram as próprias instituições, setores ou delegacias que organizavam suas coletivas. Assim, cada delegado, no caso da Polícia Civil, tinha autonomia para convocar coletivas para o assunto que desejasse e no momento que julgasse melhor. O mesmo ocorria na PM, onde a equipe que trabalhava na Sala de Imprensa tinha independência para fazer convocações sobre qualquer assunto, no dia e horário que considerasse conveniente, “embora discutisse o assunto com o comando algumas situações mais delicadas”. Também servidores ligados ao IML e a outros órgãos de segurança poderiam avisar os jornalistas sobre os fatos que consideravam de interesse jornalístico.

Com a reestruturação do setor de comunicação da Sesp, a jornalista narra que todas as entrevistas começaram a ser marcadas pela assessoria de imprensa: “No começo, muitos delegados e PMs não queriam ajuda. Na verdade, acreditavam que nossa ajuda seria uma interferência na independência do trabalho deles. Entretanto, o objetivo era que tudo passasse pelo Núcleo de Comunicação. Nós ajudávamos a organizar coletivas em todo o estado e mesmo à distância prestávamos todo o suporte necessário.”

Com o agendamento sendo feito pela assessoria, passou a haver maior controle dos assuntos que deveriam ou não ser tema de coletivas. Esse filtro, segundo a entrevistada, considerava o “interesse da notícia”. A entrevistada diz que as coletivas com horários marcados atendiam a múltiplos interesses: a imprensa tinha acesso à informação, a assessoria podia acompanhar a coletiva num momento determinado e os policiais não tinham que ficar à disposição da imprensa o dia todo. “Enfim, a coletiva nos dava mais repercussão, organização e também uniformidade no atendimento dos veículos para que ninguém se sentisse prejudicado”, resume.

A partir do relato da entrevistada, é possível concluir que o novo modo de agendar entrevistas trouxe vantagens para jornalistas, fontes e à própria assessoria. As fontes não tinham mais o trabalho de acionar a imprensa e organizar coletivas e falavam somente num horário determinado. Os jornalistas tinham um horário definido para conseguir a informação de que necessitavam e assim garantir matéria para o noticiário (também ficando livres das pressões das chefias para obter a informação). Mais do que isso, como as coletivas eram organizadas por uma “coordenação central”, dificilmente teriam que enfrentar o problema de ter duas entrevistas marcadas no mesmo horário. Além disso, diminuiu-se o risco de ser furado por outro veículo, já que a política passou a evitar as entrevistas exclusivas.

A assessoria, por sua vez, tinha a vantagem de ter as fontes falando para todos os jornalistas no mesmo horário e local, estabelecendo, assim, um maior controle das fontes e

dos discursos. Do ponto de vista prático, isso significa não ter que atender a vários jornalistas, de modo picado, no decorrer do dia. Mas há um benefício maior para a assessoria e para o poder público de modo mais amplo: o controle sobre a informação. Estabelecendo a regra de que todas as coletivas deveriam ser agendadas pela assessoria, há o filtro sobre o que será ou não divulgado. O critério de seleção, segundo a entrevistada, era jornalístico, mas, uma vez estabelecido o filtro, qualquer critério poderia ser aplicado. Assim, se um delegado tem um assunto que julga ser de interesse jornalístico, passou a ter que se submeter à assessoria para saber se aquilo de fato era notícia. Neste sentido, os delegados, como fontes, perderam sua autonomia.

O controle não somente serviu para determinar que assuntos seriam divulgados, mas também em que momento e com qual recorte. Além disso, com as informações repassadas em coletivas convocadas pela assessoria, e acompanhadas pelos assessores, diminui-se o risco de várias entrevistas sobre o mesmo assunto, mantendo-se a unidade do discurso e reduzindo-se a possibilidade de contradições.

Ficou fora desta cadeia de beneficiados, porém, o interesse público, visto que, dentro da lógica de controle estabelecida, certamente, alguns assuntos deixaram de ser noticiados e, dentre eles, aqueles que o poder constituído não deseja ver publicados pela repercussão negativa que teriam, como denúncias de superlotação em prisões de delegacias. Perderam com isso o jornalismo e o público leitor/ouvinte/telespectador.

O estabelecimento da centralidade no agendamento das coletivas e até mesmo de entrevistas individuais/exclusivas pela assessoria não aconteceu sem reações contrárias. Isso provavelmente ocorreu em função de um comportamento esperado de quem não é aberto a mudanças, mas também porque algumas pessoas se deram conta do que representam essas alterações, que não se limitavam a questões técnicas, de conferir maior profissionalismo às divulgações dos assuntos da Segurança Pública, mas também, e principalmente, eram perpassadas pelo interesse político em controlar essas divulgações – convém lembrar que a área de Segurança Pública teve certo protagonismo nesta gestão do governo Roberto Requião, tanto que, durante um período, a pasta foi comanda por ele próprio. A entrevistada contou que, para convencer os descontentes – no caso, delegados e PMs – houve todo um trabalho de divulgação das vantagens de se usar a estrutura da comunicação. Neste trabalho, houve envolvimento até do então secretário de Estado da Segurança Pública, que, segundo a entrevistada, encaminhou ofício a todas as divisões policiais recomendando que estas utilizassem o Núcleo de Comunicação da Sesp para suas divulgações. Além disso, a própria entrevistada fez um trabalho de convencimento, ligando para os integrantes das polícias que

apresentavam resistência em seguir a orientação do secretário, que se aplicava não somente às coletivas, mas também às entrevistas individuais.

Outra questão também relacionada ao controle que começou a ser estabelecido neste período foi o treinamento das fontes para falar com a imprensa. Segundo a entrevistada, a própria equipe da assessoria procurava preparar para as entrevistas os entrevistados que “ficavam nervosos, ou que falavam como jogadores de futebol”. Mesmo pessoas do comando recebiam esse tratamento em situações específicas. “Infelizmente, não tínhamos como treinar a todos porque nossa base era em Curitiba. Mas, fizemos tudo o que pudemos, ajudando por telefone mesmo. Já no caso do secretário e de outros policiais da cúpula, em momentos de crise ou coletivas importantes, sempre fazíamos uma sabatina antes. Perguntas desconfortáveis, enfim, o que sabíamos que viria de uma imprensa crítica.”

O mecanismo de treinamento com maior alcance empregado neste período, porém, foi um manual com orientações básicas voltadas aos policiais para o relacionamento com a imprensa. “A ideia do manual foi ajudar o maior número possível de policiais. Se não me engano, na época, só na PM, eram 18 mil em todo o estado. PMs que atendiam em comunidades isoladas, que falavam para rádios ou jornais da localidade. Como atingir a todos? Praticamente impossível com a equipe que tínhamos. Então, o manual foi um paliativo, uma maneira de alcançar o maior número de profissionais possível”, revelou.

Tivemos acesso à referida publicação. Com o título “Quando a polícia é fonte: como falar com a imprensa”, o material (anexado ao final desta dissertação) tem formato de bolso e 24 páginas. Seu conteúdo é focado em destacar a importância da intermediação pelo Núcleo de Comunicação da Sesp dos contatos entre fontes policiais e imprensa, com argumentos como: “No Núcleo, trabalham profissionais formados e capacitados que estabelecem uma séria e eficiente política de divulgação das ações positivas das polícias. Estes profissionais também são gabaritados para orientar as autoridades sobre as melhores atitudes a serem tomadas em situações de crise”. Também é ressaltada a necessidade de mudanças na relação existente naquele momento entre fontes e jornalistas policiais, no sentido de se evitar uma proximidade maior com o repórter e manter com ele um relacionamento estritamente “profissional”: “É necessário ter sempre em mente que o repórter por mais próximo do policial, não é amigo, não deve favores no momento da reportagem”. Ainda são repassadas dicas de como as fontes devem ser relacionar com a própria assessoria de imprensa, como, por exemplo, o repasse das informações necessárias à produção de releases com antecedência, de modo que o texto possa ser enviado às redações até as 15 horas, para respeitar o deadline dos veículos, aumentando as chances de destaque para notícia. Por fim, são repassadas dicas em

relação a como falar com a mídia e como se portar diante de câmeras fotográficas e de televisão.

3.3.2 O uso político das coletivas

Na fase de observação, todas as entrevistas coletivas acompanhadas foram agendadas via assessoria de imprensa da Sesp e da Polícia Civil e os policiais encarregados de falar, em geral, apresentaram bom domínio para essa tarefa. Para acionar os repórteres, os assessores usaram meios variados: WhatsApp, e-mail, telefone, redes sociais. Não houve nenhuma coletiva convocada pela Polícia Militar – a partir dos anos 2000, passou a existir uma orientação para que as coletivas não ocorressem antes de os presos serem indiciados. Antes, assim que prendia um suspeito, a PM convocava coletiva e fazia a “apresentação do preso”. As coletivas, portanto, hoje, em geral, são realizadas em unidades especializadas da Polícia Civil, que contam com espaço próprio para a realização de entrevistas.

Neste sentido, algo que merece destaque é o que chamamos nesta pesquisa de “espetacularização das coletivas de imprensa”. Embora isso tenha sido notado em todas as coletivas acompanhadas durante as duas fases de observação participante, em uma em particular esse processo ficou mais claro: a realizada no Cope (Centro de Operações Policiais Especiais), no segundo dia da primeira fase de observação, com a presença dos dirigentes das polícias Civil e Militar, além do secretário estadual de Segurança Pública. Todo um cenário foi montando. O Cope tem em sua sala para entrevistas um painel com logomarcas do governo do estado e de unidades da Polícia. Mas, além disso, banners com as marcas de outras unidades policiais foram levados por assessores de imprensa para disputar espaço na parede – as logomarcas tiveram que ser sobrepostas, em função do espaço limitado.

Já os entrevistados foram estrategicamente posicionados em frente a esses painéis para que a tevê e os jornais reproduzissem as imagens com as logomarcas ao fundo. Em outro ponto da sala, cenas da operação que prendeu pessoas que fizeram uso indevido de tornozeleiras eletrônicas (o assunto da coletiva) também foram projetadas antes e durante a entrevista. Como chefias de várias forças policiais participaram da coletiva, assessores de cada unidade (com fotógrafo) estavam no lugar da entrevista. Além do assessor da Sesp, participam da entrevista jornalistas da Polícia Civil e da Polícia Militar (repórter e fotógrafo). Assim, somente da equipe de assessoria de imprensa do governo puderam ser notados ao menos seis profissionais na coletiva. No decorrer das entrevistas, além dos releases, os assessores ofereceram aos repórteres gravações em vídeo, com imagens da atuação policial

durante o cumprimento dos mandados de prisão – as imagens puderam ser copiadas em pen drives. Para quem necessitasse, prontificaram-se a fornecer ainda as sonoras da coletiva e fotos.

Fora do ambiente das coletivas, nos chamados locais de crime, acidentes e outros fatos jornalísticos policiais, quando o contato com a fonte, em geral, não passa pelas assessorias de imprensa, foi possível observar que há certas regras preestabelecidas para entrevistas com as fontes oficiais. Soldados da Polícia Militar, por exemplo, não costumam conceder entrevistas, embora, em geral, não ofereçam resistência em fornecer informações básicas (situação encontrada no local do crime, nomes dos envolvidos). Nestes casos, como foi possível verificar, os repórteres recebem as informações não gravadas e podem citar que se trata de algo repassado pelos policiais presentes, ou se apropriar delas como se eles próprios fossem responsáveis pela apuração daqueles dados.

Segundo uma repórter observada na segunda etapa da pesquisa de campo, as entrevistas em geral ficam a cargo de tenentes – maior autoridade da PM presente nas ocorrências policiais – e dos delegados, em se tratando da Polícia Civil. Essa regra causou dificuldades em ao menos uma das pautas acompanhadas, envolvendo justamente a repórter que comentou como são as regras para entrevistas nos locais de crimes. Ela estava num município da região metropolitana de Curitiba, por volta de meia-noite (quando teoricamente seu expediente já havia encerrado), cobrindo um caso de homicídio, mas nenhum policial quis dar entrevista. O investigador da Polícia Civil chegou a narrar que responde a um processo administrativo porque concedeu entrevista à imprensa em outra situação, sem autorização do delegado. Neste caso em particular, a situação era delicada porque também as informações repassadas pelos policiais eram inconsistentes. Para não ficarem sem sonora, os repórteres presentes ao local acabaram entrevistando uma testemunha: um jovem, com no máximo 18 anos, que procuraram não identificar, temendo que ele também pudesse ser alvo do assassino.

3.3.3 A busca por relações diretas

Apesar da forte atuação dos assessores de imprensa como “ponte” entre fontes oficiais e jornalistas, durante o período de observação se verificou que, com grande frequência, os jornalistas observados dispensaram as estruturas das assessorias e buscaram a relação direta para tentar obter informações públicas. Mais precisamente, das 179 interações para obter dados com fontes oficiais, contabilizadas no mapa de fontes, 102, ou 57% do total, ocorreram sem a intermediação das assessorias de imprensa. Esses dados consideram não só

as tentativas de se obter sonoras – quando as assessorias são mais demandadas –, mas também a busca simples de informação em sites oficiais, como exemplo.

Considerando os resultados isolados das emissoras, a Banda B teve um grau de dependência das assessorias bem inferior ao da BandNews: 74% dos acessos a fontes oficiais pela Banda B ocorreram sem o auxílio da assessoria, enquanto na BandNews esse percentual foi de 36%. Mais uma vez, os diferentes desempenhos são apontados como reflexos diretos dos modos produtivos distintos das duas emissoras de rádio.

Na Banda B, com as equipes a maior parte do tempo nas ruas, os repórteres vão com frequência aos locais de crime, não frequentados por assessores de imprensa e onde têm contato direto com fontes. As interações realizadas com auxílio das assessorias na Banda B ocorreram basicamente em coletivas e por meio de ligações telefônicas para Sala de Imprensa da Polícia Militar – hoje, embora a PM tenha assessoria de imprensa com jornalista, a Sala de Imprensa ainda existe e é bastante procurada pelos repórteres da Banda B e de outros veículos que fazem a cobertura das notícias policiais, até por ter a característica de funcionar 24 horas, enquanto a assessoria de imprensa atende em horário comercial.

A BandNews acessa mais as fontes oficiais em coletivas e, por não cobrir o factual simples do policial, mantém suas equipes mais na redação, fazendo entrevistas por telefone, quando a dependência aos assessores de imprensa é maior. Apesar disso, observou-se que os repórteres da emissora buscam, sempre que possível, o contato direto com as fontes oficiais, ligando para celulares e números de delegacias, recorrendo aos assessores imprensa normalmente como segunda alternativa.

3.3.4 Rondas policiais

No passado, outro fator que contribuía para a proximidade dos repórteres policiais com as fontes eram as rondas, ou seja, a passagem diária dos repórteres por determinadas unidades policiais. Em geral, elas incluíam o Instituto Médico-Legal (IML), a Sala de Imprensa da PM (onde eram distribuídos boletins diários com o resumo das principais ocorrências atendidas pela corporação), a Delegacia de Homicídios, as Delegacias de Furtos e Roubos (as duas unidades) e a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos. Os repórteres costumavam visitar diariamente esses locais e tinham contato com as mesmas fontes, com as quais pegavam informações de casos policiais novos e mesmo de antigos (suítes).

Hoje, a ronda não é mais obrigatória. Na BandNews, a ronda não é feita nunca. Na Banda B, quando não há ocorrências em andamento no período da manhã, a ronda é feita –

nos dias em que houve acompanhamento de repórteres neste período, sempre havia fatos em desenvolvimento, o que fez com que a ronda fosse feita apenas parcialmente. Nos demais períodos do dia – tarde e noite –, a ronda não é uma prática. As repórteres da Banda B costumam esperar por notícias em dois locais distintos. A da noite relata que, quando não há nenhuma pauta, prefere ficar na sede da emissora rastreando as frequências policiais, comunicando-se com colegas e com fontes, à espera de fatos que rendam cobertura. Isso porque, na emissora, ela consegue apurar informações preliminares e, se não conseguir se deslocar para o ponto de uma ocorrência (em função da distância e horário, como exemplo) pode tentar gravar por telefone. Já a repórter da tarde prefere aguardar num posto de combustíveis: o Posto Pelanda, também conhecido como Posto 40 por ficar em frente a uma lombada eletrônica cuja velocidade máxima é 40 quilômetros por hora.

Aliás, durante o período de observação, foi possível constatar que o Posto 40 tem papel estratégico para muitos repórteres, funcionando com o uma espécie de quartel-general (QG), onde se reúnem jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos, mas também policiais, bombeiros e socorristas do Siate. Muitos carros da PM e do Corpo de Bombeiros abastecem lá, o que faz com que muitos policiais e socorristas lanchem neste lugar. Já os repórteres usam o posto não apenas como local para lanchar, mas como ponto onde se encontram para conversar – muitas vezes sobre as pautas que fizeram – e também para esperar, quando não há pautas a cumprir. Conversam não apenas entre eles, mas também com eventuais fontes, como policiais e socorristas do Siate. O local apresenta a vantagem de estar praticamente no Centro, o que facilita o deslocamento das equipes para qualquer local da cidade.

3.3.5 Valores-notícia

Como já citado algumas vezes neste capítulo de análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo, as duas emissoras para quais os repórteres observados (e entrevistados) trabalham apresentam rotinas diferentes para a produção de notícias. Em consequência (ou por causa disso), os valores-notícias seguidos também são distintos. A primeira, onde o jornalismo policial não tem protagonismo, opta por acompanhar coletivas de imprensa convocadas pela Secretaria de Segurança (portanto, assuntos que o governo tem interesse em divulgar) e alguns casos policiais específicos, geralmente com maior repercussão social.

A segunda emissora, que é AM e tem programas jornalísticos que destacam as notícias policiais, também cobre coletivas convocadas pelos comandos das polícias, porém dá mais espaço para o jornalismo essencialmente policial, ou seja, para a cobertura dos

assassinatos em geral, acidentes de trânsito, assaltos, incêndios, enfim, tudo que é característico deste tipo de jornalismo. Mas, nos períodos em que o noticiário está no ar, ganham destaque as notícias em desenvolvimento.

Neste contexto, chama a atenção como a rotina pode determinar o que é notícia. No caso particular da Banda B, a necessidade de fazer entradas ao vivo faz com que fatos que poderiam ser tranquilamente descartados da cobertura por apresentar, pelos critérios de noticiabilidade habituais, menor relevância, ganhem destaque pelo simples fato de estarem ocorrendo no momento em que o programa está no ar. A instantaneidade do rádio, portanto, é o valor-notícia que prevalece neste caso. Não importa se é um acidente sem feridos ou um baleado sem gravidade; o que conta é que o fato ocorreu no momento em que o programa está no ar, sendo possível informar enquanto a notícia está em desenvolvimento.

Observam-se aí também os constrangimentos causados pela existência dos chamados news beats (espaços noticiosos), que, como destaca Soloski (1993), precisam ser preenchidos com notícias, o que é um problema quando elas estão escassas ou acontecem com fartura. A necessidade de ter notícia fresca para entrar ao vivo no noticiário noturno, por exemplo, fez com que uma das repórteres observadas, na ausência de outros fatos noticiosos, fizesse matéria sobre a morte de um morador de rua que, ao que tudo indicava, teve causas naturais.

Por outro lado, como esses fatos não são realmente relevantes, passado o horário do programa perdem a importância, não merecendo suítes, para contar, por exemplo, como ficou uma pessoa baleada a princípio sem muita gravidade. De fato, o ferimento não era grave? A pessoa sobreviveu? Um homem que se envolveu num acidente e estava bêbado ficou preso? Pagou fiança e foi liberado? E o morador de rua realmente se engasgou ou foi vítima de algum tipo de violência? Esses questionamentos dificilmente serão respondidos, a não ser que ocorra outro fato que apresente apelo para uma nova matéria.

3.3.6 Rotina cada vez mais alucinante

Com os veículos de imprensa oferecendo seu conteúdo em plataformas variadas, os repórteres também assumem multitarefas. Atualmente, a um repórter de rádio, por exemplo, não cabe apenas garantir a gravação de áudios (com posterior edição do material) e fazer entradas ao vivo. Ele próprio edita seu material em ilhas digitais (sem o auxílio, portanto, dos antigos técnicos de edição), faz fotos, vídeos, passa informações para o site. O cumprimento destas tarefas é facilitado pelos celulares, por meio dos quais é possível fazer sonoras, vídeos, textos, fotos e enviar rapidamente mensagens de voz e texto. Mas, em geral, isso tudo não é

realizado ao mesmo tempo e pelo mesmo aparelho, o que faz com que os repórteres carreguem mais de um celular, além de caneta, bloco de anotação e, em alguns casos, o HT, conforme foi possível verificar durante a fase de observação.

O questionamento que fica é se, ao ter que se preocupar com tantas tarefas e carregar tantos equipamentos, os repórteres conseguem se concentrar no que é fundamental, ou seja, no conteúdo das entrevistas e na estruturação da matéria – incluindo eventuais deslizes dos entrevistados e a elaboração de questionamentos que superem o básico. A impressão que ficou é que os repórteres, pressionados pela rotina industrial de produção de notícias, ficam, a maior parte do tempo, mais preocupados em cumprir pautas no tempo de sua jornada do que em fazer a melhor matéria possível, em buscar um diferencial em relação ao trabalho dos colegas das empresas concorrentes. Eles precisam produzir e produzir para diferentes meios e, com isso, mais do que nunca, o tempo se tornou escasso. Neste contexto, as informações coletas e repassadas aos ouvintes não precisam mais ser completas, mas apenas suficientes para a produção do básico – havendo maior risco de se ficar no superficial, no raso na notícia. Em defesa deste tipo de jornalismo, pode-se dizer que se trata de rádio e que sempre é possível entrar ao vivo com uma correção ou como uma informação complementar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de mestrado se dispôs a investigar as relações entre fontes de informações e repórteres de rádio na cobertura policial, a partir da abordagem do Newsmaking. Por esse motivo, a escolha das duas emissoras foco do estudo empírico, ambas com sede em Curitiba, levou em conta o fato de que as duas apresentavam distintos modos de produção, assim como priorizavam valores-notícias diferenciados, e que isso implicaria diferenças no relacionamento com suas fontes de informações, com conseqüente impacto no conteúdo veiculado aos ouvintes.

De fato, durante o processo de observação participante, foi confirmado que Banda B e BandNews submetem seus profissionais a rotinas de trabalho diversas e que, efetivamente, há aspectos da relação entre fontes e jornalistas diferentes nas duas emissoras. Isso reforça o pressuposto de que práticas e valores-notícia são determinantes para a forma como os jornalistas interagem com as fontes de informação.

Por outro lado, a pesquisa também identificou pontos convergentes entre as duas emissoras no que se refere à relação com as fontes, sendo possível concluir também que há aspectos do relacionamento com as fontes determinados por outros fatores, como a cultura profissional. Neste sentido, a questão que norteou a análise, portanto, foi determinar até que ponto esses modos diferenciados de produção impactam ou não na forma e nos conteúdos noticiosos das emissoras.

Práticas e valores-notícia diferentes, resultados distintos

O acesso às fontes exemplifica como a instituição de rotinas e valores-notícia diferentes pode resultar em distintos modos de contato. Em termos de Jornalismo Policial, a Banda B é a única emissora de rádio de Curitiba que mantém equipes nas ruas, fazendo busca ativa por acontecimentos que possam ser divulgados^{*****}. A saída dos repórteres às ruas, em geral sem pauta definida, faz-se de modo contínuo na Banda B, já que, independentemente dos acontecimentos, diariamente, os repórteres precisam fazer várias entradas ao vivo, principalmente quando os três principais noticiários da emissora estão no ar (manhã, tarde e noite). Nas ruas, as equipes da emissora acabam tendo maior probabilidade de contato direto com fontes informativas. Tanto é assim que quase metade (49,4%) das interações dos

***** Quando a primeira fase da observação foi realizada, a Difusora, outra rádio AM da capital paranaense, também tinha repórteres nas ruas, mas, na segunda etapa, em função de problemas estruturais, a emissora já não mantinha mais essa rotina, tendo somente repórteres na redação.

repórteres da emissora com suas fontes de informações ocorre de modo direto, ou seja, pessoal, em situações em que jornalista e fonte ficam frente a frente.

A BandNews, por sua vez, que não dá o mesmo destaque ao Jornalismo Policial em comparação com a Banda B e é uma emissora que tem 24 horas de programação jornalística, opta por só enviar seus repórteres às ruas para coberturas específicas, previamente marcadas. Assim, os jornalistas que fazem a cobertura policial – a exemplo dos que trabalham em outras áreas – saem da redação apenas para acompanhar coletivas e outros acontecimentos agendados, como manifestações populares. No restante do tempo, é da redação, portanto, por intermédio de WhatsApp, telefone e sites, que os repórteres mantêm contato com as fontes. Com isso, as interações diretas acabam representando apenas 15,5% do total, sendo o quarto meio de acesso às fontes mais comum.

Essa opção pela rua repercute também na importância que os repórteres da Banda B dão para as sonoras. Na fase de entrevista semiestruturada, um dos repórteres da Banda B, por exemplo, defendeu a sonora como o diferencial da matéria de rádio, sendo neste sentido fundamental. Por esse motivo, somente em casos extremos (quando não consegue mesmo), ele fecha uma matéria sem entrevista gravada. Já na BandNews, outro repórter classifica as sonoras como um fator que confere credibilidade às matérias, mas que não são exatamente essenciais. O pensamento dele se reflete na prática, já que, num dia de observação, ele fechou quatro matérias sem gravar uma única sonora.

Para recapitular: na Banda B, as interações com as fontes ocorrem da seguinte forma e ordem: 49,5% por contato direto; 22,9% por WhatsApp; 12% por telefone; 10,9% por rádio comunicador HT e 4,7% por site. Já na BandNews a ordem é a seguinte: 23,8% por sites; 22,6% por WhatsApp; 19% por telefone; 15,5% por contato pessoal; 6,5% por arquivo da própria emissora; 5,9% por redes sociais e 5,3% por e-mail – em 1,2% das situações não foi possível determinar o meio utilizado para o contato. Além do uso mais frequente de uma ou outra ferramenta, observou-se também que há meios utilizados especificamente por uma emissora e por outra não: o HT somente pela Banda B e o arquivo e as redes sociais apenas pela BandNews.

Práticas e valores-notícia diferentes, resultados iguais

Na outra ponta, a prevalência do uso de fontes oficiais exemplifica como, apesar de adotarem práticas e valores-notícia diferentes, os veículos de comunicação podem chegar a um mesmo resultado. Em outras palavras, independente da forma de acesso, seja por contato

direto, telefone, WhatsApp ou qualquer outro modo, as fontes oficiais tiveram a preferência dos jornalistas acompanhados para essa pesquisa, como evidenciou o mapa de fontes: do total de fontes acessadas pelas duas emissoras para a produção de suas matérias, 52,8% foram oficiais. Analisando o desempenho das duas isoladamente, o resultado é bem próximo: na Banda B, 53,2% das fontes acessadas foram oficiais e na BandNews, 52,3% – esse resultado foi obtido sem levar em conta as 27 situações, somando-se as duas emissoras, em que não foi possível determinar que tipos de fontes foram acessadas pelos jornalistas observados. No discurso dos jornalistas, fica claro também o porquê desta opção pelas fontes oficiais: a concepção de que informação oficial é mais confiável.

Da mesma forma, mesmo com práticas e valores diferentes, as duas emissoras, estatisticamente, também fizeram pouco uso de fontes populares: somando-se as duas emissoras, a taxa foi de 14%. Embora o uso de fontes populares tenha sido pouco frequente nas duas emissoras, foi menor na BandNews, provavelmente porque os repórteres vão pouco às ruas, onde a probabilidade de contato com este tipo de fonte é maior. Com isso, apenas 8% das fontes contatadas foram classificadas como populares. Com equipes nas ruas, a Banda B registrou maior contato com essas fontes, tanto que o percentual de uso de fontes populares observado foi de 18,8%. De modo geral, porém, principalmente quando se compara ao uso de fontes oficiais, é possível afirmar que a frequência de utilização de fontes populares é baixa nas duas emissoras.

O acesso a fontes populares também foi menor do que o uso de colegas como fontes. Aliás, algo que surpreendeu nesta pesquisa foi a frequência com que os colegas (da própria emissora, mas principalmente de outros veículos, que também atuam na cobertura policial) foram utilizados como fontes para a produção de notícias. Claro, há certo senso comum sobre o fato de locutores de rádio lerem, durante os informativos, notícias extraídas de jornais e sites. Mas o que chama atenção é o fato de, mesmo duas emissoras com equipes jornalísticas estruturadas, terem nos colegas e, portanto, na reprodução de notícias de outros veículos, seu segundo tipo de fonte mais comum. Na BandNews, o contato com colegas representou 38,5% dos movimentos para se obter informações, enquanto na Banda B correspondeu a 28% das interações. Importante perceber que esse resultado foi obtido considerando não apenas notícias prontas, mas também informações gerais repassadas de um jornalista para outro, que impactam na pauta, no direcionamento de uma cobertura e, não raro, diretamente no conteúdo que é levado ao ar.

A alta frequência com que colegas são utilizados como fonte está associada a um ingrediente recente: a organização de grupos no WhatsApp, formados por repórteres que

fazem a cobertura do setor policial e mesmo por fontes, o que permite o compartilhamento de informações não apenas com um colega específico, mas com todos os profissionais que os integram, no mesmo momento. Embora relativamente novo, o WhatsApp já se consolidou como uma importante ferramenta para acesso às fontes policiais. Nesta pesquisa, o aplicativo figurou como a segunda forma mais frequente para contatar as fontes, sejam elas oficiais, colegas ou populares. Na BandNews, 23,89% dos acessos às fontes foram feitos por whats – um percentual bem próximo ao acesso por sites de notícias, o modo mais usual na emissora. Na Banda B, 22,9% dos contatos com fontes, durante os dias de observação, foram feitos via WhatsApp. Embora pareça baixo, o percentual só foi inferior aos acessos diretos feitos pelos repórteres da emissora, que concentraram quase 50% dos contatos com fontes.

Segundo o que foi possível observar e o relato dos repórteres entrevistados, existem em Curitiba vários grupos de WhatsApp que concentram os setoristas do Jornalismo Policial – alguns bastante restritos, como a Galera do Boné, que tinha oito integrantes na época da observação (todos repórteres policiais), até outros com quase duas centenas de membros, com o Giro de Notícias CWB, na época com 194 membros, entre profissionais da imprensa, de órgãos de segurança e mesmo populares que costumam interagir com os veículos de comunicação (como motoristas de ônibus e táxi).

O uso dos grupos e também os contatos individuais servem não apenas para a troca de sugestões de pauta e compartilhamento de informações, adequando-se ainda ao propósito de promover uma espécie de conformação dos discursos jornalísticos. Ou seja, por meio da conversa, sobretudo nos grupos, os repórteres conseguem fazer uma construção coletiva da notícia, de modo que a versão reproduzida dos fatos policiais nos diferentes veículos de comunicação seja semelhante. É um processo parecido com o que ocorre ao final das coletivas de imprensa, quando os jornalistas ficam um tempo conversando com os colegas sobre a própria pauta e sobre outras possíveis coberturas.

O tempo como determinante da escolha de fontes

Ainda entre as situações que afetam as duas emissoras indistintamente, pode ser elencado o tempo, que, em alguns casos, atua até como fator determinante para a escolha (ou não) de fontes e para a realização de matérias que, pelos critérios jornalísticos, não seriam notícia – ao menos não pelo enfoque policial –, pela necessidade de se ter conteúdos para preencher os espaços noticiosos. Nesta perspectiva, por repetidas vezes, foi possível ver os repórteres fazendo o esforço para contatar fontes específicas – naquele momento,

consideradas fundamentais para a elaboração da reportagem. Porém, à medida que o tempo ficava mais curto e aumentava a pressão das chefias sobre os repórteres, estes acabavam se conformando em produzir boletins sem sonoridade, em fazer checagem limitada dos fatos e até em noticiar algo com base em notícia de outro veículo. Essas situações foram mais comuns na BandNews, onde, por exemplo, observaram-se episódios em que informações foram divulgadas com base em release, confirmadas a partir de notícias de sites de notícias. Mas não teriam os sites também se baseado apenas no que traziam os releases? Não há como saber e, na pressão diária do tempo, esse tipo de situação acaba sendo ignorado pelos jornalistas. Na Banda B, onde o uso de site como fonte de informação foi menos frequente em relação aos outros modos de acesso a informações, a utilidade observada foi mais direta, sem qualquer preocupação de checagem nem citação da fonte.

Da mesma forma, a divulgação de uma possível morte natural como notícia policial, porque a repórter precisava de algo novo para colocar no ar, exemplifica a pressão do tempo associada à existência de espaços noticiosos fixos, que precisam ser preenchidos. O fato até poderia ser alvo de reportagem, mas sob o enfoque humano, mostrando, por exemplo, a situação de uma pessoa levada a morar na rua e que acaba morrendo de modo estúpido. O que levou essa pessoa a morar na rua? Como o poder público falhou com ela? Quantas mais existem nesta situação? Mas, para fazer isso, a repórter precisaria de tempo e disso ela não dispõe em sua rotina frenética.

Assessorias de imprensa e o controle político das informações

Como foi dito no início desta parte do trabalho, esse estudo foi desenvolvido sob a perspectiva teórica do Newsmaking, que, conforme definido por Guerra (2008), trata-se de uma corrente teórica que entende o fato como construção da notícia. Neste sentido, destaca-se a presença das assessorias de imprensa e de suas práticas que permitem uma espécie de controle político das informações na área de Segurança Pública, no Paraná.

A forte intermediação das assessorias de imprensa no contato dos jornalistas com as fontes oficiais foi algo que chamou atenção ainda na fase de observação exploratória desta pesquisa. Como foi possível observar, é muito comum que os repórteres precisem acionar os assessores de imprensa para contatar as fontes oficiais. Além do uso destas estruturas pela dificuldade de acesso, como quando os profissionais não dispõem do celular de uma fonte, os assessores são demandados também por serem considerados facilitadores, dando tempo para que os repórteres possam se ocupar com os outros aspectos da pauta ou outras matérias (até

como reflexo da cobrança diária das empresas por produtividade). Há, ainda, uma espécie de pacto – relatado até por um dos repórteres observados –, por meio do qual os jornalistas procuram recorrer, preferencialmente, em primeiro lugar, aos assessores de imprensa.

Claro, nem sempre esse “pacto” é obedecido. Tanto é assim que, das 179 interações para obter dados com fontes oficiais, contabilizadas no mapa de fontes, 102, ou 57% do total, ocorreram sem a intermediação das assessorias de imprensa. Esses dados consideram não só as tentativas de se obterem sonoras – quando as assessorias são mais demandadas –, mas também a busca simples por informação em sites oficiais, como exemplo.

É nas coletivas de imprensa, porém, que a presença das assessorias de imprensa se faz mais notada, assim como o controle político das informações. As coletivas são pauta obrigatória das duas emissoras, porque, em geral, parte-se do pressuposto de que tratam de temas com interesse público. Ao contrário do que acontecia até meados dos anos 2000, quando delegados e PMs podiam convocar coletivas, atualmente o acionamento da imprensa para esse tipo de entrevista é feito exclusivamente pela assessoria de imprensa, que está diretamente subordinada às autoridades do setor. É a assessoria, portanto, e em última análise as autoridades da área de Segurança Pública, que define o que é notícia, como, onde, por que e quando deve ser repassada à imprensa e, portanto, ao público ouvinte/leitor/telespectador.

Para dar ares de maior importância aos assuntos selecionados para esse tipo de entrevista, as coletivas são feitas numa lógica de eventos. Elas são realizadas em delegacias da Polícia Civil que contam com espaços dedicados especificamente a essa finalidade, com as paredes plotadas com logomarcas das polícias, distribuição de releases, projeção de vídeos com imagens das operações policiais e oferta de cópias desses mesmos vídeos a todos os interessados. As coletivas também são acompanhadas por equipes de assessores – às vezes da PM, PC e da Sesp –, que determinam qual fonte vai falar com a imprensa e até em que posição ficará, para facilitar a captação de imagens, por fotógrafos e cinegrafistas, em que apareçam as logomarcas das polícias.

Conclusão

De tudo o que foi apresentado, fica claro, portanto, que práticas produtivas, valores-notícia e profissionalismo são fatores determinantes no processo de relacionamento entre jornalistas e fontes na produção de rádio da área policial em Curitiba. Do mesmo modo, a atuação das assessorias de imprensa, cada vez mais intensa, também tem impactos nesta relação.

Há, no entanto, modos de tentar fugir desses padrões estabelecidos, o que, apesar do tempo, com certa frequência os repórteres do setor procuram fazer, como, por exemplo, quando procuram furar o bloqueio das assessorias e entrevistar uma fonte, mesmo após a assessora informar que ninguém falaria sobre o caso. Fica, porém, claro que tais “rebeliões” precisam ocorrer com maior frequência pela qualidade do Jornalismo e, sobretudo, para que o interesse do público seja atendido.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1969.
- AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. São Paulo: Summus, 1994.
- AGUIAR, Leonel. Imprensa sensacionalista: o entretenimento e a lógica da sensação. In: XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2008, Natal. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0370-1.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2017.
- AGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARRUETA, César. **Qué realidad construyen los diarios?** Una mirada desde el periodismo en contextos de periferia. Buenos Aires: La Crujia Ediciones, 2010.
- BAHIA, Juarez. **Jornal: história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007.
- BEZERRA, A. K. G. A pesquisa etnográfica e as especificidades da observação participante. **Revista Eletrônica Vinheta**, v. 1, p. 01 - 18, 2010.
- BURGESS, Robert G. **A pesquisa de terreno: uma introdução**. Oeiras: Celta, 1997.
- CAMPOS JR. et all. **Nada mais que a verdade: a extraordinária história do jornal Notícias Populares**. São Paulo: Summus, 2011.
- CHIZZOTTI A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez; 2008.
- CONDE, Maria Rosa Berganza. Park e a Escola de Chicago. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. **A observação participante enquanto técnica de investigação**, 2009.

COSTA, Arlindo. **Metodologia científica**. Mafra (SC): Editora NOSDE; 2006.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou Como ter “anthropological blues”. In NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FOOTE-WHYTE, Willian. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. New York, Vintage, 1980.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOLD, R. L. Roles in sociological field observations. **Social forces**, v. 36, n. 3, p. 217 - 223, mar. 1958.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística**, 2003.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LAGO, Cláudia. Antropologia e jornalismo: uma questão de método. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LE BOTERF, Guy. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 51 - 81.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva et all. **A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa em enfermagem**. Porto Alegre, 2009.

LÓPEZ, Manuel. **Cómo se fabrican las noticias**: fuentes, selección y planificación. Barcelona: Paidós, 1995.

MORAES, P. R. B.; ALMENDRA, D. O medo, a mídia e a violência: a pedagogia política da segurança pública no Paraná. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 06, p. 266 - 281, 2012.

MEDEIROS, Benício. **A rotativa parou**: os últimos dias da Última hora de Samuel Wainer. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**. Métodos de investigação da imprensa. Petrópolis: Vozes, 2009.

PERUZZO, Cicilia; Maria Krohling. Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, Set. 2003.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1995.

RODRIGUES, Nelson. **O reacionário**: memórias e confissões. Rio de Janeiro: Record, 1977.

ROMANCINI, Richard e LAGO, Claudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes**: o difusor do jornalismo corporativo. Brasília: Casa das Musas, 2006.

SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa, Vega, 1993.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia** – Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

_____. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 1983.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes. Macroviolências**. Mídia Impressa/aparato policial. Salvador: EDUFBA, 2008.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIZEU, Alfredo. O Newsmaking e o trabalho de campo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 223 - 236.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Dados Coletados.

Para fundamentar melhor as constatações desta pesquisa, apresentaremos a seguir a íntegra das anotações feitas durante os dois períodos de observação (exploratória e de fato). A transcrição das notas será feita em ordem cronológica.

Logo depois, traremos também as entrevistas feitas com os cinco profissionais que foram observados para esse estudo. Ao final, será incluída ainda entrevista com a jornalista que coordenou a assessoria de imprensa da Secretaria de Estado da Segurança Pública, entre 2004 e 2010.

A.1. ANOTAÇÕES DO DIÁRIO DE CAMPO

A.1.1 Fase exploratória

A.1.1.1 BandNews

A.1.1.1.1 Descrição da redação

Na BandNews, na etapa exploratória, acompanhou-se o repórter que trabalha no período da manhã e que cobre preferencialmente a área Policial na emissora, embora não seja o único a fazer esse tipo de reportagem. Ele costuma cobrir também o dia a dia da Câmara Municipal de Curitiba, entre outros assuntos políticos.

A BandNews Curitiba está instalada no Pilarzinho, bairro ao Norte de Curitiba que abriga a maioria das antenas de transmissão de rádio e televisão da capital – o que se deve ao fato de ele situar-se no alto de uma colina. O prédio que abriga a emissora, embora não seja antigo, foi recentemente reformado, apresentando boas condições estruturais.

No primeiro dia de observação, ocorreu a apresentação da equipe do turno da manhã e a permanência, por mais de uma hora na redação antes de ir à rua com o repórter, tornou possível a observação do ambiente de produção das notícias. No prédio da rádio, há uma entrada principal, onde fica a recepcionista. Porém, às 8 horas, não havia ninguém no local, já que a profissional chega mais tarde. Foi necessário, portanto, ir adentrando ao prédio e procurar, sem auxílio, onde estavam os jornalistas. Ainda no hall de entrada, há uma escada que leva a um andar superior, ao qual não se teve acesso. Do lado direito da escada, há uma

porta que dá acesso à parte do edifício onde funciona da redação. Lá há salas dispostas na seguinte ordem: do lado esquerdo do corredor, há um estúdio de apoio e o estúdio principal, de onde é feita a transmissão. Do lado direito, há outro estúdio de apoio, uma sala que parece ser destinada à direção e a cozinha.

A pesquisadora começou a ter contato com a equipe no estúdio principal. No lado esquerdo do estúdio, fica a mesa de transmissão, onde o apresentador controla o que vai ao ar (reportagens, entradas ao vivo, comentários, comerciais etc.). Não há a figura do operador – todo o trabalho é feito pelos jornalistas. No lado direito do estúdio ficam três mesas menores, com computadores e microfones, para que os repórteres produzam suas matérias e de onde eles também fazem entradas ao vivo. Uma das mesas é ocupada pelo segundo apresentador e as demais são compartilhadas pelos repórteres e pela diretora de Jornalismo, que, no início do dia escreve e distribui as pautas. Quando ela acaba esse trabalho, fica numa pequena mesa, onde há um telefone, posicionada ao lado da mesa de transmissão. Deste ponto, vai transmitindo orientações aos repórteres e apresentadores (dúvidas quanto à pauta, pedidos da rede, assuntos que devem ser abordados no decorrer do programa e em que momentos etc.). Não há divisórias entre os espaços ocupados pelos jornalistas, de modo que, independentemente do ponto onde estiverem, todos podem se ver, até porque a sala é relativamente pequena. Assim como acontece em outros espaços da emissora, a maioria dos equipamentos é compartilhada, não tendo uma mesa específica para cada profissional. Somente os espaços ocupados pelos apresentadores são fixos, no caso a mesa de transmissão e a última ilha do lado direito do estúdio principal (que fica mais afastada da porta).

O primeiro estúdio de apoio é usado para os repórteres gravarem por telefone com entrevistados e editarem os materiais. De lá, também são feitos boletins ao vivo, tanto para os noticiários locais como para a rede. Ele é separado da sala de transmissão apenas por um vidro, mas o isolamento acústico não permite a passagem de som, embora possibilite a comunicação por gestos, indicando-se, por exemplo, o momento de entrar com um boletim ao vivo (eles também usam o telefone para comunicação entre estúdios). No terceiro estúdio, situado de frente ao segundo, é possível apenas editar as reportagens, não sendo possível gravar – motivo pelo qual o estúdio 2 é o mais disputado pelos repórteres. A edição das matérias é feita em ilhas digitais operadas pelos próprios repórteres. Nas entrevistas feitas por telefone, em geral, eles ligam para o entrevistado, gravam, fazem um texto e já editam o trecho da sonora que irá ao ar. Assim, com a sorte de o entrevistado atender ou em entrevistas previamente agendadas, em poucos minutos é possível gravar e colocar uma matéria no ar.

A sala que parece ser destinada à direção, por ser grande, com mesa diferenciada e espaço para receber convidados – não apresentando equipamentos característicos de rádio, como ilhas de edição, mas dispondo de computador e telefone –, fica boa parte do tempo vazia, mas também é ocupada pela repórter que cobre preferencialmente a Operação Lava Jato – diariamente, ela entra em contato com as fontes ligadas à operação e procura fazer matérias sobre o assunto, embora produza também sobre outros assuntos. Lá, ela pode fazer contato com as fontes, agendar entrevistas e escrever seus textos, isolada dos demais integrantes da equipe. Porém, as gravações e edição dos materiais são feitas nos estúdios de apoio.

A cozinha, onde há uma copeira permanente, que também é responsável pela limpeza do prédio, é compartilhada por todos. A pesquisadora chegou para a observação numa sexta-feira, dia em que, coincidentemente, algum integrante da equipe providencia um lanche especial para todos. O lanche é servido antes das 9 horas, quando o programa nacional está no ar e, durante o qual há entradas programadas dos repórteres locais na rede e blocos onde são feitas chamadas para os assuntos que serão detalhados no programa local, que começa depois das 9 horas – não há horário exato de início efetivo de jornal local, já que o nacional sempre acaba se prolongando além do previsto (9 horas). Durante o lanche, os profissionais falam sobre assuntos pessoais, aproveitando para se descontraírem, mas também comentam sobre suas pautas, sendo possível trocar impressões e sugestões.

A.1.1.1.2 Considerações sobre a equipe

Segundo a Diretora de Jornalismo, há 15 jornalistas na emissora, dez dos quais são repórteres (cinco trabalham em cada turno – manhã e tarde), quatro, apresentadores (dois fazem o programa no período da manhã, um à tarde e outro cuida da programação da noite), além da própria chefe de reportagem, que fica na estação durante o dia todo. As jornadas de trabalho dos repórteres e dos apresentadores são de cinco horas diárias, de segunda a sexta-feira – horas extras são feitas somente durante coberturas excepcionais. Nos fins de semana, o trabalho é por escala. Quem trabalha num dos turnos de um fim de semana, folga no próximo. Quando está de plantão, qualquer repórter pode fazer também o papel de apresentador. Por esse motivo todos precisam dominar a operar a mesa de transmissão e saber como apresentar.

Todos os repórteres podem cobrir qualquer área, mas têm áreas preferenciais de atuação, apresentando certo nível de especialização. Por exemplo, tem a repórter que cobre preferencialmente a Lava Jato; outra que diariamente faz a previsão do tempo; um que fica

mais no estúdio para ajudar na produção e o repórter observado que cobre preferencialmente policial e política.

Questionados, os apresentadores narraram como se dá o contato com os ouvintes. Segundo eles, o principal meio de interação é o WhatsApp e boa parte das participações se refere a comentários sobre trânsito. O uso da ferramenta é incentivado pelos apresentadores. São poucas as participações por ligações telefônicas – quem usa o telefone são alguns ouvintes fiéis, conhecidos até pelo nome, que “sentem a necessidade de conversar com os profissionais da emissora”. Conforme os apresentadores, o uso de ligações telefônicas pelos ouvintes caiu já com a utilização do SMS. Porém, com o WhatsApp quase deixou de existir.

Primeiro dia

Repórter 4

Data da observação: 15/04/2016

Horário: 8 às 12 horas

Após conhecer a equipe, a pesquisadora passou a acompanhar a rotina do repórter indicado para o trabalho de observação, um jovem profissional, com quatro anos de experiência, entre estágio e contratação efetiva. Ele começou a trabalhar na rádio como estagiário em 2010. Formado em 2012, foi contratado como produtor e, no mesmo ano, passou a atuar como repórter. Trabalhou também por alguns meses como repórter de tevê, mas, diante do pedido de ampliação da jornada de trabalho sem contrapartida salarial, optou por ficar só na rádio.

Neste dia, o repórter recebeu três pautas. A primeira foi sobre um bloqueio na estrada em Campo Largo (município da região metropolitana de Curitiba), a princípio feito por trabalhadores contrários ao impeachment da então presidente Dilma. Eles foram informados sobre o ocorrido por ouvintes. A segunda era uma coletiva na Delegacia do Consumidor. A pauta, sobre uma operação para coibir a venda irregular de ingressos de MMA, foi enviada pela assessoria de imprensa da Polícia Civil por e-mail e WhatsApp. A terceira, a menos importante na avaliação do repórter e da chefia, foi derrubada ainda antes de ser iniciada, em função do tempo escasso. Era uma coletiva sobre uma modalidade de assalto a comércio que, naquele período, estaria em alta em Curitiba, conhecida “Marcha à ré”, em que os assaltantes usavam carros para (em marcha à ré) arrombar os estabelecimentos comerciais. A matéria havia sido pautada a partir de notícia de jornal.

Como a coletiva na Delegacia do Consumidor estava agendada para as 11 horas, o repórter foi para o estúdio 2 e começou sua produção pela matéria do protesto na estrada.

Desde o começo houve consenso de que não valeria a pena tentar ir até o ponto do bloqueio, porque, se estrada estivesse bloqueada, o repórter não conseguiria chegar, e, se ele chegasse, seria porque a estrada foi liberada, os manifestantes se dispersaram e ele não teria quem entrevistar. A opção, portanto, foi fazer entrevistas por telefone. Logo cedo, outro repórter já havia gravado com um policial rodoviário, identificado apenas como Willer (provavelmente Roni Willer, que atua como uma espécie de assessor de imprensa da corporação). Mesmo o colega dizendo que a sonora não estava completa, pois referia-se aos momentos iniciais do protesto, o repórter observado resolveu aproveitá-la, em função do tempo, não tendo contato com a primeira fonte utilizada na matéria. Ele procurou, então, um dos manifestantes, para ter uma sonora complementar. A pesquisadora foi chamada para conversar com outra integrante da equipe (a repórter que cobre a Lava Jato, com a qual já havia trabalhado em jornal) e, por esse motivo, não acompanhou o contato e a gravação com o entrevistado, identificado depois como Nelson Souza, ou Nelson da Força, presidente da Força Sindical no Paraná. O repórter contou que já entrevistou Nelson algumas vezes e que ele sempre se mostra disposto a falar. Ponderou, porém, que é uma fonte que exige certo esforço de edição para aproveitar sua sonora, não sendo recomendado colocá-lo ao vivo, pois ele fala muito e de assuntos que nem sempre são o foco da reportagem. O repórter buscou na internet a confirmação do nome e cargo do entrevistado. Assim, minutos após a gravação, editou as sonoras (do policial e do sindicalista), fez o texto e gravou a abertura, finalizando sua primeira matéria.

Durante o processo de produção dessa matéria, o repórter foi trabalhando, paralelamente, na segunda pauta. Redigiu um texto com base no release enviado pela Polícia Civil e buscou num arquivo, chamado Manchetão (local onde ficam todas as matérias produzidas pela emissora), informações adicionais, originárias de reportagens anteriores feitas pelo próprio repórter e por outros. Com base nessas informações, fez suas primeiras entradas ao vivo para falar do fato.

Durante todo o tempo, o repórter também monitorou o WhatsApp, principalmente grupos de repórteres policiais, como “A galera do boné”, formada por oito repórteres, e “Repórter de Plantão”, com cerca de 100 integrantes, entre jornalistas, delegados, investigadores, cinegrafistas, além de motoristas de táxis e de ônibus, etc. Nestes grupos algumas pautas são compartilhadas, segundo o repórter. Há também, em caso de necessidade, troca de sonoras e fotos – como nas situações em que um repórter perde uma coletiva e pode receber de colegas sonoras brutas. O repórter contou que mesmo entrevistas exclusivas podem ser compartilhadas e reproduzidas, mas nestes casos com crédito – ou seja, as demais as sonoras são utilizadas como tendo sido feitas pelo próprio profissional da emissora. Ele

também comentou que a rede a qual sua emissora é filiada passa algumas orientações gerais que devem ser seguidas por todas as praças, como no exemplo da determinação de que o termo “condução coercitiva” seja sempre acompanhado da explicação “quando a pessoa é levada para depor”.

Passado um pouco das 10 horas, saímos da rádio em direção ao local da coletiva, marcada para as 11 horas, na sede da Delegacia do Consumidor de Curitiba (Centro), com o delegado Guilherme Rangel. O carro foi guiado por um motorista. Outra repórter (a novata da equipe) também seguiu no mesmo carro. Aparentemente, ela faria uma matéria recomendada, pois tinha sido pedida pelo dono da rádio. A emissora tem apenas um carro e um motorista por turno. De manhã, o carro, em geral, é mais usado pelo repórter que está sendo observado, pois ele é o que mais vai para rua. Os demais fazem mais reportagens na redação. O motorista nos deixou na delegacia, com o combinado de voltar mais tarde, e partiu para deixar a outra repórter em seu local de pauta.

Aparentemente, fomos os primeiros a chegar e o repórter pediu para falar com o delegado antes dos demais, para que pudesse fazer uma entrada ao vivo no programa que, excepcionalmente, naquele dia, iria até as 11h20 (em geral, termina às 11 horas). Descobrimos então que o delegado já estava falando com um repórter da RPC – detalhe: o delegado é casado com uma jornalista da RPC. Enquanto esperamos, começam a chegar outros jornalistas. Uma das primeiras é a assessora de imprensa da Polícia Civil. O clima é de descontração entre ela e o repórter, que parecem se conhecer há algum tempo. Ela perguntou ao repórter porque ele não foi à coletiva anterior (justamente a pauta que ele derrubou). Ele respondeu que não deu tempo, mas perguntou se a matéria era boa. Ela respondeu que sim e passou no mesmo momento, por WhatsApp, a sonora, o release e algumas fotos que já estavam disponíveis. Perguntei o que ele faria com o material e ele respondeu que, se desse tempo, editaria; se não desse, passaria para outro repórter fazer isso, para que o conteúdo fosse aproveitado no jornal da tarde. Neste intervalo, outros repórteres chegaram e o delegado apareceu. O ambiente segue descontraído também com a chegada do delegado, que comenta, em tom de brincadeira, que estava atendendo a equipe da “empresa da patroa.”

Seguimos então para a sala da coletiva: ela tem uma mesa grande, com várias cadeiras e, ao fundo, a mesa do delegado. A equipe da assessoria escolheu um canto e começou a organizar banners com a identidade visual do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) da Polícia Civil, para fazer a coletiva. Antes do início da entrevista, foi exibido, na mesa grande, um colete a prova de balas que estaria com o prazo de validade

vencido. O assunto já havia sido alvo de matéria anterior. Todos comentaram, examinaram o colete, brincaram, mas ninguém fez nova matéria sobre o tema.

Como o noticiário da rádio ainda não havia terminado, o delegado concordou em fazer a entrada ao vivo com o repórter antes da coletiva, enquanto a assessoria de imprensa continuou preparando a sala para a coletiva. A entrevista foi feita numa sala ao lado, para evitar que o barulho dos outros repórteres incomodasse, e girou em torno de como a fraude teve início, como funcionava etc. O repórter chegou a se despedir do delegado no ar, mas ele sinalizou que tinha algo a acrescentar, falando da multa imposta aos sites se continuassem vendendo ingressos do MMA de forma irregular.

Voltamos então para a sala da coletiva. Antes do início, a assessora da Polícia Civil orientou o posicionamento dos cinegrafistas e fotógrafos, de modo que todos pudessem pegar uma boa imagem, com os banners da Polícia Civil ao fundo. A coletiva começou e foi possível ver que vários repórteres faziam mais de uma atividade ao mesmo tempo: gravavam a sonora, faziam foto com o celular, havida ainda quem gravasse vídeo. O repórter observado também gravou a coletiva, já que a conversa anterior serviu apenas para a participação ao vivo. Fez foto também para enviar para o site da emissora. Ao final da entrevista, parte dos repórteres foi embora e outra parte ficou conversando sobre amenidades e outros casos policiais, como futebol, os coletes a prova de bala vencidos, o serviço de Uber, mas tudo em tom informal e descontraído.

Mesmo durante o papo, os repórteres não largaram o celular e, de tempos em tempos, checavam se havia chegado alguma mensagem. Na saída, uma repórter de tevê procurou esclarecer algumas dúvidas com o repórter observado, para poder gravar sua passagem. O repórter colocou, então, para ela ouvir o áudio da entrevista dada ao vivo, já que era nesta sonora que estavam as respostas para as dúvidas dela. Ouvir o trecho novamente também ajudou o repórter, que ficou confuso com a dúvida de repórter.

O primeiro dia acabou com o retorno à emissora por volta das 12 horas. No caminho o repórter disse que já entrevistou várias vezes o delegado da coletiva e que ele sempre é uma fonte acessível, articulada e boa de entrevistar. Não foi possível acompanhar o processo de edição da matéria. A mesma limitação se repetiu nos outros dias da observação na fase exploratória.

Segundo dia

Repórter 4

Data da observação: 18/04/2016

Horário: 8 às 12 horas

No segundo dia de acompanhamento ao repórter da BandNews, ele recebeu duas pautas: a primeira, de Política, e a outra, de Polícia. Na de Política deveria ouvir o secretário-chefe da Casa Civil do Paraná, Vadir Rossoni, para saber por que, mesmo tendo se licenciado de sua função no governo do Estado e reassumido o cargo de deputado federal para poder participar da votação do impeachment, ele não fez isso. A de policial era uma coletiva no Cope sobre uma operação para combater irregularidades no uso de tornozeleiras eletrônicas.

O repórter tinha pressa em fechar a primeira pauta. Os planos eram de finalizá-la antes do deslocamento para a coletiva, marcada para as 10 horas. Ele teve dificuldades, porém, para falar com a fonte, que não estava atendendo o telefone. Enquanto isso, uma repórter novata no acompanhamento da Câmara Municipal, que é outro tipo de cobertura preferencial do repórter observado, pediu orientações de como acompanhar a sessão da casa. A sugestão foi que ela “colasse no Felipe”, no caso o assessor de imprensa da Câmara. O próprio repórter observado ligou para o Felipe e pediu para ele ajudar a colega (que o observava). Perguntou então quais seriam os assuntos da sessão do dia. Finalizada a ligação, ele repassou para a repórter que assuntos ela deveria acompanhar, com quem falar e deu algumas informações para ajudar na contextualização dos temas. Foi possível ver neste momento como as práticas jornalísticas são repassadas de profissional para profissional, tanto por meio da observação dos repórteres mais experientes pelos novatos como pelo repasse oral de informações. Enquanto falava com o assessor da Câmara, o repórter monitorava grupos do WhatsApp para ver se não havia outros assuntos que os demais repórteres da área policial estavam fazendo e que pudessem interessar sua emissora. Isso porque, além de cumprir suas pautas, ele precisa estar atento a outros assuntos da área policial que possam ganhar destaque na mídia.

O repórter fez, então, uma participação ao vivo sobre a coletiva que cobriria. A maioria as informações levadas ao ar foram de release enviado pela assessoria de imprensa da Polícia Civil. Ele buscou também complementos no Manchetão e na internet, como o número de presos que usam tornozeleira eletrônica no Paraná. Diante da constatação de que os números disponíveis estavam desatualizados, optou por não utilizá-los.

O repórter voltou à produção de sua primeira pauta, buscando na internet uma entrevista sobre o assunto de interesse. Achou uma sonora no Facebook do político. A intenção era que a sonora ficasse como um plano B, caso ele não conseguisse falar com a fonte. Mas, após conversar com a diretora de Jornalismo e diante da constatação de que a

sonora disponibilizada pelo político respondia às dúvidas sobre o tema e, desta forma, satisfazia as necessidades da matéria, eles optaram por utilizar essa entrevista mesmo, sem nova tentativa de contato com a fonte.

Chegou a hora de ir para coletiva, o que é feito antes do repórter editar o material da primeira matéria. No caminho, aproveitamos para conversar com o jornalista sobre a cobertura policial feita pela emissora. Ele comentou que a fonte que entrevistaria (delegado Rodrigo Brown, do Cope), assim como o entrevistado do dia anterior (delegado Guilherme Rangel, da Delegacia do Consumidor), fala bem, mostrando-se preparado para a tarefa de atender a imprensa. Contou que os dois delegados trabalhavam juntos e são bons de entrevista, mas cada um acabou indo para uma unidade policial diferente. Confirmou também que muitas pautas policiais são enviadas hoje por whats e por e-mail. Quanto à participação dos ouvintes, contou que a política da rádio é não responder as mensagens enviadas por whats, o que só é feito quando eles querem informações adicionais de alguma sugestão que pretendem cobrir. Ainda sobre a cobertura do setor policial, falou que a emissora dificilmente vai a locais de crimes de morte. Só são acompanhados casos de maior impacto social, como os ocorridos em áreas nobres ou de grande movimentação da cidade, como em parques.

Quanto a exclusivas na área policial, disse que são raras. Primeiro, porque a informação circula muito rápido atualmente, mas também porque na rádio eles não têm fontes que passam os furos neste setor. Ele comentou que os furos têm sido raros não só na rádio, mas em todos os veículos. Citou alguns casos em que isso ainda acontece eventualmente, como de um repórter que recebe informações exclusivas de um amigo que trabalha no canil do Bope – neste caso, porém, falou que a relação dos dois ultrapassa a esfera profissional. Eles são amigos, que se conhecem há anos, almoçam e fazem outras atividades sociais juntos. Ele contou também que, até pouco tempo, uma emissora de Curitiba (a Band TV), tinha proximidade com uma fonte da Delegacia de Homicídios e recebia informações antes dos demais, principalmente relacionadas a operações policiais. No caso, a fonte não seria um delegado, mas um investigador. Os demais veículos, porém, descontentes com o privilégio, começaram a boicotar as coletivas da especializada e, diante disso, ele acha que não são mais passadas informações exclusivas para a emissora. Mesmo assim, disse que ainda há delegados que privilegiam a RPC. O repórter contou ainda que, em geral, as coletivas da Polícia Civil começam dentro do horário, o que só não ocorre quando há participação do secretário de Segurança – nestas situações, os atrasos são frequentes.

No caminho para a coletiva, com o carro em movimento, o repórter entrou ao vivo para apresentar seu destaque no noticiário local. Para chegar ao endereço da entrevista o

motorista utilizou GPS e fez voltas, demorado um pouco para achar o endereço do Cope (um indicativo de que tanto ele quanto o repórter não conhecem bem o caminho e que não costumam ir ao local com muita frequência). Chegamos ao local da coletiva, onde já havia outros colegas esperando. Também havia profissionais da assessoria de imprensa da polícia. A conversa entre os repórteres e assessores girou em torno de temas amenos, não necessariamente relacionados a trabalho. Com a chegada do assessor de imprensa da Sesp, o repórter se antecipou para pegar algumas informações adicionais para incluir em seu texto. O assessor distribuiu um release aos presentes. Houve certo atraso para começar a coletiva. Além do assessor da Sesp, participaram da coletiva assessores da Polícia Civil e da Polícia Militar (repórter e fotógrafo). Só da equipe de assessoria de imprensa do governo, puderam ser notados ao menos seis profissionais da imprensa. Alguns assessores trouxeram banners de suas corporações. Assim, além de um painel grande com marcas do Governo do Paraná, Paraná Seguro e Força Tarefa, que já estava instalado no Cope, disputaram o espaço que ficou atrás dos entrevistados banners do Cope e da Secretaria de Segurança, entre outros órgãos ligados ao governo e às forças de segurança do Estado. Além dos releases distribuídos, a assessoria ofereceu previamente aos repórteres gravações em vídeo, que puderam ser copiadas em pendrives, com imagens da atuação policial durante o cumprimento dos mandados de prisão. As imagens foram projetadas numa parede.

Na coletiva também houve disputa de espaço entre os vários órgãos de segurança. Assim, a entrevista contou com a participação do secretário de Segurança, do delegado-chefe da Polícia Civil, de um major da Polícia Militar (chefe do centro de onde é feito monitoramento das tornozeleiras eletrônicas, entre outros sistemas de inteligência de segurança), do diretor do Departamento Penitenciário e do delegado do Cope, que foi a fonte indicada na sugestão de pauta enviada à imprensa. Houve primeiro uma rápida apresentação geral dos presentes e do trabalho realizado e depois os repórteres começaram as entrevistas com as fontes indicadas previamente pela assessoria de imprensa, no caso o secretário, o diretor do Depen e o delegado do Cope. Na entrevista com o diretor do Depen, o repórter observado buscou, na memória, informações de reportagem anterior sobre o número de pessoas que trabalham no setor de monitoramento dos presos (25) com tornozeleiras eletrônicas, insinuando que o número era insuficiente. O entrevistado, porém, contrapôs o número e apresentou um total bem superior (300). Depois da entrevista, o repórter demonstrou desconfiança com o número apresentado, em comentários com os colegas, suspeitando que o número de pessoas que efetivamente fazem o monitoramento seja menor do que o informado na entrevista.

Assim como na coletiva do dia anterior, foi possível observar que, durante a entrevista, os repórteres cumpriram multifunções, gravando sonoras, fazendo fotos com celular dos entrevistados, presos (que foram trazidos enfileirados para serem fotografados de costas) e materiais apreendidos. Alguns fizeram vídeos também. Com relação aos presos, alguns meios de imprensa fizeram imagens de frente quando estes desciam das viaturas policiais, seguindo em fila até o local da entrevista, e outros optaram apenas por fotografá-los e filmá-los de costas, dependendo da política do veículo. Não houve tentativa de ouvir os presos.

Após a coletiva, o repórter observado pediu para o delegado Brown, o qual ele já entrevistara diversas vezes, ir para fora com ele e fazer uma entrada enquanto o programa ainda estava ao vivo. O pedido foi atendido. Após isso, o repórter voltou para o espaço da coletiva, conversou mais um pouco com os colegas e, na sequência, voltamos para a rádio. Novamente o retorno ocorreu por volta das 12 horas, não sendo possível acompanhar o processo de edição das matérias.

Terceiro dia

Repórter 4

Data da observação: 19/04/2016

Horário: 8 às 12 horas

Neste dia o repórter recebeu quatro pautas. Todas, porém, seriam feitas por telefone, na redação. A primeira delas era sobre uma operação da Polícia Federal, em Foz do Iguaçu, relacionada a um contrato milionário firmado pela prefeitura de modo irregular. A segunda era sobre um duplo homicídio ocorrido no município de Ortigueira, tendo como vítima um vereador da cidade e o pai dele, que, nos anos 90, ganhou destaque em Curitiba como dono de desmanche de carros usados, chegando a ser preso por esse motivo. A terceira era sobre as investigações relacionadas a uma denúncia de racismo na Câmara Municipal de Curitiba, envolvendo dois vereadores. E a última era sobre um roubo a caixa eletrônico ocorrido na região metropolitana de Curitiba.

Enquanto o repórter se preparava para fazer os contatos com as fontes, surgiu a informação de que, entre os envolvidos na operação de Foz, estava o prefeito da cidade. A informação foi passada por outra profissional da emissora, mas não foi utilizada de imediato. O repórter buscou, primeiro, a confirmação via assessoria de imprensa, mas não conseguiu. Antes que prosseguisse com a apuração e, somente com base nas informações do release

enviado pela assessoria de imprensa da Polícia Federal sobre a operação de Foz, o repórter fez sua primeira entrada ao vivo, no chamado “Giro de Notícias”, em que cada repórter entra com um destaque. Ele não citou a informação de que o prefeito seria um dos investigados, confiando nos dados transmitidos pela assessoria de imprensa, mas hesitando em colocar no ar, sem a confirmação, as informações exclusivas repassadas pela colega. A entrada foi feita do estúdio de transmissão. Na volta ao estúdio de gravação, o repórter ligou para a Assessoria de Imprensa da PF, na tentativa de conseguir mais informações ou mesmo uma sonora com o delegado encarregado pelo caso. A assessora, policial Andrieli (com a qual o repórter nunca tinha falado), não tinha informações adicionais e prometeu tentar uma entrevista por telefone com o delegado, porém após a coletiva.

O repórter voltou-se então para a segunda pauta. Pegou o nome do delegado encarregado pela investigação do duplo homicídio em Ortigueira (Rafael Souza) numa matéria do G1. Depois, buscou na internet o número de telefone da delegacia. Fez várias tentativas de contato, mas deu sempre sinal de ocupado. Recorreu a outros repórteres policiais, por meio do WhatsApp, para tentar outro contato com o delegado, mas não conseguiu.

Ele pulou então para terceira pauta, ou seja, o caso de suposto ato de racismo na Câmara Municipal de Curitiba. O primeiro contato foi com o assessor de imprensa da Câmara, para conseguir falar com um dos vereadores encarregados pela investigação do caso. O assessor respondeu, porém, que, naquele momento, a gravação não seria possível. Tentou vender outras pautas, mas o repórter avaliou que não rendia.

Enquanto fazia as tentativas de contato, o repórter começou a construir os textos com base em informações de releases, encontradas no chamado Mancheteão (onde ficam todas as reportagens produzidas pelos profissionais da emissora) e também a partir de informações noticiadas na internet, por outros veículos. Até esse momento, ele, da redação, não tinha conseguido falar com nenhuma fonte.

A colega da emissora que costuma cobrir a PF e tem boas fontes na corporação trouxe mais detalhes da operação em Foz, ratificando que entre os investigados estava o prefeito, bem como outros políticos de peso na cidade. Ela trouxe nomes (incompletos) dos políticos supostamente envolvidos, citados por sua fonte. Tais informações foram repassadas em primeira mão para a jornalista e por isso não havia como confirmar em sites ou outros meios de imprensa. Ela demonstrou certa ansiedade para que a notícia fosse veiculada e a emissora não perdesse o furo. Mesmo assim, o repórter continuou hesitante. Ele começou a buscar na internet a confirmação dos nomes e dos cargos das pessoas citadas pela colega.

Antes que concluísse a checagem, foi chamado para a sua segunda entrada ao vivo. Ele novamente falou do caso de Foz e desta vez citou o envolvimento do prefeito, com base nas informações repassadas pela colega. Não citou, porém, os outros nomes, os quais não conseguiu confirmar.

Ele voltou ao estúdio de gravação, mas pouco tempo depois, e sem que tivesse tempo para concluir a pesquisa dos nomes, precisou fazer sua terceira entrada ao vivo do dia, desta vez para a rede nacional, ainda sobre o caso de Foz. O boletim seguiu os moldes do anterior, com a citação apenas do nome do prefeito. No retorno continuou com o trabalho de checagem dos nomes dos envolvidos na operação de Foz, a partir de buscas no site da prefeitura, em matérias jornalísticas e mesmo a partir do Facebook pessoal dos citados. Descobriu que um dos acusados já havia sido investigado em outra operação.

Paralelamente, voltou a investir na pauta da denúncia de injúria racial, a partir das matérias que ele próprio havia feito sobre o assunto. Ele precisou interromper a produção novamente, para fazer nova entrada ao vivo, no noticiário local, ainda sobre o caso de Foz. Na volta, ligou, então, para o celular de um vereador, com o qual já estava acostumado a falar, e conseguiu a sonora para a matéria da denúncia de racismo. Após a gravação, editou a sonora do vereador, deixando a matéria pronta para ser utilizada. Durante a edição, buscou informações em outros sites de notícias para complementar seu texto. Ele contou que, por diversas vezes, já entrevistara esse vereador e que, em geral, ele é acessível. O repórter foi então ao estúdio de transmissão, onde fez nova entrada ao vivo, desta vez com a matéria do racismo, cuja sonora acabara de editar.

De volta à sala de gravação, o repórter retomou as tentativas de falar com o delegado do caso de Ortigueira, mas o telefone estava sempre ocupado. Ele tentou números semelhantes (mesmo começo com finais diferentes), na esperança de encontrar outros ramais, mas as tentativas foram infrutíferas. O passo seguinte foi tentar o contato via assessoria de imprensa. A jornalista que atendeu não era sua fonte habitual (ele costumava falar mais com a outra profissional que trabalha no setor, mas ela não estava). Ele pediu um contato do delegado (fixo ou celular), mas a jornalista informou o mesmo número que ele já havia tentado ligar diversas vezes. Ela disse que checaria se havia outra forma de contato com o delegado e que retornaria a ligação. Enquanto esperava o retorno da assessoria de imprensa, começou a montar o texto a partir de informações encontradas no site de outra rádio.

O repórter foi chamado novamente para o Giro de Notícias e falou do caso de Foz. A assessora da PC ligou e disse que conseguiu falar com delegado no número geral da

delegacia, pedindo que ele insistisse. O repórter então começou a fazer novas tentativas, mas, mais uma vez, a ligação não completava, pois o número estava ocupado.

Ele ligou, então, para a prefeitura de Foz para tentar alguma sonora sobre a operação da PF. Ao invés da assessoria de imprensa, buscou diretamente o gabinete do prefeito. O chefe de gabinete avisou, via secretária, que eles não iriam se manifestar.

Já cansado das tentativas infrutíferas de contato com fontes, o repórter comentou que, embora aparentemente mais produtivos, os dias em que ele fica na redação são mais tensos, pela dificuldade de conseguir as entrevistas. Ele prefere ir para a rua, onde pode falar com a fonte pessoalmente e as entrevistas, em geral, já estão agendadas. Ele voltou a entrar em contato com a assessoria de imprensa da Polícia Civil para informar que não estava conseguindo falar com o delegado no número informado. Novamente, a assessora prometeu tentar conseguir outro número e retornar.

O repórter precisou então fazer nova entrada ao vivo, desta vez sobre o caso de Ortigueira. Seu boletim foi baseado apenas em informações publicadas no site de outra emissora de rádio. Enquanto aguardou os retornos das entrevistas, o repórter monitorou mensagens profissionais e pessoais no WhatsApp e Facebook.

O repórter começou a produzir então um boletim sobre o assalto ao caixa eletrônico na RMC com base em informações de sites de notícias. Antes disso, ele havia sido cobrado sobre essa matéria. Mas, por volta das 11 horas, o jornal acabou sem que ele tivesse tempo de levar as informações aos ouvintes e, com isso, ele desistiu de concluir a nota.

Logo, ele entrou no ar novamente, com uma participação no Giro de Notícias, com o caso da injúria racial, a única matéria, até o momento, em que ele conseguira conversar com uma fonte. A assessora de imprensa da PC fez contato, informando que também não estava conseguindo mais falar na delegacia, mas que o jeito era insistir no número geral mesmo, pois não havia outro telefone de contato. Pouco tempo depois, ele fez nova tentativa de ligar no telefone geral da delegacia de Ortigueira. Desta vez o telefone atendeu, mas o delegado não se encontrava.

Ele tentou, então, falar com o delegado da PF sobre o caso de Foz do Iguaçu, ligando para a assessoria de imprensa. Não conseguiu também. Pouco tempo depois, a repórter com fontes na PF entrou e, com a ajuda dela, ele conseguiu entrevistar o delegado, por meio do celular de um assessor de imprensa que conhece a repórter e estava acompanhando o delegado em Foz. Ele não conhecia o delegado, perguntou o nome e a entrevista seguiu em tom formal. Após a entrevista o repórter editou a matéria de Foz, que seria utilizada no jornal da tarde. Preparou também o texto da entrada ao vivo na Rede, programada para 12h20.

O repórter recebeu um pedido de boletim para uma rádio parceira e, no telefone, se preparou para entrar ao vivo. Pouco tempo depois, recebeu a informação de que não dava mais tempo e sua participação havia sido derrubada.

Meio-dia. O terceiro dia de observação terminou, com o repórter tendo ficado somente na redação e concluído duas das quatro matérias pautadas. Ele teria, porém, mais uma hora de expediente para tentar fechar as outras pautas.

A.1.1.2 Banda B

A.1.1.2.1 Descrição da redação

A rádio Banda B também está instalada no Pilarzinho, que, como já mencionado, é um bairro ao Norte de Curitiba que abriga a maioria das antenas de transmissão de rádio e televisão da capital paranaense. A emissora fica numa casa ampla. Na entrada há uma recepção também espaçosa. Os estúdios ficam no piso superior. Logo no pé da escada está o estúdio de transmissão, onde fica apenas o apresentador (não há técnicos de produção). Seguindo pelo corredor, do lado direito, há dois estúdios secundários (com telefones e ilhas de edição), usados para gravações por telefone e entradas ao vivo. Na sequência, do mesmo lado, há uma sala maior, com alguns computadores e onde funciona a redação do site da Banda B. Todas as salas são separadas por vidros acústicos, sendo possível visualizar, de qualquer sala, quem está nas demais.

Do lado esquerdo, quase em frente da entrada da sala onde funciona o site, ficam os banheiros. Em seguida, em frente aos estúdios, há três baias onde ficam profissionais que trabalham como telefonistas – embora exista interação com a emissora por WhatsApp, muitos ouvintes ainda utilizam telefone para passar informações, participar de promoções, fazer reclamações e pedidos, e por isso há telefonistas que ficam nestas baias, além de um quarto profissional que, no hall de entrada, trabalha como recepcionista e também como telefonista quando há muitas ligações.

Nos outros pisos há várias outras salas às quais tivemos pouco acesso, até por serem ocupadas por outros departamentos da rádio. Em uma delas, onde a pesquisadora pode entrar, há um pequeno estúdio onde é produzida a radionovela da rádio – os repórteres também fazem gravações para a produção, trabalhando como atores. Algumas salas pareciam sempre fechadas e a pesquisadora só passava por elas quanto os repórteres iam bater ponto que ficava num corredor de acesso de um piso para outro. Os repórteres não batiam ponto quando

chegavam, mas quando já estavam saindo para a rua. Um detalhe, embora duas dos três profissionais acompanhados sejam jornalistas formadas, todos são registrados como locutores e por isso recebem menos que o piso de jornalistas e também têm jornada estendida, geralmente girando em torno de sete ou oito horas. Não há pagamento de hora extra.

Nos fundos da casa, há um amplo espaço com churrasqueira e cozinha usado como refeitório e também para comemorações da rádio. Próximo deste espaço está o estacionamento dos veículos. Na frente, antes do hall de entrada da emissora, há um pequeno jardim, com bancos onde os repórteres, por vezes, sentam para conversar e fumar.

A.1.1.2.2 Considerações sobre a equipe

A reportagem policial é um dos pontos fortes da Banda B, que, além da emissora de rádio, alimenta um site de notícias, que é bastante acessado (seria o segundo com mais audiência em Curitiba, segundo os profissionais da rádio). A equipe de reportagem policial é composta por quatro repórteres: dois atuam no período da manhã, quando, das 5 às 8 horas, vai ao ar o programa noticioso que dá bastante destaque ao setor policial. Um repórter fica na rua. O segundo atua como produtor e repórter na redação, gravando entrevistas por telefone e também repassando sugestões de pauta ao repórter que está na rua.

O repórter observado na fase exploratória e também na de fato é setorista de policial há 30 anos. Trabalhava na Banda B havia um ano quando a observação foi feita, em sua segunda passagem pela emissora – a primeira durou 10 anos. Não tem formação universitária, o que, segundo ele, limita sua atuação (não pode, por exemplo, trabalhar como assessor de imprensa). Seu expediente diurno começa às 5h30 e se estende até por volta de 12h30 ou 13h30, dependendo do dia. À noite (exceto nos dias de futebol e aos domingos), ele apresenta um programa policial na rádio, das 21 às 23 horas. Apesar da jornada estendida, seu salário é menor do que o piso salarial para jornalista. Como uma espécie de compensação, ele pode vender cotas de publicidade no programa que apresenta à noite. Acompanhamos o trabalho do repórter das 5h30 até o momento em que ele retornava à rádio para editar seu material, ou seja, por volta de 11h30 ou 12 horas. O período foi maior do que o do observado na rádio anterior, em função da carga e da rotina de trabalho do profissional observado, mas mesmo assim não foi possível observar o processo de edição das matérias, em função de limitações de horário da pesquisadora.

Os outros três repórteres do setor policial que trabalham na emissora são jornalistas formados. O jornalista que também fica na rádio no período da manhã tem mais de 35 anos de

experiência. Trabalhou muitos anos sem ser diplomado, mas há alguns anos concluiu a graduação e também cursou especialização. Além de trabalhar na emissora, ele é assessor de imprensa de um vereador.

As outras duas jornalistas que completam a equipe trabalham nos turnos da tarde e noite. Assim como o colega da manhã, têm jornadas estendidas: a da tarde entra às 13h30, mas não tem horário certo para sair – em dois dias de acompanhamento, ela depois da emissora após as 22 horas –, enquanto a da noite entra por volta das 18 horas e geralmente não deixa a emissora antes de uma ou duas horas da madrugada. Ambas têm formação superior (a do período da noite tem duas faculdades – Jornalismo e Direito e está em sua segunda especialização em Direito; também atua como estagiária de pós no Ministério Público do Paraná). Ambas estão na faixa de 30 anos, têm filhos pequenos e são separadas. Houve pouca interação com outros profissionais que também atuam na rádio e que fazem reportagens sobre outras áreas – apenas uma conversa rápida com o chefe do jornalismo da rádio, com o qual foi negociada, por telefone e e-mail, a observação participante, e apresentação à jornalista que coordena o site da Banda B e a alguns repórteres do site e do programa esportivo, mas sempre rapidamente.

Primeiro dia

Repórter 1

Data da observação: 20/04/2016

Horário: 5h35 às 11h30

O período de observação na Banda B começou às 5h35 do dia 20 de abril de 2016. Neste horário, o repórter que seria observado já estava falando ao vivo na rádio. Ele fazia um boletim no estúdio. A pesquisadora conhecia o repórter. Ambos trabalharam juntos na reportagem policial, nos anos 90, mas em emissoras diferentes. Após concluir seu boletim, o repórter apresentou o restante da equipe, no caso o apresentador e um repórter/produtor (que a pesquisadora também já conhecia dos tempos de reportagem policial).

O conhecimento prévio do repórter observado tornou mais fácil o processo de “quebra de gelo” e fez com que fossem inevitáveis as comparações sobre os modos atuais de produção do jornalismo policial e os empregados nos anos 90. Esse é o tema da conversa que se segue na emissora e no deslocamento para a primeira pauta. Segundo o repórter, hoje a ronda (passagem diária por unidades policiais determinadas para pegar informações de ocorrências) praticamente não é mais feita. Aliás, em tese, ela pode ser feita, mas isso só é

seguido quando não há ocorrências policiais em andamento (por menor que sejam), o que dificilmente é o caso. O repórter contou também que, em função do grande volume de ocorrências policiais, é mais difícil acompanhar o desenrolar das histórias que são noticiadas. Assim, se antes um caso era noticiado à exaustão, atualmente somente casos de grande repercussão recebem esse tratamento. Mesmo assim, isso ocorre com maior dificuldade, já que, segundo o profissional, atualmente “tudo passa pelas assessorias de imprensa” e quase ninguém dá entrevista sem a intermediação (autorização) das assessorias de imprensa. “Antes, você passava por uma delegacia, gravava com o delegado e já tinha uma suíte. Hoje, é necessário marcar a entrevista via assessoria de imprensa.” Essa situação também, segundo ele, torna mais raros os furos de reportagem.

Atualmente, de acordo com o profissional, na emissora em que o repórter trabalha, as matérias são pautadas a partir de notícias publicadas em sites de notícias sobre casos de maior repercussão; informações e pautas repassadas por assessorias de imprensa, colegas da imprensa e por ouvintes, por WhatsApp e e-mail; e, de modo predominante, no caso dele, pelo monitoramento das frequências de rádio de organismos policiais, como as centrais da PM e do Corpo de Bombeiros, entre outras. O repórter acrescentou que, embora não faça uma ronda policial como antigamente, há alguns lugares que ainda passa sempre que não tem uma pauta previamente definida. Um deles é o Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (Ciac) Sul, onde fica concentrada boa parte dos registros das ocorrências policiais ocorridas em Curitiba, com exceção das do Centro da cidade.

Naquele dia, a intenção era fazer lá a primeira parada. Mas, a partir de uma informação recebida no dia anterior, de uma fonte (a qual ele não revelou) que relatou que neste dia poderia ser promovida a reintegração de posse de uma área particular ocupada por um grupo de pessoas nas proximidades do Contorno Norte, o repórter resolveu passar pelo local. Da estrada já era possível ver que os policiais realmente estavam chegando ao local. Com base no que viu da estrada, o repórter fez uma participação ao vivo. Ele descreveu o que conseguia ver da estrada e acrescentou de memória informações sobre a ocupação, já que ele já tinha feito matéria no local quando as famílias chegaram lá, há cerca de dois meses. O repórter dirige o próprio veículo. Assim, esse boletim é feito com o carro em movimento, numa rodovia sem acostamento que, naquele horário, já apresenta fluxo intenso de veículos e algum tumulto em função da movimentação policial. Para entrar no ar, o repórter precisou dirigir com uma mão, já que a outra foi usada para segurar o celular utilizado para entrar ao vivo. Todo o boletim foi feito de improviso. O repórter também tinha que ficar atento ao ponto da estrada onde teria que entrar para ter acesso ao terreno ocupado e evitar o

congestionamento que começa a se formar – os anos de experiência, sempre dirigindo o próprio carro, ajudaram nesta tarefa. A situação traz certa tensão, principalmente para a observadora, que já não está mais acostumada com esse tipo de situação, ou seja, estar num carro em que o motorista dirige e, paralelamente, faz um boletim ao vivo na rádio (a realização de boletins com o carro em movimento foi frequente entre os profissionais desta emissora, o que, em determinados momentos, trouxe certa apreensão à pesquisadora, pelo risco de acidentes).

Já dentro da vila, o repórter encontrou um ponto para estacionar. Na sequência, iniciou o contato com os policiais militares (aos quais ele parecia não conhecer) que estavam em frente ao local da ocupação. Questionou quem estava comandando a operação. Um policial falou o nome do comandante e indicou onde ele estava: dentro da ocupação. Já no terreno, caminhando em direção ao comandante da operação, o repórter comentou que já havia entrevistado a fonte em outras situações. Ele evitou, porém, se aproximar de imediato do comandante. Primeiro, observou os policiais conversando com os moradores. Quando os policiais caminharam para outro lado do terreno, ele conversou com alguns ocupantes da área, mostrando-se solidário às famílias, e pediu para uma senhora (Odete) entrar ao vivo com ele na rádio. Ele fez, então, outro boletim, apresentando um resumo do caso e transmitindo a versão da moradora.

O repórter aproveitou também para tirar e enviar algumas fotos do local que, posteriormente, seriam publicadas no site da rádio. Ele contou que na emissora há sempre um jornalista de plantão no site, que costuma escrever seus textos com base no que apura por telefone e nas informações repassadas por repórteres que estão na rua. Para facilitar o trabalho do colega, junto com as fotos, enviou um áudio resumindo o que estava ocorrendo no local da ocupação.

Ao se aproximar novamente do grupo de policiais que conversava com outros moradores, estabelecendo um prazo de uma hora para que retirassem seus pertences antes que as casas fossem derrubadas, o repórter foi abordado pela assessora de imprensa da Polícia Militar, que estava no local acompanhada de fotógrafos (nenhuma outra equipe de reportagem estava no local, além do repórter observado). Ele pediu para falar com o coronel (Antônio) Zanata (Neto), que comandava a operação e ela respondeu que ele teria que esperar um pouco. Após um período de espera, ele foi atendido pelo coronel, que explicou como ocorreria a retirada dos ocupantes. O repórter entrou, então, ao vivo com a entrevista do coronel.

Após a entrevista, o repórter foi abordado por outros moradores, uma delas o conhecia pelo nome, em função da cobertura anterior, quando ele foi até o local registrar a

entrada das famílias na área. A presença do repórter encorajou um morador, que parecia estar sob efeito de alguma substância como álcool ou entorpecente, a tentar incitar os demais a resistir. Um deles chegou a falar ao repórter que ele precisava ajudá-los, pois, do contrário, como já “derrubamos a Dilma, podemos derrubar você também”. O repórter desconversou e resolveu ir embora. Antes, porém, fez novo boletim do local, alertando para a lentidão do trânsito na região, em função da movimentação policial. Até o horário em que deixamos o local, nenhuma outra equipe de reportagem havia chegado e a saída dos moradores do local não havia iniciado.

Pelo celular, ele constatou a chegada de um aviso de coletiva, na Delegacia de Roubo de Cargas, sobre a prisão de uma quadrilha de roubo de cigarros. Com base nas informações do release recebido pelo celular, ele fez novo boletim ao vivo. Ligou, então, para a central da PM para checar se havia alguma ocorrência relevante em andamento, mas não havia. Pouco depois, pelo rádio comunicador/HT, sintonizado na frequência da Polícia, ouviu o chamado para o atendimento a um homicídio, em São José dos Pinhais, região metropolitana da capital. Ele seguiu para o local, mas do caminho já fez outro boletim ao vivo, informando que estava se deslocando para acompanhar um caso de homicídio, repassando as informações de que dispunha (ouvidas no HT). Novamente, o boletim foi feito com o carro em movimento.

O local do homicídio era distante do ponto onde estamos, mas, com base em sua experiência de coberturas anteriores e a partir de coordenadas repassadas pelo apresentador do programa, ele conseguiu chegar ao local antes de outras equipes de reportagem. Ele comentou que ser o primeiro a chegar para quem faz rádio é importante, pois a informação em primeira mão é bastante valorizada. Policiais militares estavam no local, mas dentro da casa, onde uma mulher foi morta no interior de seu carro, na garagem, aparentemente quando saía para o trabalho. O repórter procura então pegar informações com os vizinhos, que se amontavam em frente da casa. Após conversar com um e com outro, pediu para uma senhora, um pouco relutante, dar uma entrevista e fez uma entrada ao vivo, entrevistando a vizinha da vítima, com informações sobre como era a vítima e especulações sobre possíveis motivações, que foram poucas, já que a mulher não quis fazer suposições.

Aproximando-se do portão da casa, mas sem adentrar na residência, pegou então informações com policiais militares que estavam no local e que concordaram em passar o que já tinham apurado, mas não em gravar entrevista. Os policiais se identificam apenas pelo primeiro nome. Com as informações complementares, ele fez nova participação ao vivo. Ouviu, então, moradores comentando que a ação do criminoso foi registrada pela câmera de

segurança do vizinho da frente. Ele conversou com o vizinho e conseguiu autorização para fazer uma cópia. Enquanto entrou na casa do vizinho para fazer a cópia das imagens, um repórter da emissora concorrente (Difusora) chegou. Ao sair da casa com a gravação da câmera de segurança, o repórter observado procura ser discreto, para tentar manter a exclusividade do material, já que outro repórter havia chegado ao local. Um morador, porém, comentou sobre a gravação e o profissional da emissora concorrente ficou sabendo e foi atrás dela, deixando o repórter observado visivelmente irritado com a perda de exclusividade do material.

O carro do IML chegou e, por entre frestas, o repórter fez fotos com celular da retirada do corpo da mulher que estava em seu carro. As imagens foram enviadas então para serem publicadas no site. Ele explicou que tem que tomar cuidado com as fotos, pois a linha editorial do site não permite a reprodução de imagens chocantes.

O repórter fez nova entrada ao vivo, citando que a ação do criminoso foi registrada por uma câmera de segurança e que o material poderia agora ajudar a polícia. Neste horário, o programa policial da emissora, apresentado entre 5 e 8 da manhã, já havia acabado. Depois disso, resolveu deixar o local do homicídio. Com o carro em já em movimento, o repórter checkou então se alguma pauta havia chegado por whats e e-mail. Ligou para a PM e perguntou se houve alguma prisão ou confusão na ocupação. Como a resposta foi negativa, falou que não precisaria voltar no local.

Com o fim do programa policial, a urgência em obter notícias diminuiu. O repórter resolveu dar uma paradinha para tomar café. Neste momento, como já citado, o programa de notícias/policial já havia sido encerrado e estava sendo levado ao ar outro, de variedades, apresentado pelo dono da emissora (um deputado). Durante esse programa, a urgência por entradas ao vivo diminuiu, mas o repórter precisa fazer entradas eventuais.

Depois do café, o repórter se dirigiu para a coletiva marcada para as 10h30, na Delegacia de Desvios de Cargas de Curitiba. Ele chegou com a coletiva já em andamento, apressou-se em iniciar a gravação da entrevista, mas a assessora de imprensa da Polícia Civil ofereceu-se para passar a sonora completa por whats, já que estava acompanhando desde o início. Ele parou, então, de gravar com o delegado e aproveitou para fazer fotos para enviar para o site. Ao final da coletiva, recebeu o áudio da assessora. Mesmo assim, resolveu gravar em separado com o delegado, o qual disse “não conhecer bem”. Enquanto isso, os demais repórteres faziam imagens dos presos – raramente, algum deles tentava falar com os presos (isso foi constante durante a observação, sendo que, por algum motivo desconhecido da pesquisadora, os repórteres não costumam mais entrevistar presos, como era comum

anteriormente). Depois de falar com o delegado, ele fez imagens dos presos de costas, mas optou por não gravar sonora. Enviou fotos e um áudio para postagem no site. Após as entrevistas, os repórteres permaneceram mais alguns minutos no local conversando, trocando informações, verificando se não haviam perdido alguma pauta relevante durante a manhã. Isso, aliás, foi observado nas outras coletivas que a pesquisadora acompanhou, nas quais as “trocas de figurinhas” ocorreram em meio a conversas descontraídas – a prática, na nossa visão, serve para que os repórteres possam formatar uma versão única sobre os fatos noticiados, já que o diálogo serve para firmar convicções e pontos de vista sobre os acontecimentos. Fechada essa matéria, o repórter resolveu voltar para rádio. Chegamos por volta das 11h30 e não houve o acompanhamento da edição do material, em função de limitações de horário da pesquisadora.

Segundo dia

Repórter 1

Data da observação: 21/04/2016

Horário: 5h40 às 11h30

No começo da manhã do segundo dia, Feriado de Tiradentes, quando chegamos na rádio, o repórter novamente já estava fazendo um boletim ao vivo, de um assunto do interior, pinçado da internet. Enquanto ele estava no estúdio, foi possível conversar com o outro repórter que trabalha no programa no período da manhã. Como já citado, ele tem 35 anos de experiência em reportagem policial e, há cerca de dez anos, cursou jornalismo. Também fez um curso de pós-graduação e manifestou vontade de fazer um mestrado, o que não tem sido possível até agora porque ele está “investindo nos estudos dos filhos”.

Após o repórter concluir seu boletim, saímos novamente sem pauta definida, com a intenção de irmos para o Ciac-Sul (onde é registrada a maioria das ocorrências policiais de Curitiba, durante a madrugada). Porém, poucos minutos depois da saída, o repórter ouviu pelo HT que os bombeiros haviam sido acionados para atender uma ocorrência, onde houve disparo de arma de fogo e um ferido, no terminal do Capão Raso. Pela mensagem enviada pelo HT, o repórter concluiu não se tratar de homicídio, nem de ocorrência grave. “Não acionaram o carro do IML, nem o médico. Isso significa que o ferido é leve, mas que será levado ao hospital para receber atendimento”, comenta. Com base nessas informações ouvidas na frequência da polícia, ele fez um boletim ao vivo, com o carro em movimento, falando do ocorrido. Chegando ao local, ele encontrou o ferido já na ambulância e procurou por

testemunhas que pudessem narrar o ocorrido. Ouviu primeiro um segurança que trabalha no terminal e presenciou parte da confusão. Entrou ao vivo com o entrevistado, o qual não conhecia. Na sequência, sem sair do ar, foi falar com um guarda municipal, que deu mais detalhes do ocorrido, inclusive o nome e a idade da vítima, no caso um adolescente de 17 anos, que recebeu um tiro na perna. Com essa entrevista, fechou a matéria.

Deste ponto partimos para o Ciac-Sul, que fica nas proximidades, como planejado inicialmente. Um policial, que era conhecido do repórter, estava saindo do local e o repórter perguntou a ele quais tinham sido as ocorrências de maior relevância. Ele informou rapidamente e disse que os detalhes poderiam ser fornecidos pela delegada de plantão, com a qual o repórter nunca tinha falado (ela estaria no cargo há pouco tempo). Ele procurou a delegada e, mantendo distância e uma atitude bastante cautelosa, perguntou se ela poderia passar informações sobre a prisão de um travesti acusado de tráfico. A princípio, ela pareceu pouco acessível, mas, aos poucos, o repórter foi se aproximando, perguntando detalhes, e ela passou algumas informações e também concedeu entrevista. O repórter não fez nem menção de entrar com ela ao vivo com a entrevistada, comentando, depois, que sentiu que não teria abertura para isso, já que, mesmo dando entrevista, a delegada procurou ser rápida e direta. “Não tinha certeza nem de que ela daria entrevista. Achei melhor não entrar ao vivo e correr o risco de levar um corte dela”, comentou, quando já estávamos no carro. Ele fez, então, um boletim ao vivo trazendo as informações do caso.

Como na matéria anterior observei o repórter entrar ao vivo com um guarda municipal sem nenhuma abordagem anterior ou permissão para isso, perguntei se ele já tinha feito isso e ficou sem resposta. Ele confirmou que várias vezes tentou essa abordagem direta, ao vivo, e não foi atendido, tendo que “usar de jogo de cintura” para continuar o boletim, dizendo, por exemplo, que a pessoa não poderia atender naquele momento porque estava com a ocorrência em andamento. Citando a delegada que acabara de entrevistar, ele disse que há muitos delegados novos em Curitiba, que vários não conhece e outros teve pouco contato, o que torna a aproximação, fora das coletivas, mais difícil, exigindo maior cautela na abordagem.

Saindo do Ciac-Sul, ouvimos pelo HT, sintonizado na frequência dos bombeiros, outra ocorrência: uma pessoa baleada. Ele começou a se deslocar para o local, que era distante do ponto onde estávamos. Ouviu, porém, se tratar de um caso de ferimento sem gravidade. Como estávamos próximos do Hospital do Trabalhador, para onde a vítima seria levada, resolveu esperar a chegada da equipe lá, para pegar detalhes. Enquanto isso, fez um boletim com base no que ouviu na frequência da polícia e em algumas suposições (“provavelmente,

alguém que tentou conter a ação de um assaltante, colocando a mão na frente, e acabou baleado” – o que não havia sido falado na frequência da polícia, onde foi informado somente trata-se de um tiro na mão). Enquanto esperamos, ele ouviu o HT e verificou o whats a procura de um assunto melhor para acompanhar. Fez contato também com a sala de imprensa da PM para verificar se não havia nenhum atendimento importante em andamento ou se algo relevante tinha ocorrido durante a madrugada, mas não havia nada.

Como a viatura estava demorando a chegar, ele desistiu e decidiu ir tomar café da manhã – mantendo uma tradição diária do repórter, ao final do programa que dá mais destaque às notícias policiais e que encerra às 8 horas. Após o café, resolveu ir até o IML para ver se não havia ocorrido alguma morte que rendesse matéria. Encontramos lá servidores antigos, velhos conhecidos do repórter. Nenhuma ocorrência “de vulto” tinha sido registrada. A conversa seguiu então descontraída em torno de lembranças, com destaque para o dia em que o piso de uma das salas do Instituto começou a ceder e as funcionárias chamaram os bombeiros, “que apareceram lá com trajes similares aos usados por astronautas, pensando se tratar de um desabamento”.

Saímos então do IML sem destino certo. Ele continuou ouvindo o HT a espera de alguma ocorrência. Procurou um local com sombra para estacionar o carro e esperar. Era feriado e a cidade estava parada. Enquanto, isso ele ouvia o HT, conferia o whats, chegando a comentar que naquele dia voltaria antes para a rádio. Mas, como ainda era cedo para isso, resolveu ir até o Hospital Cajuru, para onde são levadas pessoas agredidas, baleadas e vítimas de acidente/trauma. No caminho viu uma mulher que montou uma barraca no canteiro central de uma avenida. Enquanto o sinal estava vermelho, conversou rapidamente com ela. Resolveu fazer uma matéria sobre a situação dela, já que estava sem pautas e precisava levar matérias para o jornal da noite e do dia seguinte. Porém, enquanto procurava um lugar para estacionar, ele ouviu no HT que um corpo de vítima de homicídio havia sido encontrado em São José dos Pinhais e, com isso, mudou seus planos.

Para chegar até o local do achado de cadáver, tivemos que seguir pela BR-376, que leva a Guaratuba e ao litoral de Santa Catarina. Chegando à rodovia, observamos que estava tudo congestionado. O repórter ligou para a Polícia Rodoviária Federal para saber o motivo. O policial informou que a estrada estava toda congestionada por causa do movimento de Feriado de Tiradentes. O repórter, então, resolveu entrar ao vivo com um boletim para falar da situação da estrada e do achado de cadáver. Como observou sinalização de obras na estrada, falou no boletim que o congestionamento era causado pelo movimento intenso e por obras. Porém, depois de rodarmos um pouco, descobrimos que a rodovia não estava toda

congestionada como informou o policial, mas apenas num trecho por causa de um pequeno acidente. Ele não corrigiu a informação com novo boletim e seguiu para fazer a cobertura do homicídio. Chegando lá, encontramos quatro policiais militares que tinham feito um bloqueio para preservar o local do crime. O repórter entrevistou a tenente Taís, do 17º Batalhão. A fonte foi identificada somente assim, sem sobrenome. O repórter já a conhecia de outras coberturas. Ele também fez algumas imagens da cena do crime, para o site da rádio. Além do repórter, estavam no local dois homens de uma funerária, que pretendiam ser encarregados do funeral da vítima.

Após a entrevista, saímos com o intuito de voltar para a rádio, mas, perto do local do homicídio, deparamos com um acidente: um motoqueiro bateu na traseira de um veículo que estava parado no congestionamento e ficou gravemente ferido, sendo atendido na ambulância do Siate. O repórter estacionou o carro à margem da rodovia, cruzou a pista até o canteiro central e lá pegou informações sobre o acidente com um “socorrista voluntário” (um civil, com treinamento neste tipo de situações, que segue até os locais de ocorrências policiais próximas para ajudar). O socorrista, mesmo não sendo um agente oficial de segurança, é conhecido do repórter pela frequência com que aparece nos locais com mortos e feridos. O repórter gravou com ele. Encontrou então um colega de uma equipe de tevê, que chegou antes no local, e lhe passou detalhes, indicando o motorista do carro que foi atingido pela moto. O homem contou sua versão dos fatos. Para fechar a matéria ele falou com o policial que chegara há pouco tempo no local e não tinha muitos detalhes do acidente, mas aproveitou para fazer um alerta aos motoristas para os perigos da alta velocidade, especialmente em feriados, quando as estradas estão cheias. A equipe da funerária chegou também ao local do acidente, no momento em que estávamos saindo.

No caminho de volta para Curitiba, ele consultou mensagens no celular, enviadas por outros repórteres. Por whats, passou mensagens de voz orientando um repórter que estava perdido sobre o que fazer para chegar ao local do achado de cadáver. Chegamos à emissora por volta das 11h30. Não acompanhamos a edição das matérias.

Terceiro dia

Repórter 1

Data da observação: 22/04/2016

Horário: 5h45 às 11h30

Com o atraso de 15 minutos da chegada da observadora, às 5h45 o repórter já estava do lado de fora da emissora aguardando para sair, próximo do carro. Antes, porém, ele fez um boletim: uma notícia, extraída de site de notícia, sobre ocorrência policial do interior do estado – o programa é transmitido por algumas rádios do interior e por isso eles procuram usar também notícias destas cidades.

O outro repórter que trabalha no período da manhã, e que estava na redação, ligou e pediu para o colega passar no Hospital Cajuru para tentar fazer suíte de uma ocorrência da noite – uma mulher, mãe de quatro filhos, que fora baleada pelo ex-marido. Quando estávamos nos deslocando para o hospital, porém, ouvimos no HT o acionamento do Siate para socorrer uma vítima de acidente ocorrido na rodovia BR 116, envolvendo um homem embriagado. O repórter já fez um boletim com base no que ouviu pelo HT. Antes de chegarmos lá, também pelo HT, descobrimos que o acidente não foi grave, pois a vítima dispensou atendimento médico. Mesmo assim, seguimos para verificar a ocorrência. Ainda estava escuro quando chegamos e, no local, tivemos que correr para cruzar a rodovia, que, naquele horário da manhã, já tinha fluxo intenso. No ponto do acidente, encontramos um carro capotado e dois policiais rodoviários tentando retirar do veículo um homem, que apresentava resistência para sair. Outro repórter de emissora concorrente já estava no local, filmando tudo e narrando, como se estivesse ao vivo. O repórter observado começou a fazer um boletim ao vivo, descrevendo a cena da retirada da vítima, embriagada, do carro. Tentou filmar também, mas, na correria, se confundiu e acabou fazendo apenas uma foto (ele trabalha com três celulares e dois HTs, o que, às vezes, confunde). Os policiais pediram para que os repórteres se afastassem um pouco.

Contido o homem, que aparentemente não tinha ferimentos e que se negou a receber atendimento médico, os policiais (Mariano e Samara) se aproximaram do repórter e pediram desculpas por terem sido rudes no momento em que o homem estava sendo colocado no carro da polícia. O repórter disse entender e começou então a pegar mais detalhes do acidente. Ele gravou com a policial Samara – identificada somente desta forma. Após a gravação, a policial, com o qual o repórter já fez outras entrevistas, relembrou de outra cobertura feita por ele e contou que foi graças àquela reportagem que a PRF conseguiu identificar um motorista infrator envolvido num acidente, demonstrando admiração e gratidão pelo trabalho da imprensa e especificamente da emissora na qual o repórter trabalha.

Saindo do local do acidente, passamos então no Hospital Cajuru para atender o pedido do colega, que já havia cobrado novamente informações sobre o caso da mulher baleada pelo ex-marido. Não encontramos, porém, nenhum parente no local e nenhuma

informação passada pelas atendedoras da recepção do hospital foi útil suficiente para justificar um boletim da história.

Ele ligou, então, para a Sala de Imprensa da PM com o intuito de verificar se havia alguma ocorrência, mas a resposta foi negativa. O colega que estava na redação cobrou a matéria da mulher baleada e ele contou que foi ao hospital, mas que a checagem não rendeu. O colega pediu, então, para que ele verificasse outro caso: um atropelamento supostamente proposital, ocorrido na madrugada. Seguimos para o BPTran. Lá, na portaria, o repórter pediu para falar com o oficial de plantão. Logo veio o tenente Cássio, que deu detalhes do ocorrido. Como neste momento, havia um quadro fixo no ar, e não havia como entrar ao vivo, ele fez um “falso ao vivo” (quando o repórter grava como se estivesse ao vivo, para passar essa impressão ao ouvinte, mas, na verdade, trata-se de participação gravada). Ele passou então a gravação para a rádio e alertou o colega de que se tratava de um “falso ao vivo”.

Pelo HT, ouvimos um chamado para os bombeiros no Bairro Tatuquara, para atender um incêndio. Ele teve certa dificuldade para chegar ao local. Lá, o incêndio já estava controlado. Ele entrou ao vivo com o tenente Fogaça, identificado somente desta forma e já conhecido do repórter, para falar do ocorrido. Na sequência, adentrou na casa para fazer algumas imagens e deixou o local rapidamente.

O repórter, então, decidiu passar no local da desocupação, ocorrida dois dias antes, para verificar denúncias de violência contra as pessoas que foram retiradas do local, mas permaneciam acampadas nas redondezas. A sugestão de pauta foi passada por uma pessoa retirada do local, que ligou insistentemente para a rádio, e reforçada pelo colega que, na redação, recebeu outra ligação sobre o caso. Ele não demonstrou vontade de ir ao local por supor que nada havia ocorrido, mas foi diante do pedido do colega e da insistência da ouvinte. Chegando no terreno, ouviu as reclamações das pessoas que ligaram e estavam acampadas às margens do terreno. Elas disseram que a polícia permaneceu no local, protegendo o terreno e trabalhadores da proprietária do terreno, que já haviam erguido uma cerca ao redor da área, o que julgavam ser um despropósito, pois “a polícia deveria estar atrás de bandidos e não fazendo segurança privada de um terreno”. Também reclamaram que seguranças particulares teriam feito disparos para o alto para intimidá-los. O repórter só ouviu e não gravou. Depois despistou, dizendo que falaria com a equipe da polícia que estava no local. Ele se aproximou da equipe, mas não chegou a falar com os policiais, indo embora.

O repórter disse então que queria fazer uma matéria próxima de sua casa, em Almirante Tamandaré: um assalto à panificadora – o terceiro em quatro dias no mesmo local. No caminho para a panificadora, nos deparamos com um acidente – que ele já tinha ouvido

pelo HT, mas achou que não era o caso de cobrir. Tratava-se de um choque de carro com muro. Os ocupantes do carro já não estavam lá – parte fugiu e parte foi levada ao hospital. Havia policiais no local, mas o repórter ouviu apenas a dona da casa, fazendo o registro do acidente e do prejuízo e transtorno deixados para a moradora.

Seguimos então para a padaria assaltada. O dono não se encontrava. A esposa dele contou a história dos assaltos (sempre o mesmo assaltante, aparentemente armado e drogado), mas disse que somente o marido poderia gravar entrevista. Eles conversam um pouco sobre medidas de segurança e sobre a possibilidade de contratar um policial a paisana para fazer a segurança no local. A mulher demonstrava revolta e vontade de fazer justiça com as próprias mãos. O repórter então falou que voltaria mais tarde para falar com o dono da panificadora, até porque o estabelecimento fica perto de sua casa.

Saindo dali, cumprimos a rotina de tomar café. Como ainda era em torno de 9 horas e ele encontrou um conhecido, ficou conversando, demorando-se mais do que o normal no café. Depois, viu que ainda era cedo para voltar para a rádio, embora já tivesse produzido três matérias e tentado fazer outras duas. Pensou em parar em algum ponto para fazer hora. Logo, porém, ouviu pelo HT um caso de homicídio. O local, na Cidade Industrial de Curitiba, era afastado do ponto onde estávamos. Quando chegamos, encontramos várias viaturas e um extenso cordão de isolamento no entorno da panificadora onde o crime ocorreu, de modo a bloquear a rua toda. Descobrimos que um homem que tomava café na padaria fora assassinado.

O repórter comentou que o cordão não era para preservar o local do crime, mas para evitar a aproximação da imprensa, que, neste horário, já se aglomerava no local. Disse também que certa parcela da polícia tem essa postura e tenta dificultar o trabalho da reportagem. As informações repassadas por moradores eram desencontradas e os policiais militares (que ele não conhecia) negaram-se a apresentar qualquer dado. Agiram com certa truculência até com moradores que passavam pela área, inclusive com dois homens que moravam na parte residencial do imóvel onde ocorreu o assassinato e que queriam entrar em suas casas.

Depois de cerca de meia hora de espera, o repórter conseguiu falar com um homem que viu os atiradores fugindo. Ele concordou em dar entrevista depois que o repórter informou que não iria identificá-lo, citando apenas profissão e idade. O repórter aguardou mais um tempo e resolveu fazer um boletim ao vivo com as informações que tinha, falando inclusive do cordão de isolamento e da presença de muitos policiais no local. Depois de quase uma hora, a Polícia Civil chegou. Ele falou à distância com um investigador, que conhecia pelo

nome, mas este disse que só daria entrevista quando soubesse dos detalhes. O repórter, então, fez imagens à distância. Esperamos mais cerca de 30 minutos. Ele tentou ainda falar com um delegado que chegara no local e o qual ele também chamou pelo nome, mas o delegado disse que ainda não sabia de nada e não podia falar. Como tudo indicava que as informações demorariam a serem repassadas pela polícia, o repórter resolveu ir embora e pegar as informações mais tarde, por telefone.

No retorno, conversamos um pouco sobre como ele seleciona as fontes populares (já que o único entrevistado nesta matéria tinha sido um morador; o que também aconteceu na matéria da colisão contra o muro e que seria o caso ainda na matéria do assalto à panificadora, que ele faria mais tarde, quando estivesse voltando para casa). Ele disse que escolhe os que demonstram disposição para falar e aparentam ter um relato mais consistente dos fatos. No caminho, ele checkou o Whats para ver se não haviam surgido outras pautas, ouviu o HT, mas, como não encontrou nada, voltamos para a rádio novamente perto das 11h30 e não acompanhamos a edição das matérias.

A.1.2 Fase de observação de fato

Data da observação: 01/05/2017

Repórter: 1

Horário: 5h40 às 12h33

Rádio: Banda B

O repórter (o qual a pesquisadora já tinha acompanhado na fase da pesquisa exploratória) chegou à emissora atrasado, às 5h55 (costuma entrar às 5h30, ou até antes). A pesquisadora já o aguardava desde as 5h40, momento em que só encontravam na rádio o apresentador (o programa tem início às 5 horas) e o recepcionista (que começou seu turno, de 12 horas, às 19 horas do dia anterior). Por ser feriado, o repórter/produtor que normalmente está na emissora neste horário, não se encontrava naquele dia. O repórter observado e a pesquisadora subiram juntos para a redação da rádio, que fica no primeiro andar, onde também se encontra o estúdio de transmissão. Lá, o repórter ligou o computador e, paralelamente, ouviu o rádio HT (o que já vinha fazendo no caminho de casa para o trabalho). Ele comentou que, durante a madrugada, dois homens foram baleados, segundo mensagem de whats enviada pela colega que trabalha no período da tarde e que ouviu a ocorrência no HT. Ele tentaria recuperar essa situação.

O repórter entrou na página do Instituto Médico-Legal de Curitiba, hospedado no site da Sesp, para ver a lista de mortes registradas durante a noite e madrugada. Só havia mortes naturais, algo atípico, segundo repórter, ainda mais para uma noite de domingo e madrugada de feriado. Mesmo assim, ele imprimiu a lista e ligou para o Instituto para confirmar se, realmente, não houve a entrada de alguma vítima de morte violenta, o que procedia.

O repórter ligou também para a sala de imprensa da Polícia Militar, falou com o policial de plantão e a informação era de que estava tudo tranquilo. Começou, então, a buscar notícias em sites de notícias, para que pudesse fazer sua primeira participação ao vivo. As páginas acessadas, de sites do interior do estado, estavam salvas no histórico de navegação, o que nos leva a crer que ele, provavelmente, tem o hábito de verificar esses sites. Ele selecionou a notícia de um acidente na região de Ponta Grossa, do site “A rede”. Comentou que lá, em geral, há notícias policiais e, por esse motivo, ele sempre olha esse site. Assim, por volta de 6h10, ele fez sua primeira participação ao vivo, falando do caso de Ponta Grossa. Provocado pelo apresentador, começou comentando matéria feita por uma colega e que foi exibida antes de sua participação. Em seguida, leu a notícia extraída do site.

Na sequência, saímos da rádio em um carro novo, ainda não plotado com as logomarcas da emissora. Ele comentou que os três carros de reportagem da rádio foram trocados (apenas um, que é menos usado pelos repórteres, não foi substituído). Seguimos para o Ciac – Sul (Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão), no Bairro Portão, onde ficam concentrados os registros policiais da maioria dos bairros de Curitiba e onde trabalham, juntas, equipes da Polícia Civil e da Polícia Militar. Ele encontrou alguns policiais na entrada e perguntou das ocorrências. Eles pediram para que ele falasse com a sargento Márcia, que estava de plantão. O repórter e a sargento se cumprimentaram animadamente. São velhos conhecidos, mas fazia nove meses que não se viam – ela ficou fora fazendo um curso. A policial comentou que não houve ocorrências relevantes e eles começaram a conversar sobre histórias já vividas. No meio da conversa, ela mencionou a política da PM para a divulgação de nomes. A pesquisadora pediu detalhes e ela contou que nunca divulgou os nomes das vítimas e que, mais recentemente, deixou de divulgar também de autores, comentando que “os nomes não importam para a notícia e que o importante é o fato em si”.

Após 15 minutos de conversa, sem a produção de qualquer matéria, seguimos para o 1.º Distrito Policial, que divide com o Ciac-Sul os registros de ocorrências em toda Curitiba e que também congrega policiais civis e militares. Durante o trajeto, ele continuou o monitorando o HT, mas nenhuma situação policial estava em andamento naquele momento. A porta do distrito, que fica no Centro da cidade, estava fechada, mas logo um policial civil

apareceu para atender. Primeiro, o policial falou com um andarilho, que queria registrar um boletim de ocorrência do desaparecimento dos documentos. O policial informou que esse tipo de trabalho não é feito em feriados. Como houve insistência, o policial pediu para ele tentar mais tarde. O repórter perguntou, então, se havia alguma ocorrência em atendimento na unidade e o policial disse que sim: jovens prenderam um homem que tentou assaltá-los na porta da Casa do Estudante Universitário de Curitiba. O repórter pediu para falar com alguém sobre o caso. O policial civil nos deixou entrar na recepção, entrou numa sala do distrito e chamou o sargento da PM que atendeu a ocorrência. O PM, por sua vez, passou algumas informações, mas achou melhor que o repórter entrevistasse as vítimas. O repórter pediu também ao PM para que ele fizesse uma foto do preso, de costas, já que estávamos na recepção e o preso em outra sala, fazendo o flagrante. O policial trouxe as fotos (que seriam repassadas para o site da rádio) e disse que as vítimas viriam em seguida.

Os três rapazes foram ao encontro do repórter. Todos estavam exaltados e queriam contar a história ao mesmo tempo. Após ouvir rapidamente o relato, o repórter começou a gravar com um deles, pedindo que ele informasse o nome (somente o primeiro nome). Gravou também com um segundo (que também foi identificado somente pelo primeiro nome). Eles contaram como foram abordados por dois homens, como reagiram e conseguiram dominar um deles até que a polícia chegasse. Um dos estudantes exibiu marcas de facão nos braços e na cabeça, desferidas por um dos assaltantes. O repórter fez fotos dos ferimentos do rapaz e, posteriormente, enviou para o whats do grupo da emissora, para serem aproveitadas no portal. Depois de fazer o registro policial, o rapaz ferido disse que buscava assistência médica. Pelo hálito, foi possível perceber que ele tinha ingerido bebidas alcoólicas. Também por mensagem de whats, o áudio é enviado para o apresentador como “falso ao vivo” (participação gravada, mas feita de modo que o ouvinte imagine que o repórter está ao vivo). O mesmo áudio também foi enviado para o grupo de WhatsApp da emissora, para subsidiar matéria do portal.

Na saída do 1.º Distrito Policial, o repórter ligou para a Sala de Imprensa da PM, para questionar se havia alguma ocorrência em andamento. Ouviu também o HT em busca de atendimentos policiais que pudessem render boletins. O repórter reclamou que no carro novo foi colocado um rádio que não pegava AM e, com isso, ele não conseguia ouvir o programa. Às 7h55, ele lembrou que não havia feito boletim com a relação dos corpos que deram entrada no IML (o que geralmente faz às 7 horas). Ele comentou que não dava mais tempo de entrar. Rodou mais um pouco pelo Centro e às 8h10 resolveu parar para tomar café no Posto Pelanda, no bairro Cristo Rei (bem próximo do Centro), também conhecido como “Posto 40”, porque fica em frente a uma lombada eletrônica cuja velocidade máxima permitida é de 40 km/hora.

No posto, o repórter encontrou uma equipe da RIC TV, que também tomava café lá. O repórter sugeriu que eles fizessem a matéria da Casa dos Estudantes, mas a equipe disse que já tem pauta marcada, saindo após o café. No posto, também havia policiais militares tomando café. A pesquisadora logo descobriu que aquele local funciona como um “point” de repórteres policiais e mesmo de policiais e bombeiros. Muitos carros da PM e do Corpo de Bombeiros abastecem lá, o que faz com que muitos policiais e socorristas lanchem neste lugar. Já os repórteres usam o posto não apenas como um local para lancher, mas como um ponto onde se encontram para conversar – muitas vezes sobre as pautas que fizeram – e também para esperar quando não há pautas a cumprir.

Saímos do posto por volta das 8h30. O repórter ligou novamente para a Sala de Imprensa e recebeu a informação de que uma pessoa esfaqueada estava sendo levada ao Hospital Cajuru. Seguimos até o hospital, aonde chegamos junto com ambulância. O repórter procurou uma vaga para estacionar, mas para não perder nada pediu para a pesquisadora descer do carro e fazer uma foto da vítima sendo retirada da ambulância. A pesquisadora fez o solicitado. A vítima é levada rapidamente para dentro do hospital. O repórter chegou no mesmo momento em que os socorristas retornavam de dentro do Pronto-Socorro Cajuru. O repórter pediu para o socorrista falar. Ele consentiu, sendo identificado apenas pelo primeiro nome (Fernando), informando o nome e idade da vítima e que supostamente fora vítima de tentativa de assalto.

Deixamos então o Cajuru. Um repórter de tevê enviou uma mensagem de whats para o repórter, sugerindo que ambos fizessem matéria do rescaldo do Atletiba do dia anterior. O colega disse que, por celular, tentaria combinar com o delegado responsável de todos se encontrarem na delegacia. O repórter disse que, se ele conseguisse marcar, tinha interesse no assunto.

Por volta de 9h15, estávamos de volta ao Posto Pelanda, onde o repórter continuava ouvindo o rádio HT e também monitorava as mensagens enviadas por WhatsApp. Às 9h23, o colega da tevê Band avisou que conseguiu marcar com o delegado. Seguimos então para a Delegacia Móvel de Atendimento ao Futebol e Eventos (Demafe), onde o outro repórter já estava aguardando. Dentro da delegacia, o delegado Clóvis Galvão Gomes aguardava os repórteres em sua sala. Parecia não haver outras pessoas na especializada, talvez por ser um feriado. O delegado, que estava com roupas esportivas, trocou a blusa para gravar. Antes de gravar, os três começaram a conversar sobre o jogo e debateram sobre segurança nos estádios. A gravação foi feita e depois os repórteres fizeram imagens (de vídeo ou foto) para os portais

de suas emissoras. Concluída a matéria, ele enviou o material para o profissional do portal que estava de plantão.

Na saída da delegacia, por volta das 9h55, ouvimos pelo HT um chamado policial sobre briga de moradores de rua, no Centro da Cidade. Seguimos até lá, mas não encontramos nada. O repórter pensou em levar seu HT para consertar (tem um pessoal, que estava estragado, e outro da rádio, que estava usando). Ligou para a casa do homem que poderia ajudá-lo, mas ele tinha saído (era a segunda vez que ele ligava; na primeira, o homem estava dormindo). Ele resolveu estacionar o carro e aguardar um pouco, para ver se surgia alguma matéria. Enquanto isso, continuou ouvindo o HT e checando as mensagens de WhatsApp. Como estava tudo tranquila, resolveu ir para Almirante Tamandaré, município vizinho a Curitiba, para fazer uma matéria sobre as péssimas condições de uma rua, onde os moradores quase não conseguiam mais sair ou voltar para casa de carro. Ele comentou que não sabia se a matéria renderia para a rádio, mas disse que, se não noticiasse na emissora, pelo menos divulgaria em página do Facebook, onde costumava replicar notícias e publicar reclamações de populares.

Ele ligou para o morador que havia reclamado do problema da rua para avisar que estava a caminho. Chegamos ao local por volta das 10h25 e encontramos o morador aguardando em frente à casa. O repórter enfrentou dificuldades para descer a rua com o carro novo, em função das péssimas condições. Ele seguiu até um ponto da rua e começou a conversar com o morador e seu vizinho. Logo apareceram mais moradores, formando um grupo de oito pessoas. Usando celular, ele gravou um vídeo com os moradores reclamando da situação da rua e relatando as dificuldades que enfrentavam em função do problema. Os vizinhos sugeriram que ele fizesse imagens de uma idosa e de um senhor deficiente, para dar mais impacto à notícia. A senhora idosa disse que já estava acostumada com a situação e preferiu não gravar. O senhor que usa muletas gravou. Ele avisou que a matéria só deveria ser veiculada no seu Facebook, mas que ele é bastante visto por servidores da prefeitura da cidade. Todos os entrevistados foram identificados no vídeo apenas pelo primeiro nome. O repórter começou a gravar com todos sem pedir autorização prévia.

Encerrado o vídeo da rua intransitável, o repórter ligou novamente para a PM para ver se havia algum assunto sobre o qual ele pudesse fazer matéria. A única ocorrência em atendimento era uma queda em que a vítima estava em código 2 (ferida, mas sem risco de morte). Por volta de 11h30, o repórter resolveu voltar para a rádio para editar suas matérias. Na emissora, ele foi até um dos estúdios de gravação e baixou suas sonoras que estavam salvas no Whats. Baixou também uma sonora recebida da Guarda Municipal sobre o

atendimento de uma ocorrência. Ele usou o release da Guarda como base para seu texto e editou a sonora enviada pela Guarda Municipal. Para as matérias que ele gravou, usou textos publicados no site da rádio como base para os seus e editou as sonoras (já tinha noção dos trechos das sonoras que pretendia utilizar e por isso não ouviu as sonoras na íntegra no momento da edição). Questionado, ele disse que não sentia necessidade de pegar informações ou sonoras adicionais para complementar suas matérias. Por volta de 12h30, havia concluído a edição das matérias feitas no período da manhã.

Data da observação: 01/05/2017

Repórter: 2

Horário: 13h35 às 19h30

Rádio – Banda B

A repórter chegou ao prédio da rádio por volta de 13h45. A pesquisadora já a aguardava há cerca de dez minutos. As duas subiram juntas para a redação. Ela contou que, no caminho de sua casa até a rádio, já veio ouvindo ocorrências policiais pelo HT. Da redação, ela ligou para o Corpo de Bombeiros para pegar informações sobre o que ouviu no HT, com destaque para um incêndio em área ambiental. A situação já estava controlada, era distante e sem gravidade e por esses motivos ela resolveu não ir atrás da notícia. Já no carro, ela ligou para a Sala de Imprensa da PM. Um colega do Plantão 190 estava lá, pediu para falar com ela e sugeriu que ela seguisse para lá também. Pelo whats, ela falou com outro colega, este da RIC TV. Os dois conversaram sobre pautas e reclamaram que estava muito calmo e que não havia notícias a serem cobertas naquele momento. Ela comentou que essa troca de pautas é comum na reportagem policial, mas apenas de matérias que todos ficarão sabendo. Há algumas pautas, porém, que são exclusivas, que não são compartilhadas. Encaixam-se aí sugestões passadas por ouvintes e outras fontes. Ela comentou também que não faz apenas matérias policiais, embora elas predominem. Faz também pautas de comunidade, saúde, infraestrutura, serviços públicos. Sua preferência é por matérias de saúde, mas gosta também da área policial, comentando que neste tipo de matéria procura não cobrir apenas o fato, a morte em si, mas o que ocasionou aquela situação, de modo que possa fazer um alerta à comunidade e prestar um serviço. A repórter é natural da Bahia, morou muitos anos em Recife e, antes de vir para Curitiba, morava em São Paulo. Está em Curitiba há um ano e oito meses e há um ano e quatro meses trabalha na rádio. É formada em Rádio e TV e também em Jornalismo.

Como mora há pouco tempo em Curitiba, a repórter usa o GPS para se deslocar para qualquer parte da cidade. Ela decidiu não ir ao Quartel da PM, como sugerido pelo colega, mas seguir para o Posto Pelanda (40) aguardar alguma ocorrência que tivesse potencial de notícia. No HT, ela ouviu que um portão caiu sobre uma criança e que o atendimento seria feito no Hospital Cajuru. Estávamos perto do hospital e por isso ela resolveu esperar para fazer a matéria no hospital, falando com os socorristas do Siate. Veio, entretanto, a informação de que a criança sofreu ferimentos leves e que o pai recusou atendimento. Sem ter o que fazer, a repórter continuou aguardando no posto e monitorando mensagens de WhatsApp. A repórter é integrante de vários grupos. Segundo ela, o mais ativo é o Rede News, que tem como integrantes profissionais da imprensa, socorristas, policiais civis e militares, funcionários do IML, motoristas de ônibus, entre outros.

Por whats, um colega deu o alerta sobre um acidente em que o veículo bateu num poste. Ele passou o endereço. Ela checkou com a Sala de Imprensa Polícia Militar e viu que o endereço estava errado, repassando ao colega a informação correta. Colocou o endereço no GPS do carro, mas não deu certo. Colocou então no GPS do celular e seguimos para o local. Ela lembrou que recentemente fez matéria sobre outro acidente nesta mesma rua. Chegamos ao local por volta das 15h10. O colega que falava com ela no WhatsApp (do Plantão 190) já estava no local, onde encontramos um carro batido, um poste danificado e bombeiros jogando terra na pista para prevenir risco de explosão e deslizamento de outros veículos. A vítima já havia sido retirada do local. Do carro, ela fez seu primeiro boletim ao vivo do dia, descrevendo a cena encontrada e a partir das informações passadas pelo colega e pelo atendente da Sala de Imprensa da PM. Como o rádio do carro que ela utilizava não sintonizava estações AM, a pesquisadora sintonizou a emissora da repórter em seu celular, para ajudá-la.

Após o boletim, a profissional fez fotos e procurou obter informações com os policiais que estavam no local, que não foram, porém, muito receptivos. Um policial passou algumas informações, mas se negou a gravar. O colega do Plantão 190 passou mais algumas informações. Ela procurou por testemunhas do acidente, até que encontrou um homem que disse ter ouvido o barulho da batida e chegado ao local logo após o acidente. Sem fazer o pedido prévio de entrevista, a repórter começou a gravar com o popular. O estilo da entrevista foi de “falso ao vivo”. No mesmo boletim, ela falou sobre o caso da queda de portão sobre criança. Perguntei a ela, depois, sobre o fato de não ter avisado a fonte que gravaria. Ela disse que adotou essa estratégia porque suspeitou que, se pedisse, a fonte se negaria e como era falso ao vivo dava para corrigir. Perguntei se ela já tinha adotado essa estratégia em uma

situação ao vivo em que a fonte tenha se negado a falar. Ela confirmou e contou que precisa usar de “jogo de cintura” quando isso ocorre, falando, por exemplo que a pessoa não pode atender naquele momento. O material produzido na rua (sonora e fotos) foi enviado também para a equipe do portal da rádio.

Por volta de 15h30, do grupo de whats da rádio, veio a informação de uma situação em que várias viaturas policiais teriam sido mobilizadas no Bairro Cajuru, em Curitiba. A dica foi passada por um ouvinte, também por whats, acompanhada de fotos. Ela avisou o colega do Plantão 190 que estava ao lado dela. Depois, no carro, comentou que esse é o tipo de situação que ela não passaria, pois veio de um ouvinte e tinha potencial para ser exclusiva. Mas, como o colega estava junto dela, não poderia deixar de passar. Ela passou a informação para um segundo colega, que também seria “parceiro” no repasse de pautas, argumentando que já havia perdido a exclusividade da pauta. A repórter dirigia ao mesmo tempo em que checava mensagens de whats no celular, ajustava o GPS, ouvia o HT e usava o celular para tentar confirmar a ocorrência com a Sala de Imprensa da PM. Não houve confirmação e logo um dos colegas enviou mensagem de voz por whats comentando que provavelmente tratava-se de um trote, pois também não conseguira a confirmação. Ele chegou antes ao endereço indicado por ela e disse para ela não ir, pois não havia nada no local. Mesmo assim, a repórter seguiu em frente, comentando que, como a sugestão veio da rádio, teria que confirmar ela própria de que se tratava ou não de um trote. No endereço indicado, realmente não havia nada.

Um colega avisou pelo whats de um acidente na Rua Marechal Hermes. Ela ligou para a Sala de Imprensa da PM para confirmar e pegou informações gerais sobre o acidente que o colega comentou e sobre outro, ambos sem gravidade e, aparentemente sem fontes no local para gravar. Ela resolveu fazer um boletim com as informações pegadas por telefone, usando como gancho o fato de que ambos os acidentes envolviam mulheres. Ficou aguardando para entrar ao vivo com as informações, o que ocorreu por volta das 16h30. Seguimos então para o Posto Pelando, para tomar café. A repórter teve uma indisposição naquele dia e disse que estava praticamente em jejum. Durante o café, ela continuou ouvindo o HT e conferindo as mensagens de whats. Entre as mensagens enviadas há uma da esposa de um policial aposentado que tem por hobby monitorar frequência de rádio da polícia e repassar informações a alguns repórteres conhecidos.

Sáimos do posto em direção à emissora, aonde chegamos às 17h35. Na redação, ela ouviu pelo rádio HT a informação de que uma mulher teria sido ferida com dez facadas. A situação ocorreu na região de São José dos Pinhais, onde a repórter disse não ter muitos contatos, o que dificultaria a confirmação da informação. Ela tentou descobrir os nomes dos

socorristas e médicos que estavam de plantão naquele dia, para obter as informações, mas não conseguiu. Pegou na internet o telefone do 17º Batalhão da Polícia Militar, que atua na região de São José dos Pinhais, para tentar gravar com alguém sobre a mulher esfaqueada. Já ligou gravando. Um soldado atendeu e passou informações básicas sobre o caso, já que ele fica na Central, no apoio, e disse que o correto seria que ela conversasse com quem atendeu a ocorrência e levou a mulher para o hospital. Não havia, porém, previsão da equipe voltar. Ela planejou tentar mais tarde falar com a equipe, mas comentou que, na falta de outras fontes, pelo menos já tinha informações para gravar um boletim, sem sonoras, já que a sonora do policial que atendeu o telefone não ficou boa e não avisou ele que usaria a entrevista. Naquele momento, ela tinha três possíveis matérias: o acidente em que o veículo colidiu com um poste, em que ela tinha a sonora de um popular; um boletim sobre os acidentes que feriram mulheres, a partir das informações passadas pelo policial que estava de plantão na Sala de Imprensa, e o caso da mulher esfaqueada, com informações repassadas pelo policial que estava de plantão no quartel da São José dos Pinhais, que atendeu a ocorrência.

Começou então a editar seu material. Baixou a sonora que estava no whats, abriu o site da rádio, viu o texto produzido a partir do material que ela enviou da rua (sonora e fotos do acidente com poste), copiou o texto produzido para o portal, que serviu como base para o seu. Paralelamente, continuou checando o surgimento de novas pautas e enviando mensagens de Whats. Só então se deu conta de que não pegara o nome do popular entrevistado no local do acidente. A chegada da colega da noite desconcentrou a repórter, já que ela queria detalhes de como tinha sido a tarde. Com isso, ela demorou para editar seu material. A pesquisadora foi embora por volta das 19h20, momento em que a repórter estava finalizando a edição de suas matérias, sem ter feito contato com qualquer outra fonte.

Data da observação: 02/05/2017

Repórter: 2

Horário: 13h30 às 19 horas

Rádio – Banda B

Quando a pesquisadora chegou à emissora, por volta das 13h30, já encontrou a repórter trabalhando. Excepcionalmente, ela entrou mais cedo naquele dia, para acompanhar uma coletiva da operação Lava Jato. O pedido de cobertura foi feito por uma emissora de Recife, na qual ela já havia trabalhado. Como iria para a coletiva para fazer a matéria para a emissora de Recife, a repórter se prontificou a fazer a cobertura também para a Banda B,

mesmo fora de seu horário. No momento em que a pesquisadora entrou no estúdio, a repórter estava gravando com uma vereadora (Maria Leticia Fagundes) para outra matéria: falta de medicamentos em unidades de saúde de Curitiba. Paralelamente, escrevia o texto para a matéria da Lava Jato, que, para ser usada na rádio de Recife, precisava ser enviada até as 14 horas. Embora tivesse a sonora de ao menos três fontes, ela optou por utilizar apenas uma, pois estava sem tempo para construir a matéria com três fontes, comentando que mais tarde tentaria fazer uma versão mais completa da matéria. Ele fez o texto desta matéria, pegando informações do release do Ministério Público Federal (MPF), separou parte da sonora escolhida e gravou a mesma versão da matéria para as duas emissoras, apenas com assinaturas diferentes. A matéria foi finalizada pontualmente às 14 horas e enviada por whats para a emissora do Recife, que já havia cobrado a entrega. A repórter conferiu então como estava a matéria da coletiva no site da Banda B, para verificar se ficou faltando alguma informação.

Finalizada esta tarefa, ela voltou-se à edição da matéria sobre a falta de medicamentos nos postos de saúde. Neste momento, o coordenador de jornalismo da rádio chegou e ela comentou que teria que se apressar, pois essa é a hora de ele usava o estúdio (ele apresenta o programa que começa às 15 horas e precisa deixar prontas algumas gravações). O coordenador foi até o estúdio e perguntou como estavam as pautas dela. Ele informou que havia concluído a da Lava Jato, que faltava fechar a matéria dos medicamentos, mas que o repórter da manhã tinha enviado uma mensagem de whats avisando sobre uma notícia do setor policial (um homicídio). A repórter disse ainda que não tinha tido tempo de verificar, mas ponderou que poderia deixar a matéria dos medicamentos para mais tarde e começar a fazer as matérias policiais. O coordenador, porém, disse para ela priorizar a matéria da falta de remédios e tentar recuperar, mais tarde, o caso policial.

Antes de continuar a edição da matéria de saúde, a repórter fez contato por whats com um colega de outro veículo que foi ao local do óbito do qual o colega havia falado. Este lhe passou uma mensagem de áudio com algumas informações sobre o caso e uma foto (ele não fez sonora, porque trabalha em tevê e já havia saído do local da morte quando ela fez o pedido). Ela procurou focar então na edição da matéria de saúde, mas recebeu mensagens em grupos de whats e também pelo rádio HT, informando sobre outros dois assuntos que poderiam render matérias policiais: um assalto à residência e uma morte ocorrida durante troca de tiros com um policial do Bope. Mesmo assim, ela prosseguiu a edição da matéria de saúde, sem ouvir a sonora novamente, já sabendo o ponto que desejava usar. Na sequência, sabendo da troca de tiros com o policial do Bope, o coordenador perguntou novamente como ela estava com a matéria de saúde. Como ela ainda não tinha finalizado, ele pediu para um

repórter do portal tentar gravar, por telefone, com um comerciante na região em que ocorreu o confronto com morte. O colega utilizou o mesmo estúdio para gravar em que a repórter observada estava. Na internet, ele escolheu um comércio aleatório localizado na rua do tiroteio e ligou para ver se alguém da loja tinha informações sobre o ocorrido. A mulher que atendeu tinha poucos dados, mas um colega sabia mais detalhes. O repórter pediu então para falar com o outro funcionário e gravou com ele.

Enquanto ele gravava, saímos da rádio, por volta das 15 horas, em direção ao Quartel Central dos Bombeiros. Já que ela não encontraria mais fontes oficiais no local do tiroteio, o plano era gravar lá com o médico que atendeu o homem baleado no confronto com o policial do Bope. Antes, porém, com base em informações ouvidas na frequência do rádio HT e em dados repassados a ela por colegas via WhatsApp, ela fez sua primeira participação ao vivo do dia, falando dos dois casos de mortes registrados no começo da tarde. Entramos no quartel dos bombeiros e ela pediu para falar com o doutor Misael, médico que atendeu a ocorrência. O bombeiro que estava na entrada do quartel pediu para um colega avisar o médico que uma repórter queria entrevistá-lo. Ela demonstrou conhecer bem as equipes que trabalham no Corpo de Bombeiros em seu horário de cobertura, citando os números das viaturas e os nomes dos integrantes de cada equipe. A repórter comentou que o médico procurado, em geral, é bem acessível e grava com a imprensa. Enquanto aguardamos, o socorrista que foi ao local com o médico conversou com a repórter e passou algumas informações sobre o caso. Ele, porém, não gravou entrevista e nem ela pediu. Ela seguiu conversando com o socorrista sobre amenidades e outros casos policiais, enquanto aguardava o médico.

Com o passar do tempo, a repórter começou a ficar impaciente, pois o médico estava demorando e, às 16 horas, ela tinha uma coletiva para acompanhar na Delegacia de Furtos e Roubos (já previamente avisada pela assessoria de imprensa). Ela resolveu então enviar uma mensagem de whats para o médico que estava no quartel, reforçando o pedido de entrevista. Ele visualizou, mas não respondeu. Enquanto estávamos no quartel, alguns bombeiros trabalhavam na produção daquilo que parecia ser um vídeo institucional. Um oficial dos bombeiros chegou para conversar também. Ele conhecia a todos pelos nomes e explicou para a pesquisadora que há um médico que vai para a rua, para fazer os atendimentos de feridos graves, enquanto outro fica no quartel, cuidando da “regulação”, que na prática seria fazer uma avaliação à distância do estado do paciente e da necessidade de enviar um médico até o local. Depois de cerca de meia hora de espera, ela viu que não tinha mais tempo para aguardar o médico, pois poderia perder a coletiva. Enviou então outra mensagem de voz ao médico, via whats, dizendo que não poderia esperar mais. Ele respondeu e deu a entender que preferia não

falar sobre o caso, segundo ela, provavelmente, por envolver policial. Ela comentou que não insistiria até para não se indispor com a fonte, já que, embora a matéria fosse importante, ela poderia fazer sem a sonora do médico, somente com as informações apuradas e a sonora do comerciante feita pelo colega, e não correr o risco de “queimar” a fonte.

Por volta das 16h20, chegamos atrasadas à coletiva. Os outros repórteres já estavam gravando com o secretário de Segurança. A entrevista foi feita num espaço próprio para entrevistas da Delegacia de Furtos e Roubos, onde os entrevistados ficam posicionados em frente a uma parede toda adesivada com logomarcas da Polícia e da Sesp. Havia também uma mesa num canto da sala com biscoitos, água e refrigerante. No local, estava o assessor de imprensa da Sesp e também a assessora da Polícia Civil, acompanhada de uma estagiária (possivelmente, havia fotógrafo do governo local, mas a pesquisadora não conseguiu identificar). A repórter gravou parte da entrevista com o secretário, que, na sequência, saiu apressadamente. Os assessores falaram que agora era hora do delegado passar os detalhes das prisões (cinco homens acusados de envolvimento com roubos de celulares). Todos começaram a gravar com ele. No meio da entrevista, o delegado se confundiu e pediu para começar a gravar novamente, perguntando se alguém estava ao vivo. Todos começaram a rir, pois um repórter estava ao vivo e teve que explicar no ar a situação. A gravação/transmissão foi reiniciada. Os repórteres que participaram da coletiva receberam previamente releases da assessoria de imprensa. Havia também imagens da prisão dos suspeitos sendo exibidas num monitor de tevê.

Após a gravação com o delegado, o assessor da Sesp passou algumas orientações, informando que os presos seriam trazidos na sala e indicando onde ficariam posicionados e que, após a saída dos presos, os jornalistas também poderiam conversar com uma das vítimas (mulher que comprou celular roubado, sem saber, em loja de shopping). Antes da chegada dos presos, a repórter pediu para falar em separado com o delegado (Emanuel Davi). Com um celular, ela entrou ao vivo com ele na programação da rádio e com outro gravou sua participação. Enquanto a repórter falava com o delegado, os assessores conversavam com outros jornalistas e ofereceram imagens de vídeo da operação que resultou na prisão dos suspeitos. A repórter concluiu a entrevista e fez uma foto dos presos (que estavam no local) de costas. Ela se despediu, mas depois resolveu esperar para falar com a vítima. Ela gravou rapidamente com a vítima e saiu da delegacia por volta das 16h50. As sonoras e fotos foram enviadas para serem trabalhadas pelos colegas do Portal.

Da delegacia, seguimos para o Posto Pelanda, que fica nas proximidades. Durante o café, a jornalista contou que gosta muito de comemorar aniversário e que, da sua última festa,

participaram jornalistas, socorristas, policiais, enfim colegas e fontes. Por volta das 17h30, ele resolveu voltar para a rádio para começar a edição de suas matérias. Por whats, ela reforçou ao colega de tê-lo o pedido para ele passar sonoras que ela perdeu sobre o primeiro local de morte da tarde. Chegamos na rádio por volta das 18 horas. Ela foi para ilha de edição, ligou o computador e entrou no site da Banda B para ver a matéria do colega sobre o morto no confronto com policial. A matéria do site foi feita com base nas informações que ela pegou pelo rádio da polícia e repassadas por whats por colegas, além da entrevista com o funcionário do comércio próximo ao ocorrido. No texto, o colega identificou a pessoa morta como “ladrão”. Ela comentou que não acha correto fazer isso e que prefere usar termos como “homem”. A repórter que faz a cobertura da noite chegou e as duas começaram a conversar sobre as matérias. Até as 19 horas, quando a pesquisadora, saiu do estúdio para acompanhar a repórter da noite, a jornalista da tarde não havia iniciado a edição de suas matérias. Mais tarde, por mensagem de whats, ela avisou a pesquisadora que só deixou a rádio por volta das 22 horas, após finalizar suas matérias.

Data da observação: 02/05/2017

Repórter: 3

Horário: 19 horas às 0h20

Rádio: Banda B

A repórter chegou à redação atrasada, por volta das 19 horas, porque estava com o carro na oficina. Ela conversou com a repórter da tarde, questionando como foi a tarde e se ficaram pendências. Checou também se o equipamento necessário para sair à rua (celular e rádio HT) estava carregado. Ela falou para a pesquisadora que, quando não tinha nenhuma pauta para acompanhar, ao contrário de outros repórteres, não costumava ficar no Posto Pelanda esperando. Preferia aguardar na rádio, onde, se fosse o caso, também poderia gravar por telefone. Um dos motivos é o trânsito, “cada vez mais complicado”. Também comentou que não é muito ativa em grupos de whats, por acreditam que eles propagam muitas informações não confiáveis.

Pelo rádio HT, veio a informação, às 19h27, de um achado de cadáver no bairro Hauer e saímos da rádio. Por celular, via whats, ela falou sobre a possível pauta com um fotógrafo de jornal e, posteriormente, com um repórter que ligou para ela. As primeiras informações dos colegas davam conta de que, provavelmente, tratava-se de morte natural. Mesmo assim, ela resolveu checar, comentando que confia nas informações repassadas pelos

outros repórteres, mas que sempre procura checar ela própria e, como não havia mais nenhuma cobertura em andamento, preferia ir ao local verificar. Durante o trajeto, continuou falando com os colegas por mensagens de whats.

No local, encontramos uma equipe de tevê, policiais e alguns populares próximos ao corpo. O colega com quem ela falou por whats estava lá e reforçou que a morte provavelmente era natural, mas que a confirmação da causa dependeria de exames complementares. Ele até brincou com uma possível manchete para a matéria: “Mistério no Hauer”. A repórter decidiu fazer a matéria sobre o caso, justificando que não tinha mais nada rolando e ela precisava garantir sua entrada no programa da noite, que começaria às 21 horas. Tirou fotos à distância para enviar para a rádio. Se aproximou dos policiais. Quando viu a perita que estava no local, comentou que ela não costumava dar entrevistas e nem passar informações. Resolveu então falar com populares. Um homem disse conhecer a vítima: um morador de rua, que costumava dormir ali. Contou que foi ele quem acionou a polícia ao perceber que o homem parecia morto. A repórter perguntou então se ele gravaria uma entrevista, mas ele se recusou. Ela esperou um pouco. Falou com o motorista do carro perícia, que passou algumas informações. Nem tentou abordar a perita, já que estava certa de que ela não daria entrevista. Falou, então, com o soldado da Polícia Militar, bastante jovem, que estava no local. Ele passou informações gerais do caso e concordou em gravar. Ela fez a entrevista no estilo “falso ao vivo”, garantindo sua primeira participação no programa da noite. Comentou que depois faria uma edição para o programa da manhã e da tarde, se fosse o caso.

Perguntei se era comum que os soldados concordassem em dar entrevistas nos locais de crime. Ela contou que há uma orientação na Polícia Militar, pela qual quem dá entrevistas é o tenente responsável pela ocorrência, que, em geral, é o oficial mais experiente presente no local da ocorrência. Mas isso pode variar em função da orientação direta de tenente da área: alguns autorizam os soldados a falar caso queiram, mas há outros que não autorizam – até porque os tenentes nem sempre vão aos locais de crime.

Na saída do local de achado de cadáver, por volta de 20h20, ela ligou para a Sala de Imprensa da PM. O policial de plantão informou sobre um capotamento de veículo em São José dos Pinhais, com quatro feridos sem gravidade. Como estamos próximos, ela resolveu ir até lá. Ao chegar no local, saiu apressada do carro, pois viu que a viatura no Corpo de Bombeiros estava se preparando para ir embora. Fez uma imagem ainda à distância e se dirigiu para a viatura. Lá, abordou um tenente do 6.º Grupamento que passou as informações apuradas e gravou com ela: tratava-se de uma colisão de carro com árvore, com quatro feridos

(o motorista, um senhor de 60 anos, duas jovens e uma criança). Embora o carro tenha ficado bastante danificado, ele comentou que os ferimentos nas vítimas não foram graves. Familiares das vítimas estavam no local, mas ela preferiu não falar com eles, comentando que só valeria a pena se as pessoas tivessem presenciado o acidente e pudessem repassar informações relevantes, como as causas da colisão. Além disso, comentou que sempre pode surgir algum parente mais alterado. A repórter ligou, então, para a Sala de Imprensa para confirmar o hospital para onde foram levadas as vítimas. Saímos do local por volta das 21 horas. Antes, porém, por whats, ela repassou o material produzido para colegas da rádio e do site.

Logo ouvimos pelo rádio HT outra ocorrência: um assalto, com baleados. Ela colocou o endereço no GPS e acelerou mais fundo, pois estávamos distantes do local e ela temia perder a matéria. Chegamos ao local às 21h25. A repórter desceu do carro e já foi fazendo fotos do local. Estávamos numa região residencial e o alvo do crime era uma casa de alto padrão. Havia várias viaturas e policiais na rua, além de repórteres e curiosos. Ela começou pegando informações com um fotógrafo conhecido que estava no local. Um policial passou rapidamente alguns dados adicionais, ainda desconhecidos: a informação inicial era que duas pessoas tentaram assaltar a residência e ao menos uma delas foi baleada, provavelmente morta. Um repórter estava entrevistando um morador. Ela esperou e também falou com o homem. Enquanto conversava com o homem, ligou para a rádio e disse que queria entrar ao vivo no noticiário da noite. Foi chamada e entrou com as informações preliminares repassadas pelo policial e com a entrevista com o morador. No meio da participação dela, a polícia começou a fazer o cerco no local do crime. A repórter a princípio não percebeu que estava na zona restrita, mas um policial, ríspido, mandou ela e a fonte saírem no perímetro. Ao vivo, ela precisou improvisar, caminhando e falando o que está ocorrendo e também pedindo para o morador acompanhá-la. Fora o local delimitado pela polícia, conseguiu fazer a entrevista. Encerrada sua participação, um colega de tevê sugeriu entrevista com outro morador da região, que era conhecido seu. Ele teria visto um dos assaltantes tentando fugir do local do crime. Acatando a sugestão do colega, ela fez a entrevista com o homem.

A partir deste momento, ficou mais difícil conseguir informações, em função do isolamento feito pelos policiais. Os repórteres começaram a conversar e houve divergência de versões. Falava-se que um assaltante foi morto, falava-se em dois assaltantes mortos e também em nenhum morto e dois feridos. Ela abordou um policial e pediu para falar com o tenente – policial com maior patente presente no local e a quem caberia as entrevistas. Ele apontou o tenente e ela foi falar com ele. O tenente disse que daria entrevista, mas depois e

caminhou para a rua de cima do ocorrido. Surgiu a informação, de um dos repórteres presentes, de que o outro assaltante, também baleado, estava naquela rua para a qual o tenente se deslocou. Seguimos para lá, onde a polícia já havia colocado um cordão de isolamento. As informações agora repassadas por colegas que já estavam no local eram de que os assaltantes entraram na casa; um vizinho viu e chamou a polícia; um assaltante foi baleado em frente da residência alvo do assalto, enquanto o outro tentou fugir pelo telhado, pulando de casa em casa, até também entrar em confronto com a polícia e ser baleado. Ele estava recebendo socorro naquele momento.

Pouco depois, um repórter contou que os dois assaltantes tinham levado para o local uma criança (filho ou enteado de um deles) que ficou aguardando os dois no carro e entrou em desespero quando ouviu os tiros. A polícia estava tentando localizar a mãe do menino, de aproximadamente 10 anos. O tenente voltou e se dispôs a dar a entrevista. Ela fez então nova entrada ao vivo com o tenente, usando um celular para falar ao vivo e outro para gravar a sonora (que precisaria ser editada para ser usada no dia seguinte). Após a entrevista, ela resolveu ir embora. Antes, porém, foi abordada por um senhor. Tratava-se de um fã, vizinho do local onde ocorreu o crime, que estava ouvindo a rádio com a esposa e resolveu ir lá para conhecer a repórter (era a terceira vez que ele ia até lá para conhecê-la, mas nas duas primeiras tentativas não conseguiu identificá-la). A repórter ficou feliz, anotou o nome dele e da esposa e disse que mandaria um abraço para os dois no ar.

Sáimos do local às 22h20, com a informação, passada por um fotógrafo que estava lá, de que a polícia estava numa agência bancária no Centro Cívico, em que bandidos tentaram roubar um caixa eletrônico usando maçarico. A agência ficava no caminho para a rádio e ele resolveu passar lá antes de ir embora. Já perto da agência, por volta das 22h45, ela entrou com novo boletim ao vivo falando da ocorrência com base nas informações passadas pelo colega e mandando o abraço para o ouvinte e sua esposa. Estava fazendo o boletim com o carro em movimento e passou por um radar de 40 km/hora com o carro em pelo menos 60 km/hora. Ela percebeu a infração, ficou nervosa, mas não tinha nada a ser feito a não ser terminar o boletim e lamentar depois. Chegamos à rua do banco e ela teve dificuldade para encontrar a agência. Foi para o lado errado da rua, mas depois voltou. Passamos em frente à agência, mas parecia que não havia mais nada ocorrendo: não havia viaturas no local, ou pessoas, nem qualquer movimentação. Ela resolveu ir embora e, pelo whats, avisou o colega que tinha passado a informação de que não há mais nada para ser registrado no local da tentativa de assalto.

Chegamos à rádio por volta das 23 horas. Ela comentou da infração que cometeu com o rapaz que estava na recepção e também com o apresentador do noticiário da noite, que estava deixando a emissora naquele momento. Depois foi fumar e tomar café, subindo para o estúdio para editar suas matérias por volta das 23h20. Ela ouviu as sonoras, enquanto escrevia, olhando também os textos sobre suas matérias, publicados no site. Editou as sonoras, redigiu os textos, gravou e montou as matérias. Gravou, então, um resumo das matérias para ser utilizado no início do jornal da manhã, antes da exibição integral das reportagens. Gravou também as chamadas que seriam usadas nos noticiários da manhã e da tarde. Finalizou o trabalho de edição por volta de 0h20, quando a pesquisadora foi embora.

Data da observação: 03/05/2017

Repórter: 3

Horário: 18h30 horas à 1 hora

Rádio – Banda B

A pesquisadora chegou à redação por volta das 18h30 e já encontrou a repórter na emissora. Ela estava nervosa porque o WhatsApp não estava funcionando e o processo de trabalho adotado pela rádio é muito dependente do aplicativo: as entrevistas são gravadas no whats, são transmitidas via whats para a equipe do site, os contatos com outros repórteres e também com algumas fontes são feitos pelo aplicativo. Ela tentou baixar o Telegram, para ter uma alternativa, mas encontrou dificuldades, talvez porque muita gente estivesse tentando baixar o aplicativo naquele momento. A repórter da tarde tinha baixado o Telegram, mas também estava com dificuldades para trabalhar, já que o whats deixou de funcionar pouco depois antes das 18 horas e suas sonoras foram gravadas via aplicativo. Ela não conseguia baixar as sonoras gravadas por whats. Após certa relutância, fez uma tentativa de enviar as sonoras por e-mail, entretanto o computador que ela utilizava não fez a leitura dos arquivos no formato enviado.

Nesta noite, a repórter que seria observada parecia mais preocupada em resolver o problema da falta do aplicativo para o trabalho do que em monitorar possíveis notícias que estivessem em andamento, seja ligando para fontes ou monitorando o rádio HT. Ela tinha uma pauta que não era de policial – a greve numa metalúrgica. Contou que já fez matéria sobre esse mesmo assunto, em outras oportunidades anteriores, e reclamou que estava com dificuldades para falar com o presidente do sindicato da categoria (Sérgio Butka), pois o contato com essa fonte, em geral, é feito via WhatsApp. Após algumas tentativas, a fonte

atendeu o telefone celular e concordou em gravar. Como o estúdio do qual ela fez a ligação estava sendo usado pela colega da tarde, que, enquanto não conseguia tirar suas sonoras, escrevia os textos, ela foi para o estúdio ao lado. Iniciou a gravação, mas notou que parecia haver algum problema no estúdio. Mesmo assim, prosseguiu. Depois, verificou que o retorno dela estava com problema, mas que era possível aproveitar a sonora.

De volta ao outro estúdio, a colega comentou que ouviu algo na frequência dos bombeiros. Ela ligou, mas não conseguiu ser atendida – caiu numa espécie de central de atendimento automático. Ligou, então, para a Sala de Imprensa da PM, para ver como estava o plantão. A princípio estava tranquilo. A colega comentou que não sabia como editaria suas matérias sem acesso ao whats. Elas pensaram numa alternativa: colocar para rodar o áudio feito via whats e regravá-lo no estúdio. Comentaram que isso comprometeria a qualidade, mas não encontraram outra alternativa. Perto de 19h30, resolveram colocar esse plano em prática. A colega da noite se propôs a ajudar a da tarde e as duas foram para o outro estúdio. Quando se preparavam para regravar as sonoras, começaram a comemorar: o whats voltou a funcionar.

Retornando ao outro estúdio, a repórter ouviu pelo HT a notícia de um achado de cadáver em Rio Branco do Sul, município da Região Metropolitana de Curitiba. Como é uma cidade distante, preferiu esperar a confirmação de que se tratava de morte violenta. Apesar do adiantado do horário, a repórter não estava tão preocupada quanto no dia anterior em ter algo para noticiar no programa da noite (que, normalmente, começa às 21 horas). O motivo: era quarta-feira, dia de futebol, quando não há noticiário da noite. Em dia de futebol, ela disse que só faz boletins ao vivo se for algo muito relevante. A repórter foi até o carro e começou a prepará-lo para sair, colocando GPS. Depois voltou e foi até outro estúdio, menor, que fica no andar inferior da rádio, onde outro profissional da emissora estava trabalhando. Ela gravou sua participação na radionovela da emissora – transmitida todos os dias, às 12h30, e reprisada à meia-noite, a radionovela é produzida a partir de histórias enviadas pelos ouvintes e com a colaboração dos profissionais da rádio para interpretar os personagens. A gravação foi rápida. Ela e o produtor se divertiram com o resultado. Depois disso, resolveu voltar ao estúdio que geralmente utiliza para trabalhar.

Às 19h56, ela confirmou com a polícia o homicídio em Rio Branco do Sul. Saímos da rádio com o intuito de fazer a matéria. O problema era como chegar ao local do crime. Ela pensou em ir até o IML e seguir o carro do instituto para chegar ao local, já que o município é extenso e ela não conhecia bem. Veio a confirmação por whats de que o crime ocorreu na localidade de Lombão do Florestal. Ela pediu ajuda à colega que ficou na rádio editando suas matérias, para descobrir como chegar ao local. Tentou também falar com um tenente,

conhecido seu, para obter orientações. Por whats, começou a falar com colegas para ver quem iria até o local. Um deles disse que iria e eles começaram a combinar um ponto de encontro. Outro colega, porém, mandou uma mensagem de voz por whats falando de outro crime, ocorrido nas proximidades do Jardim Botânico. Ela resolveu então apostar na segunda ocorrência que era mais próxima e comentou em tom de brincadeira que não sabia trabalhar sem o whats.

A colega que estava na redação retornou por whats e disse que o homicídio de Rio Branco do Sul era num local muito afastado e que a fonte dela recomendou que ela não se deslocasse até lá, pois, além de distante, era em lugar de difícil acesso. A colega sugeriu que ela tentasse, mais tarde, falar com alguém na delegacia da cidade por telefone, mas avisou que a equipe deveria demorar para retornar, em função da distância do local da morte. O tenente que ela contatou por whats também retornou. Disse que estava de folga e por isso não sabia do ocorrido, mas repassou algumas orientações por mensagem de voz. Ela constatou que as informações eram de como chegar ao município de Rio Branco do Sul, o que ela sabia e não para chegar a tal localidade de Lombão Florestal. A fonte respondeu que também não conhecia a localidade indicada.

Chegamos ao local do crime por volta das 20h20. Havia bastante congestionamento na pista. Ela estacionou o carro a uma quadra de distância do local do crime. Estávamos no Jardim Botânico, um bairro nobre de Curitiba, vizinho a uma vila popular (Vila das Torres), que ganhou notoriedade pela frequência com que era palco de notícias policiais, principalmente em função do tráfico de drogas, numa rua bastante movimentada que dá acesso à BR-277 (sentido litoral) e a alguns bairros. O crime ocorreu numa rua que corta a via principal e que sai justamente da Vila das Torres, dando acesso ao Jardim Botânico. A via extensa, de aproximadamente 300 metros, estava interditada. Cerca de 50 metros abaixo do local onde estávamos e em que havia uma faixa de isolamento, é possível ver um carro parado. As primeiras informações repassadas por colegas que estavam no local eram de que havia um morto dentro do carro. No local, teriam sido encontradas ao menos 20 cápsulas de pistola .40. Além dos policiais, dentro da área de isolamento, sobre a calçada, havia algumas pessoas, entre eles uma mulher que chorava muito e era amparada pelos demais. Seria a esposa da vítima, além de outros familiares.

O tenente responsável pelo atendimento da ocorrência (Manzur) veio, por iniciativa própria, falar com a imprensa. Ele passou algumas informações preliminares, inclusive que o jovem teria uma passagem na polícia e que seria filho de um traficante. Disse que estava levantando todas as informações e que, quando fosse possível, daria entrevista aos jornalistas.

Com base nas informações repassadas pelo policial militar, a repórter gravou um áudio e enviou para ser utilizado durante o programa esportivo que estava no ar (um falso ao vivo). Repassou também o áudio e mais algumas informações, além de fotos, para serem utilizadas pelo profissional que estava de plantão no site (à noite, o plantão do site é rotativo e é feito, de casa, por um repórter). Logo em seguida, o delegado da Delegacia Homicídios (Cássio) chegou ao local. Também chegaram os peritos, que começaram os levantamentos, além do carro do IML, que levaria o corpo.

Pouco antes das 21 horas, o tenente cumpriu o prometido e voltou para dar entrevista aos jornalistas presentes. Narrou a situação e destacou o fato de que, apesar do tiroteio e do carro ter ficado parado na pista, os populares não acionaram a polícia, o que só ocorreu quando um policial que passava pelo local foi verificar o que tinha ocorrido. Um dos repórteres começou a perguntar do envolvimento do jovem com crimes. O tenente confirmou que ele tinha passagem na polícia, porém, mesmo pressionado pelo repórter, não fez suposições sobre possíveis motivações, incluindo a relação do crime com tráfico de drogas. Após ouvirem o tenente, os repórteres resolveram esperar para conversar também com o delegado.

Além dos jornalistas, alguns parentes e conhecidos das vítimas também ouviram a entrevista com o tenente da PM e pareciam não ter gostado do que escutaram, sobretudo dos questionamentos do repórter sobre a ligação do crime com o tráfico. O grupo de conhecidos da vítima que estava dentro do cordão de isolamento aumentou consideravelmente, somando cerca de 20 pessoas. Havia também conhecidos da vítima fora do cordão, próximos do local em que a imprensa estava. Alguns começaram a fazer comentários negativos sobre a atuação a imprensa. Um homem começou a tirar fotos com o celular dos jornalistas presentes. Um clima de tensão se estabeleceu entre repórteres e populares. A repórter acompanhada era uma das mais incomodadas com a situação, comentando repetidas vezes que não gostava deste tipo de coisa. Os repórteres começaram a ficar preocupados com os carros, deixados uma quadra antes de onde estavam, temendo que algum conhecido da vítima pudesse danificá-los. Um cinegrafista se ofereceu para ir ao local e olhar os carros. Por precaução, a repórter observada orientou a colega do portal e retirar o nome das duas da matéria. Um PM também orientou que os repórteres não ficassem próximos dos familiares e conhecidos da vítima.

Uma repórter da BandNews, que mora nas proximidades do ocorrido, passou pelo local e parou para ver o que o estava acontecendo. Os repórteres que estavam no local eram todos setoristas de segurança. A colega que chegou, e que não é setorista da área e não conhecia os colegas que estavam no local, perguntou o que estava acontecendo, mas nem

todos se dispuseram a ajudá-la (ao contrário do que fazem quando o pedido de ajuda vem de algum repórter conhecido). Um repórter de um portal indicou para a repórter o tenente como a pessoa que poderia dar entrevistas, mas ele não estava próximo. Alguns colegas passaram algumas informações, mas ninguém se dispõe a repassar a sonora, como é comum entre o grupo de setoristas. A repórter não sabia se ficava ou ia embora. Depois de um tempo aguardando, conseguiu falar com o tenente e foi embora.

Enquanto aguardavam para falar com o delegado, os repórteres conversavam sobre o caso e outras histórias policiais, falando também sobre assuntos pessoais, fazendo brincadeiras e reclamando de fome. Alguns ficaram curiosos com a função da pesquisadora e houve quem comentasse, como que brincando, que “não podia fazer algo” porque eles estavam sendo observados. A repórter acompanhada continuou reclamando de fome e um colega de tevê lhe ofereceu uma banana. Os repórteres pareciam descontraídos, enquanto aguardavam o delegado para a entrevista, mas ainda estavam incomodados com o tom intimidador adotado por alguns familiares e conhecidos da vítima, que não paravam de olhar para os repórteres, mesmo eles estando mais afastados e com uma viatura separando repórteres e populares, que, a pedido da polícia, agora estavam fora do cordão de isolamento. O corpo da vítima continuava dentro do carro. Depois de mais alguns momentos, um repórter disse que quem tirou as fotos deles não foi um familiar ou conhecido do baleado, mas um morador da região, que queria postar a movimentação no bairro em suas redes sociais. A tensão voltou, porém, quando um policial comentou que todos os familiares da vítima já tinham sido presos ao menos duas por tráfico de drogas. Os repórteres começaram a dizer que teriam que sair do local todos juntos, para evitar qualquer represália.

Eram 22 horas e alguns repórteres começaram a dizer que não iriam mais esperar pela entrevista do delegado. Colegas pediram para todos aguardarem, mas parte realmente desistiu. Às 22h28, o delegado (Cássio Conceição) se aproximou do grupo e conversou com os repórteres que permaneceram no local. Ao contrário do policial militar, o delegado não fez menção ao tráfico de drogas, dizendo que tudo seria apurado durante as investigações. Às 22h37, saímos do local. Antes, porém, surgiu a informação de um homicídio no município de Fazenda Rio Grande. Do carro, a repórter ligou para a Sala de Imprensa da PM e confirmou o assassinato. Ela resolveu passar no Posto Pelanda para usar o banheiro e pegar um lanche. Saímos do posto às 22h57. Ela comentou que naquele dia teria que pisar mais no acelerador para chegar ao local do crime, colocou o endereço do crime no GPS e seguiu apressada.

Chegamos ao local do crime às 23h37. Outros repórteres já estavam no local, inclusive alguns que só cobrem casos na região metropolitana e por isso não eram conhecidos

da jornalista observada. A cena do crime era a seguinte: um corpo estava caído, coberto, na calçada, ao lado do prédio da prefeitura da cidade. Havia policiais, repórteres e alguns curiosos, que olhavam a cena à distância. Um dos repórteres que só atua na região metropolitana ligou para uma fonte na polícia e conseguiu informações da vítima (nome, idade, onde trabalhava). Os policiais que estavam no local tinham poucos dados, como que ele foi morto com um tiro. Surgiram informações desconhecidas de que o crime teria relação com futebol e tráfico. Tanto os policiais militares como o policial civil que estavam no local, além de passarem poucas informações, se negaram a dar entrevista. Os militares disseram que só o tenente poderia falar, mas que ele dificilmente iria ao local. O civil disse que só o delegado poderia dar entrevista, mas que ele também não iria ao local, pois estava em outro município distante – um delegado estava de férias e outro foi designado para cuidar dos dois municípios que ficam distantes um do outro. O policial civil também comentou que, da última vez que deu entrevista, foi questionado e estava tendo que responder a uma sindicância por causa disso. A repórter comentou, então, que a saída, talvez, fosse ir até o quartel dos bombeiros conversar com quem foi ao local para tentar socorrer a vítima. O problema era que encontraríamos a equipe dormindo, mas que, com sorte, conseguiríamos a entrevista, já que ela não podia fechar a matéria com informações tão genéricas e sem nenhuma sonora.

Um repórter de tevê foi gravar sua passagem com as informações que conseguiu apurar. Três garotos que observavam ouviram e disseram que não era assim que as coisas aconteceram. Ele foi então conversar com os rapazes, que pareciam ter no máximo 18 ou 19 anos. Eles contaram que estavam com a vítima momentos antes do crime, que ele tinha ficado com uma menina e que uns rapazes, que estavam drogados, implicaram com ele por causa da garota e que por esse motivo ele foi morto. Ele foi convidado a gravar e concordou, desde que sem ser identificado. Ele ficou de costas para gravar. Mesmo assim, os cinegrafistas preferiram fixar a câmera no local do crime, para não ter risco de identificarem a testemunha, que, por viver na região, também poderia virar alvo do atirador.

Sáimos do local por volta de meia-noite e dez. Ela passou uma mensagem de whats para um tenente conhecido para ver se conseguia mais alguma sonora sobre o caso, para fechar sua matéria. Ele respondeu que não podia ajudá-la neste caso, pois estava trabalhando em outra situação, que também merecia menção na rádio. O tenente comprometeu-se, então, a enviar sonora, foto e um texto sobre o caso. Ela agradeceu e comentou que teria que editar também essa matéria, apesar do adiantado da hora, já que “uma mão lava outra”, o que significa que ela preferia divulgar o assunto repassado pelo tenente para fidelizar a fonte, caso precisasse de ajuda em outra ocasião.

Chegamos à rádio por volta de uma hora da manhã. A repórter ainda teria que editar suas matérias. Pensou ainda em como recuperar a notícia do homicídio em Rio Branco do Sul. Disse que faria uma tentativa de falar com a delegacia. Neste momento, a repórter desceu para fumar e a pesquisadora despediu-se, sem acompanhar a edição e a tentativa de contato com a delegacia, pois no dia seguinte faria observação, a partir das 8 horas, em outra emissora.

Data da observação: 06/05/2017

Repórter: 2

Horário: 6h10

Rádio – Banda B

A pesquisadora chegou à emissora atrasada, às 6h10, já que o combinado eram 6 horas. A repórter que seria acompanhada neste dia – um sábado – não estava no local, porém. A pesquisadora ficou aguardando pela repórter na recepção junto com o recepcionista, que entrou às 19 horas e que sairia às 7 horas. O programa jornalístico matutino da emissora já estava no ar desde as 5 horas.

Às 06h25, a repórter enviou uma mensagem de WhtasApp à pesquisadora, avisando que perdera o horário e que estava correndo para ir à emissora (a pesquisadora também passou a usar o aplicativo para se comunicar com os três repórteres desta emissora especificamente). Às 06h30, a repórter enviou outra mensagem, avisando que se atrasaria ainda mais, pois teria que passar no Quartel dos Bombeiros, que fica próximo de sua casa, para recuperar as ocorrências da madrugada. Às 6h40, disse que demoraria um pouco mais, pois esperaria para falar com o médico sobre a situação de uma pessoa que foi ferida por “arma branca” (objeto cortante, como faca ou facão). Ela comentou também sobre outras possíveis pautas que tentaria recuperar com o médico: um atropelamento no bairro Boqueirão e uma colisão entre um carro e uma moto no Cristo Rei.

Às 6h44, da portaria da rádio, a pesquisadora ouviu a repórter fazer sua primeira participação ao vivo do dia. Ela falou sobre os casos de atropelamento e do ferido por arma branca. Mencionou ainda duas colisões com trens, que teriam ocorrido durante a madrugada, e sobre as quais ela ainda estava apurando informações.

A repórter não veio para a emissora, porém, e às 7h22 entrou, ao vivo novamente, do Hospital do Trabalhador, entrevistando o médico da ambulância que atendeu tanto a vítima de arma branca, como os feridos de dois acidentes com trens. Às 7h40, faltando 20 minutos para o encerramento do programa, a repórter fez sua terceira participação ao vivo do dia, com

entrevista com um cabo dos Bombeiros em que detalhou um pouco mais as circunstâncias das colisões entre carros e trens, ocorridas durante a madrugada.

A repórter chegou à emissora às 8h15 e foi tomar café – neste dia, alguém havia comprado pães e frios e ela, via estacionamento da emissora, foi direto para cozinha, pedindo para a pesquisadora ir encontrá-la. Depois do café, a repórter bateu o ponto (mais de duas horas depois de iniciada, efetivamente, sua jornada, mas sem preocupação com isso, já que, por ser sábado, teria que trabalhar o dia todo e, certamente, ultrapassaria sua jornada) e saímos da emissora às 8h40. Antes, porém, colocamos no carro da rádio – neste dia, excepcionalmente, uma pequena caminhonete, já que os veículos novos tinham sido levados para serem plotados com a marca da rádio – uma cadeira de banho, que seria entregue pela repórter à conhecida de um enfermeiro, que pediu para ela.

A repórter recebeu a informação de que um homicídio teria ocorrido em Piraquara. A informação veio por whats, da mulher de um policial aposentado, que monitora as frequências policiais. Ligou então para a Sala de Imprensa da Polícia Militar, mas não obteve a confirmação do fato. Um colega avisou por whats que fez contato com o IML e reforçou que a informação não procedia. Ela decidiu seguir para o Posto 40 e comentou que havia uma coletiva marcada para as 11 horas, na Divisão de Homicídios e de Proteção à Pessoa, sobre a morte de um auditor-fiscal, ocorrida há alguns dias. No rádio HT, veio a informação de um acidente, mas ele resolveu manter o planejado, já que, a princípio, o acidente não teria sido grave.

No Posto, aguardando para ver se alguma pauta surgia, ela comentou que a informação dos acidentes com trens, ela recebeu por mensagem do colega que criou o grupo de whats Rede News e que, naquele dia, tinha acompanhado uma equipe de tevê que trabalhou durante a madrugada. Comentou também que o médico que conversou com ela para a entrada ao vivo sempre costuma falar. Naquele dia, porém, ela temeu que ele não quisesse falar, pois ele fizera muitos atendimentos e estava visivelmente cansado.

Enquanto aguardamos, conversamos também sobre o aplicativo de celular usado para gravar e repassar as entrevistas à emissora. Trata-se do Tieline, que, segundo ela, é pago e por isso tem apenas no celular da rádio, que é usado pelos três repórteres que se revezam durante manhã, tarde e noite. Ela comentou que a qualidade das gravações e das entradas ao vivo é excelente e que eles usam o aplicativo Tieline associado ao WhatsApp.

Conversamos também sobre os grupos de WhatsApp dos quais ela participa e que servem para compartilhar pautas e informações. Ela considera que o mais confiável é o Rede News, que estava naquele dia com 125 membros. Segundo ela, o grupo foi formado por um

motorista de ônibus, que queria compartilhar informações sobre o que via em seu trajeto. Com o tempo, foram agregados repórteres, policiais, delegados, socorristas dos bombeiros, enfim jornalistas e fontes da área policial de diferentes áreas, além de motoristas de ônibus e taxistas. Ele falou também que o criador do grupo tinha sido demitido recentemente da empresa de ônibus na qual trabalhava e resolveu investir no Jornalismo. Ele passou a sair junto com equipes de reportagem (como carona), conseguiu na Delegacia Regional do Trabalho um registro de jornalista e já trabalhava como informante remunerado de um site de notícias da cidade, para o qual repassava fotos e informações. Ela comentou que há outros grupos para a troca de notícias, como o Giro de Notícias CWB, um dissidente do primeiro, que tem 194 membros, mas que ela considera menos confiável do que o Rede News no que se refere às informações transmitidas.

Às 9h48, saímos do Posto Pelanda para levar a cadeira de banho no Boqueirão. Ela colocou o endereço no GPS e procurou falar, por whats, com a pessoa que pediu a cadeira. A mulher não estava em casa, mas avisou que alguém esperaria pela repórter. No caminho, um colega de outra emissora pediu a sonora da coletiva das 11 horas e ela prometeu passar. Chegamos no local da entrega às 10h09. Às 10h16, saímos em direção à coletiva. No caminho, ela ligou para a Sala de Imprensa da PM para verificar se tinha algo mais ocorrendo, mas estava tudo tranquilo.

Chegamos na Delegacia às 10h50 e já encontramos alguns repórteres, cinegrafistas e fotógrafos aguardando numa sala com poltronas e parede toda plotada com insígnias da polícia. Ao lado havia uma pequena sala com a porta fechada de onde os policiais retiraram, minutos depois, o preso que seria apresentado. Com os pés e mãos algemados, ele foi levado a outro ponto da delegacia para colocar uma camiseta (uniforme) usada pelos presos durante as apresentações. Os cinegrafistas começaram a posicionar as câmeras para filmar o preso quando ele fosse trazido. Depois desistiram e resolveram focar na parede plotada, onde o delegado (Cássio) ficaria posicionado no momento da entrevista.

O assessor de imprensa da Sesp chegou apressado por volta das 11 horas. Cumprimentou a todos e foi para uma sala falar com o delegado. Como o preso é acusado de participação num crime que teve grande repercussão, a coletiva não atraiu somente repórteres policiais, mas também profissionais de meios que, em geral, não fazem esse tipo de cobertura. O delegado veio conversar com os jornalistas, acompanhado de outros policiais e do assessor de imprensa. Desta vez, provavelmente por ser sábado, o assessor não chegou a produzir release. Ele comentou que era o segundo fim de semana seguido que estava tendo que trabalhar (no domingo anterior, haviam sido presos outros homens envolvidos com o mesmo

crime). Às 11h18, começou a coletiva com o delegado. Encerrada a entrevista, pouco antes das 11h30, a repórter voltou a falar com delegado, desta vez para uma participação que, a princípio, parecia ser ao vivo, mas depois ficou caracterizada como “falso ao vivo”. O preso foi trazido para imagens e para quem quisesse tentar falar com ele. A repórter tirou uma foto e nem tentou falar com o detido, já que a emissora não tem por prática entrevistá-los. O assessor de imprensa ofereceu então imagens de vídeo que mostrariam o preso e os comparsas em ação. A repórter não trouxera pendrive (alguns colegas haviam levado), mas o assessor disse que tentaria passar para ela por wetransfer. O assessor colocou, então, o vídeo para rodar no computador. Tanto os repórteres com pendrive como os que não levaram o dispositivo resolvem fazer imagens do computador, por ser mais rápido para enviar o material aos seus veículos de comunicação.

Às 11h55, saímos da delegacia. Embora a pesquisadora tenha acompanhado a produção de apenas uma matéria, a repórter contou que produziu quatro, com as sonoras feitas no início da manhã, no Corpo de Bombeiros e com o médico do Siate. Com o carro em movimento, ela ligou para a Sala da PM para pegar informações complementares para suas matérias. Às 12h30, chegamos à redação. A repórter baixou os áudios e começou a edição do material. Ela iniciou também alguns textos. Informou, porém, que faria uma parada às 13 horas para almoçar. A pesquisadora perguntou se ela precisaria entrevistar mais alguma fonte para fechar suas matérias e ela respondeu que já tinha as sonoras de que necessitava. Por volta das 13 horas, a pesquisadora se despediu e a repórter foi almoçar (ela voltaria no período da tarde e, além terminar a edição de suas matérias, faria outras que surgissem no seu segundo turno de trabalho do dia).

Data da observação: 03/05/2017

Repórter: 4

Horário: 8 horas às 12 horas

Rádio: BandNews

O período de observação na Rádio BandNews começou às 8 horas. Como a pesquisadora já conhecia a emissora e a equipe (da fase exploratória da pesquisa), entrou na emissora e foi até o estúdio de transmissão, onde encontrou a maioria da equipe, incluindo o repórter que seria observado e diretora de jornalismo, que foi quem autorizou a pesquisa na emissora. A equipe estava definindo as pautas, a partir de uma varredura em sites de notícias. Ao contrário do que ocorreu na fase exploratória, quando o repórter recebeu pautas com um

mínimo de informações e orientações, desta vez as pautas não foram redigidas. Só foram repassados os assuntos: pesquisa que aponta o centro como o local mais violento de Curitiba; advogada presa por participar de assalto milionário da fronteira com o Paraguai; e morto no Completo Médico Penal, mesmo local onde estavam presos da operação Lava Jato.

Fomos para o estúdio de gravação às 8h17, para que o repórter começasse sua produção. Ele iniciou a primeira matéria, resgatando a nota feita por uma colega da tarde sobre a pesquisa que apontou o centro como o local mais violento de Curitiba. Entrou também no site da Tribuna para ver notícias policiais. Acessou o site da Sesp para ver as estatísticas sobre violência em Curitiba. Na sequência, monitorou mensagens de whats e voltou para as estatísticas da Sesp. Ele comentou que no início da manhã é difícil conseguir informações, porque os assessores e fontes começavam a trabalhar mais tarde. Na Sesp, por exemplo, só há assessores a partir das 9 horas. Mesmo assim, ligou para o 1.º Distrito (que é responsável pelas ocorrências policiais do Centro da cidade), para tentar falar com o delegado. O funcionário que atendeu foi meio irônico, falando que era muito cedo para o delegado já ter chegado. Ele enviou, então, mensagens para o delegado, para a assessora da Polícia Civil, da Sesp e da prefeitura e aguardou retorno.

Voltou-se, em seguida, para matéria do preso morto no Complexo Médico Penal. Às 8h27, tentou falar diretamente com o delegado que coordenava o Depen, ligando para o celular dele. Ele não atendeu. O repórter comentou que ele costuma dar entrevista. Resolveu, então, ligar para a assessora de imprensa da Polícia Civil, para marcar entrevista com o delegado sobre a violência no Centro de Curitiba, mas não conseguiu. Enquanto aguardava, olhou alguns grupos no WhatsApp. Às 8h30, a assessora de imprensa da prefeitura deu o retorno por whats, dizendo que a entrevista com o secretário que fez a pesquisa sobre a violência em Curitiba estava marcada para 9h20 e passou o contato para ele ligar.

O repórter buscou, então, no relatório do IML o nome do morto no Complexo Médico Penal, mas não constava no relatório. Por whats, pediu para um colega da Rede Massa o telefone da assessora do Departamento Penitenciário (Depen), que administra as unidades prisionais no Paraná. Ele foi convocado, na sequência, para uma entrada ao vivo, que ocorreu às 8h41. Falou sobre a morte do preso do Complexo Médico Penal a partir de informações extraídas de um site de notícias. Ele enviou uma mensagem por Facebook para a assessora da Polícia Civil e aguardou retorno sobre o pedido de entrevista para gravar com o delegado do 1.º Distrito sobre a violência no centro.

Falou então whats com uma colega da CBN (emissora concorrente, mas pertencente ao mesmo dono), que também entrevistaria a fonte da prefeitura, conforme a assessora de

imprensa havia comentado. Em tom de brincadeira, reclamou que ela estava atrasando a entrevista dele. Ela respondeu que a entrevista dela estava marcada somente para as 9h15, mas que ele pode ligar antes dela, se quisesse. Ele disse que era brincadeira. Enquanto isso, continuou construindo o texto da matéria, a partir do que foi deixado pela colega e em informações extraídas de outros textos (site a prefeitura e de notícias). Uma colega entrou na sala e pediu para usar o equipamento em que ele estava, para gravar uma entrevista. Ele saiu do local e foi para a cozinha.

Às 8h53, a assessora da Polícia Civil passou, por mensagem, o número do celular do delegado do 1º Distrito Policial. Ele ligou, o delegado atendeu, mas a ligação não estava boa, pois o delegado estava em deslocamento e pediu para ele fazer nova tentativa em 10 minutos. A pesquisadora perguntou se a assessoria de imprensa costuma passar o número de celular dos delegados e ele respondeu que depende da fonte, já que algumas autorizavam e outras não. Ele continuou mexendo no texto da violência em Curitiba, pegando os números deixados pela colega e fazendo médias mensais e diárias de ocorrências. Às 8h58, tentou falar com assessora do Depen sobre o pedido de entrevista com o diretor, no número celular informado pelo colega da Rede Massa. Não conseguiu. Entrou então em grupos de whats (Rede News, Galera do Boné) para monitorar o que estava sendo dito.

Começou a produzir o texto que levaria ao ar no início do programa. Às 9h02, o assessor da Sesp respondeu seu whats, perguntando o que ele precisava e ele pediu dados atualizados sobre criminalidade em Curitiba, argumentando que os últimos dados disponíveis no site eram de setembro do ano passado (os dados deveriam ser divulgados a cada três meses), estando atrasados, portanto, há mais de seis meses. O assessor prometeu dar um retorno mais tarde. O repórter voltou ao site da prefeitura, onde achou alguns dados sobre a violência. Quinze minutos antes do combinado, às 9h05, ligou para o secretário da prefeitura que daria a entrevista (Algacir Mikalovski, de Defesa Social). O número discado é o da secretaria e o secretário já estava disponível. Além da questão da pesquisa sobre a violência, o repórter aproveitou para falar sobre reclamações do Sindicato da Guarda Municipal, relacionadas ao orçamento da pasta e que foram noticiadas na Tribuna do Paraná. A fonte respondeu de forma lacônica a esses questionamentos inesperados e, depois de desligar o telefone, o repórter comentou que o secretário não gostou muito de ser indagado sobre aquele assunto. Pergunto se ele faria outra reportagem a partir desta outra parte da entrevista e ele respondeu que, a princípio não, mas que deixaria a sonora guardada, caso o assunto entrasse em pauta. Comentou também que o entrevistado não falou nada de muito interessante, que ainda tinha bastante coisa para fazer e que só investiria na matéria caso alguma pauta caísse.

Às 9h12, ele ligou para o delegado do 1º Distrito (Gil Tesseroli) para gravar sobre o tipo de ocorrências mais comuns no centro e o trabalho da polícia. Enquanto, o delegado falava, checkou o e-mail. Assim como ocorreu com o secretário, ele aproveitou para falar de outro assunto: a superlotação na carceragem da unidade. O delegado comentou o assunto, mas não revelou o número de presos. Enquanto ouvia o delegado, ele conferiu o whats. Ao mesmo tempo, já parecia ir marcando os pontos da sonora que usaria em sua matéria. A partir do que ouviu do entrevistado, vai também editando o seu texto, incluindo ou suprimindo informações.

Encerrada a entrevista, ele voltou a falar com pessoas pelo whats, ao mesmo tempo em que mexia no computador. Às 9h30 o noticiário local começou. Ele e a colega, que fica no equipamento ao lado do dele, foram até o estúdio de transmissão, separado do local onde eles ficam apenas por uma parede, com uma grande janela, que permite contato visual. A preferência é por dar a manchete do estúdio de transmissão, em função da qualidade do som. Desta vez, ele falou da matéria sobre a violência em Curitiba (que havia sido mancheteada por outro colega, no boletim anterior). Voltou ao estúdio de gravação e retomou a edição da matéria sobre a violência em Curitiba. Antes de finalizá-la, chegou o que o G1 trazia sobre o assunto. Às 9h41, entrou ao vivo com a matéria completa.

Após a participação, voltou a se dedicar à matéria do Depen, construindo o texto a partir de informações encontradas em sites de notícias, já que não havia conseguido retorno da assessoria e nem falar com o diretor da unidade. Minutos depois, o assessor da Sesp liga avisando que passara, por e-mail, alguns dados sobre violência (no modelo gráfico de pizza). Ele olhou rapidamente as informações. Como a matéria já estava fechada, comentou que, se desse tempo, mais tarde olharia com mais atenção os dados e mudaria a matéria.

Às 9h55, a assessora do Depen liga. Ela passa uma nota por e-mail e avisa que ninguém falaria sobre o caso. Mesmo assim, o repórter tenta falar novamente com o diretor da unidade (delegado Luiz Aberto Cartaxo), argumentando que, mesmo quando a assessoria diz não, ele costuma atender a imprensa. Às 9h58, o delegado atendeu a ligação. Disse, porém, que não estava sabendo de nada, pois estava viajando e que, se tivesse as informações, daria a entrevista sem problemas. Ele fechou, então, a matéria com base na nota passada pela assessoria de imprensa e informações extraídas em sites de notícias. Avisou o apresentador que tinha notícia para entrar no ar e foi chamado. Entrou só com a nota sobre a morte no Depen, sem entrevistas. O gancho principal foi o fato de a morte ter ocorrido na unidade prisional onde estão presos investigados da Lava Jato. Eram 10 horas e ele já havia finalizado duas matérias, ambas já levadas ao ar no noticiário local.

Mesmo já tendo finalizado a matéria da violência em Curitiba, o repórter se dispôs a olhar dados da pesquisa, enviados pela assessora da prefeitura. Quando abriu o e-mail, porém, constatou que não veio o anexo e avisou, por whats, a assessora, que prometeu encaminhá-los em seguida. Ele foi, então, verificar e-mails que pareciam ser particulares. Às 10h18, começou a cuidar da terceira pauta, a da advogada presa acusada de participação em assalto milionário no Paraguai. Comentou, porém, que todas as fontes eram de São Paulo, de onde a advogada é e onde ela foi presa. Ele começou então a buscar informações na internet. Pegou um texto da Massa News como base. Leu também uma matéria do Estadão sobre o assunto. Com base nas informações das duas matérias, começou a produzir seu texto. Para fazer sua matéria, buscou no arquivo da rádio reportagens sobre o assalto. Em seguida pesquisou a cotação do dólar, para falar do valor roubado no assalto convertido em reais. Procurou também na internet informações em processos em que o nome da advogada era citado, a partir dos quais constatou que ela era defensora de integrantes do PCC, entre o conhecido traficante Marcola. Ele comentou também que, embora todo o caso tenha ocorrido em São Paulo, eles estavam fazendo matéria sobre o assunto porque o assalto no Paraguai foi amplamente divulgado pela emissora de Curitiba. Às 10h34, ele avisou que já havia concluído a terceira matéria e que podia entrar ao vivo. Foi chamado para falar às 10h38 e leu seu boletim (a segunda matéria do dia fechada sem sonora). Um detalhe, cada repórter faz os textos e edita as sonoras que ficam disponíveis para serem lidas por outros colegas. Assim, dependendo do horário em que a notícia é levada ao ar (uma mesma notícia pode ser veiculada várias vezes, no mesmo dia), um repórter diferente pode aparecer como autor na notícia.

Ele passou, então, os títulos de suas matérias para o estagiário da emissora colocar no Facebook da rádio. Começou a ver o vídeo de uma campanha do Detran (talvez a procura de uma nova pauta). Entrou no Facebook e depois no site da Gazeta do Povo. Às 10h57, participou do Giro de Notícias, com nova entrada ao vivo, falando da violência no Centro de Curitiba (trouxe só o começo da matéria, que já havia sido veiculada na íntegra). Na sequência, perguntou à colega se ela precisava de ajuda, pois já havia fechado suas pautas. Recebeu um pedido de boletim da rede sobre a morte no Complexo Médico Penal, que seria veiculado às 11h40. Ele mudou um pouco seu texto para a entrada nacional, enfatizando logo no início do boletim que a unidade abriga presos como José Dirceu (que seria liberado naquele dia), Eduardo Cunha e Nestor Ceriveró. Conferiu o número de presos na unidade, preparou o texto e gravou, deixando tudo pronto para ser veiculado na rede.

A colega que faz a locução das 11 às 12 horas, e que divide a sala com ele, recebeu uma ligação informando que a filha não estava bem. Ela saiu mais cedo e pediu para outra

colega cobri-la na tarefa. Ele avisou que já havia terminado suas pautas e que, caso necessário, poderia ajudar. Ele começou, então, a cuidar de assuntos particulares, como emissão de boletos bancários, entre outros. A pesquisadora foi embora às 12 horas. Neste momento, o repórter, como dito, já havia concluído suas pautas, mas permaneceria na rádio até as 13 horas e faria ao menos mais uma entrada ao vivo, no Giro de Notícias, feito, a cada hora, no meio da programação nacional.

Data da observação: 04/05/2017

Repórter: 4

Horário: 8h03 às 12 horas

Rádio: BandNews

Quando a pesquisadora chegou à emissora às 8h05, o repórter já estava com suas pautas: um acidente na Rodovia dos Minérios, registro sobre o Atletiba da noite anterior (a emissora não tem equipe esportiva) e matéria sobre a diminuição da taxa de homicídios em Curitiba no primeiro trimestre do ano, em relação ao mesmo período do ano passado. As pautas foram passadas ao repórter somente com a indicação do tema, sem sugestão de fontes ou de linha.

O repórter demorou um pouco para começar sua produção. Por volta de 8h30, foi para o estúdio de gravação e abriu o release e os dados sobre violência, disponibilizados na página da Sesp. Tentava encontrar nas estatísticas informações mais interessantes, não exploradas no release, que tinha a seguinte manchete: “Curitiba tem queda de 31,5% no índice de homicídios em 2017. Paraná reduziu 14%”. A pesquisadora comentou com ele a aparente coincidência de ele ter cobrado, no dia anterior, dados atualizados sobre violência no Paraná e, no mesmo dia, a Sesp ter atualizado a página e ter divulgado as taxas de homicídios (embora ele estivesse fazendo a matéria no dia 4, o release havia sido publicado no dia anterior). Ele pareceu não ter se dado conta da situação antes, mas depois comentou o fato com uma colega. Ele falou também que a Sesp só explorou os dados positivos, no caso a queda de homicídios, ignorando os indicadores negativos, relacionados a outros crimes.

Às 8h43, o apresentador perguntou se ele e a colega que estava ao lado tinham novidades para entrar no Giro de Notícias. A princípio, ele disse que não. Lembrou então da pauta do acidente na Rodovia dos Minérios e, rapidamente, entrou num site de notícias, falando para o apresentador que agora tinha informação para um boletim. Com base no que leu no site de notícias, digitou rapidamente um texto próprio, que foi lido no ar, na sequência.

Voltou então à produção da matéria dos homicídios. A diretora de jornalismo entrou na sala e pediu mais informações sobre o acidente na rodovia. Ele entrou no Facebook da Polícia Rodoviária, olhou sites e, por mensagem, passou mais dados à diretora – a situação parecia já controlada.

Às 8h50, ele passou uma mensagem de whats para o delegado Fábio Amaro, da Delegacia de Homicídios, pedindo para ele comentar os números de homicídios. Ele falou que às vezes o delegado dá entrevista sem a intermediação da assessoria, mas, em outros casos, pede para falar antes com os assessores. No geral, ele contou que a maioria dos delegados pede para que as entrevistas sejam marcadas via assessoria, mas que alguns, sobretudo os mais antigos, concordam em falar sem essa intermediação. Enquanto esperava retorno, continuou analisando os dados divulgados pela Sesp. O delegado respondeu a mensagem, disse que daria a entrevista, mas pediu 20 minutos até chegar à delegacia, para onde estava se deslocando e para onde o repórter deveria ligar.

Na mesma lauda que fez a nota do acidente na rodovia, começou a escrever a matéria dos homicídios. Imprimiu algumas planilhas para ver melhor os dados disponibilizados no site da Sesp, fez cálculos e tentou encontrar nos documentos informações melhores do que as que constavam no release. A assessoria também disponibilizou sonoras do secretário de Segurança, do delegado-geral da Polícia Civil e do delegado da especializada em homicídios, para as emissoras de rádio. O repórter separou um trecho da entrevista com o secretário, que, segundo ele, é mais difícil de ser feita, e disse que faria ele próprio a entrevista com o delegado da Homicídios, para complementar a matéria. Enquanto isso, continuava trabalhando no texto.

A diretora de jornalismo pediu ao repórter o contato de outro delegado para uma entrevista por telefone, já que eles estavam com poucas matérias. Ele passou o número do delegado. Às 9h27, começou o noticiário local e, logo no início do programa, o repórter entrou com a manchete da matéria de homicídios. Verificou então o WhatsApp por onde foram enviadas fotos do acidente na rodovia. A pesquisadora perguntou se o uso das imagens é autorizado. Ele respondeu que algumas são, para outras é preciso pedir para o autor e outras ainda não podem ser utilizadas. Em geral, o site precisa colocar o crédito do autor da foto, o que não é feito somente quando o autor pede para não ser identificado.

Ele ligou então para o delegado. A ligação estava ruim e ele precisou ligar novamente. Antes de iniciar a entrevista, o delegado convidou o repórter para um almoço. Não deu detalhes, mas parecia ser um almoço que o repórter já tinha ciência e com a presença de outros profissionais da imprensa. O repórter respondeu que não poderia, pois o almoço

ocorreria em horário de expediente, acrescentando que ficaria para uma próxima oportunidade. Ele começou a entrevista e, ao mesmo tempo em que ouvia o delegado, fazia ajustes no texto da matéria e também olhava sites. Ao fim da entrevista às 09h44, o repórter já começava a edição, procurando trechos da sonora e ajustando o texto. Terminada a matéria, foi até o estúdio de transmissão, disse que tinha uma matéria e, às 9h58, entrou no ar com a matéria completa. A reportagem foi aberta que os dados positivos da queda de homicídios, mas o repórter também apresentou os números de furtos e roubos de veículos, que aumentaram no período.

Às 10 horas, o repórter voltou para o estúdio de gravação, acessou o site da Banda B e leu a matéria sobre o acidente na Rodovia dos Minérios. Comentou que os dados que constavam na matéria do site eram os mesmos enviados, em um grupo de whats, por um policial que atendeu a ocorrência. Ele fez então contato, por whats, com um repórter da Rádio Banda B e perguntou se ele poderia ceder uma sonora sobre o acidente. O repórter respondeu que podia, mas que não tinha nenhuma sonora com fonte oficial – somente com populares que estavam no local. O colega disse que passaria para ele avaliar, mas ele comentou que dificilmente usaria a sonora.

O repórter voltou-se, então, para a matéria do Atlético. Procurou na internet a coletiva dada pelo time após o jogo. Depois de um tempo de procura e de ouvir algumas sonoras, encontrou, no YouTube, a coletiva feita pelo técnico, postada no canal oficial do time (a TV CAP). Ele comentou que, por ser coletiva, podia usar a sonora, mesmo que estivesse no site de outro veículo, mas que, encontrando no veículo oficial do time era melhor. Se fosse trechos exclusivos de outras emissoras, mesmo que a informação fosse importante, não poderia usar. Ele ouviu trechos da coletiva e buscou no ESPN informações de como foi o jogo. Conferiu ainda a matéria do G1. Depois, com base no que leu e ouviu, fez seu próprio texto.

Por whats, o delegado ouvido para a matéria da queda na taxa de homicídios, pediu cópia de sua entrevista. Ele respondeu que, naquele momento, não seria possível, mas que poderia providenciar após as 11h30. Às 10h30, a diretora de jornalismo perguntou se ele já havia finalizado a matéria do Athletiba. Ele respondeu que ainda não. Dois minutos depois, terminou a matéria e avisou que já poderia entrar com a reportagem. O retorno foi que ele deveria esperar.

Às 10h33, a diretora de jornalismo disse que precisava da ajuda dele e pediu para que ele fosse com ele a outra sala. A pesquisadora não foi chamada para ir junto. Ele retornou vinte minutos depois, às 10h53. Verificou, então, mensagens no celular e na internet. Por

mensagens, começou então a conversar com alguns colegas sobre os dados de assassinatos. A diretora de jornalismo voltou a procurá-lo e pediu para ele “fazer a mesa”, ou seja, ficar responsável por operar a mesa e fazer as entradas ao vivo, das 11 às 12 horas, quando o informativo nacional estava no ar. O repórter começou a fazer a mesa às 11h11, quando ocorreu o Giro de Notícias da hora, com participação de outros repórteres.

A pesquisadora perguntou, então, se ele não precisaria finalizar suas matérias. Ele disse que ainda trabalharia os textos, mas que eles seriam lidos por outros repórteres nos períodos de informativo local. Nos intervalos em que não precisava entrar com a programação local, ficou conversando sobre carros com um colega. A pesquisadora foi embora às 12 horas e ele continuou trabalhando na mesa de transmissão, sem ter concluído o texto do acidente na Rodovia dos Minérios.

Data da observação: 04/05/2017

Repórter: 5

Horário: 14 horas às 18h30

Rádio – BandNews

A pesquisadora chegou às 14 horas, junto com o repórter. Fez uma rápida apresentação de si e da pesquisa e o repórter comentou que já havia sido avisado pela diretora de jornalismo de que seria observado nos próximos dias. A mesa que ele utiliza para trabalhar fica dentro do estúdio de transmissão. Ele fica no meio de outros dois repórteres. Para poder observar o repórter, a pesquisadora precisou posicionar uma cadeira atrás dele e tumultuou um pouco o ambiente, já que, sempre que o repórter que estava à direita dele precisava sair, a pesquisadora tinha que dar passagem, já que o espaço era pequeno.

O repórter encontrou suas pautas no computador. Ele não teve tempo de olhar com atenção as pautas, pois às 14h11 ocorreria o Giro de Notícias e ele tinha que selecionar uma para ler. Como ainda não fizeram produções próprias, neste horário, em geral os repórteres leem os textos feitos pelos colegas do período da manhã. O repórter observado, porém, fez sua participação lendo um release do TR-4, que falava das audiências do ex-presidente Lula em Curitiba.

De manhã, o repórter trabalha no Paraná Portal, que é do mesmo grupo da emissora e para onde ele passou uma informação por mensagem, logo após o giro. Na sequência, ele checkou grupos de repórteres no WhatsApp, como o Rede News. Pelo aplicativo, ele pediu à assessora da Polícia Civil uma sonora bruta de um delegado, referente a uma coletiva que

ocorreria em alguns momentos e que era sua primeira pauta. A matéria tratava da prisão de duas mulheres suspeitas de fabricar e vender placas de veículos adulteradas em Curitiba. A pesquisadora perguntou se ele não via diferença entre participar da coletiva e pegar uma sonora por whats, da assessoria. Ele disse que havia diferença, pois não teria a oportunidade de fazer suas próprias perguntas. Ele citou o exemplo de uma matéria em que pegou uma sonora deste modo e sentiu que faltava uma informação importante. Depois foi atrás e, a partir desta informação, descobriu que a notícia que havia sido veiculada pelos demais veículos partia de uma informação falsa. Fez, então, uma matéria sobre o assunto, que acabou virando pauta para outros veículos.

Até este momento, o repórter não tinha falado sobre suas pautas para a pesquisadora. Ele contou que tinha uma pauta REC (matéria pautada pela direção da emissora). Tratava-se de um evento sobre a Lei de Repatriação, promovido ou que contava com o apoio do escritório do jurista Renê Dotti. Ele viu o release do evento e também procurou por matérias falando sobre a mais recente fase da operação Lava Jato, em que se tratava da regularização de ativos. Na sequência, o repórter monitorou o WhatsApp e sites de notícias. Ele foi preparando o texto da matéria das mulheres presas com base em matéria de um site de notícias e no release enviado pela assessoria. A pesquisadora questionou se ele não iria na coletiva. Ele disse que neste caso não faria grande diferença se ele não fosse e utilizasse a sonora enviada pela assessoria, já que não era um fato que envolvia divergências.

Paralelamente, ele foi trabalhando na pauta REC e comentou que a intenção é esquentá-la com informações da 40ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada naquele dia e cuja a coletiva foi acompanhada, no período da manhã, por um colega da emissora. Pelo site em que trabalha de manhã, ele não cobriu a coletiva, mas, da redação, acompanhou o caso e por isso pensou em fazer uma ligação entre as duas pautas. Por isso, olhou rapidamente o material produzido pelo colega. Leu também a nova lei. Depois, conversou com a colega ao lado sobre a Lei de Repatriação – a repórter cobriu, por um longo período, a Lava Jato, e por isso tinha certo conhecimento no assunto. A intenção era esclarecer com ela algumas dúvidas surgidas durante a leitura da Lei de Repatriação. A repórter procurou ajudar, passou informações e comentou que o colega da manhã fez uma matéria em que abordava o assunto. Depois de um tempo pesquisando e passando informações para o colega, ela comentou que precisava fazer suas pautas, pois não tinha feito nada ainda e recebeu um pedido da rede para apresentar parte de um noticiário nacional.

Às 15h04, ele recebeu, via WhatsApp, da assessora da Polícia Civil, a sonora da coletiva sobre a prisão das mulheres acusadas de fabricar e vender placas frias. Ele foi

preparando a matéria, mas também continuou produzindo a pauta REC, entrando em contato com a assessora de imprensa do evento e pedindo uma entrevista com um dos palestrantes. Ela indicou um especialista e passou o telefone dele para o repórter. Ele pediu também para entrevistar Renê Doti. Voltou, na sequência, à produção da matéria policial, ouvindo a sonora enviada pela assessora da PC e começando a montar a matéria. Voltou a ouvir trechos da coletiva. Enquanto ouvia, monitorava grupos de whats e respondia mensagens.

Às 15h21, estava na hora de um novo Giro de Notícias. Ele comentou que não pretendia entrar com a matéria das mulheres, mas, como era a mais encaminhada, resolveu entrar com ela, ainda incompleta. Pouco depois, às 14h45, finalizou a matéria e avisou a apresentadora, que pediu para ele entrar com a notícia. Enquanto esperava ser chamado, voltou-se para sua terceira pauta: proposta de redução, em duas horas, do horário de circulação de trens no trecho urbano de Curitiba. Ele comentou que essa pauta já tinha sido dada pela concorrência, no caso a outra emissora de notícias da cidade, que, curiosamente, pertence ao mesmo dono (CBN). Ele viu quem era o autor do projeto de lei e comentou que tinha o celular do vereador. A pesquisadora perguntou se ele tinha os números de celulares de muitas fontes. Ele respondeu que dos vereadores tem quase de todos. Já dos delegados, como exemplo, somente dos mais antigos. Os demais precisavam ser contatados via assessoria de imprensa. O repórter não ligou, porém, para o celular do vereador. Ligou para o celular do assessor da empresa de transporte ferroviário, pedindo entrevista com alguém da empresa. O assessor conversou com ele, mas pediu para ele enviar um e-mail com detalhes da demanda. Após enviar o e-mail, ele deu uma paradinha para fumar (16h06).

De volta à redação, às 16h15, ele finalmente entrou no Giro de Notícias com a matéria completa da prisão das mulheres. Na sequência, foi para o estúdio de gravação para conversar com a fonte indicada pela assessoria de imprensa para a matéria da Lei de Repatriação. Com a fonte, um advogado também ligado ao escritório do jurista Renê Dotti, ele fez primeiro uma conversa introdutória para falar sobre o que pretendia gravar. Depois, começou a entrevista (chamou a fonte de Gustavo, sem o tradicional doutor conferido aos advogados) e falou tanto sobre a Lei de Repatriação como sobre como, na prática, a lei poderia ser aplicada a algumas pessoas envolvidas na Operação Lava Jato, com base no que foi apresentado na 40ª fase da operação.

Concluída a gravação, voltou para sua mesa e fez algumas tentativas de escrever o texto da matéria, mas parecia confuso. Ele se encontrou, então, a matéria feita pelo colega no período da manhã. A colega do lado lembrou que já o havia alertado para isso. Ele resolveu, então, aproveitar parte do texto do colega. Assim, às 17h18, ele terminou a pauta 2, que ficou

extensa para uma matéria padrão de rádio. Os colegas, em tom de brincadeira, comentaram que ele costuma fazer matérias longas.

Partiu então para a produção de sua terceira e última pauta do dia: a redução do horário de circulação de trens. O assessor de imprensa retornou para ele e repassou a informação de que ninguém da empresa que administra o serviço se pronunciaria, mas que, em breve, seria enviada uma nota. Ele leu a nota e ficou com algumas dúvidas. Ligou para a assessoria para esclarecer dúvidas e, enquanto isso, foi mudando o texto que já estava em construção. A partir da conversa com o assessor, ele descobriu que o que está previsto na lei municipal que normatiza a circulação de trens na cidade já não é cumprido. Concluiu, então, que a pauta ficou mais interessante e que era preciso ouvir a prefeitura, que, teoricamente, deveria fiscalizar o cumprimento da lei. Ligou para a assessoria de imprensa da prefeitura para ver se eles tinham conhecimento da situação, questionando quem fiscaliza o cumprimento da lei. Quando ele pediu essa informação já era fim de tarde e faltavam 15 minutos para começar o noticiário local da noite, cujo início é às 18 horas. Ele comentou que não recebeu previsão de quanto tempo a prefeitura demoraria para passar um retorno. Fez, então, uma nova paradinha para fumar. No retorno, a diretora de redação chamou o repórter para conversar, momento que não pode ser acompanhado pela pesquisadora.

O jornal teve início. Às 18h05, ele entrou com a matéria da Lei de Repatriação. Ele foi cobrado sobre a matéria dos trens. Comentou que ainda não tinha finalizado, mas que o jeito seria entrar com um boletim. Fez ainda, por whats, um contato com a assessora de imprensa da prefeitura, cobrando a entrevista. Ele comentou, porém, que sabia que seria difícil conseguir um retorno naquele horário e que, provavelmente, o caminho fosse fazer uma matéria sobre o projeto em si mais curta, sem sonora, para o jornal, e fazer uma suíte com a sonora da prefeitura, falando da falta de fiscalização e quem sabe até indo ao local e ouvindo moradores.

Verificou, então, alguns grupos de WhatsApp, como o BR-277, formado por caminhoneiros que enviam informações sobre as condições das estradas. Enquanto aguardava o retorno da prefeitura, leu mais sobre a 40ª fase da operação Lava Jato (a denúncia e um despacho relacionado à operação), para entender melhor o assunto.

Data da observação: 08/05/2017

Repórter: 4

Horário: 8h15 às 12 horas

Rádio – BandNews

A pesquisadora chegou à emissora às 8h15. Naquele dia, o repórter observado tinha duas pautas: um registro sobre a briga de torcidas no Atletiba de domingo e os preparativos nas redondezas da Justiça Federal de Curitiba, onde, em dois dias, o ex-presidente Lula prestaria depoimento ao juiz Sérgio Moro. Ele começou a escrever seu texto sobre a briga de torcidas com base no texto de dois sites de notícias e em imagens de vídeos da confusão, exibidos nestes sites. Uma colega entrou na sala dizendo que assessora de imprensa da PM ligou para “vender” um “ao vivo” com o tenente que coordena a operação nas redondezas da Justiça Federal de Curitiba, onde moradores e pessoas que trabalham nas proximidades estavam sendo cadastradas pela Polícia Militar, para poderem acessar a região no dia do depoimento de Lula, já que seria feito um cerco, com perímetro de 150 metros do prédio da Justiça Federal. Aquele era o último dia de cadastro e este seria o teor da entrevista. Eles avaliaram que não valia um “ao vivo”, mas que o repórter poderia entrevistá-lo e usar a sonora em sua matéria. O repórter apresentou certa resistência inicial, mas resolveu entrevistar a fonte indicada pela assessoria, identificada como porta-voz da PM (tenente Rafael Bittencourt Riscarolli). Ele ligou para a assessora, que passou para a fonte e questionou se não seria possível ela se deslocar até a praça em frente a Justiça Federal, para onde ele iria pouco depois, mas o tenente disse que não poderia e o repórter resolveu gravar por telefone. O repórter avisou o tenente que não se tratava de entrevista ao vivo, mas gravada, que pode ser editada, e fez a entrevista por telefone. Enquanto entrevistava, recuperava no arquivo da rádio matérias dos colegas sobre o mesmo assunto e começou a produzir um texto.

Quando terminou a entrevista, o repórter voltou à matéria da briga no Atletiba, escrevendo o texto e vendo vídeos sobre a confusão. Às 8h37 é avisado de que precisava entrar no Giro de Notícias. Ele entra às 8h40, com a matéria completa da confusão, que trazia o texto produzido com base em informações de outros sites e áudio de um dos vídeos captados na internet, em que apareciam somente barulhos da confusão (sem sonoras). Concluída esta matéria, ele voltou a escrever o texto da segunda pauta e editou a sonora feita com o tenente da PM. Paralelamente, verificou redes sociais e viu outras notícias em sites de notícias. Foi interrompido por uma colega que pediu para usar a mesa para gravar e editar uma entrevista. Ele aproveitou para ir tomar café.

Às 9h20, saímos da rádio em direção à sede da Justiça Federal. Ele utilizava um gravador, com um protetor similar ao de microfone para as gravações externas, e comentou que a qualidade obtida é a mesma de entrevistas gravadas em estúdio. Já para as entradas ao

vivo da rua utiliza o celular. Às 9h25, ele recebeu uma ligação da rádio para saber se a matéria dele sobre a confusão liga ao Atletiba poderia ser postada no Facebook da rádio. Ele disse que sim e orientou o estagiário, que era responsável pela tarefa, a buscar em redes sociais imagens de ônibus destruídos, para ilustrar a postagem.

Chegamos à Justiça Federal às 9h30. Ele apresentou sua manchete do local, a partir do que apurou ainda na redação. Na sequência, fez imagens com o celular para enviar para a rádio. Uma fonte policial que estava no local foi indicada a ele por policiais, mas ele preferiu não conversar com outros policiais, já que tinha entrevistado, por telefone, o porta-voz da PM. Às 9h47, entrou ao vivo e utilizou a sonora gravada com o PM, já editada por ele. Observou o local, para pegar detalhes de como estava sendo feito o cadastramento. Resolveu, então, ir a um ponto comercial próximo do prédio da Justiça Federal para saber como fariam no dia 10. Ele perguntou se a caixa da loja poderia dar entrevista e ela concordou em falar com ele, assim que atendesse um vendedor. Ele conversou rapidamente com a jovem e pediu para entrar ao vivo na rádio. Foi chamado e entrou com a entrevistada às 9h59. No retorno ao prédio da JF, encontrou colegas de outros veículos no caminho e indicou a fonte ouvida, dizendo que a jovem conversava bem. Em frente ao prédio da JF, viu um senhor carregando uma mochila que parecia ter vindo de fora para acompanhar a movimentação. Ele foi falar com o homem e ele lhe contou que veio de São Paulo para apoiar a Lava Jato. O repórter gravou rapidamente com ele e foi então para a fila onde as pessoas estavam sendo cadastradas. Abordou uma mulher e perguntou se poderia gravar com ela sobre o cadastramento, ela consentiu de imediato, mas falou bem. Por esse motivo, resolveu abordar três jovens que esperavam juntas para serem cadastradas. Elas apresentaram certa resistência para dar entrevista. Depois de alguns minutos de conversa, porém, uma delas concordou em gravar e garantiu uma boa sonora para a matéria. Na saída, ele encontrou uma conhecida, que trabalha ao lado do prédio da JF, e também passou boas informações, mas ele não gravou com ela.

Sáimos da Justiça Federal às 10h33 e às 10h40 já estávamos de volta à emissora. O repórter voltou para o texto da matéria que havia começado a escrever antes de sair da emissora. Buscou informações adicionais no Paraná Portal, copiou parte do texto e comentou que o site faz parte da rede e que foi criado para ser alimentado pelos veículos do grupo, no caso a BandNews, a CBN e a Band TV. O repórter deu uma paradinha na edição para olhar mensagens enviadas em grupos de whats, onde havia fotos e informações de ocorrências policiais. Não encontrou nada de relevante. Voltou a sua matéria, ouvindo as sonorais gravadas para selecionar os trechos que pretendia utilizar e prosseguiu na construção do texto da

matéria. Das sonoras gravadas, ele descartou a da funcionária da loja, com a qual já tinha entrado ao vivo, e da primeira moradora entrevistada sobre o cadastramento, que não falou bem. A colega que divide a sala com ele comentou que, naquele dia, o jornal iria até 11h20. Ele continuou a edição da matéria, enquanto, paralelamente, olhava e-mail, notícias em sites e mensagens enviadas por celular. Às 11h08, ele entrou no Giro de Notícias, com a manchete da Justiça Federal e ficou aguardando para entrar com a matéria de Esportes, em geral dada no final do jornal. Após o boletim com a notícia de esportes, verificou as redes sociais. Às 11h20, ele finalizou a matéria do cadastramento nas proximidades da Justiça Federal. Assim, quando o jornal acabou, ele também já terminou suas duas pautas do dia.

Um integrante da equipe chamou o repórter para fazer um comunicado, no estúdio de transmissão. A pesquisadora não foi convidada a ir junto e ficou aguardando no estúdio de gravação, de onde pode observar todos parabenizando o colega que chamou os demais. O repórter que chamou a reunião foi para o estúdio de gravação para fazer uma entrevista e comentou com a pesquisadora a novidade: ele foi convidado para trabalhar em São Paulo, na emissora que é cabeça de rede, para fazer os noticiários nacionais, e, em alguns dias, estaria de mudança. O repórter observado também voltou à sala e, até a saída da pesquisadora da emissora, por volta das 12 horas, ficou olhando notícias em sites e verificando e-mail e mensagens redes sociais.

Data da observação: 08/05/2017

Repórter: 5

Horário: 14 horas às 18h45

Rádio – BandNews

O repórter chegou às 14 horas e estava sem pauta definida. A redação estava um pouco tumultuada naquele dia, porque duas repórteres não vieram trabalhar – justamente as que costumam cobrir a operação Lava Jato, sobre a qual são produzidas notícias de segunda a sexta-feira. Treze minutos depois de chegar, o repórter precisaria entrar ao vivo no Giro de Notícias. A primeira entrada foi feita com material produzido por outro repórter da manhã. Com a ausência das colegas, o repórter, até por iniciativa própria e pelo fato de estar sem pautas, foi assumindo a cobertura da Lava Jato. Ele recebeu a orientação de fazer duas entradas na Rádio Bandeirantes, que é parceira da BandNews, e demonstrou descontentamento com isso. Pouco tempo depois, foi escalado para apresentar junto com jornalistas de outras praças o Alta Frequência, um noticiário nacional, veiculado das 17 às

17h10, e no qual seriam abordadas as novidades do dia da Lava Jato e sobre o depoimento de Lula em Curitiba.

O repórter começou então a monitorar notícias em sites e informações enviadas por whats. Na sequência, passou a reformular um texto, produzido a partir de notícia de site, sobre o pedido de novo prazo por advogados do ex-presidente Lula, juntando informações que retirou do processo, consultado no site da Justiça Federal. Consultou a movimentação de ações penais da Operação Lava Jato, lendo arquivos. Às 14h41, gravou participação sobre o assunto para a rede nacional. Na sequência, relendo uma decisão judicial, identificou erro numa matéria feita por colega de portal de notícias e mandou mensagem para alertá-lo (no período da manhã, ele trabalha neste portal, que faz parte do mesmo grupo). Continuou trabalhando no texto. Recebeu uma ligação da Rádio Bandeirantes, avisando que precisaria fazer uma entrada às 15h20. Pouco tempo depois, ligaram da rede nacional e também pediram uma entrada, mas às 15h05. Ele entraria falando do depoimento sobre o Caso Triplex. Usou o celular para tirar foto do texto que estava na tela de seu computador e foi até a mesa de transmissão para fazer o boletim, lido a partir da tela de seu celular. Às 15h08 saiu para fumar. A Bandeirantes ligou às 15h11 para ele antecipar o boletim, mas o repórter não estava na redação. Ele retornou às 15h15 e entrou efetivamente com seu boletim às 15h19.

Após o boletim, às 15h33, ele ligou para um integrante da Frente Brasil Popular para tentar confirmar a programação do ex-presidente Lula em Curitiba (horário de chegada, eventos de que participaria, etc.). A pessoa contatada informou, porém, que não tinha as informações de que ele necessitava. No computador, ele tinha uma lista de fontes ligadas a essa investigação da Lava Jato e procurou alguém que pudesse ajudá-lo com as informações. Por whats, recebeu uma sugestão de pauta: corte de merenda em escola para a qual o governo não teria repassado verbas. Olhou a mensagem, mas não foi atrás naquele momento e nem repassou a informação para ninguém. Para a cobertura do dia da Lava Jato, ele teria que acompanhar os depoimentos que estavam ocorrendo na Justiça Federal ou ver os vídeos dos depoimentos (sobre o Instituto Lula) que seriam liberados cerca de 30 minutos após as oitivas. Ele percebeu que não teria tempo para fazer isso e pediu ajuda para um repórter do Portal Paraná Online (o colega do site, até pouco tempo era estagiário lá, mas conseguiu ser efetivado). Ele combinou com o repórter de ele ver as gravações e passar um resumo para ele.

Às 15h40, ele foi avisado de que tinha que entrar com a manchete e fazer entrada para a rede nacional. Às 15h48, ele gravou manchete para a rede em que falava dos primeiros depoimentos do segundo processo contra o ex-presidente Lula que tramita na Justiça Federal de Curitiba. Às 15h53, recebeu ligação de um profissional da rede que queria combinar sua

participação no Alta Frequência. Às 15h55, ligaram da Rádio Bandeirantes para que ele fizesse uma participação. Ele foi para o estúdio de gravação e fez um falso ao vivo (participação gravada exibida como se fosse ao vivo) com o texto no qual estava trabalhando. Para a produção de seu texto, ele pegou o texto de um colega da manhã como base, acrescentando informações de uma decisão judicial e de um release.

De volta ao estúdio de transmissão, onde fica seu computador, entrou no Facebook da Frente Brasil Popular e da Jornada de Democracia de Curitiba para verificar a programação do dia do depoimento de Lula. Conseguiu informações apenas dos atos pró-Lula. Conferiu mensagem de celular. Voltou a mexer no texto que utilizaria como base para sua participação do noticiário nacional e a olhar os contatos de assessores e representantes de movimentos que pudessem confirmar a programação dos atos pró e contra Lula em Curitiba. Recebeu a informação de um deles de que o local do ato com a participação de Lula mudara da Boca Maldita para a Praça Santos Andrade. Avisou o colega do portal sobre a mudança.

Às 16h13, um profissional da BandNews TV fez contato para pedir informações sobre um pedido de aumento de pena para o ex-deputado Eduardo Cunha. A ligação foi feita para um chefe que perguntou se o repórter tinha informações. Ele disse que não tinha e reclamou que estava sobrecarregado. Mesmo assim, entrou no site da Justiça Federal em busca das informações. Ele parou a busca pela informação porque precisava entrar no Giro de Notícias local. Entrou às 16h14 falando das manifestações no dia do depoimento de Lula. Na sequência, voltou a buscar informações sobre o caso de Cunha e descobriu que a notícia era “velha”, pois o pedido foi feito na sexta-feira, portanto há três dias. Ele pediu para não fazer a notícia de Cunha, mas a chefe fez um apelo para que ele desse um jeito de fazer, pois todos estavam sobrecarregados naquele dia. Para o texto de Cunha, pegou notícia do G1 como base, mas leu os pedidos feitos pelo MPF para não correr o risco de produzir algo errado. Um colega comentou com ele sobre a matéria do G1 e ele disse que já tinha visto, mas que estava cruzando com informações constantes na denúncia do MPF.

Às 16h35, enviou mensagem pelo celular (não foi possível ver para quem). Em seguida, procurou fazer contato com um advogado para comentar a situação de Cunha. Não conseguiu, mas às 16h41, fechou a nota com as informações que obteve. Ele mandou então mensagens pelo Facebook e pelo whats para organizadores dos movimentos pró e contra Lula para confirmar as informações sobre os atos programados. Sem retorno rápido, resolveu ligar para uma fonte com fama de destratar jornalistas. A fonte, porém, que representa uma entidade contra Lula, passou os dados de que o repórter precisava. Enquanto conversava com a fonte, o repórter foi adequando seu texto. Ele desligou e verificou que tinha chegado um e-

mail com as manchetes do Alto Frequência, que seriam lidas por ele. Às 17 horas, ele entrou no ar, em rede nacional, dividindo o microfone com o âncora nacional. Leu as manchetes e esperou o momento de entrar com seu texto sobre a Lava Jato. Ele preparou um texto longo, com vários detalhes sobre a vinda de Lula a Curitiba e, quando é chamado, apresenta o texto na íntegra, sem estabelecer diálogo com o apresentador.

Terminada a participação nacional, ele viu que o colega do Portal tinha passado o texto sobre os interrogatórios do dia na Operação Lava Jato. Ele pegou o texto e começou a ouvir as gravações, que tinham duração, cada uma, de cerca de meia hora. O colega do site repassou, então, a marcação com os trechos da gravação que julgava serem mais interessantes para a matéria. Ele procurou melhorar o texto do colega, ouviu e editou trechos das sonoras. Paralelamente, foi falando com o colega por WhatsApp, comentando sobre a matéria. Os dois falaram que teve uma “tretinha” (briga), durante os depoimentos. O colega do site indicou o ponto da gravação em que aparecia a discussão e ele foi editando.

Eram 18 horas e o jornal teve início. O repórter tinha prontas as matérias da programação de Lula em Curitiba e de Cunha e continuava trabalhando nos depoimentos do dia da Lava Jato, os quais renderiam duas matérias: uma sobre os depoimentos em si e outra sobre a discussão ocorrida durante as oitivas. Ele escreveu rápido sua manchete e a apresentou. Em seguida, pegou a gravação dos depoimentos, ouviu alguns trechos e concluiu que as informações repassadas a ele pelo colega do portal estavam das corretas. Repassou ao colega que cuida do espelho do jornal as suas matérias e as respectivas retrancas (nome com que salvou cada assunto).

Às 18h10 surgiu a informação de que os advogados de Lula estavam tentando adiar o depoimento. Ele mexeu no seu texto, olhando informações no site da Justiça Federal sobre as movimentações no processo. Conferiu o e-mail e viu que havia chegado um release do TRF-4, falando do recurso impetrado por um dos empresários investigados na Lava Jato. Leu o release e editou para utilizar em nota. Antes de finalizar, procurou matéria anterior sobre o caso, feita por um colega da rádio. Eram 18h45, quando a pesquisadora precisou sair. O repórter havia finalizado quatro matérias e mais uma nota, feita com base no release do TRF-4. Todas não tinham sonoras gravadas pelo repórter. Parte da sua produção já havia sido levada ao ar, mas ele continuou aguardando para apresentar as outras notícias que havia produzido naquela tarde.

A.2. Entrevistas

A.2.1 Entrevista 1

Identificação: Repórter 1, 51 anos de idade, 28 anos de reportagem policial, sem formação universitária.

Data da entrevista: julho de 2017

P: Pesquisadora

R: Repórter

P: Fale-me de como começou sua carreira de repórter policial...

R: Comecei a trabalhar em rádio em 1986 como telefonista. Depois fui sonoplasta, operador de som, produtor do jornal e, por fim, três anos depois, repórter de rua. No começo, eu queria fazer reportagem esportiva ou ser locutor de música. Esse era o meu sonho. Como telefonista, eu anotava recados e tinha que ir ao estúdio passar para o locutor. Lá, eu ficava olhando o cara mexer na mesa de som e pensei: “Bacana isso aí, quero aprender”. Daí, eu pedi para o cara me ensinar. Ele me ensinava toda semana, no dia em que a programação era gravada. Então, comecei a fazer a mesa de som, era operador no final de semana, no programa do Ricardo Chab, que era o apresentador.

P: E como você passou para o jornalismo?

R: Naquele tempo, o Toninho e o Geraldo (outros dois repórteres policiais da época) trabalhavam com o Chab. Mas eles receberam convite de outra rádio e saíram. O Chab não sabia quem colocar ali. Aí o próprio Toninho me indicou e o Ricardo me convidou: “Quer fazer a produção do programa?”. Eu respondi: “Não sei se eu consigo”. Mas aceitei. Eu escrevia as matérias, passava para os repórteres, editava as matérias deles. E deixava tudo prontinho, ligava pra delegacia para checar as ocorrências, e assim por diante. Passava a noite na rádio. Depois de um tempo, surgiu uma oportunidade e eu comecei a fazer reportagem na rua.

P: Qual é a sua formação?

R: Fui até o ensino médio. Eu parei de estudar por causa do casamento e do trabalho, mas fiz supletivo e terminei o ensino médio. Não penso em fazer faculdade. Passou meu tempo e hoje acho que não teria mais serventia pra mim.

P: Fale-me um pouco sobre sua rotina de trabalho

R: Em geral, eu chego cedo, pouco depois da 5 horas da manhã e não tenho pauta definida. Mas às vezes tem pauta, como cobrir assembleia de greve, já que hoje a gente não faz só policial. Mas, em geral, eu chego, pego o HT, o celular, os carregadores, a chave do carro e vou pra rua.

P: Mas você sempre confere antes se tem pauta?

R: Ah sim. Mas geralmente já fico avisado antes de ir para a rádio. Algumas vezes, vou direto pra pauta, quando é algo no horário do programa. Quando tem pauta 9 horas, 10 horas, uma apresentação, solenidade, eu já fico programado. Mas normalmente é assim, a gente sai e vai pra rua. Dá uma checada aqui no que está acontecendo, abre os grupos de WhatsApp, site, tudo, e atualiza o que teve de noite, madrugada, muita coisa tá em grupo de WhatsApp hoje. E aí a gente vai pra rua. E aqui na Banda B a gente vai tentar recuperar algumas coisas importantes que aconteceram das 11 da noite às 5 da manhã, que é o período que não temos repórter na rua. Ontem mesmo teve um taxista que foi assaltado e eu tive que ir atrás. Encontrei os bombeiros que atenderam a vítima. Conversei, coloquei no ar, tudo certinho. Então tem que trazer a notícia, o mais importante no programa, que é das 5 as 8. Então essa rotina é diária, tem que chegar aqui, pegar o equipamento, se tem pauta já fica programado com a pauta.

P: Quando tem pauta, quem deixa pra você geralmente?

R: É a estagiária do site que normalmente faz a pauta. Ela deixa a pauta no mural. Mas normalmente a gente já tá sabendo. O Geovane (Barreiro, coordenador de Jornalismo da emissora) manda mensagem pra gente dizendo: “Amanhã vai ter que acompanhar uma passeata” e assim por diante. Às vezes manda até no grupo.

P: E quando você não tem pauta, qual é a sua rotina?

R: Vou pra ronda. Ronda que eu digo é você pegar o rádio HT e circular na cidade. Até dar alguma coisa ali, no HT, que te interessa. Hoje na situação que a gente está vivendo, não temos mais aquele acesso em algumas delegacias e hospitais como a gente tinha antes. Antigamente, a gente ia no hospital, pegava livro de ocorrências, divulgava, hoje o hospital não dá mais informações assim, só através da assessoria de imprensa. IML não deixa a gente entrar mais lá, só se tiver alguma coisa marcada, e aí eles divulgam a relação das mortes na internet. Então a gente pega o que tem pelo HT, pela internet e sai. E aí a gente sempre passa

em frente a umas delegacias importantes, como Homicídios. São delegacias especializadas que fazem algum tipo de operação, porque normalmente as operações acontecem de manhã. Então a gente sai 5h30, 6 horas, pra tentar pegar, ver se está tendo movimentação ali. Esse é um dos trajetos que faço. E aí fico no rádio (HT), saiu acidente em tal lugar, prisão em tal lugar, confiro se é importante e vou cobrir.

P: Quando o programa está no ar, que tipo de pauta interessa?

R: Alguns casos a gente só entra no ar pra noticiar com base no que dá no HT – se tem um acidente que está complicando o trânsito, por exemplo. Mas se for grave, a gente vai lá. Se for perto e não tiver outra coisa rolando, vai lá registrar também. Mas, normalmente, a gente só faz o registro deste tipo de ocorrência, com uma fotinho para o site e pronto. De manhã, normalmente, a gente procura muito prestar atenção em acidentes, porque hoje em dia, infelizmente, tem muitos casos de motoristas que saem da balada, passam a noite bebendo, depois se envolvem em batidas. Então às vezes, mesmo quando não é grave, a gente vai até o local para verificar se não é esse tipo de situação.

P: E nas suas pautas em geral, que tipo de fonte você costuma entrevistar?

R: É variado. Pauta policial a gente tem o agendamento da própria assessoria da polícia, que informa a gente. É polícia, a gente não entrevista mais presos. Só quando interessa muito ouvir o depoimento do preso, como o caso desse rapaz que matou um estudante no ônibus. Era importante ouvir o depoimento dele. Normalmente a gente não escuta a entrevista do assassino, do ladrão. Pode até ouvir em off, tipo fulano diz que fez isso.

P: Mas é por que tem alguma orientação para isso?

R: Isso. Foi feita até uma pesquisa com os ouvintes da rádio e eles disseram que não gostam de ouvir o preso. Por um lado tem sentido, porque eles negam tudo sempre. Aí fica naquela mesmice: “Ah fulano, por que você fez isso? E ele: Não fiz”. Ou seja, a entrevista com preso não tem conteúdo. A não ser que seja alguma coisa que você sente que rende, seja pelo lado mais tragicômico ou para um lado diferente, que você possa mudar o roteiro da notícia.

P: E se não for em coletiva, que outras fontes você entrevista?

R: Socorrista, motorista, testemunha. Mas não foge muito disso. Tem família também. Ontem teve um crime em Tamandaré e eu entrevistei a esposa. Neste tipo de caso, você pergunta se a pessoa quer conversar com você. Se não quiser e você levar uma invertida, faz parte da

profissão. Mas tem que perguntar. Claro, tem alguns momentos que a gente tem que avaliar, se a pessoa está com muito pânico, por exemplo, entrevista outra pessoa.

P: E como, no meio de um grupo, você identifica a melhor fonte?

R: Você vai escutando os bate-papos, vai perguntando pra um e pra outro, vai ouvindo o que as pessoas estão falando. Num local de crime começa a choradeira, você vai avaliando se aquela emoção da família pode contribuir para reportagem. Não pra chamar atenção, mas tem que mostrar o lado do sofrimento das pessoas que perdem um ente querido. De repente, matou uma pessoa, ninguém chorou ninguém sofreu? Alguém tem que estar sofrendo...

P: E pra você, sonora é fundamental?

R: Pra mim é. Porque fica um vazio. Eu só não uso sonora quando não consigo, e ainda assim sempre tem ali alguém que pode ilustrar. Porque você tem toda a informação do fato. E aí você pode narrar tudo aquilo lá, mas se você tiver uma sonora de um vizinho que diga “mas o rapaz estava caído aqui no asfalto e tinha um cachorrinho do lado dele”, isso já ilustrou tua reportagem. Só isso já ilustrou.

P: Mesmo que ele não tenha uma informação...

R: Não, você narrou o que aconteceu, mas aí você fala: “O vizinho que acompanhou o trabalho da polícia ficou surpreso porque o cachorrinho da vítima não saiu do lado do corpo”. Aí o cara fala, ilustrou a reportagem.

P: E hoje em dia você tem dificuldade pra entrevistar algum tipo de fonte?

R: Sim. Hoje todo mundo tem acesso à informação e algumas pessoas ficam com medo de falar e se complicarem. Você está num local de crime, por exemplo, e está cheio de morador. Você tem que entrevistar o morador, mas, dependendo do ambiente, o cara que viu tudo não quer falar nada, porque ele sabe que tem alguém que é ligado ao assassino que pode estar vendo, pode estar ouvindo, aí o cara prefere ficar quieto.

P: E com fontes oficiais, você tem dificuldade?

R: Hoje em local de crime a gente tem muita dificuldade de entrevistar a Polícia Militar. O relacionamento entre imprensa e Polícia Militar não é mais o mesmo. Claro que os policiais respeitam o nosso trabalho, mas não tem aquele acesso às informações como a gente tinha antes. Primeiro que hoje eles fazem isolamento, às vezes até desnecessário, porque tem um

caso aí que acontece, que a cena do crime está ali, 100 metros de onde está o corpo e eles isolam às vezes um quarteirão, bloqueando, inclusive, a passagem de veículos e complicando o trânsito. Aí, a gente às vezes nem consegue descrever, a cena. É um padrão que eles adotaram e a gente tem que respeitar. Eles acham que é o procedimento correto. Quem somos nós pra questionar? Hoje, por exemplo, teve uma troca de tiros entre a polícia e um ladrão de carros. Eu fiquei duas horas pra conseguir uma entrevista. Então você tem que esperar acabar o procedimento. Algumas vezes não. Vem lá um oficial da polícia, explica o que aconteceu e a gente fez o trabalho. Às vezes até permitem chegar um pouco mais perto, ver a arma do crime. Mas não são todos. A gente chega e às vezes tem dificuldade de entrevistar o policial militar no local.

P: E com a Polícia Civil é diferente?

R: Antigamente você podia entrevistar investigadores, mas hoje, dependendo do lugar, entrevistas são só com os delegados. Na Polícia Militar, às vezes, tem soldado que fala, mas, na maioria dos casos, só oficial pode dar entrevista, até porque alguns policiais não querem se comprometer. Então, quando os soldados não passam para o oficial falar, mandam procurar a comunicação social da PM, que até funciona 24 horas (Sala de Imprensa), mas que não tem um jornalista responsável sempre disponível, que possa nos passar informação em tempo real, só em horário comercial. Isso é uma dificuldade que nós temos. Então, você tem que buscar informação com as testemunhas, moradores, familiares...

P: Você acha que a informação de fonte oficial é mais importante do que de familiares, por exemplo?

R: Particularmente, acho que é equilibrado. Porque às vezes a família não fala tudo que a polícia sabe, eles sabem algumas coisas, mas a família oculta. Às vezes o cara tinha algum tipo de problema que a família não quer expor, mas a polícia sabe, porque o policial já conversou com alguém da família ou ouviu alguma testemunha daquele caso. Em alguns casos a família sabe mais que a polícia, policial às vezes chega, isola o local do crime e pronto. Depende muito do caso.

R: Em sua rotina de trabalho, você depende de vários equipamentos. Na sua opinião, qual é o mais importante?

R: Eu posso dizer hoje que é o celular, até porque ele grava, faz foto, faz vídeo, você pode pegar o flagrante ali. E tem os grupos de WhatsApp acessados pelo celular. Hoje qualquer

comunidade tem um grupo. Tem grupo de Tamandaré, tem grupo de Campo Largo. Então quando acontece alguma coisa na cidade, os grupos vão passando um pro outro. Dois minutos depois do que aconteceu já pipocou a informação num grupo. E isso a gente não acompanharia pelo rádio HT, porque a gente não tem a frequência da PRF e nem da concessionária que está no trecho ali. Nos grupos há policiais, socorristas, bombeiros, pessoas da comunidade, das áreas de seguranças, enfim, muita gente que pode passar informação.

P: Você confia nas informações que chegam nos grupos?

R: Antes de colocar no ar, eu checo. Toda informação que a gente recebe de grupo a gente checa. Se for um acidente, por exemplo, vou ligar para a Polícia Rodoviária para checar. A gente faz parte do grupo da PRF e então automaticamente já confirmo, outras pessoas perguntam no grupo e o policial confirma se é verídico. Aí é seguro pra poder divulgar. Mas alguns grupos a gente pega a informação, avalia, liga pra polícia pra ver se tem isso, se não tem. Mas 90% são informações reais, é uma coisa ou outra que é falsa.

P: E com relação às informações do HT...

R: Tem que checar também. Alguns casos não, quando é acidente, por exemplo, a gente normalmente sabe que o acidente aconteceu, mas não sabe a gravidade. Mas já aconteceu da polícia ir e não ter nada no local, informação falsa, trote, ou alguma coisa sem muitos detalhes que a polícia não consegue encontrar. Isso atrapalha. Então a gente espera a confirmação. Hoje mesmo acionaram a polícia e o cara disse que um homem tinha matado a ex-mulher. A polícia foi lá, a casa estava fechada, então os policiais não conseguiram constatar. Pode até ter ocorrido, mas até agora não confirmou.

P: HT, grupos de WhatsApp, sites. É bastante coisa para monitorar. Isso mais ajuda ou atrapalha?

R: A gente acostuma a fazer tudo ao mesmo tempo. Você tem que estar pronto pra isso, você sabe que além de ficar no Whatsapp, precisa monitorar o HT, ouvir o programa do qual você está participando, porque às vezes a informação vem do ouvinte também. Tem que prestar atenção em tudo.

P: Com qual tipo de fonte você tem mais dificuldade para falar hoje?

R: Com a polícia mesmo. Eu não sou um cara de reclamar de policial, mas hoje você chega no local, às vezes demora não é aquela coisa dinâmica mais. É uma burocracia, tem que esperar

fulano, sicrano. A gente precisa da coisa assim, meio que imediata. Mas o policial só passa uma informação ali prioritária, básica, genérica do que aconteceu.

P: Como é a relação com os colegas de outros veículos que cobrem a área policial?

R: Relação muito boa. Hoje eu posso dizer pra você que não existe mais aquela concorrência. Ou melhor, até tem, mas não aquela disputa pelo furo de reportagem, porque fica todo mundo sabendo praticamente ao mesmo tempo das coisas. Antigamente, tinha coisas que só você tinha. Claro que tem sempre que correr atrás da notícia. Mas a maioria é tudo compartilhado.

P: O que você não compartilha?

R: Quando chega algo só pra mim, não compartilho com ninguém. Informação de conhecido, de policial, da emissora mesmo. Da emissora não compartilho nunca. Aí você tem que fazer exclusiva. Mas é difícil furo, porque hoje até a polícia avisa sobre esses casos de repercussão: “Fulano que matou fulano vai se apresentar”. Você até pode dar em primeira mão, mas em seguida compartilha. Antigamente, você tinha uma notícia, divulgava no teu programa de rádio e só no outro dia que as outras emissoras iam saber, se estivessem escutando teu programa. Porque antes era assim, o jornal ia só publicar no dia seguinte. A emissora que fez a reportagem exclusiva ia noticiar só no dia seguinte. Tinha casos antigamente que a gente gravava com o acusado de um crime e ia soltar só no outro dia. Então a nossa concorrente ia saber só depois. Aí já era tarde pra procurar fazer uma entrevista com o autor do crime. Quando tinha um crime, todo dia a gente ia na delegacia pra saber quando o cara ia se apresentar, que horas, pegava o endereço do cara quando ele se apresentava e ia tentar entrevistar. Era assim. Hoje não. O cara se apresenta, a gente já publica no site e deu meia hora está todo mundo na delegacia pra entrevistar o cara.

P: E o contrário também acontece, os colegas também compartilham...

R: Sim. E tem repórteres que compartilham até áudio, vídeo, foto. Teve uma prisão recente, que só eu gravei pra rádio. Mas a assessoria de imprensa estava lá, jogou no grupo e hoje qualquer emissora tem o áudio. Se a assessora não estivesse lá, só eu teria a sonora. Então, em relação ao furo, a própria tecnologia atrapalha um pouquinho.

Identificação: Repórter 2, 36 anos, formação superior em Rádio e TV (2007) e em Jornalismo (2009), pós-graduação em Comunicação com foco em Redes Sociais (2013), dez anos de experiência, fundamentalmente em rádio e televisão, dos quais um ano e nove meses na reportagem policial.

Data da entrevista: agosto de 2017

P: Pesquisadora

R: Repórter

P: Fale-me um pouco sobre a sua rotina de trabalho...

R: Geralmente antes de vir pra cá, eu já me atualizo sobre o que está acontecendo no dia, para poder já chegar tendo a noção do que os colegas fizeram pela manhã. Para isso, vejo site, grupos do Whatsapp e monitoro o HT. Vou vendo o que já foi feito ao longo do dia, e o que eu vou fazer. Pra não repetir. Então eu já fico inteirada, já vejo com o próprio pessoal da rádio se tem alguma coisa prevista pra tarde, se tem alguma pauta. Quando eu chego aqui, dou uma olhada no mural pra ver se tem alguma pauta específica. Se não tiver, eu começo a checar e apurar pra ver se tem alguma previsão de matéria pra tarde, se tem alguma coisa factual acontecendo. Quando não tem nada de nada, a gente às vezes vai pra rua pra dar uma observada.

P: Geralmente você tem pauta específica ou é mais incomum?

R: É incomum ter. O comum é não ter pauta. Às vezes, eu até esqueço de olhar no mural porque não é comum ter alguma coisa prevista. Mas, algumas vezes, tem aviso de coletiva, por exemplo. Se não tem nada previsto, eu saio procurando pauta. Vejo se há alguma coisa de comunidade, que a banda B tem muito essa história, essa linha editorial de estar junto com os ouvintes, as pessoas, então sempre tem alguém reclamando de algum item essencial, de saúde, educação, segurança pública. Hoje foi um dia que eu fiz uma pauta de segurança pública porque foi enviado pra gente um material de um morador, uma onda de assaltos no Abranches. Então nunca deixa de ter o que fazer, mas nunca é previsível. Sempre tem essas nuances. Então é isso, a gente pega a matéria, vai fazer. Às 3 da tarde, tem a abertura do programa, então a gente tem que ter alguma coisa pra informar, alguma coisa nova, alguma coisa que esteja acontecendo, mesmo que não tenha matéria. Se tem algum acidente sendo atendido pelo Corpo de Bombeiros, ou se a polícia está fazendo alguma operação, a gente

sempre informa, na abertura do programa, alguma coisa que esteja acontecendo. Então, de 1 às 3 horas da tarde, eu tenho esse tempo pra ter matéria gravada. Depois continuo a produção e aí, por volta das 5 horas da tarde, eu tenho que estar voltando pra rádio, pra editar as matérias que já fiz, pra deixar pro programa da noite e para o programa da manhã seguinte, até porque às 6 horas chega a repórter da noite, que vai usar o mesmo carro e equipamentos. Neste horário, eu já meio que me desligo do que está acontecendo pra focar só no meu material, pra poder sair às 7 horas.

P: E a maior parte do tempo você fica na rua?

R: Geralmente sim. É uma exceção um dia que, como hoje, eu não saí. Não teve a necessidade de sair. Hoje eu fiquei o tempo inteiro aqui na rádio. Mas normalmente, se o expediente tem 6 horas, vamos dizer que eu fique pelo menos 60% fora.

P: Você disse que é incomum ter pauta pronta te esperando. Nestes dias, como você faz para conseguir matérias?

R: Primeiro, eu fico de ouvido nos rádios (HT), pelos quais a gente acompanha as centrais dos bombeiros e da polícia. Eu monitoro muito a frequência do Siate, pois quase sempre tem algo rolando. Quando não tem nada de relevante, eu ligo para Sala de Imprensa e vejo se não tem alguma coisa que eu não esteja acompanhando nos HTs. Aí, quando não tem nada de nada, a gente dá uma ligada para os delegados, pra repercutir algum caso que a gente está acompanhando. Chega muita coisa também no WhatsApp da rádio. Chega muita reclamação das unidades de saúde, alguma coisa inusitada que às vezes chega. Esses dias, chegou no Facebook da rádio uma mensagem: “Banda B, ajuda que aqui tem um cavalo abandonado com a pata quebrada”. Então esse tipo de coisa que a gente vai garimpando. As pautas surgem de vários lugares.

P: E tem coisas que os colegas compartilham também?

R: Sim. Tem grupos de WhatsApp que são bem mistos. Eu participo de alguns que são só jornalistas, como o “Plantão da tarde”, que é integrado só por repórteres policiais. Eu participo também de outros grupos que são bem mistos, tem policiais, socorristas, guarda municipal, pessoal da imprensa, então tem todos esses setores que mais movimentam o setor policial, estão ali no grupo.

P: E funcionam como? Trocando?

R: É, as pessoas trocam informações. Assim, “está acontecendo isso” ou “alguém está sabendo disso?”, porque aí já dá um indicativo do que está acontecendo. Às vezes, os policiais postam ocorrências que eles acabaram de atender, então que rende matéria. Vem algo do tipo: “A gente está com um flagrante assim” ou então “olha, vai ter uma capacitação do Corpo de Bombeiros” ou sei lá, “tem um plantão do Ciac”. Às vezes, têm policiais que avisam: “Chegou tal ocorrência aqui no Ciac, se vocês tiverem interesse”. Os delegados avisam às vezes que tem operação rolando e que logo haverá coletiva, então a gente já fica meio preparado. E é esse tipo de informação que rola.

P: E você considera os grupos um bom canal de informações?

R: São. Apesar de que a gente sabe que notícias exclusivas não vão cair ali. Cada um tem seu mérito. Mas ali é um canal de troca. Por exemplo, a gente está numa ocorrência, não tem como estar em duas ocorrências ao mesmo tempo, então de repente tem um colega que vai para uma, e a gente está em outra. Aí a gente acaba trocando material. Troca uma foto e até entrevista. Não é muito comum, mas, quando acontece, a gente consegue ter essa troca.

P: Você hoje trabalha mais com notícias policiais, mas já trabalhou em outras áreas. Compare essas trocas na cobertura policial em relação as que ocorrem em outros setores do Jornalismo...

R: Sinto que o coleguismo é maior na área policial, porque, por exemplo, hoje é muito difícil você ter matéria exclusiva de policial. Acontece, a gente vibra. Mas como são coisas que todos têm acesso... quem tem um HT, por exemplo, todo mundo está escutando aquilo ali, né? Não tem porque esconder nestes casos. Só diferencia que tipo de olhar você tem naquela matéria, naquela situação. Mas aquelas informações meio que estão mais disponíveis do que em outras editorias, que você precise ter uma pesquisa maior, um contato com a fonte que vai fazer toda diferença. Não que no policial não faça, mas é que essas informações são mais de domínio público. Então por isso que acho que existe esse coleguismo maior.

P: E se for informação exclusiva?

R: Aí não tem troca. Exclusiva é exclusiva. E aí depois, se acontecer de colocar no ar, você pode até falar “dá uma olhadinha no portal”, para o colega não ficar tanto tempo no vácuo. Acontece. É mais raro. Mas exclusiva tem e a gente mantém. Tem até uma brincadeira que a gente faz: “não me dê boné, não me dê boné”. Existem as situações do boné e todo mundo entende.

P: Vocês costumam acompanhar todas as entrevistas coletivas?

R: Não, a gente costuma ir nas que são mais relevantes, ou sei lá, tá muito fraco de pauta, a gente não tem nada mesmo pra fazer nesse momento, então vamos lá na coletiva e a gente faz. Mas mais coletivas importantes.

P: E tem coletiva todo dia?

R: Não. Hoje, por exemplo, é quarta-feira e ainda não fui a nenhuma essa semana. Tem semanas que não tem coletiva. Tem semana que tem todo dia. Tem dias que tem em horários em que eu não estou trabalhando. Então, tem semanas que eu não vou a coletivas.

P: E vocês recebem material pronto também das assessorias... Como você trata com esse material?

R: Eu, como estou mais na rua, quase não recebo. Quem recebe mais é o pessoal da redação do site, que recebe da Agência Estadual de Notícias, de assessorias. Mas eu não tenho muito esse filtro, não passa muito por mim material de assessoria. Aí, por exemplo, quando perco uma coletiva e acho interessante montar a matéria, eu peço áudio da assessoria de imprensa. Então, eles gravam lá a entrevista coletiva e aí eu edito da forma que eu acho que deva editar. Mas eles não mandam muito material, mais é quando a gente pede alguma coisa e vai atrás.

P: E você confia no material que eles passam?

R: Em policial, a gente lida com as assessorias basicamente da Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública, mas é jornalismo, a gente costuma dar sempre os dois lados do fato. Não é porque a assessoria mandou que é 100% confiável. Ali geralmente a gente conhece todos os delegados, todas as fontes que eles estão entrevistando. Então por isso que fica mais fácil de confiar, porque a gente sabe quem são aquelas pessoas ali. A gente confia não pelo fato de ter sido a assessoria que enviou, mas porque confia nas fontes que eles entrevistaram.

P: No período de observação, não presenciei vocês entrevistarem suspeitos ou presos. Vocês não entrevistam mesmo esse tipo de fonte?

R: Só em casos excepcionais. Quando é uma coisa assim, um caso que repercutiu muito. Por exemplo, o assassinato da soldado Bárbara, que era uma policial militar super jovem, que foi morta, numa emboscada. Ela impediu um assalto e as pessoas que foram impedidas naquele assalto acabaram identificando ela numa outra situação e a mataram. Esse caso repercutiu

muito. Não é um caso que eu repórter decido. Também posso opinar, mas geralmente essas orientações vêm da própria coordenação: “Olha, hoje vamos tentar ouvir o assaltante, o preso”.

P: Mas a orientação geral é não ouvir?

F: É. Trata-se de uma linha editorial nossa. Porque a gente não costuma dar voz pra uma pessoa que está numa situação ilícita. Mas de repente, se a gente pode ter um olhar mais humano pra coisa, a gente ouve um parente desse preso, ouve advogado, mas o preso não, geralmente não. As emissoras de tevê que têm programas policiais costumam ouvir mais os presos, mas esse não é o nosso caso.

R: A gente estava falando na questão de confiar ou não. E informação de colega, quando você confia? Quais os cuidados que você adota?

F: Eu só assino embaixo do que é passado por um círculo muito fechado de colegas, cinco pessoas no máximo. Mas é muito raro de acontecer. Geralmente eu recebo sonora, ainda assim eu checo a fonte oficial da informação. Recebi uma sonora de um tenente em local de crime e mesmo assim eu vou ligo pra Polícia Militar, vejo qual o descritivo da ocorrência, se bate, não fico só com as informações que o colega passa. E só nesses casos excepcionais em que eu não posso estar no local. Eu acho que é assim: eu sou a repórter, eu tenho que checar a informação e saber o que eu estou assinando. Não vou assinar uma informação que não fui eu quem apurou. Eu sempre pergunto “o que aconteceu?” e já tenho mais ou menos o que aconteceu ali pra poder ter um arcabouço de informações que eu possa checar com a minha fonte, basicamente isso.

P: Como é o seu acesso a fontes oficiais?

R: São pouquíssimos os casos em que eu tenho o telefone celular, por exemplo. Mas quando eu estou no local, é uma coisa, o contato é bem mais fácil. Por isso que eu falo que repórter é bom estar na rua, porque aí você está ali, cara a cara, é melhor para conseguir informação. Tem gente das delegacias especializadas, como exemplo, que depois que conclui o serviço inicial ali no local do crime, sempre fala com a imprensa. Então é mais fácil se você vai ao local do crime.

P: E se isso não for possível, você consegue recuperar depois?

R: Depende. Se for durante a semana, por exemplo, eles voltam pra delegacia, muitas vezes a gente consegue falar com eles por telefone. No final de semana é mais complicado, porque eles não falam se não for ao local do crime. Não dá pra recuperar então. E geralmente só os delegados dão entrevista. Os investigadores podem até passar informações, mas entrevistas não. Cada um tem uma peculiaridade que só no dia a dia a gente vai conhecendo. Já com a Polícia Militar é mais difícil ainda. Há os policiais mais conhecidos que falam, mas a maioria não. Porque existe muita questão de patente, hierarquia. Se a gente está num local de crime pra falar com um soldado é bem complicado. Geralmente a orientação é pra falar com um CPU, como eles chamam no jargão policial, que é o responsável por aquela área naquele dia e naquele momento. A Polícia Militar é mais burocrática que a Civil. Se eles dizem não, não falam e acabou. Ou então no máximo pedem para falar com a assessoria de imprensa pra conseguir uma nota.

P: Mas tem que passar sempre pela assessoria?

R: Não, se a gente já tem o contato direto do delegado, a gente vai direto. Alguns deles falam pra procurar a assessoria, aí a gente vai procurar. Mas, tendo o contato direto das pessoas, nós vamos direto. A assessoria é um plano B. No caso de não conseguir de jeito nenhum, a gente diz que entrou em contato e que não teve retorno.

P: Falando nessa questão de conseguir ou não falar, sonora pra você é fundamental?

R: É fundamental, é prioridade. A gente só faz um boletim sem entrevista quando não tem outro jeito e se o assunto é muito importante. Mas aí tem aquela coisa: se o assunto é muito importante, ele pede uma entrevista, pede uma fonte. Até mesmo a gente tem uma dificuldade de fazer matéria de denúncia por causa disso. Recebo, com muita frequência, sugestões de matérias de denúncias e aí eu falo: “Olha, só se você topar falar, mesmo sem se identificar, e a gente usando um recurso de edição pra não identificar”, do contrário, não tem matéria. Mas muitas vezes não tem porque a pessoa não quer falar de jeito nenhum, então infelizmente não tem como fazer. Pra rádio a gente precisa. Não só rádio, a gente faz matéria para o portal, e aí precisa de umas aspas também.

P: Como é pra você essa rotina de ter que passar material também para o portal e de ter que trabalhar com vários equipamentos, como HTs, celulares, GPS e fazer sonora, foto, vídeo?

R: Eu assimilei, até gosto assim. É engraçado que é a primeira vez que eu trabalho assim, eu nunca tinha trabalhado integrado em outros veículos, era só o rádio. Mas hoje eu já chego no

local e minha cabeça já funciona integrada. Já chego enquadrando, já vejo que imagem vou poder fazer.

P: Então quando chega, já vai fazendo foto de tudo pra garantir a imagem?

R: Depende. Às vezes, quando eu vejo, por exemplo, que o Corpo de Bombeiros está indo embora, a imagem fica pra segundo plano. Primeiro eu tenho que ter a entrevista. A prioridade é o rádio. Nesses casos, quando eu preciso priorizar, priorizo o rádio. É raro de acontecer, mas acontece. Porque fazer uma foto é tão rápido, às vezes eu já fiz até antes de parar o carro. Um exemplo: recentemente fui fazer matéria sobre uma senhora que caiu, o elevador despencou do 13º andar até o 6º. Uma rua de difícil estacionamento no centro da cidade, o trânsito que não andava, aí eu já garanti a foto da cena, Corpo de Bombeiros, etc., enquanto estava no congestionamento. Em último caso já tenho pelo menos uma foto do local, até achar um lugar pra estacionar. Aliás, essa é a principal dificuldade: ter que dirigir e estar com foco na notícia ao mesmo tempo. Porque se tivesse um motorista, eu estaria só com o foco na notícia.

P: E o tempo, você acha que é suficiente para o trabalho que realiza?

R: Acho que é sempre pouco e por isso geralmente eu passo os horários. Porque eu quero fazer uma coisa benfeita. Não quero fazer o trivial, eu quero fechar da melhor forma. Sou muito crítica comigo mesma. Existe cobrança porque eu passo do horário, mas é suave.

A.2.3 Entrevista 3

Identificação: Repórter 3, 35 anos, formação superior em Jornalismo (2006) e em Direito (2014), cursa sua segunda pós-graduação em Direito; tem dez anos de experiência como jornalista, três deles na área policial.

Data da entrevista: julho de 2017

P: Pesquisadora

R: Repórter

P: O grosso de sua produção na rádio é reportagem policial?

R: Sim, o grosso é policial mesmo. Vez ou outra tem pauta pronta me esperando, mas, como eu trabalho à noite, é mais pauta de conselho de segurança, reclamações em alguma comunidade, mas é pouco. Geralmente, não tem pauta pra mim quando eu chego. Quando

tem, é deixada pela Juliana, que é nossa estagiária, ou pelo próprio Geovane (coordenador do Jornalismo na emissora). Ontem, por exemplo, recebi uma pauta, mas que não deixa de ser também de policial. Era pauta de manifestação e todas as manifestações que têm de relevância a gente vai fazer. Ontem eu estava na frente da Justiça Federal e o Geovane pediu para eu fazer matéria da coletiva de imprensa dos advogados do Lula. Agora quando não tenho pauta, eu fico refém dos HTs, monitorando as frequências policiais, o tempo todo.

P: Mas normalmente quando você chega tem pauta rolando ou é mais atípico?

R: É variável. Por exemplo, hoje um amigo me passou uma história de ontem à noite que aconteceu em São José dos Pinhais. Foi um roubo em que fizeram horrores com uma família. Eu estou com o contato dele pra fazer a matéria. Estou esperando o estúdio liberar pra gravar. Então, normalmente, eu chego à rádio e às vezes eu tenho coisas que foram aparecendo durante o dia, porque a gente tem os contatos no setor, e muitas das vezes, o repórter da tarde está com muitas pautas pra fazer. Então, eu deixo pra fazer à noite, se não for algo urgente ou que a gente possa ser furado.

P: E quando não tem pauta, como você trabalha?

R: Eu fico em duas frequências do rádio HT. Esse HT aqui, na verdade, fica rastreando e então ele pega todas as frequências, inclusive do IML. Já esse aqui fica travado no Siate, porque as ocorrências que têm mais relevância pra gente são aquelas que acabam entrando com vítima e nas quais o Siate é acionado. Claro que se acontecer um acidente sem vítimas na minha frente eu vou parar pra fazer, porque às vezes tem uma coisa interessante ou outra. Não esqueço uma vez que eu estava indo fazer uma pauta e estava saindo aqui na esquina, cerca de um quilômetro da rádio, deu um acidente, um motociclista bateu num carro. Foi interessante porque ele não teve ferimentos graves e bateu num carro porque ficou olhando duas meninas passando. Então, não era um acidente de relevância, mas a história era interessante. Ouvi uma das meninas e ela narrou a história.

P – Sobre as pautas que você recebe durante o dia, antes do início do seu turno quem geralmente passa?

R: Bom, eu já tive sugestões de polícia, guarda municipal e até de pessoas que eu entrevistei, fiquei com contato, a pessoa ficou com meu contato e manda uma coisa ou outra, então vem de tudo. Às vezes são coisas que eu vejo num grupo ou outro de WhatsApp e que acho interessante.

P: Então você também se pauta pelos grupos de WhatsApp?

R: Muito. Às vezes, a gente (os repórteres) vai até junto para a pauta e se ajuda em tudo, como num caso em Rio Branco do Sul. Era muito longe e foi no final do plantão. Um irmão matou o outro e quem estava lá era um tenente amigo meu. A imprensa toda foi no local, mas não conseguiu gravar, mas eu gravei por telefone e passei para os colegas.

P: Essa prática de compartilhar pauta é comum na reportagem policial?

R: Depende da pauta. Se é uma pauta específica que partiu da rádio, é algo que ninguém vai ter acesso naquele momento, aí não. Eu não vou dar para os outros o meu ouro, digamos assim. Só que assim, se você está fazendo um trecho factual em si, não tem porque ficar negando. A gente se ajuda muito. Você passa endereço e passa a situação. Ontem mesmo, deu muita coisa. Eu tinha coletiva para editar e tinha um caso de uma mulher que foi assassinada pelo companheiro em Araucária, que foi no comecinho do plantão, mas toda a situação foi à tarde, então não adiantava ir pra lá. Enfim, eu tinha várias coisas, teve manifestação, teve um policial que matou um bandido em Piraquara e ainda acabou dando um outro morto em São José, só que era alguém que não tinha identificação, não tinha nada e já eram onze e meia da noite. Aí pensei “não vou pra lá, porque não vai dar tempo de editar a coletiva”. Então avisei um amigo meu, ele disse que ia e pedi ajuda. Ele foi, me passou as informações, me passou o nome do tenente que estava no local. Aí mandei um whats para o telefone, peguei uma sonora dele e fiz a matéria do mesmo jeito. Então, se você não souber trabalhar com seus colegas, se ficar nessa de “não passo nada, não passo nada”, você também não tem esse toma lá dá cá. E outra, todo mundo tem o contato da Sala de Imprensa, todo mundo liga pra Sala de Imprensa e tem essas mesmas informações.

P: E não dá pra cobrir tudo...

R: Exatamente, ninguém pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Então, aí é que tá. A gente nem chama tanto isso de pauta, são coisas que toda imprensa tem acesso. Se é uma coisa que toda imprensa tem acesso, aí tudo bem. Agora, às vezes, é um furo de reportagem, uma situação que só a gente está sabendo, aí você não vai compartilhar isso com o resto da imprensa, senão estaria sendo desleal ao teu trabalho, tua casa.

P: E se você está na rua, com um grupo de colegas, e alguém te passa algo, naquela hora, como você faz?

R: Digo só estou indo fazer uma pauta da rádio. Daí todo mundo entende, todo mundo tem esse tipo de coisa.

P: Você me contou que os colegas te passam informações, mas também podem passar sonoras?

R: Às vezes. Quem me passa sonoras é um fotógrafo da Tribuna. Às vezes, a gente troca informação nesse sentido. Por exemplo, estou aqui conversando com você, eu acho que um caso que ouvi no HT é clínico, mas, de repente, é uma baita duma história e eles foram e me ajudam. Mas não é aquela sonora de qualidade, porque é feita num celular ruim, foi gravado só pra registrar, não usariam o áudio e tal. Só que às vezes você consegue mexer uma coisa ou outra e melhorar. Hoje eu tenho essa dificuldade. Na época que eu estava na Difusora e o Juliano estava aqui, a gente fazia troca. Porque na época eu apresentava um jornal das seis às sete da noite e aí eu só conseguia ir pra rua depois disso. Então muitas das vezes ele me ajudava com o que acontecia antes disso. Em contrapartida, ele saía da rádio mais cedo e normalmente às onze eu ainda estava na rua. E aí, se acontecia alguma coisa, eu passava pra ele, e a gente fazia uma troca. Principalmente quando era local de crime, que é uma coisa que todo mundo tinha acesso.

P: Você costuma entrevistar familiares de vítimas?

R: Depende. É uma coisa minha, eu trabalho com crime o tempo todo (durante o dia, faz estágio no Ministério Público do Paraná, na área de crimes). Então, eu odeio entrevistar família. Não que eu não faça, se precisar eu faço, mas eu acho que naquele momento não é hora para incomodar a família. Claro, se a polícia não fala, não tem informação, eu vou chegar na família. Vou pedir desculpa, vou desejar meus sentimentos em nome da rádio, isso e aquilo, com todo o tato do mundo. Mas eu não gosto de explorar esse momento. Porque assim, a gente não precisa mais disso. A gente não trabalha mais numa era que você vai explorar o sofrimento das pessoas. E assim, você entrevistar uma mãe... por melhor que seja a pessoa. E você entrevistar uma mãe no local de crime é muito triste. E todas as vezes que eu entrevistei, sempre fiz a pessoa chorar. Não porque queria, mas, de repente, eu fazia uma pergunta ou outra, um comentário que levava. Mas tem casos e casos. Teve uma situação em Almirante Tamandaré. Foi um dos casos que mais me chocou até hoje. Tinha um menino de 19 anos, companheiro de uma menina de 17, eles tinham um bebê de 9 meses. Traficantes invadiram a casa, eles estavam em quatro jogando videogame, balearam os quatro, o pai morreu e a criança de nove meses morreu no colo do pai. Foi uma cena muito forte. A menina

de 17 anos saiu de casa berrando, em prantos. Ela gritava “Deus, me leva junto.” Eu gravei isso. Só que assim, eu não fui até ela fazer ela falar e estimular esse tipo de sofrimento. Foi ali na hora. Eu achei que isso valia pela circunstância em si, mas não vou fazer isso com uma mãe, que perdeu um menino por causa de drogas. Ali foi um caso específico, que chocaria mais, isso e aquilo. Não que a gente goste disso, mas talvez seja o diferencial da matéria.

P: E é fundamental ter sonora?

R: Pra rádio sim. Só em último caso, um boletim sem sonora. Por exemplo, um rapaz que morreu ali e a polícia não fala. Então, você vai tentar o Siate ou se vira atrás de outra fonte. Pra isso, é sempre melhor ir ao local, porque você também sente o clima lá. Às vezes, tem um amigo lá, um conhecido, um vizinho. O ideal é isso, agora depende da situação. Por exemplo, essa situação de São José dos Pinhais ontem à noite. O solicitante entrou em contato com a polícia falando que ouviu tiro, saiu na rua e viu uma pessoa caída. Tipo, essa era uma matéria que eu não estava nem esperando que fosse ter sonora. Mas se a gente consegue um tenente falando a respeito é o básico, que daí não fica só a minha voz. O ouvinte às vezes para pra prestar atenção. É coisa de rádio, se fosse pra TV seria diferente, não precisaria tanto da sonora, porque você teria que fazer as imagens, aí são outros 500, mas pra rádio é importante. Ele pode falar a mesma coisa que eu vou falar, numa dessas eu até fale melhor que ele, mas ali é pra dar uma quebrada, uma abrihantada na informação. Agora, por exemplo, naquele caso de ontem, que foi um policial que matou um bandido, era um caso que eu precisava de sonora. Se não tivesse, fazer o quê? Mas era um caso que fica estranho não ter sonora, até por ser um policial que matou.

P: Pra não ficar só na sua boca, no caso...

R: Sim, porque daí a coisa fica mais complicada. Aí de repente eu uso um termo que não devia ter usado. Hoje a gente tem um problema muito sério entre imprensa e polícia, acho que você sentiu isso com a gente em alguns locais. Parece que não se comunicam. A polícia não gosta da imprensa, a imprensa, se pode detonar, detona a polícia. Eu não falo isso nem pela rádio, nem por mim. Isso é muito ruim. Quantas vezes já aconteceu de policiais reclamarem comigo “ah, porque aconteceu assim e saiu assado”, eles reclamam de tudo. Às vezes de uma simples coisinha, porque o povo pega no pé e aí já dá margem. Então, assim, situações que envolvem a polícia, confronto, o que quer que seja, se a gente tiver uma sonora, melhor. Aí, às vezes, “ah, mas a polícia não entendeu dessa forma”, tudo bem, mas se a polícia não fala com você no local, fica difícil. Dependendo do batalhão, dependendo do tenente, eles não vão

falar. Só que daí você tem um problema sério, porque tem um morador ali do lado, tem a família do morto que de repente está lá, só que isso é ruim, porque vai ter só uma versão. Pedem pra gente ligar pra Sala de Imprensa da PM, mas lá tem só o básico da ocorrência. A gente tem a informação mais completa por causa do HT. Só que eles recebem só o descritivo de ocorrência, o que está na tela, o que o policial registra. E às vezes demora pra chegar, em situação de confronto vai registrar só como aconteceu, o início, o resto só vai registrar no final. Então, assim, às vezes você não tem a matéria completa e à noite, eu não consigo mais falar com a assessoria de imprensa (jornalista), só com o oficial de plantão. E a gente tem sofrido muito por isso, porque não consegue contato com a assessoria da PM como deveria. Então se no local a polícia realmente não fala e você não tem a versão da polícia em relação ao confronto, você não vai sair de lá sem matéria, alguma coisa você vai tirar de algum lugar, só que daí você tem que ter fonte pra isso. De morador, de vizinho, de alguém que tenha visto algo. Nesse caso, família do morto também não é fonte segura, porque não sabe o que aconteceu. O ideal sempre é falar com alguma testemunha, um morador que ouviu tiro, qualquer coisa. Aí depois eu tento falar com a polícia.

P: E a família só em último caso?

R: Com a família, em situação de confronto, a gente não procura. Só se eles vierem procurar a gente. Foi um confronto com a polícia, a família não estava lá no momento, então pra gente não interessa se ele era bandido, se não era, se era inocente, se não era. Porque o fato em si não é a vida daquela pessoa, é o confronto, a troca de tiros. É o fato em si que interessa.

P: Se você chega no local e vê que está cheio de gente, como identificar quem pode ter informações?

S: Observando. Normalmente você percebe alguém mais falante, alguém que está contando a história para um vizinho. É nessa pessoa que eu vou. Esses dias, ocorreu uma tentativa de assalto, aqui pertinho da rádio, perto da Ópera de Arame. O cara pegou a mulher entrando em casa, fez ela de refém, entrou com ela, mas ela não conseguia abrir a porta. Na hora que o marido abriu, ele deu um tiro no marido. Neste local, eu cheguei junto com o Siate e tinha uma viatura da polícia que chegou e encostou atrás de mim. Aí eu cheguei, olhei as pessoas e pensei “bom, não adianta chegar esbaforida”. Você tem que parar, analisar. Não adianta querer pegar o primeiro. Eu já fui assim. Como tem que fazer foto para o site, eu analiso o todo, faço a foto e fico observando. Aí eu identifiquei a senhora com quem eu queria gravar. Ela viu toda a situação, mas estava falando com a polícia. Aí, eu cheguei perto dos moradores e fiquei ali

só observando. Eu vi outra senhora, fui falar com ela e ela disse “ah, eu não ouvi muito, só me falaram isso e isso” e era realmente a história, porque eu já tinha escutado a outra senhora que testemunhou todo contar. Pedi então pra ela gravar comigo e ela gravou. Então eu nem procurei a polícia porque realmente não precisava, não ia mudar nada. O médico desse dia falou comigo e aí depois disso aquela senhora que testemunhou voltou, falou que não ia gravar, mas que me falava o que aconteceu e aí me deu mais alguns detalhes.

P: E como você trabalha com informações do HT e com as que chegam em grupos de WhatsApp?

R: Então, eu não vou ao local, se eu não tiver certeza de que tem algo concreto. Para noticiar só com base no HT, preciso falar algo do tipo “ah, preliminarmente, é o que está chegando agora, são as primeiras informações”, sempre assim. Eu não gosto de usar informação de grupo. Sempre vou checar. Às vezes casa de você estar copiando uma situação no HT e aí detalharem um pouco mais no grupo, daí é diferente. Eu sei que a situação realmente está acontecendo e eu tenho os dados. Mas eu não gosto de usar, porque eu acho que é muito falível. E se alguém quiser pegar e zoar? O HT ninguém vai pegar pra zoar, porque quem está passando as informações são profissionais de fato, que estão passando pra polícia e para o Corpo de Bombeiros. Por isso que eu digo que eu confio nas informações que estão aqui, no HT.

P: Dois HTs, dois celulares, GPS, direção do carro. Esse monte de coisas, ajuda ou atrapalha?

R: Depende, quando dirige às vezes atrapalha. A gente nunca para... Você viu que eu estou com os dois HTs, eu estou com o grupo no celular, estou entrando ao vivo pela rádio, estou dirigido e estou ajustando o GPS. É complicado. Quando me chamam para entrar ao vivo, tem que baixar o HT, pois como é que eu vou entrar com um troço desses berrando? E já aconteceu de eu entrar ao vivo e não ouvir no HT alguma outra coisa que aconteceu nesse momento. Mas aí não tem o que fazer. São ossos do ofício.

P: Durante o período de observação, teve um dia em que o WhatsApp não funcionou no começo do seu expediente e você comentou naquele dia, que não sabe trabalhar sem WhatsApp. É isso mesmo?

R: Então, vou explicar porque. Eu não consigo trabalhar de forma nenhuma sem HT, sem HT não dá. O HT é o meu material mais importante de trabalho. O WhatsApp, o que acontece, é que a dificuldade é que tudo que a gente faz na rua a gente passa por WhatsApp pra rádio e

para o site. Então quando eu me refiro que não vou conseguir trabalhar sem ele, primeiramente é nesse sentido. Como é que eu vou passar as informações pra rádio? Porque assim, não tem mais gravador. Quando eu comecei na Difusora, eu tinha gravador. Então, você grava tudo ali, mas, mesmo assim, como que eu vou passar as fotos, como que eles vão fazer em tempo real a matéria? Além disso, agora os repórteres conversam muito por WhatsApp. Eu não sou muito de ficar em grupo, mas falo com alguns colegas no privado. Hoje, eu participo só do grupo da PRF, do grupo da rádio, da comunicação da prefeitura.

P: E você confia nas informações que chegam nesses grupos e nas mensagens privadas?

R: Sim. Tem um colega, por exemplo, que eu conheço há três anos, ou seja, o tempo todo que estou no trecho (na reportagem policial). A gente começou a trabalhar mais por WhatsApp. Agora ele é assessor de imprensa, mas eu já tinha estabelecido uma relação de confiança com ele. Então, eu sei que o que ele me passa é seguro. Da mesma forma, essas pessoas deste grupo restrito sabem que podem confiar em mim, que podem, por exemplo, comentar algo sigiloso comigo e que eu não vou coloca isso no ar. Mas você também tem que conquistar a confiança das pessoas. Teve uma vez que a Flávia (colega da tarde) fez uma matéria à tarde, eu nem tinha visto ainda e fui atrás da situação. Consegui através com um policial e ele disse: “Dani, vou te passar o contato do tenente, mas não fui eu que te passei, porque ele não gosta que passem o contato dele”. Passei mensagem para o tenente e pensei “ele não vai falar comigo”. Mas ele respondeu na hora, perguntei da situação e ele mandou um áudio. Eu jamais, porque acho que é uma questão de ética e confiabilidade com as minhas fontes, colocaria aquele áudio direto. Então, eu perguntei pra ele “eu posso usar esse áudio que você me mandou?” E ele disse “pode usar”. Outra coisa que eu não faço: não começo a gravar direto. A pessoa sempre vai saber que ela está me dando entrevista. Eu já vi colegas repórteres pegarem o telefone, começarem a gravar com a pessoa sem avisar e não acho isso correto. Porque, assim, a gente mexe com policial e essa pessoa pode falar uma coisa pra gente que jamais falaria pra todo mundo ouvir. A pessoa tem que saber que está dando entrevista. E ela também tem o direito de dizer não. Às vezes eu acho que sou ética demais pra certas coisas, mas é o meu jeito.

P: Você acha que isso é influenciado por sua formação em Direito?

R: Não. Eu sempre fui muito correta em relação a esse tipo de coisa. Eu acho que eu não posso obrigar ninguém a falar. Se a pessoa não quer me dar entrevista, ela tem todo direito do mundo de não me dar entrevista, e eu não posso forçar ela a fazer isso. Claro, posso até dizer

“grava comigo, por favor, por favor” (risos). Mas, enfim, você gravar a pessoa sem ela saber e usar aquilo como informação, não é certo. Claro, você pode até usar isso para fazer a matéria, como informação, mas não usar a voz dela pra isso.

P: Como é mais comum você fazer contato com suas fontes: pessoalmente, por telefone, mensagem de WhatsApp...

R: É bem variado. Normalmente eu vou ao local. Se for muito tarde, por exemplo, se for coisa assim 22h30, 23 horas, aí eu vou avaliar um pouco melhor a situação. Tem que ver se realmente vale ir até ali, ou se consigo resolver antes por telefone. Por exemplo, hoje teve um caso em São José dos Pinhais de estupro de vulnerável. Foi à tarde, mas eu teria que ter ido pra lá, se tivesse de plantão. Já naquele outro caso de São José, com um rapaz morto, sem identificação, ninguém sabe o que ele estava fazendo ali, ninguém viu, então não compensaria ir pra lá tarde da noite. Claro, se eu estou sem nada, eu vou porque eu não tenho nada. Então qualquer coisa que eu consiga ali é melhor do que nada. Mas se eu consigo ter matéria já, daí não vale.

P: Qual é a postura de uma fonte que mais te incomoda? É quando ela se nega a falar?

S: Não é a negativa, é a pessoa te ignorar. Eu acho que antes de tudo é falta de educação e de respeito. A polícia faz muito isso com a gente.

P: Exemplifique.

S: Ah, a gente chega num local, os policiais ficam no meio do cerco. Você acena, você pula, você tenta chamar, e, assim, eles olham pra você e viram as costas. Isso já aconteceu comigo. A pessoa viu você e virou as costas. Isso me irrita profundamente. Porque eu acho muito mais bonito a pessoa virar pra você e falar assim “olha, não vou te dar entrevista e eu não quero passar informação”. Aí está bom.

P: Essa postura é comum?

R: Depende (risos), tudo depende! A gente sabe que normalmente 13º batalhão, 22º batalhão, são dois batalhões que a gente tem mais dificuldade pra conseguir acesso à informação. Não só sonoras, mas informações mesmo. Mas importante que eles passem os dados, até pra depois não reclamarem que a notícia não foi correta. Mas o tempo deles é totalmente diferente do nosso. Eu não posso esperar a notícia amanhã, falar com a assessora de imprensa no dia seguinte, a partir das 8 horas. Se a matéria é de ontem, já ficou velha. Pra gente já era. Por

isso é importante você tentar pelo menos ter um bom relacionamento. Acho que a gente tem que tratar todo mundo com respeito e simpatia, porque tem que ganhar a confiança deles pra ter qualquer tipo de informação. E, querendo ou não, a informação que vem da polícia é de fonte confiável.

P: Você falou também da questão da assessoria. Como você usa uma informação, uma sonora, um release que vem pronto da assessoria? Você acha que é confiável sempre?

R: Você tem que confiar, porque é a fonte oficial. Se você desconfiar deles... Eu, particularmente, estranho, mas ainda assim é a fonte que eu tenho, a oficial, então vai sair dessa fonte. É claro, se a gente tiver outra pessoa que diga outra coisa, a gente vai colocar os dois lados da história.

A.2.4 Entrevista 4

Identificação: Repórter 4, 27 anos, graduado em Jornalismo (2011), com seis anos de experiência na profissão, passagem por rádio, tevê e jornal e, desde o início de sua carreira, produz reportagens policiais.

Data da entrevista: julho de 2017

P: Pesquisadora

R: Repórter

P: Conte-me um pouco sobre como é a sua rotina aqui...

R: Chegando aqui, tem algumas pautas pré-determinadas pela diretora de jornalismo. Ela filtra os assuntos de sites de notícias, que chegam por e-mail e segue também uma agenda, onde coloca tudo de importante que deve acontecer. Então, pela manhã eu vejo as pautas no computador da diretora e a gente conversa um pouco. Ela coloca só o tema da pauta, sem indicação de fontes ou detalhes e por isso essa conversa é importante. Então, ao longo da manhã, essas pautas podem se confirmar ou cair ou mesmo surgir outras.

P: A rotina varia bastante?

R: A rotina varia bastante, mas apesar de não ter repórter específico pra cada editoria, por exemplo, policial eu faço mais, se for alguma coisa de clima é a Daiane, Lava Jato é a Juliana,

mas isso varia bastante. Pode ser que um dia a Juliana precise fazer mesa e eu fique com Lava Jato.

P: Mas além do tipo de matéria, muda o jeito de fazer as matérias, tipo ir para rua ou fazer por telefone...

R: Depende muito da pauta. Uma ocorrência policial que aconteceu no fim de semana, por exemplo, a gente vai fazer da redação, vai pegar pelo telefone, vai tentar trazer o lead mais novo, mas não tem porque de ir pra rua. A não ser que seja algo extremamente importante, ou o delegado só fale pessoalmente. Alguns delegados não dão entrevistas por telefone, aí a gente vai até eles. E agora tendo uma ocorrência policial, que é de relevância no momento, aí claro, a gente vai pra lá. Dependendo da situação, com dois ou três repórteres. É bem raro que isso aconteça, mas já aconteceu de ter uma coisa muito grande, às vezes uma programação política, mas que envolve a polícia, por exemplo, a votação na Ópera de Arame (sobre o pacote de ajuste fiscal da prefeitura de Curitiba). Estávamos em dois repórteres lá e um terceiro, que trabalha num jornal pela manhã, mas que estava dando um apoio também lá no grupo da rádio, manda foto, manda informação.

P: E coletiva... vocês preferem ir pessoalmente?

R: Coletiva também depende muito. Uma coletiva relevante, alguma coisa assim, sim. Agora, um crime pelo crime, um assassinato, que meio que se tornou comum, a gente vai contar com a sonora feita lá, que é enviada pela assessoria de imprensa no minuto seguinte. Terminou a coletiva, estão enviando a sonora. E a gente faz aqui, porque estando aqui a gente consegue agilizar outras pautas enquanto isso.

P: A assessoria envia independentemente de pedido?

R: Tem que pedir, dificilmente eles mandam do nada, a não ser que eles realmente queiram a divulgação daquilo, necessitem, façam questão que aquilo seja divulgado. Mas sendo uma coletiva normal a gente pede e a assessoria, por exemplo, da Polícia Civil, envia na hora. O pedido em geral é feito por WhatsApp e a assessora responde por ali mesmo, manda a sonora bruta, foto. Agora, se tem alguma coisa muito importante que queria perguntar para o delegado e não queria perguntar na coletiva, daí a gente liga pro delegado, e se não tiver o telefone pede pra assessoria fazer a ponte.

P: E é mais comum o contato com essas fontes ser direto ou via assessoria?

R: Acho que na maior parte é pela assessoria, mas depende da fonte. Um ou outro delegado que não tem problema em deixar o telefone pessoal, tem alguns que até já passaram, mas não gostam que ligue sem avisar a assessoria. Tem delegado que cria o empecilho pra falar, dizendo “ah, eu não posso falar sobre isso, tem que falar com a assessoria antes”, por mais que seja um caso tranquilo. Mas um ou outro, a menor parte, aceita que você ligue direto, e fala na boa, e ainda fala “precisando pode ligar sempre”. Mas esses são poucos.

P: E se for Polícia Militar, o procedimento é o mesmo?

R: Polícia Militar a gente tem muita dificuldade com a assessoria, demora demais pra conseguir resposta pra tudo, seja uma nota, seja um pedido de entrevista, a assessoria da Polícia Militar só é rápida quando é uma operação pra divulgar a Polícia Militar. Tipo, a PM está lançando operação na rua, Centro Seguro, aí vem sonora, vem fotos sem pedir, vem convite pra coletiva. Agora prisão de policial militar, denuncia contra PM, você pede por telefone, você tem que formalizar por e-mail, pra algumas vezes dali uma semana não ter recebido resposta e ter que pedir de volta pelo telefone. E aí vem uma notinha de três linhas, bem neutra que não ajuda muito. Esse é o grande problema com a assessoria da Polícia Militar que muita gente já reclamou disso, mas funciona assim.

P: E, além de fontes policiais, que tipo de fontes você costuma usar quando é matéria policial?

R: Tem socorristas, Corpo de Bombeiros... Socorristas ajudam. Normalmente são eles que dão entrevistas, nos grupos eles participam, mandam fotos. Já aconteceu de um socorrista mandar foto de um acidente e ser muito longe, e eu ligar pra ele e gravar. Eu fiz em 10 minutos o que levaria uma hora para fazer, porque era na região metropolitana. Aí agilizou bastante. De vez em quando, surge uma denúncia pelo WhatsApp da rádio, que é um canal bem forte nosso, vem muita pauta por ali, aí a gente aproveita por ali. Claro que vai filtrar, vai tentar confirmar, mas tem muita denúncia que chega da própria pessoa envolvida ou de algum conhecido envolvido, que avisa a gente pelo WhatsApp.

P: E quais são os cuidados em relação a essas informações vindas por WhatsApp?

R: Sempre, sempre tem que checar. A gente vai priorizar a checagem, dependendo da relevância da informação, dependendo da situação, do contexto, mas, assim, sempre checar. Foram raríssimas vezes que a gente deu informação no ar sem checar, porque foram casos de chegarem 15 participações de pessoas diferentes tratando do mesmo assunto e com fotos. Aí você meio que já prioriza colocar aquilo no ar, porque você está confiando, e são várias fontes

diferentes, são números que a gente já conhece, de ouvintes conhecidos, fontes da rádio, que não inventariam uma história. A partir do momento que você vê que tem 8, 10, 12 pessoas falando a mesma coisa com fotos, aí a confirmação claro que vai precisar acontecer, mas ela pode acontecer num segundo momento, enquanto você está deslocando uma equipe pra lá, enquanto você está tentando gravar uma entrevista por telefone com essas pessoas, que estão passando essa informação. Isso acontece muito, por exemplo, em queda de avião. A gente tem queda de monomotor volta e meia, então tem isso, a pessoa manda. Teve um problema que foi no Jockey, um professor e um aluno de aviação, que o avião caiu e parou de ponta cabeça e as pessoas começaram a mandar e a gente estranhou, e aí começaram a surgir as fontes. A gente viu que estava acontecendo, reconheceu que era realmente o Jockey, a foto também condizia com o tempo naquele dia. Ou seja, tem uma série de questões que confirmam a informação. Não é como aquelas mensagens virais de WhatsApp, quando, por exemplo, alguém coloca “policial é flagrado batendo em pessoa em Curitiba”, mas quando você olha a imagem, vê que as placas dos carros são todas da Bolívia, da Argentina. Ou o policial está com uniforme que você sabe que não é do Paraná. Isso tem muito, aí você tem que filtrar na hora.

P: Pra você, qual é o peso da sonora em matéria de rádio?

R: É importante você ter outra pessoa ali, mas não acho que seja fundamental. Tem muita coisa importante que a gente colocou no ar sem sonora, e deu uma repercussão imensa mesmo sem sonora, porque a informação pela informação, era relevante. Sonora vai acrescentar e tal, mas muitas vezes a gente tem dificuldade de conseguir sonora. A gente não vai deixar de colocar no ar porque não tem sonora pra encher a matéria.

P: E falando nessa questão de dificuldade, qual é o maior problema que você enfrenta no contato com as fontes?

R: É o tempo. Por ser rádio, a gente precisa de tudo muito rápido. Eu entro às 8 da manhã, às 9h15, 9h20, nosso jornal está começando e termina às 11 horas. Se eu ligo 8h30, por exemplo, para uma assessoria, eu não posso ter essa resposta meio dia, meu jornal termina às 11. E a gente não tem como saber as pautas no dia anterior, as coisas vão acontecendo. A dificuldade é isso, essa falta da consciência da rapidez que a gente precisa ter.

P: O timing é diferente...

R: Isso, tanto que assessoria de imprensa, eu tenho as minhas preferidas. Se eu preciso de um médico, eu vou ligar para assessoria A e depois para B e, em última hipótese, pra C, porque eu

sei que a C pede pra eu formalizar por e-mail e eu não tenho tempo para fazer isso, ou demora 40 ou 50 minutos para me dar um retorno. Tem assessoria que eu vou ligar e dizer: “preciso muito de um médico pra falar de tal doença”. Aí, dá 10, 15 minutos e eles vão me passar o telefone, o nome completo e o cargo do médico. Mas vai ter assessoria que vai me dizer que o médico pode atender à tarde, ou no outro dia. Quem entende o nosso trabalho, a gente acaba priorizando. Agora, se você não tem a opção de priorizar, como é no policial, que eu não posso priorizar delegado tal, porque quem está conduzindo a investigação é o fulano, então aí tem um pouquinho de complicação. Comparando as polícias, a gente não tem muito problema com a assessoria da Polícia Civil, é difícil ter alguma coisa que não dê certo. Já com Polícia Militar é bem complicado e com Polícia Federal é muito mais burocrático ainda, e, geralmente, a Polícia Federal só se manifesta em coletiva ou por nota, da mesma forma a PRF. Em alguns casos o porta-voz da PRF é o policial, o assessor, que daí atende a gente tranquilamente. Mas agora, dependendo do assunto não é bem assim.

P: E vocês costumam ouvir especialistas, como sociólogos, analistas de segurança...

R: Eu acho que é um pouco limitado porque aqui pra rádio a gente já experimentou colocar analista político no ar, que serviria muito bem para o impresso, mas para o rádio ele foi péssimo no ar. Ele se perdia muito, não concluía raciocínio porque ficou nervoso dando entrevista para rádio. São especialistas que a gente já viu entrevistas deles e são entrevistas ótimas, explicam muito bem, mas, pra rádio, não dá. Mesma coisa da assessoria, sempre tem um analista político preferido, porque você vai ligar pra ele e ele vai fazer o que você precisa, sempre tem o comentarista que vai resolver isso, da mesma forma a questão de segurança pública, que a gente vai ligar, e vai falar bem, e vai se virar no ar. É um cara que está adequado, não fica nervoso, tem conteúdo, sabe que a gente não pode, que ele não pode tomar mais que 10 minutos. Já é mais objetivo.

P: Com isso não pode acontecer de repetir sempre entrevistas com essas fontes preferenciais?

R: Acontece. Mas entrevista ao vivo não é todo dia. Não é nem toda semana. Pra matéria beleza. Mas agora colocar o cara ao vivo para ser entrevistado pelos âncoras, isso acontece esporadicamente, uma vez por semana, uma vez a cada duas semanas, muitas vezes fica, repete o entrevistado, mas não o conteúdo. Então não vejo problema nisso.

P: Você tem preferência por entrevista pessoalmente ou por telefone?

R: Por telefone é sempre mais fácil, mas tem vezes que mesmo sendo possível fazer por telefone não é interessante, porque você vai perder o que tá acontecendo lá. Não vai poder trazer a fotografia do local. Vamos supor que aconteceu um acidente muito, muito grave. Eu posso ligar para o capitão da PM que está lá e ele vai falar por telefone. Eu posso ligar para um socorrista que está lá e ele vai falar por telefone. Mas se estiver lá, eu posso conversar com as pessoas que viram o acidente, com quem estava ali perto e que sabe que todo dia tem risco de acidente ali, com quem já fez 200 protocolos na prefeitura pedindo providências para consertar o sinaleiro, que foi o motivo do acidente. Então, dependendo do caso – isso é analisado na hora pela equipe, em função das condições de produção –, a prioridade é sempre ir ao local.

P: Eu observei que vocês usam redes sociais e WhatsApp para se comunicar com assessores e fontes. O que essas ferramentas representam hoje no seu trabalho?

R: Elas têm uma importância grande. O WhatsApp, pra mim, é a principal estrutura de sustentação hoje do jornalismo rápido. Porque tem as pessoas que participam aqui do whats da rádio, o ouvinte comum que está passando por algum lugar, tirou uma foto ou que está passando só informação. Além disso, tem mensagem chegando a todo o momento nos grupos dos quais a gente participa, no meu caso, grupos policiais. Então o pessoal se ajuda ali. O pessoal, por exemplo, fica ouvindo, copiando o que a gente chama o rádio da polícia, o HT. Quando tem uma ocorrência ali, alguém já manda no grupo, informando, tipo “olha, acionando médico para ocorrência tal”, ou “morte no bairro tal”. O primeiro a chegar lá, dependendo da pessoa, manda uma foto e diz “está confirmado, é isso mesmo”, “quem está longe pode vir porque dá tempo”. Então, esse tipo de coisa acontece, muita colaboração no Whatsapp. Isso é bem importante.

P: E você também passa informação quando tem?

R: Total. Já aconteceu de as pessoas estarem na rua, correndo atrás da ocorrência. Daqui da rádio, eu pego e ligo para Sala de Imprensa da PM, eu consigo confirmação da informação que eles na rua não estavam conseguindo. Então mando no grupo: “Olha, a PM já confirmou, é oficial tal e tal coisa”. Teve uma ocorrência, acho que no Tatuquara, há algum tempo, quando assaltaram o Armazém da Família e o grupo trocou tiro com a polícia, um foi morto e o resto do grupo fugiu. Todo o pessoal que estava de plantão foi pra onde rolou a troca de tiros e a morte. E eles não tinham informações dos que fugiram. E era um dia que eu não pude ir pra rua. Aí, aqui da redação, eu pude confirmar que o grupo que fugiu tinha sido preso. Nem

as equipes da polícia que estavam lá nesse confronto sabiam da prisão dos outros criminosos. Ou seja, eu fiquei sabendo aqui e avisei na hora. Depois o pessoal que estava lá me ajudou mandando uma sonora e o contato do policial que estava lá, e eu ajudei passando a informação de que o outro grupo tinha sido preso. E era mais ou menos na hora do almoço, tinha gente que estava ao vivo na hora, e aquilo que eu mandei eles confiaram e deram no ar.

P: Você acha essa troca produtiva ou ela pode prejudicar o trabalho?

R: Eu não enxergo prejuízo, nunca tive problemas com isso até hoje, muito pelo contrário. Eu só fui ajudado e consegui ajudar muitas vezes. Acho, inclusive, que essa parceria precisa aumentar, pelo menos entre os veículos de imprensa.

P: Esse tipo de parceria é mais característica da área policial ou tem em outras áreas?

R: Eu acho que é mais comum no policial, não sei te dizer o porquê. Tem colaboração nas outras áreas, como entre os setoristas da Assembleia, Legislativa e da Câmara Municipal. Por exemplo, eu estou entrevistando um vereador da oposição e um colega ou conhecido de outra rádio vai lá e entrevista um da situação. Daí, ele me avisa: “ele vai falar tal coisa, vai protocolar tal projeto, presta atenção, grava aí”. Tem essa colaboração, mas eu acho que no policial é mais instantâneo.

P: E com relação ao conteúdo que chega pronto de assessoria ou mesmo de colegas, tem que ter algum cuidado especial?

R: Pegar o texto *ipsis litteris* acho um grande problema. De assessoria principalmente. Eu nunca dei release no ar do jeito que chega. E muito menos texto de outro veículo sem ter confirmado. Alguma informação claro que você vai pegar. Se saiu, por exemplo, na Gazeta do Povo, que tem uma equipe enorme, eu vou pegar dali, mas eu vou confirmar. Agora, usar release, eu não uso, até porque muitas vezes esses releases de órgãos oficiais vêm colocando em primeiro plano a notícia boa, a notícia lá da polícia. Por exemplo, a polícia demorou três anos pra resolver um crime e vem um release destacando: “Polícia resolve crime do bairro tal”. Mas demorou três anos, não tem que demorar três anos. Aí a gente vai mudar o texto e colocar o que julga mais importante naquele momento.

P: E se for sonora, você acha que é a mesma coisa, ou dá pra confiar um pouco mais? Falando de assessoria de imprensa especificamente...

R: Se tem uma sonora da assessoria de imprensa, eu confio que foi dito aquilo. A exemplo do que falei pra você da Polícia Civil, a gente nunca teve problema com isso. Eu não vejo muito motivo de não confiar numa sonora. Mas se eu preciso fazer uma pergunta muito importante para o delegado, ela não foi feita lá na coletiva, eu vou tentar pedir uma entrevista. Da mesma forma com Política. Vem uma sonora do assessor do vereador tal, que eu tinha que entrevistar por causa do projeto dele, mas é um projeto absurdo, que não tem como colocar em prática, e na sonora não diz nada sobre isso. Eu posso até usar a sonora como base pra eu entender mais o projeto, entender como vai ser o trâmite, mas eu vou querer falar com a pessoa, pessoalmente ou por telefone.

A.2.5 Entrevista 5

Identificação: Repórter 5, 32 anos, formação superior em Jornalismo (2011), seis anos de experiência, com passagens por rádio, tevê, portais de notícia, assessorias de imprensa e jornal impresso, sendo que há cinco anos trabalha na BandNews, onde sempre fez reportagens policiais

Data da entrevista: julho de 2017

P: Pesquisadora

R: Repórter

P: Na BandNews, você costuma fazer matérias de Polícia, mas também cobre Política, Economia... Há diferença?

R: É diferente. Eu acho que Policial tem um acesso mais fácil ao conteúdo, às pautas, as instituições do setor estão mais organizadas no sentido de produzir material para os jornalistas. A gente acompanha o dia a dia com mais facilidade, as autoridades envolvidas têm vontade de aparecer. É rico em pauta, todos os dias tem muita coisa pra cobrir. E geralmente não são assuntos muito complexos.

P: Você falou que os assuntos não são complexos. Geralmente a gente ouve que jornalistas em início de carreira acabam caindo no Jornalismo Policial. Você acha que é por isso?

R: Eu acho que é por isso, por ser mais fácil. Normalmente não tem o outro lado... só se fosse o do bandido. Basicamente por isso, e porque não tem acesso mesmo à investigação, é muito difícil. Se for para participar de uma investigação, para confrontar as informações judiciais,

isso acontece também, a gente faz. Parte também da comunidade, que vem até a gente e faz uma denúncia, e que questiona a informação judicial, confronta e consegue. É legal também. Mas isso não é rotina. O comum é ouvir a fonte oficial mesmo. E quem tem acesso a essas fontes, em geral, tem uma ligação muito próxima com os policiais, com as autoridades e acaba ficando da mesma forma só a questão judicial. Mas isso não impede também dos outros veículos confrontarem essas informações.

P: Vocês não costumam entrevistar os suspeitos apresentados pela polícia?

R: De maneira geral, se você for observar, bandido e policial na rua, dia a dia, a argumentação é a mesma, são bandidos, na maior parte dos casos (risos). Mas isso não impede que as pessoas questionem a prisão. Hoje mesmo eu vi a notícia de que em Goiás uma menina foi presa no hospital porque fez um aborto, de 8 meses. Neste caso especificamente, é importante saber o que ela pensa a respeito disso, como é que foi. A gente teve um caso parecido aqui, não era uma gravidez tão avançada, mas aí as entidades questionam se é ético denunciar ou não, se vai ter a coletiva de imprensa com o delegado como de costume, ou se não tem essa história da mulher mesmo, que daí pode ampliar para um leque imenso de provas, até consequências, danos sociais, sobre os direitos das mulheres, direito ao aborto, a discussão da legalização do aborto, o machismo institucional da polícia. Qualquer pauta pode ser imensa quando você se dedica. Um roubo de carro, por exemplo, a gente dá pouco isso. Mas tem uma perseguição, tem impacto social, as pessoas viram, tem tiroteio. Aí a gente tem a obrigação de apurar melhor, para saber quem que atirou, etc.

P: Você falou que qualquer pauta pode render se tiver investimento nela. E dá tempo pra investir? Você consegue produzir bem suas matérias com o tempo que tem?

R: Então, de maneira geral, não. Tem matérias que cumprem a demanda de conteúdo que o rádio tem, que é prezar pra que ela seja interessante, que tenha efeito, que tenha interesse público. Você pode fazer suítes das matérias e ir se aprofundando por consequência. Mas parar a produção pra esperar o fechamento de uma matéria que você precisa confirmar coisas mais delicadas, e que você muitas vezes pode queimar uma informação, atrapalhar a apuração, essa é mais difícil. Matérias especiais a gente não tem tempo no dia a dia. Quando tem uma pauta, precisa selecionar determinado profissional e deixar um período pra produzir um material de encomenda. Geralmente isso ocorre quando é demanda da rede nacional, ou quando algum repórter se propõe, tem um prêmio que quer participar, tem algum assunto que ache muito relevante, que ache que vale a pena parar a produção diária para fazer isso. A

BandNews tem a maior equipe de jornalistas de rádio de Curitiba. Mas, mesmo assim, é pequena, se for pensar na necessidade que a gente teria de conteúdo de excelência.

P: E fora essa questão estrutural mesmo, nas suas pautas do dia a dia, especificamente nas policiais, você tem dificuldade pra contatar as fontes?

R: Depende da pauta, é bem peculiar. Porque tem casos que as pessoas têm medo, quando envolve denúncia contra um policial. Tem casos que as pessoas procuram o jornalista pedindo mais orientação do que de fato querendo expor isso. Um exemplo recente: um conhecido ligou e disse que foi preso no casamento da Maria Vitória. Ninguém tinha a história. Eu falei que estava de férias, mas podia passar pra outro colega fazer. Ele falou com um colega que achou a história interessante, mas daí ele acabou desistindo de falar. Aí, é claro que o repórter poderia ir atrás disso, descobrir, enfim. Mas aí fica a critério dele publicar ou não, contando com o que ele construiu com a fonte e tal. Mas tem muitas dificuldades neste tipo de matéria. Quando depende somente de fontes oficiais é mais fácil.

R: Em termos de fontes oficiais, o contato é feito via assessoria ou você tem contato direto?

R: Existe um pacto velado, de sempre, de preferência, consultar as assessorias. A gente tenta isso. Quando não dá, a demanda é urgente e a gente precisa de um posicionamento oficial da autoridade, vai atrás sozinho. Mas não existe um impedimento nem situações em que o assessor de imprensa não quis, ou colocou algum tipo de empecilho. Esse tipo de acordo, pelo menos comigo, não existe. Por respeito até, a gente passa pelo assessor muitas vezes. Basicamente é isso.

P: Você acha que assessoria mais ajuda ou atrapalha? Ou depende da assessoria?

R: Depende da circunstância, da assessoria, mas, de maneira geral, mais ajuda. Claro, é o trabalho deles. Quando é público muitas vezes ajuda. Atrapalhar, eu não consigo ver como atrapalhar. Acontece de aprontar a fonte para dar uma resposta quadrada, preparar. Isso é ruim, porque não atinge o objetivo que é dar a melhor informação. Aí você tem que buscar a informação, você precisa conversar com a pessoa abertamente, até em off. Você precisa saber da pessoa, pegar desprevenido, é importante pra não colocar só aquela resposta padrão. A gente quando faz muita entrevista por telefone, muitas vezes percebe isso. A resposta vem pronta, trinta segundos, talvez até já lendo o que está falando, aí você tem que ficar insistindo e tal. Quando você está próximo da pessoa é mais fácil conseguir uma boa resposta.

P: Pra rádio você acha que é fundamental a sonora?

R: Eu acho que ela traz credibilidade. Primeiro, mostra que a fonte foi consultada, é a fonte falando, então o que ela diz é inquestionável, apesar de ter o recurso da edição. Mas fundamental, não. Porque você consegue provar a informação que você tem por outros meios, e aí por isso que a gente também trabalha com a própria credibilidade do nome, e tudo mais. Então, eu acho que a sonora é um recurso não fundamental, mas um bom recurso, que deve ter sempre que possível. A busca é pela sonora, mas jamais vou segurar uma informação porque não tenho a sonora. Se a informação existir, bem apurada, confirmada, não tem porque segurar. Esteticamente é melhor quando tem sonora. Aí tem outra questão também: eu gosto de sonora, de abre áudio, música, dependendo da pauta. Não no caso de policial (risos). Eu gosto de sonorizar a matéria. Para o rádio, sonora fica melhor. Além da questão da credibilidade. Muitas vezes se dá espaço à fonte também, que quer falar alguma coisa específica.

P: Como funcionam as parcerias com colegas de outros veículos na reportagem policial?

R: Então, os repórteres adotam perfis. Geralmente quem adota o perfil de questionador não vinga muito na área, não sei o porquê, na verdade. Conversando com as pessoas, o argumento que tem é que, se você se “queimar”, você nunca mais vai ter uma pauta. Nunca mais vai ter acesso a não sei o que, vão deixar de te passar as informações em primeira mão. Aí é uma postura. Se você adota a linha de questionador, você vai sempre ter uma pauta questionando, não é por falta de pauta. É uma ilusão, isso na minha visão.

P: Mas normalmente o pessoal trabalha meio junto?

R: É, geralmente sim. Eu tenho relação cordial com delegados, mas nunca me impediu inclusive de saber disso. Se eu tiver informação, vou publicar. Eles não gostam, tem todo direito de também depois tentar responder, ou de ficar magoado. Eventualmente, no futuro, quando o delegado não é afastado nem nada e continua lá na mesma função, e a vida continua, e eu posso continuar tendo relação com ele. Mas se você tratar as pessoas com respeito, não tem porque ter problema. Porque elas também estão cientes disso. Se tratar com profissionalismo e respeito, elas sabem que você não está fazendo maldade, é o seu trabalho. E isso se confunde, porque a fonte às vezes não compreende o que é o teu trabalho, por causa dessas pessoas que acabam consentindo e às vezes deixando de fazer em função do relacionamento que têm com a fonte. Mas, assim, é muito de avaliar. Tem informação que é irrelevante muitas vezes, é importante você segurar, de repente usar em outra oportunidade.

Ou a pedido da fonte, em nome da revelação de uma informação mais importante. Tem que ponderar daí, queimar a fonte é uma questão séria, tem conflitos éticos envolvidos. Vale a pena? É ético? Não é ético? É bem delicado. Mas com bom senso, sendo profissional, você consegue administrar isso.

P: E você faz parte de grupos de repórteres policiais no whats? Qual é a utilidade?

R: Sim, faço parte de alguns. Então, os membros do grupo, quando entram, já é meio especificado que quem quer permanecer tem que colaborar. A ideia do grupo é ser colaborativo, porque todos ali têm interesse nas informações. Tanto os policiais, delegados, outros tipos de autoridades que estão no grupo, quanto os repórteres. A pessoa está lá, e tem o endereço certinho, ela manda o mapa; conseguiu mais informação; manda, tem uma foto, manda. Passei em tal lugar e tem isso, essa pauta vale, essa não vale. Eu consegui uma sonora exclusiva, a fonte foi embora, eu sei que os colegas tão vindo ou não podem vir, eu mando a sonora. Também com ponderação, tem coisas que são exclusivas. Tem coisas que são muito importantes, que não dá pra você jogar uma sonora sem contexto e aquilo se perder. Mas a gente se ajuda, o importante desses grupos é a colaboração. E tem muita discussão também. Discussão política. Nos que eu permaneço... Porque eu saio de grupos também, começou muito blablablá, eu saio. Mas são vários e nos que eu permaneço tem essa questão de tentar controlar essas discussões, às vezes eu também participo. Tem questões que as pessoas levantam que fica instituído que aquilo é o correto e se ninguém questionar fica aquilo. Aí vai lá e fala, não é bem assim, eu sei isso. Mas isso também é intuitivo. Dependendo da intervenção que você faz no meio de uma discussão, na troca de informações desses grupos [...], isso ajuda no direcionamento da informação. Eu percebo isso. Dá uma conformada no discurso. Interfere, sugere, você diz “ah, mas não foi bem assim o que ele disse, foi isso e isso” e aí você vê que todos mudam a linha que inicialmente pareciam ter tomado. Então, isso acontece até no Facebook. Se você tem uma informação que você publica lá, eu tenho muitos amigos no Facebook que também são jornalistas, e eles acabam mudando de acordo com essa nova informação.

P: Mas no Facebook essa colaboração também é ativa?

R: Também. Pra mim né, porque tem gente que não gosta. Pra mim Facebook é ferramenta de trabalho, eu uso ele pra trabalho e para questões pessoais. WhatsApp também, mas mais como ferramenta. Eu tenho, claro, contatos pessoais no WhatsApp. Os grupos, no caso, aí é só profissional. O Facebook tem outras funções, o marketing pessoal também.

P: E as informações que você recebe, por exemplo, por WhatsApp, você confia?

R: Depende da pessoa sempre. Mas você nunca vai publicar, nunca vou assumir a autoria de alguma coisa que não apurei. Assessoria de imprensa que manda pra gente muitas vezes material, sonora, aí é informação oficial. A sonora, por um bom tempo, eu colocava na deixa inicial uma observação: “Em áudio enviado pela assessoria de imprensa”, depois foi perdendo isso e virou “segundo o delegado”, porque geralmente mandam as sonoras brutas, longas, aí você vê tudo que foi dito, o que foi perguntado. É a gravação da coletiva inteira, a maior parte das vezes. Isso no caso jornalismo policial. Mas no caso da prefeitura às vezes eles mandam sonoras já editadas, daí você tem que deixar claro que o áudio foi enviado, porque ele foi totalmente controlado. Informação sempre tem que apurar, o WhatsApp só ajuda a te dar o caminho, até porque as informações nunca são assim tão simples, nunca se bota no ar alguma coisa assim, só o que diz a foto que alguém te enviou. Você precisa de mais informação, a foto só compõe, ela ajuda com aquela informação. Também tem o lixo de redes, que a gente já está mais acostumado com isso, existe uma linguagem específica do lixo, então você já sabe mais ou menos o que vale e o que não vale, de quem veio, tem muita coisa a apurar.

P: Você faz mais matéria por telefone ou pessoalmente?

R: Acho que varia, meio a meio. No rádio é mais por telefone. Por telefone, compromete um pouco. A riqueza de detalhes, as possibilidades de expandir, tudo isso compromete. E quando você vai até o lugar você tem uma visão diferente das coisas, e aí a linguagem que você adota, na matéria que você faz por telefone, também é diferente, porque aí você tá sempre jogando na fonte, e aí fica aquele confronto de versões: fulano disse isso, sicrano disse aquilo. Se eu for até a história, ela toma uma dimensão diferente, porque tem minha interpretação, com o que tem que tomar cuidado também. As matérias que o repórter vai no local são sempre muito mais ricas.

P: Como você descreveria sua rotina de trabalho?

R: Eu mudei muito de turnos, períodos e funções, nesse tempo todo em que trabalho na rádio. Inclusive mudei de horário bem recentemente, eu estou chegando a uma hora da tarde – antes eu chegava às duas (quando a pesquisadora fez a observação, ele entrava às 14 horas). Isso muda completamente a minha rotina, porque, por exemplo, agora, eu chego e a primeira coisa que eu faço é atender as demandas da rede (BandNews), da Rádio Bandeirantes e dos parceiros de outros estados. Eles têm acesso ao relatório do que a gente mandou de manhã, ao

material que ficou pronto no fim da manhã. E aí, no início da tarde, quando eu chego, eles querem esse material, ou a evolução desse material ou a atualização da rádio. Então, minha obrigação é chegar lá e a primeira coisa que eu faço é isso, é verificar essas pautas, as pessoas me ligam e aí eu passo os dados por telefone. Aí depois é que eu vou ver as minhas pautas.

P: As suas pautas já tão prontas quando você chega?

N: Não. A Lorena, que é a coordenadora de pautas da tarde, tem essa responsabilidade. Ela chega um pouco depois de mim. Então ela ainda demora um pouco para preparar as pautas. Como eu trabalho em outro veículo de manhã, geralmente, eu já sei como fazer, tem coisas que eu estou acompanhando, que comecei de manhã e às vezes termino à tarde e aí publico nos dois veículos. Tem coisa que eu fiz de manhã e eu sei que vai ter atualização à tarde, tem coisa que eu fiz, não vai ter atualização, mas eu posso reutilizar o material, reciclar. Então, quando a Lorena chega, ou ela ou outra pessoa, eu já apresento o que eu tenho, e aí eventualmente tem uma demanda deles, e eu tenho que derrubar aquilo que é menos importante, a ordem de prioridade, né? No meu caso específico é assim. O padrão não é assim, o padrão é o repórter chegar e já ter a pauta pronta. Às vezes, o repórter que trabalha em dois veículos não aproveita porque são concorrentes, mas no meu caso são veículos do mesmo grupo empresarial, do mesmo dono.

P: Mas não dá nenhum tipo de ruído, acha que funciona bem esse compartilhamento de pautas?

R: Funciona bem, porque o portal nasceu com o objetivo, talvez equivocado, mal elaborado, de aproveitar o conteúdo de veículos que são do mesmo dono. Mas aí tem uma série de questões e problemas legais relacionados a isso. Então, há um acordo, também velado, de incluir essas informações, com créditos e tudo o mais, mas que não é oficializado. Não chega a ser um problema.

P: Mas no teu caso facilita...

R: Muito. Pra mim facilita muito. Facilitaria pra todos, se houvesse um acordo oficial. Se o Portal fosse um Portal da rede, digamos. Se fosse o nosso site. Tendo uma equipe específica pra fazer aquilo, porque daí são equipes colaborativas, o jornalismo é o mesmo. A linguagem muda. Pra mim facilita bastante assim, porque eu consigo produzir mais que os outros, aí tem mais conteúdo pra oferecer, e tem essa prerrogativa de estar numa empresa de mesmo dono, e que ninguém questiona.

A.2.6 Entrevista 6

Identificação: Melissa Bergonsi, coordenadora da Assessoria de Comunicação da Sesp entre abril de 2004 e agosto de 2010

Data da entrevista: outubro de 2016

P: Pesquisadora

E: Entrevistada

P: Sobre a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, a Polícia Militar e a Polícia Civil, sabe se, antes de você passar a coordenar a imprensa destes órgãos, havia assessores específicos para cada uma das três unidades?

E: Antes de eu entrar, não havia assessor de imprensa lotado na Sesp. Todos os assessores das secretarias de estado ficavam centralizados no Palácio do Governo. Assim, havia uma pessoa (no Palácio) que fazia a ponte entre a imprensa e a Sesp e atendia as necessidades da pasta e do secretário, quando solicitada. Além disso, na PM, havia uma jornalista (que faleceu há dois anos) que trabalhava na P5, o setor de comunicação da instituição, ao lado de dois PMs que se revezavam, e de um chefe de seção. Na PC, se não me engano, havia um antigo investigador, que realizava a comunicação com a imprensa. A pessoa que estava na PM era jornalista e trabalhava com policiais sem formação na área. Já o assessor da PC não era jornalista.

P: Como era o trabalho realizado por eles?

E: Eles faziam o básico: enviavam releases, atendiam a imprensa. Mas eles trabalhavam sem um planejamento. Era um trabalho determinado muito mais pela demanda, fosse dos policiais para o assessor, fosse da imprensa para o assessor. Não havia uma agenda positiva de pautas e uma organização mais complexa e hierarquizada do atendimento e divulgação das unidades. Na época em que assumi, a PC e a PM, e até mesmo o IML e o Corpo de Bombeiros, como exemplos, “trabalhavam independentes” de uma coordenação.

P: Independentes?

E: Sim, em relação às divulgações para a imprensa.

P: Entendo. E como então eram agendadas as coletivas?

E: Cada setor, delegacia ou instituição organizava sua própria coletiva. Quando era algo mais estratégico e geral, como a entrega de viaturas, por exemplo, que envolvia a imagem do governo como um todo, aí era o Palácio que organizava. As entrevistas do dia a dia, normalmente, eram marcadas pelo próprio delegado. Na PM, acredito que até pela noção de hierarquia mais arraigada, em algumas situações havia uma concatenação com o Comando-Geral, mas isso era raro. O que mais acontecia era o esquema: prisão; envio de release; por bipe, convocação da imprensa para coletiva e atendimento aos jornalistas para entrevistas.

P: Os delegados e oficiais da PM recebiam alguma orientação sobre os assuntos que deveriam divulgar e os que não deveriam divulgar? Ou, ainda, quanto à postura que deveriam ter em relação à imprensa?

E: Acredito que eles não recebiam qualquer treinamento ou mesmo orientação institucionalizada sobre como tratar a imprensa. Se alguns tinham preparo, era porque buscavam por conta própria. Mas não posso afirmar isso com propriedade, pois nunca cheguei a verificar essa situação.

P: Quando você assumiu a coordenação e quanto tempo ficou na Sesp?

E: Assumi em meados de abril de 2004 e deixei a assessoria em agosto de 2010, quando Delazari saiu acompanhando Requião. E eu saí acompanhando Delazari. Como o secretário sempre foi muito leal ao governador, eu não poderia permanecer no meu cargo, já que o clima com o Pessuti era de “traição” ao plano de governo do Requião. Saí por decisão própria. Delazari fez questão de me chamar e dizer que eu poderia ficar, sem problemas. Ele não sabia se o próximo secretário nos manteria no cargo, mas era para todos ficarmos. Eu acabei fazendo o mesmo com minha equipe. Reuni todos, informei de minha decisão e dei a liberdade para que ficassem, porque sabia da necessidade de todos de manterem o trabalho. Fiz isso porque realmente todos nós éramos muito amigos e sempre tivemos um clima de muita lealdade, parceria e profissionalismo. Por isso mesmo, não podia pedir a eles que tivessem uma decisão política somente para acompanhar a minha decisão ou a do secretário. Eles poderiam ponderar e ficar, como quase todos fizeram. Apenas uma jornalista quis sair também. Os outros ficaram e sei que sofreram depois com as novas diretrizes. E nenhum, infelizmente, sobreviveu à chegada do novo governo.

P: Como era a sua equipe? Algum jornalista do grupo anterior foi mantido ou houve uma renovação completa?

E: O Núcleo de Comunicação da Sesp começou do zero. Somente a jornalista da PM foi mantida, além de um fotógrafo das antigas da Secretaria, que ficou comigo até o fim. A equipe precisou crescer ao longo do tempo, já que o trabalho funcionou e a demanda, por consequência, aumentou. Começamos com três repórteres e eu na coordenação, além de seu Osvaldo, na fotografia, de uma jornalista da PM e de um editor que ficava no Palácio. Terminei com seis repórteres, dois fotógrafos, um ajudante geral (que fazia o que fosse preciso, de documentação, dirigir e até fotografar quando fosse necessário) e dois estagiários, além de mim, de uma outra repórter na PM (a primeira saiu para seguir a carreira de advogada) e do editor que ficava no Palácio e nos dava apoio.

P: Como coordenadora, teve autonomia para escolher os integrantes da equipe?

E: Sim. Essa foi uma das condições que coloquei quando recebi o convite do Benedito Pires e do secretário Luiz Fernando Delazari para assumir o cargo. Minha justificativa a eles foi: o ônus do resultado do trabalho seria todo meu, então, nada mais justo do que poder contratar os profissionais com liberdade e sem interferência. Assim foi, até o final da minha permanência na Sesp. Outra condição para que eu aceitasse o desafio foi o da divulgação dos números da criminalidade com frequência e transparência.

P: Por que você fez a exigência da divulgação dos números da criminalidade?

E: Fiz a exigência porque, na época, essa era a maior reclamação de toda a imprensa. Não havia divulgação periódica ou, às vezes, nem havia. Ou havia para uns veículos e para outros não (digo por experiência na CBN, na época). Viabilizar os dados é que foi o grande trabalho – a primeira vez que vi como as administrações públicas não possuem cuidado algum com seus históricos. O fato é que cada delegacia cuidava de seus próprios dados, quando cuidava. No garimpo dos números descobri, por exemplo, que quando um delegado ou um escrivão eram transferidos, em geral, todos os dados eram perdidos fosse por interesse, fosse por desorganização. Estava tudo em papel e de maneira caótica. Só faço aqui a observação de que nem todas as delegacias eram gerenciadas assim, muitas tinham sua organização, principalmente as mais específicas e/ou os grupos de elite. Já a PM tinha o seu próprio banco de dados (na época era melhor e muito mais organizado e completo que o da Civil), entretanto também não era absolutamente confiável e perfeito, já que a PM faz o primeiro atendimento do caso. Então descobrimos que no caso de um homicídio, a PM poderia ter um dado inferior ao real porque eles poderiam ter atendido a uma “tentativa”, por exemplo, ou disparos de arma de fogo que resultaram em um ferido. Entretanto, esse ferido poderia vir a morrer no

hospital mais tarde e isso não entrava nas estatísticas da PM. Com a abertura da investigação, do inquérito era que se criava a certeza do crime em si. Enfim, falar de dados era falar em caos. Ao mesmo tempo, e sabendo disso, a política de governo Requião/Delazari foi de instituir o “Geoprocessamento – Mapa do Crime”, unificando os boletins de ocorrência, criando um sistema único para o registro dessas ocorrências e ainda tendo uma equipe multidisciplinar para estudar causas e consequências desses crimes. Para concretizar essa política, foram necessários quase que os oito anos de mandato. Quando saí de lá, era muito legal ver toda a evolução. Eles (equipe de controle das estatísticas) ganharam quase que um andar inteiro, computadores, sistemas de software específicos, trabalhavam com matemáticos, sociólogos e historiadores. Mas, depois da saída do Requião, não sei se o projeto foi mantido ou abandonado.

P: E qual foi o resultado desse trabalho?

E: O reflexo da divulgação eu avalio como positivo, por mais que tivéssemos matérias negativas sobre alguns dados de violência crescente. O fato é que a imprensa sabia que iríamos divulgar trimestralmente (aliás, essa foi uma exigência da equipe de profissionais do geoprocessamento, já que, segundo eles, era possível criar médias, saber se um crime está crescendo ou caindo somente a partir de três meses de dados). Na minha opinião, para um governo é melhor divulgar do que esconder, sem contar que esse é um dever de qualquer administração. Se você lida com segurança pública, com crimes e criminosos, como não vai respeitar a lei?

P: Em linhas gerais, como era o trabalho na assessoria?

E: Foi um trabalho complexo e organizado. Vou tentar explicar resumidamente, mas não sei se vou conseguir. Fiz questão de fazer o Núcleo de Comunicação (como o batizamos) funcionar aos moldes de uma redação. No início, eu era uma espécie de chefe de redação, pauteira e editora. Eu também ficava responsável por tratar com o secretário e com a equipe de comunicação do Palácio Iguazu. Agreguei às minhas funções a responsabilidade por todo o planejamento do que faríamos dali para frente, tabelas de cronogramas de pautas, enfim, a gestão da comunicação e a responsabilidade administrativa por documentos e outras coisas. Diferente do que era comum, não quis uma sala dentro do gabinete do secretário, que agregava vários outros setores como chefia de gabinete, jurídico e outros estratégicos. Ficamos no mesmo andar, mas em uma sala afastada e só da assessoria – isso por causa do rádio corredor frenético que existe nos órgãos públicos. Lidaríamos com informações

delicadas, até do ponto de vista do sucesso de operações policiais que envolviam vidas. Por isso, a sala era só nossa. No começo mal tínhamos mesa, mas o apoio logístico dado pelo secretário Delazari foi essencial. Tínhamos computadores para todos, impressora, um carro à disposição (sem motorista, mas a gente se virava com o seu Osvaldo – fotógrafo). Optei por não dividir os repórteres por “editorias”. Todos atenderiam as demandas necessárias. As funções deles eram basicamente as de um repórter mesmo, nada mais. Recebiam a pauta, apuravam, checavam, aprovavam com a fonte quando achávamos que era necessário, fechavam o texto e me enviavam para edição ou então para a edição no Palácio Iguaçu, que contava com um editor para nossa pasta, e isso me ajudava muito já que minha demanda era frenética. Ao longo do tempo, quando conseguimos estagiários, eles ficavam com a apuração de pautas mais simples, entretanto, sempre eram cuidados por um dos repórteres. Os estagiários também me ajudavam, ou a um repórter específico, no caso de pautas mais complexas que envolviam apuração mais profunda e organização de coletiva. O follow up, ligar de redação em redação, também era uma das funções dos estagiários, junto com os repórteres. Nós tínhamos uma rotina de trabalho e todos os processos tinham um check list para não esquecerem de nada, o que não é fácil, quando a gente lida com tempo versus informação de qualidade. Portanto, para todos, quando chegavam em seus horários determinados (fiz uma escala de trabalho para que tivesse repórter das oito da manhã, às oito da noite, o que fazia com que cada um chegasse em um horário diferente), a primeira coisa a fazer era ler jornal e as notícias na internet. Ninguém recebia pauta, antes de se informar do que estava acontecendo no mundo. Todos os dias, tínhamos uma reunião de pauta com a equipe completa logo depois do almoço, por volta de uma e meia da tarde. Entretanto, eu tinha uma reunião menor com a equipe da manhã e uma outra reunião rápida no fim do dia, com todos, para saber como estava ou foi o andamento das pautas. Era sagrado. Nossa organização e informação compartilhada era sagrada. Sempre acreditei que todos deveriam saber fazer tudo, todos os assuntos para que todos pudessem descansar, ficar doentes, tirar uma folga. Aliás, a qualidade de vida no trabalho de minha equipe era minha prioridade. Por isso, tinha banco de horas computado e cumprido sem dó. A equipe sempre trabalhou como equipe mesmo, de verdade. Era bonito de ver. A gente se desdobrava porque sabia que um sempre ia cobrir o outro quando chegasse a hora. Precisava deles descansados porque não podiam errar informação. Eles podiam tudo, menos errar informação e para isso era preciso estar focado, antenado, concentrado. Quando você está sobrecarregado, isso (erro) é fácil de acontecer. Mas numa área tão delicada, que é fornecer a informação e informação de um interesse tão grande e sensível como é a Segurança, a gente precisava ser muito preciso, zero

de erro. Por isso também eu ficava com a responsabilidade política da coisa toda. Não permitia que delegados, PMs ou o próprio secretário brigassem com meus repórteres. Se eles erraram, eu errei porque tudo passava por mim. Então, não permitia que a bronca fosse dirigida a nenhum deles, somente a mim. E isso funcionou muito bem, porque os blindou das questões políticas ou mais nervosas, permitindo que trabalhassem bem e que fosse uma equipe com poucas entradas e saídas ao longo dos anos. Durante o meu período na Sesp também tivemos uma revolução tecnológica, mudando nosso trabalho. Por exemplo, o famoso “bipe” ou pager, que todas unidades policiais tinham como contato direto e imediato com a imprensa, acabou. Esse foi um momento de ruptura e desafios para nós, porque precisávamos descobrir como avisar a todos em um mesmo momento, sem priorizar um e desmerecer outro.

P: E como vocês resolveram isso?

E: Nossa saída imediata foi o twitter, que ainda era uma grande novidade na época. Fizemos então um trabalho de “formiguinha”, pedindo a todos os colegas e redações que fizessem suas contas e nos seguissem para que pudéssemos ter esse canal de comunicação imediata. Ainda assim, tínhamos que ligar para todos os veículos, um por um, para não correr o risco de deixarmos alguém de fora do aviso de pauta. Nesse momento, todos nós parávamos o que estávamos fazendo, nos dividíamos e fazíamos o aviso por telefone para dar mais agilidade. Outra decisão que tomamos foi de não priorizar a Globo ou a RPC. Eles tinham o mesmo tratamento no aviso de pauta de todos. Sofri muita pressão no início dessa decisão, mas não abri mão dela. Eu acredito, como jornalista, que exclusiva você dá para um determinado veículo em caso de uma pauta que não é tão boa, mas você precisa de uma entrada, de uma repercussão maior para chamar a atenção dos outros veículos. Quando a pauta é boa, é factual, todos vão dar. Então, para que dar exclusividade para um único veículo? O medo de todos era que a RPC deixasse de dar o assunto por não ter a exclusividade ou não se preparar primeiro. Mas isso não aconteceu. Como é que todos dariam menos a RPC? Mesmo nas coletivas de imprensa, se o horário estava marcado, se a maioria dos veículos já estava lá, nós iniciávamos sem dó e piedade. Se a RPC chegasse na hora, ótimo pra eles. Se chegasse depois, era uma questão de sabermos que teríamos que ajudá-los depois de finalizada a coletiva, recuperando as informações perdidas. E fazíamos isso com todos, não só com a RPC. Todos tinham direito à mesma informação, ao mesmo tempo, sem distinção. Funcionou muito legal porque tínhamos a confiança dos veículos no quesito “trabalho da assessoria”.

P: Quando chegou, observou modos produtivos que deveriam ser mantidos?

E: Não, nenhum. Na verdade, fui contra até a permanência de uma jornalista especificamente na Polícia Militar, já que a Polícia Civil não teria um repórter específico trabalhando lá. Queria que ela fosse deslocada para a Sesp e trabalhasse junto com toda a equipe. Entretanto, ela foi mantida para evitar transtornos políticos com as mudanças que estavam acontecendo. No fim das contas, nunca conseguimos retirar o repórter de lá. De qualquer maneira, o trabalho funcionou bem. Não da maneira como gostaria, porque ainda havia muitas decisões unilaterais por parte da PM e isso volta e meia causava alguns transtornos.

P: Que tipo de decisões unilaterais?

E: Quando você tem apenas um repórter para toda uma corporação do tamanho da Polícia Militar ele praticamente fica refém das ordens do comando. Muitas vezes, um comandante quer fazer uma divulgação, mas quer fazer do seu próprio jeito, sem o profissionalismo que um jornalista poderia aplicar ao episódio. Então acontece que esse policial pode querer privilegiar um veículo apenas, ou um repórter que é seu amigo e isso a gente não permitia na Sesp. Todos sabiam juntos, ao mesmo tempo, com as mesmas condições de acesso às informações e entrevistados. Foi difícil, por exemplo, tirar o hábito que a PM tinha de apresentar presos no quartel. Agora eu não me lembro exatamente, mas acho que tem uma lei que proíbe isso – precisaria pesquisar. O que conseguimos instituir foi que o preso fosse levado para a delegacia, todo o procedimento de prisão fosse formalizado para então apresentá-lo à imprensa. Se a PM tivesse feito a prisão, participava junto na coletiva.

P: Você não pensou em colocar um repórter também na Polícia Civil (o que, aliás, existe hoje)? Por quê?

E: Optei por não colocar e a Polícia Civil aceitou isso. Na minha visão, apenas uma pessoa para cuidar de uma instituição inteira é quase nada. Um só não dá conta do recado como eu achava que deveria dar. Enquanto que na Sesp, tínhamos uma equipe e com a equipe eu conseguia gerenciar e atender a todos num prazo correto e com uma uniformidade de qualidade. Além disso, tem o fato de que é mais fácil você “brigar” por uma estratégia de trabalho quando se é chefe ou se tem uma equipe ao lado. Quando apenas um repórter, sem muita autonomia, está sozinho, ele fica à mercê de algumas decisões. Enfim, eu sempre topei muita discussão por conta de estratégia de divulgação porque eu era a profissional “chefe” do setor e tinha o respaldo do secretário para isso. Quando se está sozinho e sem respaldo, é como se o repórter se tornasse apenas um cumpridor de ordens vindas de cima.

P: Retomando a questão das rotinas produtivas na assessoria, o que você observou, de cara, que teria de ser alterado?

E: Tudo que existia teria que ser alterado porque era feito de uma maneira nada profissional, tanto para a Sesp quanto para a imprensa em si. A imprensa em Curitiba e no Paraná, de maneira geral, é de um nível muito bom. Não poderíamos atender repórteres tão exigentes como acontecia antes. Se queríamos conquistar a confiança da imprensa, precisaríamos de qualidade. Eu sei que governo algum e assessoria alguma terá confiança plena. Mas aqui eu falo sobre a qualidade da informação e sua exatidão. Precisávamos mudar tudo para chegar onde queríamos.

P: E onde era isso?

E: Em uma assessoria de imprensa profissional que deixasse como legado um modelo de trabalho de divulgação no poder público. O fato é que as assessorias de imprensa de maneira geral eram mal vistas e mal faladas, muitas vezes por não entenderem como uma redação funciona. No poder público isso é três vezes pior, porque o repórter da redação sempre acha que o assessor de imprensa quer esconder tudo o que puder. Nós queríamos mudar essa visão. Mostrar que uma assessoria pode trabalhar num ritmo tão rápido quanto uma redação, fornecer informações de qualidade que não vão acabar em barrigada, ter ótimos textos dentro da técnica jornalística, oferecer diversos canais de apoio aos repórteres a qualquer hora e em qualquer episódio e ter muita transparência. Basicamente isso.

P: Na sua “gestão”, como eram agendadas as coletivas?

E: Via assessoria. No começo do nosso trabalho, muitos delegados e PMs não queriam a nossa ajuda. Na verdade, acreditavam que nossa ajuda seria uma “interferência” na independência do trabalho deles. Entretanto, o objetivo era que tudo passasse pelo Núcleo de Comunicação. Nós ajudávamos a organizar coletivas em todo o estado, mesmo à distância prestávamos todo o suporte necessário, fosse o de apurar, escrever o release, aprovar com o delegado, ajudar a escolher o melhor horário e chamar toda a imprensa local. Se o assunto valesse “estadual”, fazíamos o envio e follow com a imprensa da capital e das regiões.

P: Havia seleção dos temas de coletivas? Assuntos de menor interesse também poderiam ser temas de coletivas?

E: Sim, para as duas perguntas. Havia um filtro, mas trabalhando com uma instituição “estadual”, a classificação dos assuntos tem que ser relativa. Às vezes poderia ser de menor

interesse para a capital, mas para aquela região específica era de grande interesse, então valia a coletiva. Além disso, a coletiva funcionava muito bem em muitos aspectos como o da organização do nosso trabalho, para liberar a polícia de não ter que atender “picado” repórteres o dia todo – com o risco de o delegado esquecer de passar todas as informações ou de até se cansar e não querer mais atender ninguém. Enfim, a coletiva nos dava mais repercussão, organização e também uniformidade no atendimento dos veículos para que ninguém se sentisse prejudicado. Mas, obviamente, quando as redações não podiam comparecer, enviávamos todo o material (texto, foto, vídeo ou sonoras) e, se fosse o caso, colocávamos algum responsável para conversar com o repórter e esclarecer o que ainda fosse necessário.

P: Um integrante da equipe acompanhava pessoalmente todas as coletivas? E no interior como era feito esse acompanhamento? Como vocês conseguiam, por exemplo, sonoras para repassar a repórteres que não puderam comparecer?

E: Sim, em coletivas simples, realizadas em Curitiba, eram dois profissionais acompanhando (um fotógrafo e um repórter). No caso de coletivas mais concorridas, aloávamos a equipe que fosse necessária. Geralmente um ficava específico para acompanhar tudo e escrever uma atualização do release depois, outro para acompanhar a fonte e dar todo o suporte necessário e mais um para atender à imprensa no local – fora os que ficavam na redação atendendo as solicitações de fora. No caso de coletivas no interior, nós escrevíamos o release, marcávamos uma janela de horário com o policial que seria a fonte do caso para ficar disponível para atender à imprensa, enviávamos o release para todos, fazíamos o follow e intermediávamos a marcação da entrevista com a fonte. Tudo à distância.

P: Havia planejamento de modo a evitar várias coletivas no mesmo dia?

E: Sem dúvida. Tínhamos sempre o “assunto do dia” e evitávamos ao máximo ter notícias concorrentes – tanto para aumentar nosso espaço na mídia, quanto para facilitar o trabalho da imprensa. Quando não tínhamos o que fazer, os horários marcados eram mais esparsos para permitir que as equipes se deslocassem a tempo. E nunca, nunca mesmo, em horário de fechamento, a não ser que o fato acontecesse e nos obrigasse a isso pelo imediatismo da coisa toda.

P: E as demais entrevistas (não coletivas), como eram marcadas?

E: Sempre via assessor. No começo foi mais difícil, como já expliquei, mas depois os delegados e a PM entenderam que com a nossa ajuda a repercussão era muito maior, aí tudo ficou mais fácil.

P: Mas os delegados e policiais militares, se desejassem, podiam convocar suas próprias coletivas?

E: Não e sim. Não porque tentávamos mostrar para eles, profissionalmente, que se nos procurassem e nos dessem o assunto, o trataríamos de maneira profissional, de modo que tivessem o destaque merecido. Caso contrário, se fizessem por si próprios, poderiam perder um bom assunto por uma bobagem de ego. O secretário Delazari “comprou” essa ideia e repassou um ofício a todos das polícias para que a partir daquela data procurassem o Núcleo de Comunicação da Sesp para suas divulgações, que as fizessem por meio do Núcleo. Isso me rendeu alguns incômodos com policiais e várias notinhas nos jornais. Teve uma do Jornal do Estado (na época) que me chamaram de “A Margaret Thatcher da Sesp”, ou algo assim, devo ter essa print até hoje. Mas, aos poucos, os policiais foram vendo a diferença que tinham com o suporte do núcleo e quando não tinham. Alguns tentaram fazer por si próprios e o fizeram. Eu tive que fazer um trabalho de formiguinha, de ligar para o delegado, de pedir para ele me deixar fazer a próxima. Se o resultado fosse igual ou pior, ele poderia continuar fazendo. Se fosse melhor, ele nos deixaria fazer a partir de então. E isso aconteceu várias vezes e eles realmente viram a diferença nas páginas dos jornais, na quantidade de repórteres numa coletiva. E isso foi muito bacana porque virou uma propaganda positiva de boca a boca. Eles passaram todos a nos ligar de todos os lugares do estado e nossa demanda ficou maluca. Por isso, foi inevitável criar uma agenda de divulgação. E eles todos entendiam e, na sua maioria, se tornaram grandes parceiros de trabalho.

P: Os delegados e oficiais da PM recebiam alguma orientação sobre os assuntos que deveriam divulgar e os que não deveriam divulgar?

E: Nós pedíamos que todos os assuntos fossem repassados para o Núcleo. Inclusive, sempre tentamos explicar que poderiam ter muitas coisas que eles poderiam não considerar notícia por conta de estarem acostumados, mas que poderiam ser ótimas pautas. Então, que nos ligassem para contar tudo e discutir sobre. Que nos dessem a chance de ver pauta onde eles não viam. Isso foi frutífero. Quanto às pautas negativas, acredito que eles mesmos não nos ligavam nesses casos porque sabiam o que queriam ou não que fosse divulgado. De qualquer maneira, tinham que informar um superior e geralmente o secretário era informado também e

assim nós acabávamos envolvidos. Nesse caso, sinceramente, não existia um “não divulgue” mas sim um “como divulgar”. Por exemplo: se morre um preso em uma cadeia? É negativo, mas temos que divulgar. Se há fuga? Temos que divulgar. Aliás, o secretário Delazari fez uma boa caçada contra a corrupção. Chegou a prender, ele mesmo junto com a polícia, um funcionário da Sesp, que era seu antigo amigo, por descobrir um caso de corrupção. É negativo? É. Mas antes a Secretaria agindo do que se escondendo. Esse foi um dos nossos princípios primordiais durante os anos de trabalho.

P: Os agentes que tinham contato mais frequente com a imprensa recebiam treinamento?

E: Depende. Em alguns, nós percebíamos que ficavam nervosos, ou que falavam como “jogadores de futebol”. Nesse caso, a gente mostrava para eles e tentava ajudar a melhorar, a se soltar um pouco. Muitos estavam acostumados a lidar com os carrapichos (gíria para designar repórter policial) ou com os mesmos repórteres de sempre. Mas, quando acontecia de lotarmos uma coletiva com profissionais que não eram do trato comum deles, percebíamos que precisavam mudar a linguagem, a didática da explicação. Infelizmente, não tínhamos como treinar todos porque nossa base era em Curitiba. Mas, fizemos tudo o que pudemos, ajudando por telefone mesmo. Já no caso do secretário de Estado e de outros policiais da cúpula, em momentos de crise ou coletivas importantes, sempre fazíamos uma sabatina antes. Perguntas desconfortáveis, enfim, o que sabíamos que viria de uma imprensa crítica.

P: E para os demais, como eram repassadas as orientações de postura diante da imprensa?

E: Além do que expliquei, criei um pequeno manual com orientações básicas. A ideia do manual foi ajudar o maior número de policiais possível. Se não me engano, na época, só na PM, eram 18 mil em todo o estado. PMs que atendiam em comunidades isoladas, que falavam para rádios ou jornais da localidade. Como atingir a todos? Praticamente impossível com a equipe que tínhamos. Então, o manual foi um paliativo, uma maneira de alcançar o maior número de profissionais possível.

P: Você tem cópia deste manual?

E: Não sei, porque, recentemente, joguei fora vários documentos que tinha da Sesp. Vou procurar e, se tiver, te passo (a entrevistada, de fato, repassou esse material, que também está nos apêndices).

APÊNDICE B – Radiodifusão em Curitiba.

A Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (Aerp) não possui listagem atualizada das emissoras de rádio em funcionamento em Curitiba. Em busca a sites que disponibilizam acesso digital a emissoras de rádio, porém, foram localizadas 36 empresas, incluindo os segmentos AM e FM e excluindo-se a que operaram apenas pela internet ou que são retransmissoras.

Quadro 1: Rádios existentes em Curitiba

Rádios AM	Nome da Emissora
1.	Atalaia
2.	Banda B
3.	Barigui
4.	Canção Nova
5.	CBN
6.	Colombo
7.	Continental
8.	Cultura
9.	Deus é Amor
10.	Difusora
11.	Evangelizar
12.	Marumby
13.	Paraná Educativa
14.	RB2
15.	Tropical

Rádios FM	Nome da Emissora
1.	95,7
2.	98
3.	BandNews
4.	BBN
5.	Caiobá
6.	CBN
7.	Clube
8.	Dimensão
9.	E-Paraná
10.	Feliz
11.	Gospel
12.	Jovem Pan
13.	Lumem (Evangelizar)
14.	Massa
15.	Mundo Livre
16.	Novo Tempo
17.	Ouro Verde
18.	Sara Brasil
19.	Transamérica Ligth
20.	Transamérica Pop
21.	Uni

Banda B

Representando o segmento AM, a emissora escolhida foi a Banda B. A rádio começou a operar em 1999, substituindo a antiga CBN Curitiba AM, na frequência 550. Sua programação mistura programas populares, jornalísticos e transmissões esportivas.

Segundo histórico disponibilizado no site da emissora, a Banda B possui atualmente média de 50 mil ouvintes por minuto, de acordo com o Ibope, e está entre as três maiores audiências da capital paranaense, sendo o primeiro lugar no Rádio AM há mais de 15 anos, mas disputando o primeiro lugar também com as FMs, quando se juntam as duas pesquisas, do Rádio AM e FM.

O texto disponível no site da emissora destaca ainda que a Banda B tem investido em novas mídias para interagir com o ouvinte. O tradicional contato telefônico vem sendo gradativamente substituído pela comunicação por meio de aplicativos como o Whatsapp e portal de voz. Há também a participação da emissora em outras mídias como as redes Facebook e Twitter, além do You Tube. O mais acessado, porém, é o Portal Banda B, que é abastecido por equipe própria de jornalistas e também por profissionais da rádio. Comandada pelo radialista e deputado estadual Luiz Carlos Martins, a Rádio Banda B também é transmitida para Cambará, no Norte Pioneiro, em AM-650.

A programação jornalística da rádio (acessada em 5/3/2017) é a seguinte:

Jornal Banda B – 1ª Edição, com Paulo Sérgio Debski

Jornal Banda B – 2ª Edição, com Geovane Barreiro e Luiz Henrique de Oliveira

Mistura Geral, com Djalma Malaquias

Casos de Polícia – Sábado, com Antônio Nascimento

Jornal Banda B – Domingo, com Geovane Barreiro

Bom Dia Trabalhador – Domingo, com Antônio Nascimento

Banda B Rádio Debate – Domingo, com Geovane Barreir

BandNews

A BandNews FM é a segunda emissora de rádio de Curitiba voltada exclusivamente à produção de notícias (a primeira foi a CBN). Possui noticiários atualizados a cada 20 minutos, durante as 24 horas do dia, com informações e serviços variados, com destaque para o trânsito, estradas e aeroportos. O público interage principalmente por mídias eletrônicas com destaque para o whatsApp.

A emissora de Curitiba integra uma rede de emissoras e está presente nas seguintes cidades: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Fortaleza.

A programação regional da BandNews FM Curitiba vai ao ar das 6 às 23 horas (das 23h01 às 6h59, a rádio apenas retransmite a programação nacional), também com jornais atualizados a cada 20 minutos.

A programação atual da rádio, em 5/3/2017 (após a coleta de dados, a programação da emissora sofreu alterações, com a supressão do jornal local no fim da tarde), é a seguinte:

- Segunda a sexta-feira:

6 às 7 horas – BandNews Curitiba Primeira Edição: noticiários locais a cada 10 minutos, com apresentação de Iara Maggioni.

7 às 9 horas – Noticiário Nacional liderado por Ricardo Boechat e blocos locais a cada 20 minutos.

9 às 11 horas – BandNews Curitiba Edição da Manhã, com apresentação de Emanuel Pierin e Iara Maggioni.

11 às 12 horas – Noticiários locais a cada 20 minutos apresentados por Narley Resende.

12 às 13 horas – Noticiários locais a cada 20 minutos, apresentados por Daiane Andrade.

13 às 14 horas – Felipe Harmata assume a bancada e apresenta noticiários locais a cada 20 minutos.

14 às 18 horas – Taís Santana apresenta o noticiário de Curitiba a cada 20 minutos.

18 horas às 18h45 – BandNews Curitiba Edição da Tarde, com apresentação de Cleverson Bravo e Taís Santana.

19 horas – Voz do Brasil.

20 às 23 horas – Cleverson Bravo atualiza o noticiário de Curitiba a cada 20 minutos.

- Sábados e domingos:

Sábados:

6 às 9 horas – noticiários atualizados a cada 20 minutos.

9 às 11 horas – BandNews Curitiba Edição de Sábado – Resumo da semana e as principais notícias do dia.

11 às 23 horas – Jornais locais atualizados a cada 20 minutos.

Domingos:

6 às 23 horas – Noticiários atualizados.

BandNews FM, em 20 minutos tudo pode mudar.

ANEXO

SESP_PR

QUANDO A POLÍCIA É A FONTE:
Como falar com a imprensa.

Núcleo de Comunicação

Cobertura da violência no Paraná: uma contradição

Existiu uma época áurea no jornalismo, lá pelos idos da década de 70, onde a reportagem policial era muito mais que um corpo estendido no chão noticiado no rádio, nas páginas de jornal. A reportagem policial era mais profunda, mais investigativa, tinha glamour, suor, conhecimento e portanto, reconhecimento.

Mas, de lá para cá, esta editoria foi paulatinamente depreciada. A cobertura policial perdeu os melhores e mais experientes repórteres para outras editorias como política e economia e assim, obviamente, a reportagem policial perdeu em qualidade, em profundidade. Hoje, geralmente, são os repórteres recém-formados as cobaias para assumir as pautas policiais. Não têm experiência profissional, não têm o conhecimento do assunto e assim se tornam reféns dos pauteiros – que desenham o que precisam para a capa do jornal – deixando de lado a pesquisa, o conhecimento dos termos jurídicos e policiais, enfim, a informação.

Em contrapartida, os mesmos veículos que nivelam por baixo a qualidade dos profissionais que cobrem a área policial dão cada vez mais importância para as notícias de segurança pública. Um levantamento feito pela empresa curitibana que atua no mercado nacional M&C Comunicação mostrou que, em média, nos três primeiros meses de 2007, uma a cada cinco notícias veiculadas nos telejornais era sobre violência.

Então: se a segurança, a criminalidade, a violência urbana, têm tamanha importância nos noticiários, por que não são escalados os melhores e mais experientes repórteres para cobrir a área? Uma verdadeira contradição que precisa ser revista pelo mercado editorial.

De qualquer forma, as instituições policiais precisam preparar seus integrantes para lidar de maneira profissional com este desafio. Como? É o que pretendemos explicar de maneira bastante rápida e resumida neste material de apoio.

Boa Leitura!

Núcleo de Comunicação da Secretaria da Segurança

O Núcleo de Comunicação da Secretaria de Segurança é uma ferramenta de trabalho que pode e deve ser usada pelos policiais para facilitar e melhorar a qualidade da comunicação da SESP e das instituições policiais com a imprensa e com os cidadãos. No Núcleo, trabalham profissionais formados e capacitados que estabelecem uma séria e eficiente política de divulgação das ações positivas das polícias. Estes profissionais também são gabaritados para orientar as autoridades sobre as melhores atitudes a serem tomadas em situações de crise.

O Núcleo estabeleceu e coloca à disposição de todos um sistema que engloba diversas ações para o melhor aproveitamento da mídia em ocasiões específicas como coletivas, apresentações de presos, divulgação de relises, entre outros. Esta sistemática elaborada já resultou em divulgações até mesmo internacionais da polícia paranaense rendendo também diversas manchetes principais em jornais de repercussão estadual e matérias importantes em jornais de

circulação nacional além da constante presença positiva da polícia paranaense em sites jornalísticos nacionais, telejornais e rádios noticiosas.

Todo e qualquer policial paranaense pode entrar em contato com os jornalistas do Núcleo de Comunicação da SESP para divulgar apreensões, prisões, resultados de operações policiais e também para pedir apoio em casos delicados ou gerenciamentos de crises com a imprensa.

Núcleo de Comunicação

Contatos da equipe

Chefia

Melissa Bergonsi – melissa@sesp.pr.gov.br

Reportagem

- Amanda Kasecker – 7812-1178
- Bruna Robassa – 7812-2318
- Giovani Santos – 7812-2316
- Giselle Lima – 7811-0704

Fotografia

- Osvaldo Ribeiro e Elias Dias – 9684-7692

Geral: 3313-1985 / 1989 / 1948

Email: comunicacao@sesp.pr.gov.br

Site: www.seguranca.pr.gov.br

Twitter: twitter.com/sesprr

O relacionamento Polícia x Repórter



É comum no meio policial o convívio muito próximo com profissionais de rádio ou jornalistas diplomados que cobrem violência diariamente. Eles sempre se encontram em delegacias, apresentações à imprensa, rebeliões, prisões, momentos de crise ou desfechos de ações policiais. Infelizmente, é este convívio diário que distorce a compreensão do policial sobre o resultado do trabalho do repórter e vice-versa. É a proximidade que cria uma expectativa velada do que deve ser dito por cada um, uma cumplicidade imaginada que gera apenas frustração.

É necessário ter sempre em mente que o repórter por mais próximo do policial, não é amigo, não deve favores no momento da reportagem. Afinal, você deixaria de prendê-lo se cometesse um crime? (esta proximidade faz com que o policial tenha uma visão pessoal do repórter e não profissional).

Portanto, o policial deve substituir esta visão e sempre que se relacionar com um profissional da imprensa lembrar-se dos leitores, dos ouvintes, dos telespectadores. É com este público que você está falando e não com ele. Se conseguirmos colocar isto em mente, será um grande passo para entendermos o relacionamento que devemos estabelecer com os profissionais da comunicação. O repórter nada mais é do que um interlocutor, uma ponte, entre a fonte (policial) e os cidadãos (leitores, ouvintes, telespectadores). Portanto, lembre-se disso quando estiver conversando com toda a população através de um repórter. É neste sentido que você deve tratá-lo de maneira profissional e esquecer o lado pessoal. Você não está falando só com ele, mas com centenas, milhares de cidadãos.



Caso você não simpatize com o repórter por algum motivo pessoal, isto deve ser desconsiderado no momento de atendê-lo. Repito, você não está falando com ele, mas com a população. Caso você tenha até mesmo uma amizade com este repórter, mais uma vez isto deve ser colocado de lado. Você não está falando com seu amigo no momento da entrevista, mas sim com os leitores/ouvintes/telespectadores dele – nunca é demais repetir.

Além disso, no caso das amizades, é comum você esperar um resultado legal do trabalho do seu amigo. Afinal, ele não iria publicar nada que te desagradasse não é? Não. Você está errado. Ele vai cumprir com a obrigação dele que é a de transmitir informação. Sua amizade com ele não é maior que uma notícia. O erro que você comete na profissão é notícia sim. Portanto, saiba separar as coisas para não se frustrar e para não fazer cobranças indevidas ao repórter.

O relacionamento Polícia x Núcleo

As mesmas regras e dicas para manter o bom relacionamento com a imprensa externa devem também ser seguidas com os profissionais do Núcleo de Comunicação da SESP.

O pronto atendimento, o fornecimento ágil de informações corretas e consistentes são essenciais para que o Núcleo consiga bons espaços em jornais, rádios, tevês e sites. O policial ainda deve ter em mente que as reportagens/relises produzidos pelo Núcleo precisam ser fechados muito antes que o início dos fechamentos dos jornais. O ideal é que as notícias produzidas pelo Núcleo estejam prontas e nas redações até às 15 horas para que tenhamos tempo de trabalhar a pauta e assim conseguir um bom espaço para que o trabalho policial receba a repercussão merecida.

Obviamente que as notícias policiais não têm horário para acontecer e não vão respeitar sempre o horário de fechamento dos veículos de comunicação.

Para que esta “falta de controle” não resulte numa divulgação fraca da notícia o Núcleo dispõe de algumas estratégias que vão desde tentar atrasar o fechamento das edições por conta da importância da notícia a até mesmo transferir para o dia seguinte a divulgação da ação policial para que a divulgação ganhe a repercussão merecida.

Um fator essencial para o sucesso da divulgação da notícia é a quantidade e a consistência das informações repassadas pelo policial ao profissional do Núcleo. Elas são proporcionais ao espaço que será conquistado na mídia. Quanto mais detalhes sobre o caso forem disponibilizados ao repórter do Núcleo mais chances existirão de conquistarmos um grande espaço nos veículos. Portanto, valem algumas dicas **básicas**:

- ✓ Tenha sempre em mãos o nome completo, idade e profissão dos “personagens” das matérias (tanto vítimas quanto autores);
- ✓ O nome do bairro é essencial para a localização dos fatos da matéria. Geralmente, os grandes jornais não usam o endereço completo (rua e número) mas ele é essencial caso os repórteres queiram fazer imagens ou outras entrevistas no local;

- ✓ No caso de carros apreendidos ou envolvidos na ação é sempre necessária a identificação das placas com letras, número, cidade e estado;
- ✓ Local de apreensões, prisões e abordagens como residência própria, do amigo, hotel, bar, ponto de ônibus, são bem essenciais para “desenhar” o cenário da ação policial para os leitores/ouvintes/telespectadores;
- ✓ Ter em mãos o número de policiais e viaturas envolvidos na ação policial também é necessário. Normalmente, os policiais gostam de divulgar o nome de todos os envolvidos na ação, entretanto isso não é aproveitado pelos jornais que usarão apenas os nomes das fontes (quem falar) na matéria;
- ✓ É comum o policial – por questões de segurança – não querer divulgar os detalhes de como encontrou “tal bandido”. Optamos sempre então por explicar ao repórter que estas informações não podem ser divulgadas e que por questões de segurança não estão no relise e não serão esclarecidas para publicação;

✓ No caso de operações policiais é necessário avisar a equipe do Núcleo de Comunicação com 48 horas de antecedência. É durante este tempo que preparamos equipes de imagem e reportagem para melhor cobertura e divulgação da ação. É essencial que todos os dados da investigação e prisão sejam passados com antecedência para que possamos deixar um pré-relise pronto. A agilidade e organização na disseminação de informações no dia da operação são essenciais para que o fato tenha uma boa repercussão na mídia.

✓ Todos os finais de semana e feriados, um repórter do Núcleo de Comunicação da SESP está de plantão e você poderá acioná-lo sempre que necessário para que ele possa orientá-lo nas mais diferentes situações.

Dicas para falar com a imprensa

✓ Esteja preparado sobre o assunto da entrevista. Leia, se informe, tenha números, gráficos, comparações com outros estados. É o seu conhecimento e a sua segurança do assunto que irão conduzir o repórter para o caminho que você deseja.

✓ Parece brincadeira, mas não é. Seja educado. Ofereça um lugar confortável para o repórter se sentar, água, café, o deixando a vontade para fazer a entrevista. Cara feia e repostas grosseiras fazem com que a pessoa que irá transcrever suas palavras para milhares de leitores fique com raiva de você. Por menos correto que seja, é bem possível que isto seja repassado na matéria como resposta a sua “grosseira”.

✓ Pressa? Não trate o repórter com pressa. Caso você realmente disponha de pouco tempo informe antecipadamente para ele quando marcar a entrevista. Explique que você terá um compromisso dentro de “tanto” tempo e que terá “tantos” minutos para atendê-lo. Mesmo assim, não deixe de se oferecer para tirar as dúvidas dele pelo telefone mais tarde.

✓99,9% das pautas dadas aos repórteres são para serem fechadas no mesmo dia. Geralmente, as pautas são distribuídas aos repórteres no começo da tarde e os jornais começam seu fechamento às 18 horas. Por isso, eles dispõem de pouco tempo para a apuração e precisam urgente do nosso atendimento. Mas, cuidado para a pressa não causa erros de apuração. **Devemos privilegiar sempre a informação CORRETA e não a informação mais rápida.**

✓O repórter é um generalista e não um especialista. Geralmente ele conhece pouco sobre o sistema de segurança, sobre as funções de cada polícia, sobre termos jurídicos. Tenha paciência e explique didaticamente. É sua função. Deixe que ele pergunte novamente e tente explicar até que ele entenda o assunto. Melhor “perder” alguns minutos a mais na explicação do que tentar corrigir informação publicada errada e já lida por milhares de pessoas.

✓Evite o uso de jargões policiais e prefira sempre a linguagem mais simples possível. Esta regra deve ser observada principalmente em entrevistas para tevês e rádios. Lembre-se que às vezes o repórter pode ter conhecimento da sua linguagem mas o ouvinte/telespectador não. Para passar a informação, use linguagem acessível a todos sem gírias, sem jargões.

✓O melhor horário para coletivas/apresentações/entrevistas é entre 11h e 16 horas – excetuando, é claro, o horário do almoço. A maioria das redações concentra seu reforço de equipe na parte da tarde. Muitos jornais começam seu fechamento já às 17 horas, portanto até às 16 horas temos tempo para trabalhar em uma pauta. Passando deste horário sabemos que a divulgação pode ser prejudicada. Prefira fazer as coletivas no começo da tarde. Pela manhã as redações trabalham com equipes muito reduzidas. Durante a tarde, você terá maior chance de cobertura de todos os veículos e ainda terá seu assunto os telejornais da noite que têm mais audiência que os da hora do almoço.

✓ Procure conhecer o perfil do veículo que te entrevistará e se possível do repórter e da reportagem. O Núcleo de Comunicação da SESP está sempre disponível para esclarecer todas as suas dúvidas.

✓ Apesar de ser você o especialista em segurança, não banque o prepotente. Além disso, cuidado porque existem alguns jornalistas que têm pleno domínio.

✓ Nunca peça para ler texto (ouvir e/ou ver a reportagem) antes de ser publicado. Isto fere a liberdade do repórter de produzir seu material. Caso ache o resultado final injusto você pode entrar em contato com o Núcleo de Comunicação para que possamos fazer uma resposta e/ou tomar providências.

✓ Cuidado com a expectativa sobre a repercussão e importância de sua entrevista. Tudo vai depender de como foi não apenas a sua qualidade como fonte mas também das outras notícias que “competem” com a sua naquele dia. Já perdemos, por exemplo, a divulgação de uma grande operação policial que desmontou um esquema de distribuição ilegal de combustível porque no mesmo dia morreu uma importantíssima artista paranaense. Coisas da vida e do jornalismo.

✓ Não critique um jornalista para outro jornalista. No final das contas, você é quem será o assunto nas rodinhas de conversa com uma imagem nada boa.

✓ Entenda que não adianta ignorar quando algo negativo atinge outra instituição que não a sua. Para a população, polícia é polícia sem discriminação de Militar, Civil, Científica.

✓ **Microfone, celular, gravador:** não fale alto ou grite quando estiver falando através de um destes aparelhos. Eles servem justamente para amplificar sua voz. Portanto, mantenha sempre um bom tom de voz.

✓ Você quer saber se está passando informações interessantes? Uma boa dica é prestar atenção no volume de informações anotadas pelo repórter. Se ele não está anotando é que o que você está falando não tem importância para a matéria dele.

✓ Procure não atender ao telefone fixo ou celular durante a entrevista. Você pode, sem querer, deixar o repórter falando sozinho ou então comentar algum assunto delicado no telefone que servirá de pauta ou notinhas em colunas para ele. Além disso, quando for receber o repórter em sua sala, atenção para a organização de sua mesa e para a exposição de documentos sigilosos. Os repórteres têm olhos para tudo.

✓ **Assuntos polêmicos** – prefira não falar se você não tiver segurança absoluta sobre o assunto. Em caso de dúvida procure o Núcleo de Comunicação da SESP para que possamos ajudá-lo.

✓ A pressa e a fome de informações fazem com que os jornalistas sejam geralmente “maus” leitores de pesquisas, gráficos e estatísticas. Portanto, sempre tenha atenção, paciência e seja didático ao explicar a ele os dados que constam em tabelas. Não deixe que a interpretação fique exclusivamente a cargo do jornalista. Números são frios e podem ser avaliados de maneira equivocada e negativa se não forem precedidos de uma boa, convincente e sincera explicação.

✓ Como já falamos, o tempo do jornalista é sempre curto, ele está sempre correndo e com pressa. Evite de todas as maneiras gastar o tempo dele com inutilidades. Se você quer verdadeiramente deixá-lo com raiva, experimente passar um vídeo institucional de vinte minutos antes da entrevista. Isto acabará com o humor de qualquer repórter, por mais paciente que seja. Você verá o resultado no texto dele.

✓ Quando o policial não quer servir de fonte (dar entrevista, ser fotografado) no caso de uma ação policial não deve esperar grande repercussão da notícia. É necessário então que antes da divulgação ele entre em contato com o Núcleo de Comunicação para definirmos qual é a melhor estratégia para o caso.

✓ Não é comum, mas acontece com certa frequência, de coletivas serem realizadas em cidades ou locais distantes de onde estão os presos ou as apreensões (motivo da divulgação). Neste caso também é necessário o contato prévio com o Núcleo de Comunicação para que possamos estabelecer a melhor estratégia para o caso.

✓ Cada macaco no seu galho. É bastante comum vermos jornalistas comentando com ironias sobre textos elaborados e distribuídos por policiais. Estes textos chamados erroneamente de relises são geralmente repletos de jargões, erros de português e não contêm todas as informações necessárias para o texto jornalístico. Portanto, se o Núcleo de Comunicação não foi acionado para elaborar o relise de sua coletiva, prefira apenas conversar com o repórter a ser motivo de piada depois nas rodas de conversa.

✓ Uma postura importante é não “relaxar” com os repórteres antes ou após gravações. É neste momento que você pode ser pego de surpresa com a publicação de algum off que você entregou neste momento de descontração.

✓ Lembre-se que hoje não há só câmera grande que grava. Celulares, aparelhos de MP3 fazem fotos, gravam vídeo e voz sem que você perceba.

Dicas diante das Câmeras de TV



✓ Tire o quepe ou boné, penteie o cabelo, erga o queixo, veja se sua gravata está alinhada e olhe com firmeza e alternadamente para a câmera (como se falasse com as pessoas que estão assistindo) e também para o repórter. São atitudes simples mas essenciais para transmitir segurança para quem está assistindo. Neste momento você é a imagem e a opinião de toda uma classe, de todo um governo.

✓ Fique sempre muito atento às gravações escondidas. Quando o assunto é delicado, polêmico ou você está numa situação de crise fique atento às câmeras. Mesmo aparentemente desligadas e não apontadas para você elas podem estar gravando não só a imagem mas também o áudio.

✓ Respostas para rádio e tevê devem ser curtas e objetivas. Não tente explicar demais ou dar muitos exemplos. Na TV, a sonora na matéria gravada terá no **máximo** 30 segundos. A edição é sempre necessária e acontecerá. Seja rápido, objetivo e coloque informações nas suas respostas. Assim você correrá menos risco de ter sua aparição editada.



✓ Procure sempre saber as perguntas que lhe serão feitas pelo repórter. Mesmo em uma entrevista ao vivo (em que as perguntas inesperadas são comuns) procure saber quais serão os questionamentos e formule na cabeça suas respostas. Você diminuirá sua chance de errar.

✓ Não fume nunca na frente das câmeras mesmo que não seja você o entrevistado. Além disso, procure não comer, beber e não se curvar diante das câmeras. Geralmente estas atitudes rendem imagens negativas que podem ser aproveitadas em momentos de crise.

✓ Cuidado com as chamadas “muletas” de linguagem como “exatamente”, “isso mesmo”. Estas muletas costumam ser usadas logo após a pergunta da repórter para que você tenha tempo de pensar direito no assunto que quer tratar, na resposta e organizá-la na sua cabeça.

✓ Procure ainda não ficar se mexendo, balançando a cabeça enquanto a repórter faz a pergunta.

Dicas diante das Câmeras fotográficas



- ✓ Postura é tudo. Quando estiver sentado, mantenha a postura e fique atento para não relaxar na cadeira. Uma boa imagem para o fotógrafo, para o jornal, não significa que você estará “bem na foto”. Portanto, cuidado. Isto vale para uma cochilada numa cerimônia entediante, para um dedo no nariz ou ouvido, etc. Vale sempre o flagrante do inusitado.
- ✓ Quando estiver falando, procure ter gestos sutis. Dedo em riste, braços em movimento, expressão pesada no rosto, boca muito aberta, careta, podem somente prejudicar sua imagem na foto.
- ✓ Pense antes e decida se você não quer ser fotografado para que tenhamos tempo para conversar com os fotógrafos. No meio do tumulto de uma coletiva, por exemplo, tentar se esconder ou impedir que imagens sejam feitas de você, só renderão imagens negativas. Isso ainda será publicado e vexatório.

